

Política nacional de museus

Relatório de Gestão 2003/2010



ANOS

Política nacional de museus

Relatório de Gestão 2003/2010



Anos

ibram
instituto brasileiro de museus

**Política Nacional de Museus – Relatório de gestão 2003-2010
(2010: Brasília – DF)**

**Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. –
Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010.**

ISBN 978-85-63078-11-7

**1. Museus – política pública – Brasil. 2. Museologia –
Brasil. 3. Brasil – política cultural. I – Instituto Brasileiro de
Museus (Brasil)**

CDD 069

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura
João Luiz Silva Ferreira

Presidente do Ibram
José do Nascimento Junior

**Diretora do Departamento de Difusão,
Fomento e Economia de Museus**
Eneida Braga Rocha de Lemos

**Diretor do Departamento de Processos
Museais**
Mario de Souza Chagas

**Diretora do Departamento de Planejamento e
Gestão Interna**
Jane Carla Lopes Mendonça

**Coordenadora Geral de Sistemas de
Informação Museal**
Rose Moreira de Miranda

Procurador-chefe
Jamerson Vieira

Chefe de Gabinete
Cássia Ribeiro Bandeira de Mello

Diretores dos Museus do Ibram/Ministério da Cultura

Museu da Abolição
Adolfo Samin Nobre de Oliveira

**Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo
Frio**
Dolores Brandão Tavares

**Museu de Arte Sacra da Boa Morte/ Museu das
Bandeiras/ Casa da Princesa**
Girleene Chagas Bulhões

**Museu de Arte Sacra de Paraty/ Forte Defensor
Perpétuo de Paraty**
Júlio Cezar Neto Dantas

Museu de Biologia Professor Mello Leitão
Hélio de Queiroz Boudet Fernandes

Museu Casa da Hera
Daniele de Sá Alves

Museu Casa Histórica de Alcântara
Karina Waleska Costa

Museu Casa de Benjamin Constant
Elaine de Souza Carrilho

**Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya –
Chácara do Céu e Museu do Açude**
Vera Maria Abreu de Alencar

Museu do Diamante
Lílian Aparecida Oliveira

Museu Histórico Nacional
Vera Lúcia Bottrel Tostes

Museu Imperial
Maurício Vicente Ferreira Junior

Museu da Inconfidência
Rui Mourão

Museu Lasar Segall
Jorge Schwartz

Museu das Missões
Ariston Correia

Museu Nacional de Belas Artes
Mônica Figueiredo Braunschwiger Xexéo

Museu do Ouro / Casa de Borba Gato
Ricardo Alfredo de Carvalho Rosa

Museu Regional de Caeté
Sônia Maria Barbosa

Museu Regional Casa dos Ottoni
Carlos Alberto Silva Xavier

Museu Regional de São João Del Rey
João Luiz Domingues Barbosa

Museu da República
Magaly Cabral

Museu Sócio-Ambiental de Itaipu
Maria de Simone

Museu Solar Monjardim
Sonia Maria de Aguiar Pantigoso

Museu Victor Meirelles
Lourdes Rosseto

Museu Villa-Lobos
Turíbio Soares Santos

Redação e edição

Equipe de servidores do Instituto Brasileiro de Museus

Projeto Gráfico

Gustavo Sousa, Márcia Matos, Mariana Velasco

Fotos

Arquivo Ibram

Sumário

Introdução	8	Semeando Informações	115
Vontade de museu, vontade de memória	8	Publicações	
Ministro Juca Ferreira			
Museu - lugar de encontro, espaço público, campo de construção	10	A Política Nacional de Museus e sua perspectiva internacional	124
José do Nascimento Junior		Programa Ibermuseum	130
Depoimentos	12	ICOM 2013	132
Novas veredas: a construção de uma Política Nacional de Museus	20	Museologando com a diversidade: os museus do Ibram e suas ações	134
Um novo tempo de memórias e criação	35	Abrindo portas e janelas - o dever do Ibram	166
Ibram		Anexos	170
Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico	38	Decreto de 31 de Maio de 2004 - Institui a Semana dos Museus e o Dia Nacional do Museólogo	171
Um marco regulatório para a política museal	42	Decreto 5.264 de 5 de novembro de 2004 - Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências	171
Estatuto de Museus		Portaria Normativa 1, de 5 de julho de 2006 - dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico nos museus do IPHAN e dá outras providências	174
Tecendo uma rede museológica	44	Lei 11.328 - 24 de julho de 2006 - Institui 2006 como o Ano Nacional dos Museus	176
Sistema Brasileiro de Museus		Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009 - Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências	176
Mobilização e diálogo na área museológica	48	Lei 11.906 de 20 de janeiro de 2009 - Cria o Ibram e dá outras providências	186
Fórum Nacional de Museus		Decreto 6.845 de 7 de Maio de 2009 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos de Confiança e das Funções Gratificadas do Ibram e dá outras providências	190
Uma agenda para os próximos dez anos de política museal	52	Proposta de Emenda à Constituição 575 de 2006 - Altera os artigos 215 e 216 da CF	201
O Plano Nacional Setorial de Museus			
Um olhar cartográfico sobre os museus brasileiros	58		
Observatório de Museus	61		
Formando e Transformando	62		
Programa de Formação e Capacitação em Museologia			
Fomentando a Memória	71		
Investimento em Museus	72		
Editais e Prêmios do Ibram	74		
• Edital Modernização de Museus	74		
• Edital Mais Museus	88		
• Qualificação de Museus para o Turismo	94		
• Prêmios do Ibram	96		
"Do in" museológico em movimento	104		
Pontos de Memória			
Trocas e interação com a sociedade	110		
Eventos do calendário museológico			
Semana dos Museus	111		
Primavera dos Museus	112		
2006 - Ano Nacional dos Museus	113		
2008 - Ano Ibero-americano dos museus	113		

Vontade de museu, vontade de memória

Caminhos e avanços do panorama museal brasileiro

Desde 2003, novos marcos conceituais e práticos foram estabelecidos para a gestão da cultura brasileira, tirando-a das margens das políticas governamentais. Hoje, podemos dizer que trabalhamos com um conceito ampliado de cultura, ultrapassando a ênfase nas artes consolidadas e definindo-a como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos, como manifestações que têm força simbólica e reconhecimento nas sociedades.

Dentro deste novo panorama, os museus vêm ganhando renovada importância na vida cultural e social brasileira, como processos socioculturais colocados a serviço da democracia, da sociedade e como uma ferramenta de desenvolvimento social. Longe de ser apenas um lugar onde se guardam coisas velhas, os museus brasileiros, na sua diversidade, são agentes que inter-relacionam múltiplas políticas, estéticas, formas de fazer, de saber, de conhecer – reveladoras das várias facetas do inesgotável repertório da cultura brasileira. Fazem parte desse universo os museus públicos, privados e mistos; museus de arte e de ciência; museus de empresas e de comunidades populares; museus federais, estaduais e municipais; museus que cabem numa pequena sala e museus de grandes territórios; museus clássicos e ecomuseus; museus conectados e desconectados; museus com uma única sede e museus com sedes múltiplas; museus que são palácios e museus que são palafitas. Museus dialogam com o passado - mas também são fundamentais na criação de futuros, na propagação de grandes novidades.

Em oito anos, o campo museal brasileiro fortaleceu-se de forma histórica com a ampliação conceitual do fazer museológico e a consolidação de uma legislação própria, inédita na história do país. Partindo da Política Nacional de Museus e suas premissas, bases teóricas e práticas foram criadas, possibilitando a construção do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Cadastro Nacional de Museus (CNM), do Estatuto de Museus, e culminando na criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC), que simboliza, não um marco final, mas o início de uma nova era para a cultura brasileira.

O Ibram surge com a missão de construir conhecimento, e muito além disso, de ser um agente catalisador dos processos colocados em andamento pela comunidade museológica desde 2003. São inúmeros os desejos e os anseios em jogo, desde a melhoria física e estrutural das instituições museológicas de todo o Brasil, passando pela maior articulação e intercâmbio institucional, pela ampliação e democratização de acesso do público e pelo aprimoramento dos sistemas de informação, até a batalha pelo direito à memória, garantindo o empoderamento social daqueles que historicamente foram subalternizados e expropriados do direito de narrar suas próprias histórias e construir seus próprios patrimônios. Atuando como mediador dessas demandas e reunindo recursos para transformar progressivamente o panorama museal brasileiro, o Ibram caminha para ser um dos protagonistas do setor na Ibero-américa e no mundo, já que o Brasil é a futura sede do encontro do Conselho Internacional de Museus (ICOM) em 2013.

O fortalecimento do setor museal no Brasil, entretanto, não foi apenas conceitual e legislativo. No campo dos investimentos, o avanço também foi considerável. De R\$ 25 milhões aplicados em 2002, saltou-se para um montante de R\$ 119 milhões em 2009. Através de editais como o Modernização e o Mais Museus, promoveu-se a recuperação da estrutura de unidades museológicas e a criação de novos espaços em municípios que não possuíam museus. Ainda há muito a ser feito: dos 5.564 municípios brasileiros, apenas 1.172 – ou seja, cerca de 20% – concentram as 3.025 unidades museais do país.

Ao todo, mais de 22 mil profissionais compõem esse quadro em empregos diretos, com francas possibilidades de expansão – o que pode ser percebido pela ampliação da oferta de formação profissional, principalmente no incentivo à criação de cursos de graduação de museologia. Em 2003, existiam apenas dois cursos – o da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) e o da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Entre os anos de

2005 e 2010, foram criados 11 novos cursos de graduação e um de pós-graduação.

Parte de toda essa mudança apresentada sobre o campo museal pôde ser discutida durante o 4º Fórum Nacional de Museus, realizado em julho de 2010, em Brasília. Esse foi o momento propício para avaliar a Política Nacional de Museus e discutir metas, experiências, realizações, resultados efetivos e frustrações. Ao mesmo tempo, foi um momento de construção e projeção no futuro de novas possibilidades e experimentações, de novos caminhos, desafios e horizontes, através da criação do Plano Nacional Setorial de Museus.

Embora seja importante apresentar esses balanços, não se pode esgotar o que foi feito unicamente em uma perspectiva quantitativa. Afinal, não estamos apenas no campo da prática, mas também no domínio da poética. Acreditamos que só é possível chegar à cidadania plena – mesmo que isso ainda esteja dentro de um futuro a ser construído a partir do direito à memória e do empoderamento cultural – com a criação de espaços públicos de interlocução, encontro, e diálogo com o outro.

A constatação a que chegamos é que não somos apenas testemunhas de toda essa mudança, mas sujeitos ativos do que ainda está por vir. O desafio do Ibram nessa nova era cultural brasileira, de mudança de conceitos, de práticas e de perspectivas, de incentivo e fortalecimento da memória, passa pelo enraizamento social da Política Nacional de Museus e pela afirmação de uma concepção de museu como instituição-chave dessa transformação, conectada ao mundo contemporâneo e engajada na criação de possibilidades políticas, estéticas e comunicativas que promovam a transformação social.

Juca Ferreira

Ministro de Estado da Cultura



Museu – lugar de encontro, espaço público, campo de construção

Os oito anos dos quais este relatório trata foram cenário de uma verdadeira e profunda mudança no panorama museal do Brasil. Alavancados pela Política Nacional de Museus, fomos capazes de colocar em prática uma série de ações que, felizmente, vieram ao encontro dos sonhos e das expectativas acalentados pela comunidade museológica brasileira há muitas décadas. Um desses sonhos que se tornou realidade foi a criação do Instituto Brasileiro de Museus, o Ibram, entidade responsável pela condução de uma série de políticas públicas que colocam no centro dos holofotes culturais esta instituição que é o núcleo básico do direito à memória: o museu.

Pode-se dizer que, ao longo desse tempo de construção e consolidação da Política Nacional de Museus, modificou-se a própria idéia pública a respeito do museu. Muito longe do “mausoléu” referido por Adorno, o museu que se está construindo é vivo e pulsante, um espaço de diálogo, de interlocução, de debate, de encontro das diferenças. Mesmo o museu chamado de tradicional, associado à simples exibição e contemplação de objetos em relação aos quais se mantém uma distancia dada por caixas de vidro e aos avisos de “proibido tocar”, possui uma dimensão que extrapola a noção de depósito de coisas velhas, comumente associada ao termo museu.

Aliás, é preciso ressaltar que há tantos tipos de museu quanto há diversidade na sociedade. A noção de patrimônio cultural ampliou-se e colocou em cena novos elementos: todas as formas de fazer, eruditas ou populares, urbanas ou rurais; todas as categorias de artefatos, industriais, artesanais, formais ou não; estruturas arquitetônicas, utilitárias e industriais, de caráter não-monumental, assim como aglomerados de edificações e toda a malha urbana. Pois nesse “ambiente” de memória – uma vez que não se restringe mais o museu ao prédio, à casa – as fronteiras estão cada vez mais móveis, rompendo as disciplinaridades, tornando-os lugar de preservação e também ponto de integração, inclusão, reflexão e debate.



Como afirmava o antropólogo Marcel Mauss, os objetos nunca são completamente separados dos homens que os trocam. Assim, cada objeto presente no museu carrega em si uma memória social. E na sua materialidade, carrega camadas e camadas de relações sociais, de poder, de pistas para o imaginário, de portas de entrada para a memória. A identidade do dono do objeto, de quem o usou, o manipulou, de quem lutou por ele, o perdeu, o criou, está sempre indissolivelmente ligada ao próprio objeto. Dessa forma, o objeto nunca é “somente” um objeto – é uma porta de entrada para um caleidoscópio de realidades e relações sociais.

E se todo objeto carrega uma memória social, então o museu passa a ser uma trincheira de memórias subterrâneas, subalternas, proibidas. Por isso, também se torna um lugar fundamental na construção de identidades, de reconhecimento da diversidade, de encontro com outras histórias, com outras versões não-contadas. E ao trans-

formar-se em uma arena de encontro, o museu expande o próprio espaço público e dessa forma convida-nos à troca democrática, à grande experiência da convivência, da compreensão, da visão do outro.

A criação do Instituto Brasileiro de Museus reflete essa preocupação com a valorização do que é público, com a gestão e a política pública que trata a cultura como um direito fundamental para o desenvolvimento social. Porque é nisso que acreditamos, em uma concepção de política cultural enraizada e interessada na vida social, política e econômica da sociedade, em uma concepção de museu parceiro da comunidade, sempre em construção, aberto às novas memórias que estão por vir.

José do Nascimento Junior

Presidente do Instituto Brasileiro de Museus

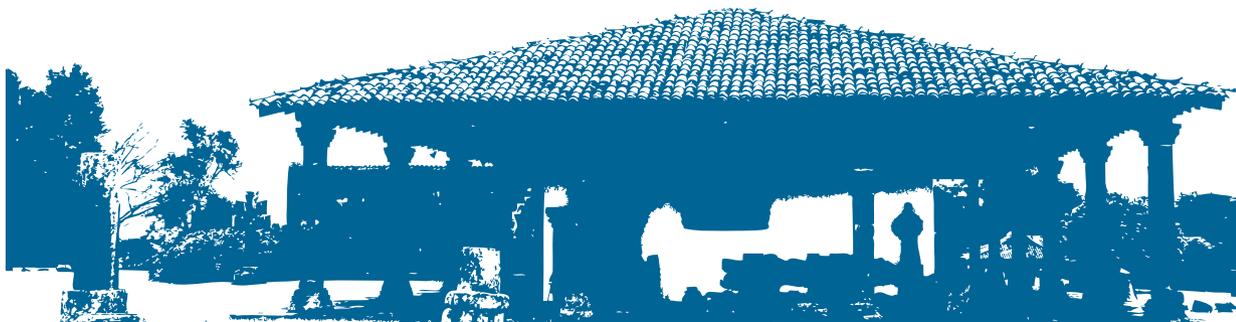


Depoimentos
Depoimentos

Costumo dizer que Cultura é uma pauta econômica no Rio de Janeiro. Como filho de uma museóloga e de um jornalista e escritor, sempre destaquei a importância das atividades culturais não só para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas como fonte de renda, emprego e desenvolvimento. Criado no ano passado, o Instituto Brasileiro de Museus tem sido um grande parceiro do nosso governo, dando apoio a atividades como oficinas no interior, palestras, seminários e cursos de capacitação técnica. Além disso, participa ativamente da construção da Política Nacional de Museus. Aqui no Rio, por meio dessa importante parceria, a Superintendência de Museus, da Secretaria Estadual de Cultura, o Ibram articulou com diversos municípios a discussão de propostas, diretrizes, estratégias e ações que depois foram levadas à Conferência Nacional de Cultura, no início do ano, e ao 4º Fórum Nacional de Museus, em julho passado. Foi um trabalho inédito na história do Rio de Janeiro. Como governador de um estado que abriga grandes intelectuais, artistas e produtores culturais das mais diversas áreas, posso falar com convicção que a criação do Ibram evidenciou a importância dos museus na política cultural de todo o país.

Sérgio Cabral

Governador do Estado do Rio de Janeiro



Um homem sem memória é quase como se não tivesse alma. Memória nos possibilita referências e identidades. Parece que ao homem sem memória seria impossível a noção de indivíduo, de individualidade, de autonomia do próprio eu.

O nascimento do Ibram deve ser comemorado com muita alegria por todos aqueles que compreendem a importância da consolidação de uma sociedade democrática, de um Brasil com democracia.

O direito à melhoria coletiva e aos valores simbólicos é fundamental para o exercício da plena cidadania.

Deputado Ângelo Vanhoni

Presidente da Comissão de Educação e Cultura - Câmara dos Deputados

O Instituto Brasileiro de Museus tem-se destacado no âmbito ibero-americano pela Política Nacional de Museus que vem implementando. Com amplo impacto na área de gestão de museus, esta política destaca-se pelo comprometimento com a modernização dos museus e democratização de acesso para uma maior coesão social e respeito à diversidade cultural.

O fortalecimento do campo museal brasileiro que vem sendo realizado pelo Ibram faz-se notar inclusive pela cooperação técnica internacional, em conjunto com a OEI. Atuamos em conjunto em temas de museus comunitários, que visa à recuperação e promoção da memória coletiva (Projeto Pontos de Memória) e Gestão Estratégica do Ibram e dos museus brasileiros.

Nesse espírito de cooperação, celebramos, ainda, a liderança brasileira, assumida a partir da proposta de criação do programa Ibermuseum, uma parceria do Ibram com a SEGIB e a OEI. Fruto de nossa cooperação, os projetos multilaterais entre os países da região ibero-americana no campo museal reforçam nosso compromisso de construção do espaço ibero-americano de cultura.

Alvaro Marchesi

Secretário-Geral - Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI)

O Comitê Brasileiro do ICOM (International Council of Museums) acompanha com interesse e entusiasmo os desenvolvimentos recentes da museologia brasileira, representados pelo lançamento da Política Nacional de Museus e, em especial, pela criação do Ibram e assinatura do Estatuto de Museus. A participação do Comitê Brasileiro do ICOM no Conselho Gestor da Política de Museus e no Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, além da participação do comitê nos Fóruns Anuais de Museus e nas diversas parcerias que temos desenvolvido com o Ibram, atestam a rica colaboração que soubemos construir, buscando interfaces e sinergias.

O resultado mais expressivo e importante deste percurso será, sem dúvida, trazer a Conferência Internacional trienal do ICOM para a cidade do Rio de Janeiro em 2013. Esta empreitada teve início em 2007, na Conferência de Viena, quando o Ibram manifestou o apoio do governo brasileiro à ideia. A partir de então, o Comitê Brasileiro do ICOM e o Ibram mobilizaram a comunidade museológica brasileira e obtiveram apoio das outras esferas de governo, podendo apresentar, com apoio financeiro do Ibram, proposta consistente e interessante ao ICOM.

Apesar de termos concorrido com centros tradicionais (Milão e Moscou), o ICOM escolheu, em junho de 2009, o Rio de Janeiro para sede da Conferência de 2013.

A parceria continua e deve estreitar-se nos próximos anos na preparação do evento, que deve atrair profissionais de museus do mundo, com ênfase em brasileiros, africanos e latino-americanos. Todos terão a oportunidade de discutir com seus colegas de outras partes do globo os avanços e desafios para o campo dos museus na contemporaneidade.

Carlos Roberto F. Brandão

Presidente ICOM-BR (2006-2012)

Portugal e Brasil - afinidades museológicas e cooperação institucional

Na primeira década deste século assistiu-se à promoção de renovadas e globais políticas museológicas nos países de língua portuguesa de ambos os lados do Atlântico. Quer na (re)organização institucional, quer nos objectivos preconizados e nas medidas tomadas, é possível identificar traços comuns e constatar semelhanças, que vão para além das evidentes diferenças de dimensão, de cultura e de sistemas políticos que caracterizam ambos os países.

A partir de um organismo governamental específico para os museus, criado no início da década de 1990, o Instituto Português de Museus (IPM) desenvolveu desde o ano 2000 uma política inclusiva dirigida à totalidade dos museus do país e não apenas àqueles que estavam na sua dependência tutelar. Essa política, alicerçada na criação da Rede Portuguesa de Museus, almejava a melhoria da qualidade e o alargamento do acesso do público. Não admira, pois, que quando o Departamento de Museus do IPHAN começou a desenvolver as bases da Política Nacional de Museus, o caso português fosse tido como referente, tanto na estrutura orgânica, como nas medidas então em curso.

Tendo evoluído a partir de 2007 para Instituto dos Museus e da Conservação, esta entidade marcou presença regular no Brasil no Fórum Nacional de Museus (1º, 3º e 4º), enquanto a experiência brasileira integrou o primeiro número da revista *museologia.pt*. Também no âmbito mais lato da cooperação ibero-americana, os representantes de ambos os países desenvolveram laços que estão patentes em projectos actualmente a decorrer.

A criação do Instituto Brasileiro de Museus no início de 2009 constituiu o culminar de uma caminhada que foi acompanhada com grande satisfação do lado português, tendo presente o muito que nestes anos se aprendeu com a intensa experiência trilhada pelo Brasil.

João Brigola

Director do Instituto dos Museus e da Conservação - Portugal



A Política Nacional de Museus criada pelo Ministério da Cultura a partir de 2003 é um exemplo e uma referência a ser seguida na elaboração das políticas estaduais para este setor. A criação do Sistema Brasileiro de Museus, do Estatuto de Museus e do próprio Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) foram, nos últimos anos, importantes realizações que vêm favorecendo a estruturação da Política Estadual de Museus da Bahia. O maior exemplo disso foi a formulação do projeto de lei que prevê a instituição do Ibam (Instituto Baiano de Museus) para gerir os museus públicos estaduais e o Sistema Estadual de Museus de nosso estado.

Daniel Rangel

Director de Museus do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - (DIMUS/IPAC)

A criação do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, em 2009, pode ser considerada pela classe museológica como o coroamento de um trabalho construído a muitas mãos em prol dos museus brasileiros. O processo teve início em 2001 e começou a consolidar-se no então Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN – DEMU, quando ações de estímulo à criação de novos cursos de museologia em universidades federais se tornou uma missão, visando à formação de pessoal qualificado para atuar nos museus; a realização de oficinas de capacitação em cidades do interior, em parceria com governos estaduais, proporcionando aos profissionais de museus acesso a um conhecimento até então restrito; à congregação e troca de informações, por meio do Fórum Nacional de Museus, que vem sendo executado bianualmente desde 2004; à parceria e convênios com outros ministérios e órgãos governamentais de fomento à execução de obras de modernização e restauração dos museus. O Conselho Federal de museologia – COFEM, sente-se honrado em ser, desde o início, parceiro do Ibram, atuando com transparência pelo crescimento da museologia em nosso país.

Maria Olimpia Dutzmann

Presidente do Conselho Federal de Museologia

A criação do Ibram significa um momento de positiva expectativa para os museus neste país. Museus são hoje importantes - e por vezes decisivas - peças da engrenagem cultural e econômica de qualquer país. O papel que representam, do ponto de vista educacional e social, não tem como ser exagerado. Essa é uma realidade que se vê cada vez de modo mais nítido na maior parte do globo. No entanto, até recentemente, os museus no Brasil eram vistos e tratados pela sociedade como um todo (o que inclui o poder público, além da iniciativa privada), como um suplemento social, isto é, como algo que podia ou não existir, que não era fundamental, essencial.

O tempo desse entendimento já passou. Hoje, não há como contornar a visão do museu como uma das principais molas do processo cultural. O museu é gerador de conhecimento e de lazer. E de renda – para a cidade e o país onde está – ainda que não para o próprio museu. Importante jornal de São Paulo publicou há pouco uma pesquisa na qual se lia que o principal motivo para visitar a cidade é o museu (especificamente, este museu, o MASP; mas seria possível falar simplesmente num genérico “museu”). A esse lugar de destaque não corresponde ainda, no entanto, o devido grau de atenção do setor público para os museus. Espera-se que a vinda do Ibram venha alterar esse estado de coisas. Radicalmente. É uma iniciativa esperada. O trabalho que o Ibram terá de desenvolver será imenso.

E não poderá ser realizado se o Ibram não contar com o decidido apoio do poder público e da sociedade civil. A expectativa dos museus é grande com o surgimento do Ibram e firme é a intenção de colaborar com esse instituto para que seus objetivos sejam alcançados.

Prof. Dr. José Teixeira Coelho Netto

Curador-coordenador MASP - Museu de Arte de São Paulo

A criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) foi mais um dos grandes acertos da política cultural deste governo. Os mais de três mil museus espalhados pelo país guardam tesouros de valor inestimável para nossa sociedade, e uma estrutura de gestão específica para atender à magnitude da política de preservação e promoção de nossa memória é mais que benéfica. É essencial.

Apesar do curto espaço de tempo, a nova autarquia, vinculada ao Ministério da Cultura, vem comprovando a importância de seu papel, com uma agilidade surpreendente no encaminhamento das questões relativas ao setor. Parabéns, pois, ao presidente Lula e ao ministro Juca Ferreira, por esta sábia medida adotada em defesa da cultura brasileira.

Zulu Araújo

Presidente da Fundação Cultural Palmares

A criação do Ibram significa, para todos nós que militamos na área cultural, um passo decisivo para que os museus brasileiros iniciem um novo ciclo na sua trajetória de vida, se consolidando cada vez mais como organizações fortes, amparadas por uma política museal competente e contemporânea, que efetivamente contribua para o pleno acesso da população aos museus e para a valorização e o reconhecimento de nosso valioso patrimônio cultural dentro e fora do país.

Não foi uma luta fácil, pelo contrário, foi o resultado de muita coragem, ousadia e obstinação dos que hoje comandam a cultura brasileira. Como membro do Comitê Consultivo do Patrimônio Museológico me orgulho de participar deste grande esforço de aprimoramento da área museal e renovo as minhas expectativas de que o Ibram se consolide e cumpra os grandes desafios que estão na sua gênese, garantindo para os museus do Brasil mais qualidade, maior relevância e uma voz única, influente e transformadora.



Angela Gutierrez

Presidente do Instituto Cultural Flávio Gutierrez

Considero o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram – o diferencial nas políticas públicas para área de museus. Sua atuação possibilita que o museu seja um espaço de múltiplas ações, voltado a atender a todos os grupos sociais, respeitando suas realidades e seu direito de preservar, fortalecer e compartilhar suas memórias e história. Em momento nenhum na história do Brasil, os museus foram valorizados e considerados muito mais do que um espaço de lazer e contemplação, e as políticas públicas de museus garantem que os indivíduos e suas comunidades sejam os agentes criadores de seus espaços de memória.

Joana Munduruku

Assessora Técnica da Fundação Cultural do Estado do Tocantins

O que mais me surpreendeu na criação do Ibram e em seu primeiro ano de existência foi sua agilidade em estabelecer de imediato diálogos fundamentais junto aos artistas e setores técnicos de suas áreas de apoio e formulação de políticas para o setor. Realizou diversos encontros informais e oficiais, organizou seminários e colóquios onde atualizou conceitos e apresentou uma perspectiva contemporânea e democrática voltada para o século XXI - momento de inclusão e convivência dos diversos campos da expressão artística e suas múltiplas linguagens.

O Ibram assumiu assim o desafio de repensar o espaço museológico como extensão das cidades, seus entornos, meio ambiente e da própria sociedade de forma a agregar e assimilar a criação artística e a memória como um patrimônio em processo de formação permanente e não apenas como referência ou resíduo histórico estático.

Xico Chaves

Coordenador da Assessoria Especial da Presidência da Funarte

Había estado en Brasil dos veces antes, como miembro del grupo Ibero-Americano de Museos trabajamos por ampliar las relaciones de la región, ahora he sido invitada a asistir al FORUM de museos brasileños lo que consideré como un importante Congreso, para mí y la delegación de cubanos que me acompañó fue realmente un gran Congreso. La amplitud y diversidad de participantes de todo el gigante americano, nos impresionó mucho, el Ibram logró una gran movilización entre los expertos, en el que no había distinción entre museos privados y estatales, entre colaboradores y profesores, alcanzando el apoyo de muchas organizaciones, fueron muchas las experiencias encontradas, dentro de ellas Los Puntos de Memoria, una de las que mas me impresionó, a lo que nosotros llamamos intervención comunitaria, es un valioso proyecto social participativo, que a pesar de las tensiones de la vida contemporánea permite a los protagonistas identificar, registrar y trabajar por su identidad. Con este proyecto nos alejamos de los modelos tradicionales y abrimos paso a un sistema que podrá ser un referente metodológico para la conformación de una política inclusiva de Iberoamerica, basada en el diálogo en defensa de nuestra diversidad cultural.

Esta experiencia de los puntos de memorias y la nuestra labor comunitaria, como modelos participativos en el que la mejor experiencia que podemos socializar está en ir, realizarse en el museo donde el ignorado es figura, referente, alto en el camino; podrán fertilizarse en dos escenarios diferentes con agentes y actores distintos, y ello producirá un enriquecimiento metodológico que indicará el camino de un nuevo aporte científico Ibero-Americano. Así es como se puede construir un nuevo método y sustantivar las esencias que confirman la museología.

Deseamos felicitar tan importante iniciativa, proyecto que ya ofrece resultados visibles y en el que participaremos desde Granma junto al Ibram.

Lourdes Carbonell Hidalgo

Diretora do Centro Provincial de Patrimônio Cultural de Granma

A cidadania contemporânea não pode prescindir da apropriação dos bens culturais em suas diversas formas. No caso brasileiro, o desafio é ampliar cada dia mais o acesso da população às infinitas manifestações culturais, tão ricas e plurais no nosso país. Muitos são os atores envolvidos nessa busca. O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/Minc), ao formular e sistematizar uma política para os museus nacionais, além de gerar grandes avanços para o setor, tem contribuído de forma essencial para a ampliação do acesso a esses bens culturais. E fortalecer uma política pública para os museus brasileiros tem repercussões profundas em nossa sociedade. Afinal, os espaços museológicos, mais que espaços para contemplação, são lugares de produção de conhecimento, de educação e de formação cidadã.

Hugo Vocurca

Diretor Executivo do Instituto Inhotim



Fui convidada pelo Ibram para falar da minha experiência como Diretora do Fonds Régional d' Art Contemporain de Champagne-Ardenne de 1984 a 1987 e no Ministério da Cultura Délégation aux Arts Plastiques em Paris de 1988 a 1995, participando do processo de descentralização cultural dos FRAC e dos Centros de Arte, assim como do desenvolvimento das Escolas Superiores de Arte.

A meu ver, o Ibram é fundamental para implementar uma política nacional para os museus brasileiros, tanto do ponto de vista da pesquisa como da gestão, conservação e restauração das coleções públicas. O Ibram é um órgão indispensável na criação, definição e coordenação do conjunto das ações no campo das instituições museológicas.

Catherine Bompuis

Historiadora de arte e curadora



Novas veredas

A construção de uma Política Nacional de Museus

“**O** museu, na transição dos anos 1960 para os anos 1970, reverteu uma imagem social que o vinculava ao passado, ao silencioso, ao superado, ao desajustado diante de sua época. O museu era lugar de memória oficial, da consagração e estetização do autoritarismo e exclusivismo de grupos sociais dominantes e de produção de uma história que não encontrava relações com o contexto em que existia. O museu transformou-se num lugar de prazer, aprendizado e troca. Uma instituição comprometida com o uso dos mais modernos suportes, com o uso intensivo de tecnologias, com o debate permanente do novo e de inclusão de temas, objetos e recortes diferentes. Multidões encheram os museus e os transformaram em uma instituição dotada de vida própria, os transformaram em sucesso cultural, imagético e de público. O museu, em particular a partir de 1970, se transforma em parte do cotidiano da cidade, da indústria cultural e da cultura de massas. O museu se transforma em referência de desenvolvimento cultural.”¹

1. MORAES, Nilson Alves de. “Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil”. In: Revista Museologia e Patrimônio, vol. II, nº1, jan/jul de 2009, p. 57.

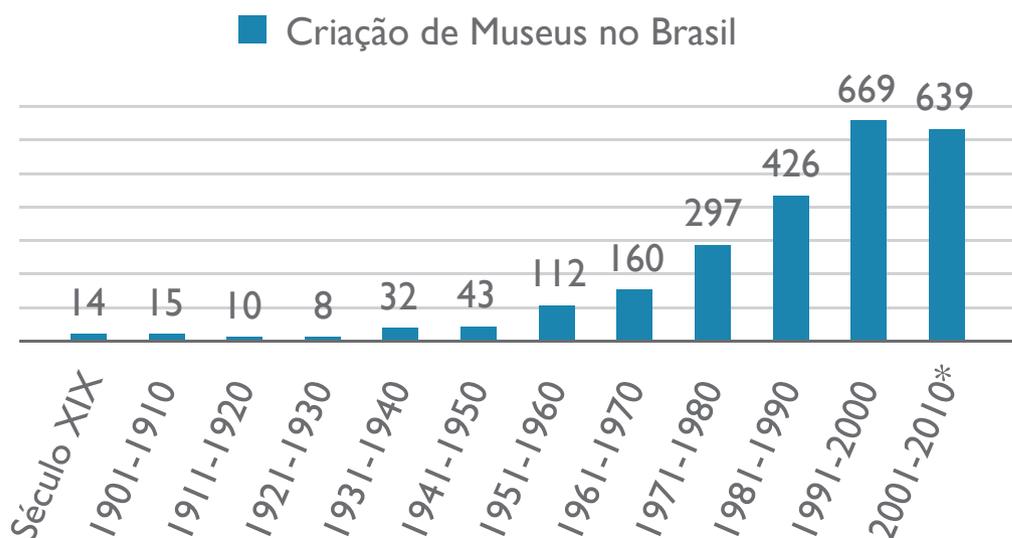
I - Raízes da imaginação museal no Brasil

No Brasil, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Museus, vivemos um período sem precedentes em relação à criação de unidades museais. O país iniciou o século XX com cerca de 12 museus e chegou ao século XXI, de acordo com os dados do Cadastro de outubro de 2010, com 3.025 unidades museológicas. Estes dados já nos permitem compreender que no Brasil, diferentemente da Europa, o século dos museus é o século XX e não o XIX.

A mais antiga experiência museológica de que se tem notícia no Brasil remonta ao século XVII e foi desenvolvida durante o período da dominação holandesa, em Pernambuco. Consistiu na implantação de um museu (incluindo jardim botânico, jardim zoológico e observatório astronômico) no grande parque do Palácio de Vrijburg (Friburgo), em Recife (PE). Mais adiante, já na segunda metade do século XVIII, no Rio de Janeiro, surgiria a famosa Casa de Xavier dos Pássaros – um museu de história natural – cuja existência prolongou-se até o início do século XIX.

Embora essas duas experiências museológicas não tenham se perpetuado, elas são ainda hoje notáveis evidências de que, pela via dos museus, ações de caráter preservacionista foram levadas a efeito durante o período colonial.

Criação de Museus no Brasil



* Número de instituições criadas até setembro/2010.

Dados do Cadastro Nacional de Museus sobre a criação de instituições museológicas no Brasil - 08/10/2010.

De qualquer modo, acontecimentos museais capazes de se enraizar na vida social e cultural brasileira só seriam perpetrados após a chegada da família real portuguesa, em 1808. É nesse quadro que, em 1818, foi criado o Museu Real, hoje Museu Nacional da Quinta da Boa Vista e, em 1816, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Em 1826, quatro anos depois da Independência, foi inaugurado o primeiro salão da Academia Imperial de Belas Artes - que, a rigor, pode ser considerado um dos antecedentes do atual Museu Nacional de Belas Artes.

De modo gradativo, a imaginação museal no Brasil foi construindo-se com as experiências desenvolvidas no século XIX, sobretudo a partir de sua segunda metade. Nesse sentido, merecem destaque a criação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), do Museu do Exército (1864), da Sociedade Filomática (1866) – que daria origem ao Museu Paraense Emílio Goeldi – do Museu da Marinha (1868), do Museu Paranaense (1876) e do Museu Paulista (1895).

Este breve esboço da constituição da imaginação museal no Brasil permite compreender que, mesmo antes do surgimento das universidades e dos institutos públicos de preservação do patrimônio cultural, os museus já exerciam as funções de pesquisa, preservação, comunicação patrimonial, formação e capacitação profissional.

II - Institucionalização do campo museal no Brasil

Em 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência, foi criado, no Rio de Janeiro, o Museu Histórico Nacional. Esse gesto emblemático de criação de um museu de história foi uma novidade, embora não tenha sido, como alguns autores pretendem, um “divisor de águas” na história da museologia no Brasil – a rigor, ele

vinha preencher uma lacuna identificada ainda no século anterior, quando instituições pioneiras deram seus primeiros passos. Se existem gestos divisores de águas no campo museal brasileiro, eles podem ser identificados na criação do Curso de Museus (1932) e na criação da Inspeção de Monumentos Nacionais (1934), dois acontecimentos já produzidos no âmbito do Museu Histórico Nacional. O primeiro foi responsável pela institucionalização da museologia e dos estudos de museus no Brasil, enquanto o segundo acabou se tornando um dos embriões do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1936.

Importa reconhecer que a Inspeção de Monumentos Nacionais passou a realizar um trabalho pioneiro de inventário, identificação, conservação e restauração de bens tangíveis na cidade de Ouro Preto, que havia sido elevada, por decreto, em 1933, à categoria de monumento nacional. A intenção explícita desse reconhecimento é destacar que o primeiro organismo federal institucionalizado de proteção do patrimônio monumental brasileiro foi criado, coordenado e colocado em movimento a partir de um museu. Esse reconhecimento, no entanto, não deve servir para obliterar a compreensão da importância que os museus tinham no anteprojeto que Mário de Andrade elaborou, em 1936, para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN). Nesse e em outros documentos, Mário de Andrade fez questão de valorizar os pequenos museus, os museus populares, os museus como espaços privilegiados da res pública e também a dimensão educacional dos museus – uma postura que seria posteriormente recuperada por diversos aspectos da Política Nacional de Museus.

No intervalo entre as duas grandes guerras mundiais, com os laços de dependência internacional mais flexibilizados, foi possível estabelecer instituições e desenvolver práticas preservacionistas de caráter nacional. Novos e diversificados museus privados, públicos e mistos foram criados a partir dos anos 1930, na esteira da

modernização e do fortalecimento do Estado, que passou, então, a interferir mais diretamente na vida social, nas relações de trabalho e nos campos de educação, de saúde e de cultura.

A notável proliferação de museus iniciada naquele momento prolongou-se e ampliou-se nas décadas de 1940 e 1950. É importante registrar que essa proliferação não se traduziu apenas em termos de quantidade; ela trouxe uma nova forma de compreensão dos museus e um maior esforço para a profissionalização do campo.

Assim, é compreensível que, logo após o final da Segunda Grande Guerra, em 1946, fosse criado o Conselho Internacional de Museus (ICOM), uma organização não governamental ligada à Unesco. Nessa ocasião, o jovem museólogo brasileiro Mário Barata², egresso do Curso de Museus e beneficiado com uma bolsa de estudos internacionais, encontrava-se em Paris e participou diretamente da criação do ICOM. A presença de Barata nesse acontecimento e o seu contato imediato com instituições brasileiras, por intermédio de jovens museólogas de sua geração, foram decisivos para que no mesmo ano fosse criada no Brasil a representação nacional do ICOM.³ Essa criação condensava e explicitava o desejo de diversos profissionais de museus espalhados pelo país na atualização do campo museal e na intensificação do intercâmbio cultural, técnico e científico com outros países, especialmente com a França e os Estados Unidos da América. Esse período de consolidação da museolo-

gia no Brasil se completou com a publicação de livros que se tornaram clássicos,⁴ com a afirmação da diversidade museal e com a criação de museus como os de Arte Moderna, de Imagens do Inconsciente, do Índio e de tantos outros.

Em 1956, foi realizado em Ouro Preto o 1º Congresso Nacional de Museus e, em 1958, no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, aconteceu o Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos museus.⁵ Estes dois grandes encontros desempenharam papéis fundamentais na profissionalização da museologia e na consagração da perspectiva pedagógica nos museus brasileiros.

Na década seguinte, em 1963, foi criada a Associação Brasileira de Museólogos, atual Associação Brasileira de museologia, responsável pela realização de inúmeros fóruns, congressos, seminários, encontros e debates, e principal agente de mobilização na luta pela regulamentação da profissão de museólogo – o que viria a acontecer em 1984.

Em 1976, foi realizado em Recife o 1º Encontro Nacional de Dirigentes de Museus. Desse encontro resultou um documento denominado “Subsídios para Implantação de uma Política Museológica Brasileira”,⁶ publicado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e, durante longo tempo, utilizado na orientação de projetos. Três anos depois desse famoso encontro realizado em Pernambuco, seria criada por Aloísio Magalhães a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), que abri-

2. O professor Mário Barata faleceu em setembro de 2007, depois de uma trajetória de intensa militância pela causa museológica no país.

3. Os três primeiros presidentes da representação nacional do ICOM foram Oswaldo Teixeira (diretor do Museu Nacional de Belas Artes), Rodrigo Melo Franco de Andrade (presidente do IPHAN) e Heloísa Alberto Torres (diretora do Museu Nacional).

4. Alguns exemplos: Anais do Museu Histórico Nacional, publicação iniciada em 1940; Introdução à Técnica de Museus, de Gustavo Barroso, publicado em 1946, 1947 e 1951; Museus do Brasil, de Heloísa Alberto Torres, publicado em 1953; Museu e educação, de F. dos Santos Trigueiros, publicado em 1955 e 1958; Recursos Educativos dos Museus Brasileiros, de Guy de Holanda, publicado em 1958.

5. Seminário coordenado por George Henri Rivière, que, na ocasião, era presidente do ICOM.

gou, durante aproximadamente uma década, um conjunto expressivo de museus não atendidos pela política cultural da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Foi no âmbito da FNPM que, em 1983, instalou-se o Programa Nacional de Museus, que desenvolveu projetos especiais visando à revitalização dos museus brasileiros.

O panorama museológico entre as décadas de 1970 e 1980 estava em ebulição e compunha-se de novas ideias, encontros, debates e novas propostas de uma museologia ativa, participativa e democrática. Na esteira das discussões de política museológica, surgiria, em 1986, o Sistema Nacional de Museus. Seu objetivo: articular e apoiar financeiramente projetos museológicos.

Os documentos produzidos em 1972, durante a Mesa Redonda de Santiago do Chile, e em 1984, durante a reunião internacional de Quebec, e também as experiências museais desenvolvidas no México, na Suíça, no Canadá, na França e em Portugal produziram impactos teóricos e práticos no Brasil. Os desafios de pensar e desenvolver práticas de uma museologia popular e comunitária e os desafios de refletir e agir sobre o patrimônio, considerando-o como agente de mediação, foram assumidos por praticantes do que passou a ser chamado de Nova Museologia.

O Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), que se organizou na década de 1980 a partir dos flancos abertos no corpo da museologia clássica nos anos 1970 e um pouco por todo o mundo, viria também configurar um novo conjunto de forças capazes de dilatar, ao mesmo tempo, o campo museal e a paisagem patrimonial. Por essa época, no Brasil destacou-se em termos teóricos e práticos o trabalho de Waldisa Russio, inovador, ousado e inspirador de uma museologia popu-

lar, politicamente engajada e comprometida com os processos de transformação social.

Mesmo depois de alguns avanços, no início da década de 1990, a Fundação Nacional Pró-Memória e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foram extintas e, em substituição, foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Nessa ocasião, os museus dessas instituições foram esquecidos e deixados de fora da nova estrutura. Após algum tempo, percebido o dramático equívoco, foram incorporados, por meio de artifício administrativo, ao IBPC, posteriormente denominado IPHAN.

A década de 1990 testemunhou uma renovação no campo museal como um todo. Embora influenciada pelas ações e debates travados nas décadas anteriores, tal renovação se deu sem uma determinação político-cultural única, e muito menos com uma orientação técnico-científica exclusiva – o que contribuiu para a complexificação do campo e a ampliação da diversidade museológica brasileira.

A musealização, como prática social específica, deramou-se para fora dos museus institucionalizados. Tudo passou a ser museável (ou passível de musealização), ainda que nem tudo pudesse, em termos práticos, ser musealizado. A imaginação museal e seus desdobramentos (museológicos e museográficos) passaram a poder ser lidos em qualquer parte onde estivesse em questão um jogo de representações de memórias corporificadas. Casas, fazendas, escolas, fábricas, estradas de ferro, músicas, minas de carvão, cemitérios, gestos, campos de concentração, sítios arqueológicos, notícias, planetários, jardins botânicos, festas populares, reservas biológicas - tudo isso poderia receber o impacto de um olhar museológico.

De modo notável, a trajetória dos museus no Brasil

6. O documento em questão foi construído com base nas orientações e nos debates dos dirigentes de museus, sobretudo dos grandes museus públicos, presentes ao Encontro e, por isso mesmo, não reflete o estado de ebulição da museologia da época.

indica que as ações de comunicação, pesquisa e preservação do patrimônio cultural, que madrugaram em instituições como o próprio SPHAN na década de 1930, concretamente existem no tempo presente. As relações entre os museus e o patrimônio não nasceram e não se esgotaram no século XX. Esse entendimento favorece a compreensão de que as categorias museu e patrimônio podem ser consideradas como campos complementares e, por isso mesmo, uma não se reduz obrigatoriamente à outra. Em outras palavras: os museus não são apêndices do campo patrimonial; eles constituem práticas sociais específicas, com trajetórias próprias, com mitos fundadores peculiares. Sem dúvida, é possível pensar que estão inseridos no campo patrimonial, mas, ainda assim, é forçoso reconhecer que têm contribuído frequentemente, de dentro para fora e de fora para dentro, para forçar as portas e dilatar o domínio patrimonial.

Os museus conquistaram notável centralidade no panorama político e cultural do mundo contemporâneo. Deixaram de ser compreendidos por setores da política e da intelectualidade brasileira apenas como casas onde se guardam relíquias de um certo passado ou, na melhor das hipóteses, como lugares de interesse secundário do ponto de vista sociocultural. Eles passaram a ser percebidos como práticas sociais complexas, que se desenvolvem no presente, para o presente e para o futuro, como centros (ou pontos, ou redes) envolvidos com criação, comunicação, produção de conhecimentos e preservação de bens e manifestações culturais. Ainda mais além, o museu passou a ser visto como um instrumento que poderia ser utilizado com liberdade pelos mais diferentes atores sociais. Por tudo isso, o interesse político nesse território simbólico está em franca expansão.



III - O exercício de uma nova imaginação museal

Os museus brasileiros estão em movimento. Por isso, interessa compreendê-los em sua dinâmica social e interessa compreender o que se pode fazer com eles, apesar deles, contra eles e a partir deles no âmbito de uma política pública de cultura.

Em comemoração aos 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em maio de 2002, foi realizado, na cidade do Rio Grande/RS, o 8º Fórum Estadual de Museus, sob o tema “Museus e globalização”, ocasião em que foi elaborada e divulgada a “Carta do Rio Grande”. Ainda em 2002, o Conselho Federal de Museologia (COFEM) elaborou e divulgou o documento denominado “Imaginação museal a serviço da cultura”. Estes dois documentos informariam a Política Nacional de Museus.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva empossado em janeiro de 2003 estabeleceu novos marcos conceituais e práticos para o Ministério da Cultura (MinC), sob a gestão do ministro Gilberto Gil, além de desenvolver um plano de implementação de políticas públicas sem precedentes na história do Brasil contemporâneo. Não há exagero quando se diz que, naquele momento, o MinC foi recriado e remodelado e passou a ter efetivamente estatura e envergadura de ministério.

Compreendendo a importância dos museus na vida cultural e social brasileira, o MinC criou a Coordenação de Museus e Artes Plásticas vinculada à Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas e, por seu intermédio, convidou a comunidade museológica para participar democraticamente da construção de uma política pública



voltada para o setor. Um dos frutos dessa ação inédita foi o lançamento da Política Nacional de Museus, em 16 de maio de 2003, em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

Ainda que a Política Nacional de Museus tenha sido lançada como um documento, avaliado e amparado pelo Estado republicano, o segredo do seu funcionamento está no seu caráter de movimento social, de ação que extrapola as molduras políticas convencionais. Para se compreender o panorama atual é interessante ter em mente as minúcias desse processo, tal como ele se desenvolveu desde seu início.

Em termos metodológicos, o processo de construção da Política Nacional de Museus foi dividido em quatro etapas:

1 – Elaboração de um documento básico para discussão geral com a participação de representantes de entidades e organizações museológicas e de universidades, além de profissionais de destacada atuação na área. Esse documento levou em conta a “Carta de Rio Grande” e o texto “Imaginação museal a serviço da cultura”, anteriormente citados.

2 – Apresentação e debate público do documento básico, em reuniões ampliadas, no Rio de Janeiro e em Brasília, entre 23 e 27 de março de 2003, com a participação de diretores de museus, representantes das Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura, professores de universidades, representantes de entidades e organizações museológicas de âmbito nacional e internacional - mais de uma centena de pessoas.

3 – Ampla disseminação e discussão do documento básico por meio eletrônico e reuniões presenciais. Profissionais de museus de diferentes áreas do conhecimento, professores, estudantes, aposentados, pesquisadores, técnicos, gestores culturais, líderes comunitários, políti-

cos, educadores, jornalistas e artistas – enfim, todos os interessados em participar do debate – puderam contribuir livre e democraticamente para o aprimoramento da proposta inicial. Além das múltiplas e expressivas contribuições nacionais, o documento contou também com a leitura crítica, atenta e sugestiva de profissionais que atuam na França, na Holanda e em Portugal.

4 – Finalmente, uma equipe mista, formada por representantes do poder público e da sociedade civil, consolidou as diferentes sugestões e apresentou uma nova versão para o documento inicial. Essa versão foi mais uma vez submetida ao debate por meio eletrônico, corrigida, ajustada, aprovada, publicada e lançada no outono de 2003.

Um dos resultados dessa ampla consulta foi o entendimento de museus como práticas e processos socioculturais colocados a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, politicamente comprometidos com a gestão democrática e participativa e voltados para as ações de investigação e interpretação, registro e preservação cultural, comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de ampliar o campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira.

Os princípios adotados na orientação da Política Nacional de Museus foram os seguintes:

1 – Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais.

2 – Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.

3 – Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro.

4 – Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado.

5 – Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.

6 – Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.

7 – Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades.

Uma vez apresentados os objetivos, a rede de parcerias e os princípios orientadores da Política Nacional de Museus, o documento, consolidado após muito debate, identificou sete eixos programáticos capazes de aglutinar, orientar e estimular a realização de projetos e ações museológicas. Estes eixos se tornariam, com algumas modificações, a base de todos os debates seguintes sobre a questão museal, fazendo parte das discussões dos Fóruns Nacionais de Museus e se consolidando na forma dos documentos e do Plano Setorial elaborado no 4º Fórum Nacional de Museus, realizado em Brasília em 2010, o que será mencionado posteriormente.

I – Gestão e Configuração do Campo Museológico, com a implementação do Sistema Brasileiro de Museus, o incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais

de museus, a criação do Cadastro Nacional de Museus, o aperfeiçoamento de legislação concernente ao setor, a integração de diferentes instâncias governamentais envolvidas com a gestão de patrimônios culturais musealizados, a criação de polos museais regionalizados, a participação de comunidades indígenas e afrodescendentes no gerenciamento e na promoção de seus patrimônios culturais e o estabelecimento de planos de carreira, seguidos de concursos públicos específicos para atender às diferentes necessidades das profissões museais, entre outras ações.

2 – Democratização e Acesso aos Bens Culturais, que comportava principalmente as ações de criação de redes de informação entre os museus brasileiros e seus profissionais, o estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a criação de programas destinados a uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea, além do apoio à realização de eventos multi-institucionais, à circulação de exposições museológicas, à publicação da produção intelectual específica dos museus e da museologia e às ações de democratização do acesso aos museus.

3 – Formação e Capacitação de Recursos Humanos, que tratava fundamentalmente: das ações de criação e implementação de um programa de formação e capacitação em museus e em museologia; da ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, além de cursos técnicos e de oficinas de extensão; da inclusão de conteúdos e disciplinas referentes ao uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais nos currículos dos ensinos fundamental e médio; da criação de polos de capacitação e de equipes volantes capazes de atuar em âmbito nacional; e do desenvolvimento de programas de estágio em museus brasileiros e estrangeiros, entre outras ações.

4 – Informatização de Museus, destacando-se a criação de políticas de apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos, ao estímulo de projetos para disponibilização de informações sobre museus em mídias eletrônicas e ao apoio aos projetos institucionais de transferência de tecnologias para outras instituições de memória.

5 – Modernização de Infraestruturas Museológicas, abrangendo a realização de obras de manutenção, adaptação, climatização e segurança de imóveis que abrigam acervos musealizados, bem como projetos de modernização das instalações de reservas técnicas e de laboratórios de restauração e conservação. Também estavam previstos o estímulo à modernização e à produção de exposições, o incentivo a projetos de pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias de conservação, documentação e comunicação.

6 – Financiamento e Fomento para Museus, enfatizando a constituição de políticas de fomento e difusão da produção cultural e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais; o estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, de modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado; a criação de um Fundo de Amparo para o patrimônio cultural e os museus brasileiros; o desenvolvimento de programas de qualificação de museus junto ao CNPq, à Capes e às Fundações de Amparo à Pesquisa; e o aperfeiçoamento da legislação de incentivo fiscal, visando à democratização e à distribuição mais harmônica dos recursos aplicados ao patrimônio cultural musealizado.

7 – Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais, voltado para a criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão

de acervos de comunidades indígenas, afrodescendentes e das diversas etnias constitutivas da sociedade brasileira, além do estabelecimento de critérios de apoio e financiamento às ações de conservação e restauração de bens culturais e do apoio às instâncias nacionais e internacionais de fiscalização e controle do tráfico ilícito de bens culturais, assim como às ações e dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção dos bens culturais vinculados à história e à memória social de interesse local, regional ou nacional.

Da mesma forma que a construção do texto que fundamenta a Política Nacional de Museus foi resultado de uma ação democrática e participativa, sua implementação também foi sendo conduzida pelos mesmos princípios. A Política Nacional de Museus foi sendo disseminada por todo o território nacional e vem, de forma sistemática, se enraizando na vida cultural brasileira. Sua capilaridade é notável: em todas as unidades federativas existem agentes sintonizados e comprometidos com o seu desenvolvimento.

Um dos primeiros desdobramentos institucionais da Política Nacional de Museus foi a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) no âmbito do IPHAN, em 2003. A singularidade do conjunto de museus do IPHAN e a inexistência formal de um setor na área federal voltado às ações no campo da museologia eram motivos suficientes para a criação do DEMU. Seu surgimento no cenário museal brasileiro acarretou, de imediato, o fortalecimento de todos os museus do MinC. Na sequência deste processo, foi criado o Sistema Brasileiro de Museus, outra ação fundamental para a implantação da Política Nacional de Museus.

Um desafio e uma conquista fundamentais para a consolidação da Política Nacional de Museus foi a criação de instrumentos de fomento e financiamento diversificados com critérios públicos de seleção de projetos. Uma das primeiras ações implementadas pelo DEMU foi a reformulação do programa de financiamento denomina-

do Museu: Memória e Cidadania, cujo alcance, anteriormente restrito aos museus federais, passou a abranger todos os museus brasileiros a partir de 2004. Essas ações possibilitaram que instituições de todo o país tivessem mecanismos de financiamento de seus projetos, levando em conta critérios como impacto regional e institucional, relevância dos acervos, localidade e tamanho. O processo democratizou e descentralizou o financiamento público da cultura. Isso possibilitou a inúmeras instituições, na perspectiva de qualificação dos espaços museológicos, modernizar suas estruturas, garantindo o processo de preservação da memória nacional sob a guarda dos museus.

Outras políticas de financiamento e fomento a museus também foram criadas, via Fundo Nacional de Cultura, Mecenato e Editais como os de Modernização de Museus (Ibram/MinC), o Mais Museus (Ibram/MinC), Adoção de Entidades Culturais (CEF), Preservação de Acervos (BNDES) e Apoio à Cultura-Patrimônio (Petrobras).

O crescimento extraordinário dos museus, aliado ao interesse dos movimentos sociais pelas práticas museológicas contemporâneas, justificam e exigem investimentos e políticas públicas específicas para o setor. Esse foi, e continua sendo, o desafio da Política Nacional de Museus: implementar ações de fomento com foco nos médios e pequenos museus brasileiros, além de facilitar e democratizar o acesso destas instituições aos recursos orçamentários destinados à área. O enfrentamento desse desafio, de acordo com as orientações do MinC, permitiu que a Política de Museus alcançasse uma dimensão efetivamente nacional e pública.

Como foi indicado, a Política Nacional de Museus foi construída com base em uma metodologia que estimulou a participação de múltiplos atores sociais. Reuniões presenciais sistemáticas e entusiasmados debates por correio eletrônico permitiram que fosse desenhado um cenário nacional dos museus, trazendo à tona os pontos fortes e

as oportunidades, os pontos críticos e as ameaças.

No cenário citado, em termos de pontos fortes e oportunidades, destacam-se: a diversidade e a capilaridade museal; a forte inserção dos museus nas comunidades locais; o expressivo leque de serviços disponibilizados ao público, com atenção para os programas educativos e as exposições temáticas de curta, média e longa duração; a presença, em alguns museus, de equipes altamente qualificadas, equipamentos modernos e práticas museais exemplares; relevantes exemplos de documentação e gestão de coleções, bem como de capacitação do corpo técnico dos museus; ampla rede de apoio e colaboração nacional e internacional.

Em termos de pontos críticos e ameaças, destacam-se: a precariedade de nível jurídico e administrativo de muitos museus; a falta de eficácia nos procedimentos técnicos de documentação e gestão de acervos; a carência de políticas de segurança e conservação preventiva; a fragilidade dos instrumentos de gestão dos museus e o desempenho pouco eficaz da sua função social; a pouca valorização da função pesquisa; coleções deficientemente inventariadas, conservadas, estudadas e divulgadas; a baixa ocorrência de periódicos especializados para a divulgação da produção de conhecimento e práticas museais.

O modelo de gestão delineado pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN tratou de operar sobre o cenário acima referido e buscou superar dificuldades e ameaças e, ao mesmo tempo, corroborar os pontos fortes e as oportunidades. Nesse sentido, foi construído um modelo de gestão que envolve três instrumentos de operação:

- Instrumentos institucionais: referem-se à organização institucional do setor museológico, o que envolve a criação do Sistema Brasileiro de Museus, do Cadastro Nacional de Museus, do Observatório de Museus e Centros Culturais e do Instituto Brasileiro de Museus com a definição de uma legislação específica para o campo museal, o Estatuto de Museus. Todos estes instrumentos se

tornaram realidade, modificando bastante o panorama institucional museal brasileiro ao longo do período 2003-2010. Cada um destes elementos institucionais será detalhado posteriormente.

- Instrumentos de fomento: referem-se aos dispositivos políticos e administrativos que foram pensados e desenvolvidos visando à revitalização dos museus, tais como o Programa Museu Memória e Cidadania, os editais do MinC, os editais do Ibram, como o Modernização e o Mais Museus, do Banco Nacional do Desenvolvimento Social, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras, além das leis de incentivo à cultura e dos programas estaduais e municipais de apoio a museus.

- Instrumentos de democratização: referem-se à formação de uma rede de colaboradores nacionais e internacionais. O Sistema Brasileiro de Museus, por sua capacidade de aglutinação e articulação de entidades e atores sociais, é um dos pontos de destaque dessa rede, assim como o Fórum Nacional de Museus, já em sua 4ª edição. Outros instrumentos de democratização são as redes temáticas, o lançamento de editais, os programas de capacitação e formação profissional, o programa de cooperação internacional desenvolvido com a Espanha e com Portugal - o Ibermuseus -, a realização de fóruns estaduais e municipais de museus e a criação e a revita-

lização de sistemas estaduais e municipais de museus.

Embora o Ministério da Cultura, por intermédio do DEMU, tenha sido inegavelmente vetor de mudanças, não se deve desconsiderar a presença de outros vetores igualmente importantes. É preciso reconhecer que havia muita demanda represada, um anelo antigo de atores sociais e instituições museais interessados na elaboração e na implantação de uma política museológica para o Brasil – não de uma política qualquer, mas de uma política qualificada, democrática, participativa e cidadã, construída com o trabalho, a energia e a vitalidade de muitos. Esta conjugação de vetores resultou num clima bastante favorável.

As mudanças colocadas em andamento por todas estas ações têm resultados bastante visíveis no panorama museal. Os mais de três mil museus que hoje existem no Brasil são instituições públicas e privadas que geram mais de 22 mil empregos diretos. Isso demonstra a importância da área para o desenvolvimento do país.



Como consequência do exercício dessa nova imaginação museal, estão sendo criados, por todo o país, numa escala surpreendente, novos cursos de graduação e pós-graduação em museologia. Durante aproximadamente 40 anos, apenas a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) formava museólogos no país. Em 1970, surgiu um segundo curso, em Salvador, vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA). Até 2003, estes eram os dois únicos cursos de graduação em museologia existentes no Brasil.

Atualmente, estão em funcionamento um curso de pós-graduação ao nível de mestrado, na UniRio, e 12 cursos de graduação vinculados às seguintes instituições: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Centro Universitário Barriga Verde (Unibave), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Estão em fase de implantação pelo menos outros dois cursos: na Faculdade Dom Bosco de Monte Aprazível, no estado de São Paulo; e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul.

Além disso, ações de capacitação e formação profissional estão sendo realizadas por todo o país; o Programa de Formação e Capacitação, ao longo de dez anos, atendeu mais de 21 mil profissionais e estudantes; sistemas estaduais de museus estão sendo criados ou revitalizados; fóruns, seminários, jornadas e encontros são

levados a efeito por todo o canto. Os investimentos em cursos de formação merecem uma especial atenção por, pelo menos, três bons motivos: eles representam a possibilidade de acolhimento de vocações orientadas para os estudos sobre museus, memória, patrimônio, paisagens culturais e territórios musealizados; indicam a configuração de um cenário propício para o desenvolvimento de novas abordagens teóricas e práticas; e apontam para o amadurecimento da museologia brasileira.

Todas essas ações fazem com que os museus estejam mesmo em movimento e, parafraseando Oswald de Andrade, o poeta antropofágico, podemos dizer: “só a museologia nos une”.

IV - Museus: abrigos do que fomos e somos, inspiração do que seremos

Walter Benjamin acredita que os museus são casas e “espaços que suscitam sonhos”,⁷ André Malraux, por seu turno, considera que os museus são locais que “proporcionam a mais elevada ideia do homem”.⁸ De um modo e de outro, fica patente a dimensão de humanidade dos museus: eles não são apenas casas que conservam e preservam vestígios e sobejos do passado; também são fontes de sonho e de criatividade e pontes que nos conectam com o futuro.

7. BENJAMIN, Walter. “Espaços que suscitam sonho, museu, pavilhões de fontes hidrominerais”. In: CHAGAS, Mário (org.) Revista do Patrimônio: Museus, Antropofagia da Memória e do Patrimônio, nº 31, IPHAN, Brasília, 2005.

8. MALRAUX, André. O Museu Imaginário. Lisboa, Edições 70, 2000.

Essas palavras têm o objetivo de sublinhar a necessidade de uma atenção especial para os museus, uma atenção que se traduza num projeto concreto de valorização dos museus, sem perder a perspectiva crítica. No que se refere à Política Nacional de Museus, esse projeto (ou sonho coletivo) esteve associado ao plano de criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

A criação do instituto pode ser considerada o marco de uma política pública que vem sendo trabalhada desde 2003 pelo Ministério da Cultura. Além disso, é também reconhecimento efetivo de que a especificidade do campo museal requer e justifica, sobretudo no mundo contemporâneo, um campo próprio de institucionalização. A vitalidade desse campo decorre de sua capacidade sui generis de mesclar preservação, investigação e comunicação; tradição, criação e modernização; identidade, alteridade e hibridismo; localidade, nacionalidade e universalidade. É correto afirmar que, amparado por esta multiplicidade de ações, o centro de gravidade da política cultural do Brasil passa pelo território dos museus.

No período de 2003 a 2008, a equipe do DEMU aplicou-se com determinação na construção do anteprojeto de lei para a criação do Ibram. Esse anteprojeto foi discutido por equipes técnicas e administrativas; foi examinado por equipes especializadas em planejamento e gestão e, finalmente, em janeiro de 2009, foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em termos operacionais, o Ibram é uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao MinC, atuando em sintonia com o Sistema Brasileiro de Museus. De sua estrutura fazem parte os museus antes ligados ao IPHAN, no total de 29 unidades.

O Ibram é um desejo antigo que gradualmente vai

se realizando e tem como objetivo formular uma política cultural para todos os museus brasileiros, não só os federais, melhorar os serviços do setor, aumentar a visitação e a arrecadação dos museus, fomentar políticas de aquisição e preservação dos acervos e criar ações integradas entre os museus brasileiros. Segundo Moraes (2009), o Ibram cria uma nova situação, pois se aproxima de experiências bem sucedidas em países como França, Espanha e Portugal (os quais serviram de referência) ao transformar os museus em órgãos autônomos, responsáveis pela gestão, formulação e política museológica.

Assim como os museus, esta nova instituição suscita sonhos, abriga a nossa humanidade e nos projeta no futuro, sem que com isso se perca o pé do presente. Os museus e a museologia no Brasil estão mesmo em movimento, estão na dança e em mudança e, por isso, estão enfrentando e superando desafios, alcançando e ressignificando objetivos.

Considerado uma das principais ferramentas de gestão do Ibram, o Estatuto de Museus foi instituído também em janeiro de 2009, pela Lei 11.904, que regulamenta desde a criação até o fechamento de um museu e seu funcionamento. O estatuto torna obrigatória a elaboração e implementação de um plano museológico para cada instituição, que deve conter um diagnóstico participativo, sistemas de segurança, identificação dos espaços conjuntos e patrimoniais e a identificação dos públicos-alvos.

O estatuto mostra a face mais importante da política de museus: a democratização do espaço não apenas para o público, mas para a chegada do financiamento a todas as unidades museais, pois inclui museus de todos os portes, os comunitários e os ecomuseus. De acordo com Moraes:

I. MORAES, Nilson Alves de. "Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil". In: Revista Museologia e Patrimônio, vol. II, nº1, jan/jul de 2009, p. 57.

“(…) o museu, na lógica do estatuto, é um espaço privilegiado, dotado de identidade cultural, simbólica e possui algumas prerrogativas, deveres e modos de financiamento. Como unidade institucional, possui um papel técnico fundamental na organização do sistema, para o conjunto dos profissionais e militantes de museus”.⁹

O sucesso da Política Nacional de Museus aumentou a responsabilidade do Ibram e do Ministério da Cultura. Um dos mais graves problemas das políticas públicas de cultura tem sido a descontinuidade das ações e a perda das conquistas alcançadas, o que tem produzido um ambiente de desconfiança e descrença. Por tudo isso, preservar o caráter participativo e democrático da atual Política de Museus é fundamental. Essa preservação, em certo sentido, depende mais da atuação direta e engajada dos diversos agentes sociais envolvidos com o seu processo de construção do que dos aparelhos públicos – estatais ou não – que se dedicam à sua sistematização. Essa parece ser também a sugestão de Nestor Garcia Canclini:

“Talvez uma tarefa-chave das novas políticas culturais seja, tal como tentam certas performances artísticas, reunir, de outras maneiras, afetos, saberes e práticas. Reencontrar ou construir signos que representem, de modo crível, identidades de sujeitos que ao mesmo tempo querem, sabem e agem: sujeitos que respondam por ações e não personagens que representem marcas de entidade enigmática. Este é um núcleo dramático do presente debate cultural, ou

seja, do sentido com que as opções de desenvolvimento social vêm se reelaborando”.¹⁰

O enfrentamento dessa questão tem levado o MinC e o Ibram a dedicarem-se com atenção à continuidade das ações da Política Nacional de Museus, através do Plano Nacional de Cultura (PNC) e das demais ações que possam garantir o seu futuro, levando em conta as três seguintes diretrizes: cultura como direito, cultura como bem simbólico e cultura como ativo econômico.

Colocar em movimento e mesclar ideais, planos, desejos e sonhos guardados há tempos por diferentes atores sociais em seus “baús de prata” e buscar transformar a potência dessas energias em práticas concretas, em ações efetivas, sem perder a potência transformadora dessas energias: este tem sido o grande desafio e o desejo dos gestores da Política Nacional dos Museus.



9. MORAES, Nilson Alves de, Op. cit. 2009, p. 66.

10. CANCLINI, Nestor Garcia. Diferentes, desiguais e desconectados. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2005. p. 265.

11. Expressão presente em uma das canções de Gilberto Gil, ministro da Cultura durante 2003-2008. Na canção “Back in Bahia”, ele fala no “velho baú de prata dentro de mim” – uma espécie de museu que serve para preservar e comunicar saudades.



Um novo tempo de memórias e criação

Ibram

Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, em 21 de janeiro de 2009, a lei que criava o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC), uma nova era para o campo museal acabava de começar. Não apenas pelo surgimento de um órgão próprio para o setor, mas pelo seu significado: a valorização de um conceito ampliado de museu, de cultura e das políticas culturais.

O Ibram é resultado de todo um movimento do campo museal, claramente percebido com a aprovação da Política Nacional de Museus (PNM), marco incontestável de todas essas mudanças. A partir de 2003, com a instituição da PNM, o Sistema Brasileiro de Museus – rede de integração entre as unidades brasileiras – foi institucionalizado, discutiu-se e elaborou-se o Estatuto de Museus e, finalmente, em 2009, o Instituto Brasileiro de Museus passou a existir.

A criação do Instituto Brasileiro de Museus, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério da Cultura é de grande importância para a política cultural brasileira. Afinal, o Ibram vai possibilitar a normatização do setor e assegurar a sua fiscalização para a preservação do patrimônio museológico, inovando no enfrentamento das questões relacionadas aos museus. Além disso, a expectativa é de que se promova ampliação da arrecadação pelos museus públicos, geração de emprego e renda, fomento do turismo cultural.

O surgimento do Ibram abre caminho para uma política mais democrática de acesso aos bens culturais, de integração e inclusão entre museus e comunidade. Ao ser criado, reconheceu-se nos museus seu valor estratégico, a



importância de sua função social. A capacidade de atuação dos museus com as comunidades locais, por meio de programas culturais e socioeducativos, contribuirá para essa via de mão dupla que é a cultura.

O órgão criado para a gestão da política cultural museal tem também muitos desafios pela frente, por exemplo, a modernização dos museus, a circulação de acervos e o aumento do número de exposições para a ampliação do número de visitantes. Atualmente, existem no Brasil 3.025 museus mapeados que possuem mais de 70 milhões de itens em seu acervo e geram mais de 22 mil empregos diretos. A multiplicação dos museus em número e em tipologia vem expressar o papel central que conquistaram no panorama cultural do mundo contemporâneo. Não se pode esquecer que esse aumento não se traduziu

apenas em termos de quantidade, implicando uma nova forma de compreensão dos museus e um maior esforço para a profissionalização do campo.

Outro aspecto com o qual o Ibram contribuirá está relacionado à integração e articulação dos museus brasileiros e à operacionalização de uma política cultural de estímulo, de forma a fortalecer o Sistema Brasileiro de Museus.

A noção de museu, hoje, abarca dinâmicos processos museológicos, práticas sociais complexas, com orientações políticas, culturais e científicas bastante diferenciadas. Dentre os elementos que singularizam o campo dos museus, destacam-se: a) o trabalho permanente com o patrimônio museológico, incluindo nessa designação o patrimônio natural, o tangível e o intangível; b) a presença de acervos e exposições, colocados ao serviço da socie-

dade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer; c) o desenvolvimento de programas e projetos.

Assim, a criação do Ibram, além de atender a um antigo anseio da comunidade museológica brasileira, será um passo decisivo para a valorização de saberes específicos deste campo e para uma melhor organização, gestão e desenvolvimento dos museus, a exemplo de países como Portugal, Espanha e França.

Concurso para o Ibram

Um ano depois de criado, o Ibram realizou, em março de 2010, o primeiro concurso para a construção de seu quadro de servidores. Ao todo foram oferecidas 294 vagas e os aprovados foram lotados nas unidades museológicas que integram o Ibram, na sede em Brasília e em suas unidades administrativas no Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Para o cargo de nível médio a remuneração inicial é de R\$ 2.133,22 e para os de nível superior é de R\$ 3.012,82, já contando com as respectivas gratificações. A jornada de trabalho é de 40 horas semanais.

As vagas foram distribuídas entre os cargos de assistente técnico I (47), nível médio completo; analista I, com nível superior completo nas seguintes áreas: administração (42), economia (3), análise de sistemas (9), contabilidade (4), jornalismo (8), engenharia civil (3), engenharia elétrica (2), psicologia (1), publicidade (2), relações públicas (3), relações internacionais (2) e qualquer área (6); técnico em assuntos educacionais (37), com formação superior na área de ciências humanas e sociais; e técnico em assuntos culturais, nas especialidades de arquivologia (12), antropologia (8), arqueologia (1), arquitetura (6), biblioteconomia (9), história (13), museologia (45), sociologia (5), ciências humanas e sociais (10). Ficaram reservadas aos portadores de deficiência 5% das vagas disponíveis.

O concurso foi realizado em duas etapas: provas objetivas para todos os cargos e prova discursiva e avaliação de títulos para as funções de nível superior. As provas discursivas foram aplicadas nas cidades de Belo Horizonte (MG), Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Luis (MA), São Paulo (SP), Vitória (ES) e no Distrito Federal (DF).

Desde setembro, os novos concursados estão em atividade. Em Brasília, a lotação ocorreu com a mudança do Ibram/MinC para a sua nova sede, em novo edifício e instalações recém-implantadas.



Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico

A criação do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, em 2009, estabeleceu um novo espaço para o diálogo e a participação ativa da sociedade na formulação das políticas públicas para o setor museal.

Instituído pelo Decreto 6.845 (que aprovou a estrutura regimental do Ibram), o Conselho é um órgão colegiado que integra a estrutura organizacional do Ibram. É constituído por representantes das principais entidades relacionadas à área museológica no país – Conselho Internacional de Museus (ICOM), Associação Brasileira de Museologia (ABM), Conselho Federal de Museologia (Cofem), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Nacional de Artes (Funarte), Comitê Brasileiro de História da Arte (CBHA), Fundação Cultural Palmares (FCP) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – e por 13 personalidades da sociedade civil, com notório e especial conhecimento nos campos de atuação do Ibram.

Entre as principais atribuições do Conselho estão o apoio à formulação de políticas públicas para o setor museológico, de maneira democrática e permanente, e a apreciação de questões relacionadas à proteção e defesa do patrimônio cultural musealizado, à consolidação e desenvolvimento do Ibram e ao fortalecimento do campo museal. Contribuir para a ampliação, consolidação e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus é outra competência atribuída ao Conselho, assim como examinar e opinar sobre a movimentação e saída do País do patrimônio cultural musealizado.

O CCPM é presidido pelo presidente do Ibram, que indica seus integrantes. A designação dos conselheiros cabe

ao ministro da Cultura. Os conselheiros têm mandato de quatro anos e sua participação não é remunerada, sendo considerada prestação de serviço público relevante. O Conselho deve reunir-se ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, por convocação do presidente ou da maioria dos membros.

A posse dos integrantes do CCPM foi realizada em 18 de dezembro de 2009 (dia do Museólogo), no Palácio da Aclamação, em Salvador, Bahia. Em seguida à posse, ocorreu a primeira reunião do órgão colegiado, em que os recém-empossados conselheiros debateram as perspectivas para o desempenho das atividades do grupo. A apresentação, pelo Ibram, de dados do setor museológico coletados no Cadastro Nacional de Museus foi outro tema da pauta, assim como uma análise do Estatuto dos Museus sob o ponto de vista jurídico.

Na segunda reunião do Conselho, realizada em 17 e 18 de junho de 2010, em Brasília, os participantes avaliaram a minuta do decreto que regulamenta o Estatuto dos Museus, entre outros assuntos.

Integrantes do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico

Entidades

Conselho Internacional de Museus (ICOM)

Carlos Roberto Ferreira Brandão (titular)
Maria Ignez Mantovani Franco (suplente)

Associação Brasileira de Museologia (ABM)

Antônio Carlos Pinto Vieira (titular)
Adua Nesi (suplente)

Conselho Federal de Museologia (Cofem)

Maria Olímpia Dutzmann (titular)
Eliene Dourado Bina (suplente)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Dalmo Vieira Filho (titular)
Wivian Patrícia Pinto Diniz (suplente)

Fundação Nacional de Artes (Funarte)

Sérgio Mamberti (titular)
Ricardo Resende (suplente)

Comitê Brasileiro de História da Arte (CBHA)

Roberto Luis Torres Conduru (titular)
Luiz Alberto Ribeiro Freire (suplente)

Fundação Cultural Palmares (FCP)

Edvaldo Mendes Araújo (titular)
Elísio Lopes Júnior (suplente)

Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

José Carlos Levinho (titular)
Arliza Nazareth de Almeida (suplente)

Personalidades

Angela Gutierrez

Empresária, colecionadora de arte e empreendedora cultural. É presidente do Instituto Cultural Flávio Gutierrez, responsável pela gestão do Museu do Oratório e do Museu de Artes e Ofícios.

Maria Célia Teixeira Moura Santos

Museóloga, é professora aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e integra o corpo docente dos cursos de mestrado e doutorado em Museologia Social

da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal.

Myrian Sepúlveda dos Santos

Professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é membro do corpo editorial da revista eletrônica Desigualdade e Diversidade da PUC/Rio e dos Cadernos de Antropologia e Imagem da UERJ.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses

Doutor em arqueologia clássica, é membro estrangeiro da Missão Arqueológica francesa na Grécia, professor emérito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e docente do programa de pós-graduação em História Social.

Octavio Elísio Alves de Brito

Engenheiro de minas e metalurgista, é professor do Instituto de Geociências da UFMG. Foi Deputado Federal, constituinte e Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura, além de Secretário de Educação, Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e Secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais.

José Teixeira Coelho Netto

Professor titular aposentado da Universidade de São Paulo, é especialista em Política Cultural e colaborador da Cátedra Unesco de Política Cultural da Universidade de Girona, Espanha. É consultor do Observatório de Política Cultural do Instituto Itaú Cultural, São Paulo, e curador de diversas exposições realizadas no MAC/SP e no MASP.

Marcelo Carvalho Ferraz

Arquiteto, é sócio do escritório Brasil Arquitetura, onde realizou projetos como o do Museu da Imigração Japonesa, em Registro (SP) e do Museu Afro Brasil, em São Paulo.

Vladimir Carvalho

Jornalista, cineasta e professor aposentado da Universidade de Brasília, é membro da Associação Brasileira de Documentaristas, da Associação Brasileira de Cinema e Vídeo e da Associação Brasileira de Cineastas, no Rio de Janeiro.

Fabio Luiz Pereira de Magalhães

Museólogo, é membro do conselho curador da Fundação Padre Anchieta, do conselho de administração da Fundação Bienal de São Paulo, do conselho editorial da revista Política Externa e do conselho do Instituto Vladimir Herzog, além de curador de diversas exposições.

Luiz Camillo Osorio

Professor de Filosofia da PUC-RJ e da UniRio e curador do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro.

Cornélia Eckert

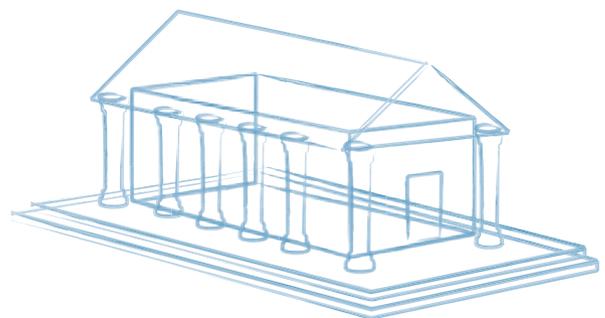
Professora do departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Nino Fernandes Ticuna

Diretor do Museu Maguta, em Benjamin Constant (AM), e membro do conselho geral da tribo ticuna.

Carlos Alberto Faraco

Professor de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal do Paraná.



“A criação do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico é fundamental na interlocução entre o governo e a sociedade por diversos aspectos. Ela dá continuidade ao processo participativo que foi a própria construção do Ibram, que é resultado de uma política pública para a área museológica, iniciada com a Política Nacional de Museus, depois com o Sistema Brasileiro de Museus, com o Estatuto de Museus... Isso tudo vem num crescendo. Vejo que o conselho consultivo também é fruto dessa ampla participação da sociedade na construção da política pública para o campo museal.

A criação do conselho é muito relevante não só do ponto de vista normativo, formal, burocrático, mas principalmente porque é um espaço de interlocução de diversos segmentos da sociedade com o Ibram. Outro aspecto importante é que o conselho não é um órgão que simplesmente vai aprovar ou não as propostas do instituto. Como o próprio nome diz, ele é consultivo; então, pode também propor ações criativas e demandas da sociedade. Avalio que cada um dos conselheiros é um representante da sociedade dentro desse espaço formal criado pelo Ibram, que faz com que a gente também possa estimular o instituto a pensar sua prática tanto do ponto de vista dos acervos, da conservação, da gestão, da fruição do patrimônio cul-

tural como um todo, como também a partir das demandas da classe museológica e da sociedade, porque estamos em contato com diferentes grupos sociais. Cada conselheiro é um membro importante no sentido de motivar e estimular essa troca.

Do ponto de vista formal da instituição, penso que para os gestores – para o presidente e os diretores do Ibram, por exemplo –, o conselho é um apoio fundamental, porque eles não estarão sozinhos, definindo os projetos de forma isolada; ao contrário, terão o apoio da sociedade, o que tornará essas ações mais legítimas.

Acredito que à medida que o instituto (que é recente) for amadurecendo, o conselho terá um papel cada vez mais maduro e importante nessa interlocução, não apenas como um órgão que aprova decisões, mas sim como um órgão que é ouvido, porque representa a sociedade e leva adiante suas inquietações. É isso que a gente espera do conselho: que continue sempre a promover essa ação dialógica, de troca, que é muito produtiva e importante para o crescimento do campo museal.”

Maria Célia Teixeira Moura Santos
Museóloga

“A instituição de um conselho consultivo, a partir da criação do Ibram, se insere em um processo político mais amplo de fortalecimento do setor museológico, que estamos conseguindo construir. Vejo o conselho como fundamental porque, ao agregar pessoas de vários setores – governo, sociedade civil, empreendedores, especialistas, representantes das universidades –, ele abre espaço para uma discussão da sociedade sobre a importância do patrimônio dos museus (e também do patrimônio que poderia ser musealizado) para o Brasil.

Além disso, a criação do conselho é importante porque ele se constitui em mais uma ação para estabelecer um tratamento diferenciado para os museus, que antes não tinham esta especificidade. Essa atenção específica é necessária para que

possamos reforçar a proteção do patrimônio museal e desenvolver a constituição de novos patrimônios, ampliando o conjunto do patrimônio museológico brasileiro.

Acredito ainda que essa mobilização que estamos criando a partir do conselho vai contribuir para imprimir uma nova dinâmica na constituição desse patrimônio, pois a compreensão de patrimônio hoje é muito mais ampla do que há alguns anos; ela abrange, por exemplo, os ambientes naturais, as práticas sociais e culturais, as tradições; não está restrita ao patrimônio material, de edificações.

Antônio Carlos Pinto Vieira
presidente da ABM



Um marco regulatório para a política museal

Estatuto de Museus

Dentro do ideário de construção de uma política pública na área cultural que abranja as inúmeras facetas do panorama cultural brasileiro, o Estatuto de Museus se coloca como uma ferramenta fundamental. Principalmente porque pode transformar, de fato, uma série de projetos relacionados ao reposicionamento das instituições museais, colocá-las como pontos centrais de uma proposta de política cultural que contemple a diversidade, a valorização das memórias, a circulação e o diálogo entre os múltiplos setores que formam a sociedade brasileira.

A Lei 11.904, que institui o Estatuto de Museus, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 14 de Janeiro de 2009. Antecessora imediata da lei de criação do Ibram (Lei 11.906, de 20/01/2009) na legislação museal do país, o estatuto é, em verdade, a principal ferramenta de gestão da instituição.

Uma das principais inovações do estatuto é o próprio alargamento do conceito de museu. Para efeito da lei, consideram-se museus “as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.” Dessa maneira, as instituições museológicas têm como princípios a valorização da dignidade humana e a promoção da cidadania, contemplados também na própria Constituição Federal. Além disso, são também prin-

cípios fundamentais dos museus o cumprimento de sua função social, a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental, o respeito à diversidade cultural e a universalidade do acesso, e o intercâmbio institucional.

O estatuto também estabelece regras para a criação, fusão e extinção de museus; estabelece parâmetros para a gestão de museus públicos e privados, como a necessidade de instalações adequadas, pessoal especializado e condições adequadas de conservação e segurança para os acervos.

O estudo, a pesquisa e as ações educativas também ganham um papel fundamental, como norteadores das atividades desenvolvidas em todas as áreas dos museus. As ações de comunicação dos museus, através da divulgação de seus acervos e confecção de exposições e publicações, são entendidas como principal forma de promoção do acesso público aos bens culturais sob sua guarda. Esses bens culturais devem ser objeto de uma política específica de aquisição e descarte, atualizada periodicamente, e seu registro e inventário devem ser permanentemente atualizados de forma a compor o inventário nacional de bens culturais.

Outro dever dos museus, sob vistas do estatuto, é o de elaborar e implementar o Plano Museológico, compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, e indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento. É por intermédio do Plano Museológico que são definidos a missão básica do museu e sua função específica na sociedade. O estatuto fornece elementos básicos a serem contemplados na formulação do plano, que deve ser feita, preferencialmente, de forma participativa. Também prevê a existência de associações de amigos de museus, como entidades colaboradoras, desde que submetam seus projetos à aprovação prévia e expressa das instituições a que se vinculam.

O estatuto também delibera sobre a existência de



Sistemas de Museus, entendidos como redes organizadas de instituições museológicas visando à coordenação, à articulação, à mediação, à qualificação e à cooperação entre museus. Tais sistemas podem ser estaduais, municipais, regionais, ou distritais, sendo suas normas estabelecidas em forma de lei pelos entes federados responsáveis. Também são estabelecidos os objetivos e as finalidades do Sistema Brasileiro de Museus, salientando o fato de que seus integrantes terão prioridade quanto ao beneficiamento por políticas da área.

Penalidades são estabelecidas para os museus que não cumprirem as medidas necessárias à preservação ou correção dos danos causados por degradação, inutilização ou destruição de bens. Os museus brasileiros têm, a partir da publicação da lei, cinco anos para adequarem suas estruturas, recursos e ordenamentos ao que esta dispõe. Já os museus federais possuem o prazo de dois anos para realizarem tal adequação.

Em relação à cooperação internacional, o governo brasileiro se compromete a cooperar, no que for necessário, no combate ao tráfico de bens culturais dos museus, além de manter um sistema de comunicações apto a facilitar o intercâmbio internacional de informações sobre tais bens culturais.

O momento é propício para a regulamentação do Estatuto de Museus e o Ibram tem trabalhado para que se concretize no menor prazo possível, contando com a colaboração de vários setores. Tal ação possibilitará a implementação completa do que tem sido construído, via Política Nacional de Museus, desde 2003.



Tecendo uma rede museológica

Sistema Brasileiro de Museus

A implantação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) representa a construção de uma das mais importantes ferramentas da Política Nacional de Museus, pois consolida e regulamenta uma diversificada rede de parcerias institucionais voltada para a elaboração coletiva dos rumos do setor museológico no país. O SBM faz parte de um sistema maior, o Sistema Nacional de Cultura, que prevê a constituição de diversos subsistemas temáticos na área cultural a fim de preencher lacunas da cena cultural brasileira.

Criado pelo Decreto 5.264, de 5 de novembro de 2004, o Sistema Brasileiro de Museus é, sem dúvida, um marco na atuação das políticas públicas de valorização, preservação e gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro sob a guarda dos museus, tornando-o representativo da diversidade étnica e cultural do país.

Para aderir ao SBM, instituições – entidades vinculadas ao setor museológico, escolas e universidades que mantenham cursos relativos ao campo e demais organizações que desenvolvam projetos relacionados – precisam ser efetivamente reconhecidas pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/Minc). Para isso, é preciso que a instituição tenha explicitamente em seu estatuto o trabalho permanente com patrimônio cultural; a disponibilização de acervos e ex-

posições ao público; o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.

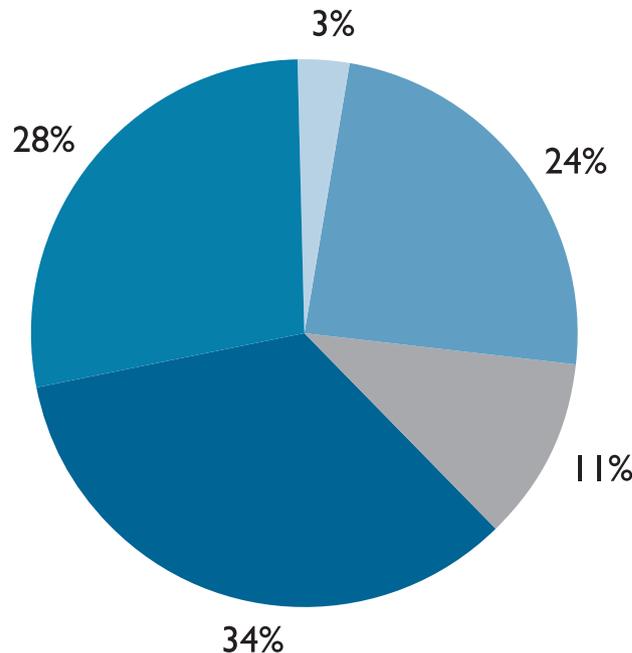
De 2004 a 2010, foram reconhecidas 153 instituições em todo o país. A vantagem ao ser reconhecida como parte da rede é não apenas visibilidade, mas também pontuação nos editais lançados pelo Ibram, além do fortalecimento do próprio Sistema Brasileiro de Museus. Na prática, para aderir ao sistema são necessários três

passos: a solicitação de adesão e apresentação de documentação exigida, a análise documental e a análise dos projetos propostos.

Essas três etapas são acompanhadas de perto pelo comitê gestor, responsável pela representatividade e democratização na discussão e na condução das políticas públicas para o setor. Cabe também ao comitê gestor propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro. Na composição do comitê estão presentes representantes do Ministério da Cultura, Ibram, Ministério da

Museus do SBM por região

■ Norte ■ Nordeste ■ Centro-Oeste ■ Sudeste ■ Sul



Fonte: Cadastro Nacional de Museus 08/10/2010.

Educação, Ministério da Defesa, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Turismo, sistemas estaduais de museus, sistemas municipais de museus, museus privados, Conselho Federal de Museologia, ecomuseus e museus comunitários, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Associação Brasileira de Museologia e instituições universitárias que tenham cursos relacionados à área de museologia.

Com a institucionalização do Sistema Brasileiro de Museus, incentivou-se a construção de sistemas regionais. Atualmente, existem sistemas ou redes de museus consolidados no Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Também foram criados os sistemas de museus das cidades de Ouro Preto e Pelotas. Outros sistemas estaduais estão em fase de implantação, com destaque para Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. Esses sistemas visam à promoção da capacitação de recursos humanos e à integração de museus e profissionais ligados ao setor, para aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais.

Desde a criação do Ibram, em 2009, há um planejamento para a integração entre o Cadastro Nacional de Museus (CNM) e o Sistema Brasileiro de Museus. Ao cadastrar-se no CNM, é sugerido à instituição que também faça a adesão ao sistema e vice-versa. A ideia é monitorar as instituições que estão ou não em funcionamento, e assim, garantir uma melhor visão sobre o setor como um todo.



sistema brasileiro de museus

O Sistema Brasileiro de Museus tem como finalidades a promoção da interação entre os museus brasileiros, o registro e a disseminação dos conhecimentos do campo museológico, a gestão integrada e o desenvolvimento de instituições. A sociedade civil organizada ligada à área museológica adquiriu a oficialização necessária junto ao Estado para opinar e participar da condução das políticas públicas para o meio museológico.

Comitê Gestor do SBM

1. Ivan Coelho Sá (UniRio - titular)
2. Maurício da Silva Selau (UNIBAVE – suplente)
3. Antônio Carlos Motta de Lima (UFPE – titular)
4. Elizabete de Castro Mendonça (UFS – suplente)
5. Nelson Sanjad (Ministério da Ciência e Tecnologia – titular)

6. Marcus Granato (Ministério da Ciência e Tecnologia – suplente)

7. Maria Emília (Entidade de Âmbito Nacional Representativa dos Ecomuseus e Museus Comunitários – titular)

8. Patrícia Trindade Berger (Entidade de Âmbito Nacional Representativa dos Ecomuseus e Museus Comunitários – suplente)

9. João Roberto Costa do Nascimento (Secretaria de Articulação Institucional - MinC – titular)

10. Bernardo Novais da Mata Machado (Ministério da Cultura – suplente)

11. José do Nascimento Junior (Instituto Brasileiro de Museus– titular)

12. Mario Souza Chagas (Instituto Brasileiro de Museus – suplente)

13. Carlos Alberto Ribeiro de Xavier (Ministério da Educação - titular)

14. Maria Adelaide Santana Chamusca (Ministério da Educação – suplente)

15. Antonio Thomaz Lessa Garcia Junior (Ministério da Defesa – titular)

16. Júlio Seixas Fabiano Soares (Ministério da Defesa - suplente)

17. Isabelle Agner Brito (Ministério do Turismo – titular)

18. Lília Tanner de Abreu Gomes (Ministério

do Turismo - suplente)

19. Simone Flores Monteiro (Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul – titular)

20. Cristina Holanda (Sistema Estadual de Museus do Ceará - suplente)

21. Gilson Antônio Nunes (Sistemas Municipais de Museus – Sistema Municipal de Ouro Preto/MG – titular)

22. Giane Vargas Escobar (Sistemas Municipais de Museus – Sistema Municipal de Santa Maria – suplente)

23. Michel Claude Julien Etlin (Associação Nacional das Entidades Culturais Não-Lucrativas - titular)

24. Walter Feltran (ANEC - Associação Nacional das Entidades Culturais Não-Lucrativas – suplente)

25. Maria Olímpia Dutzmann (COFEM – titular)

26. Eliene Dourado Bina (COFEM – suplente)

27. Carlos Roberto Ferreira Brandão (ICOM – titular)

28. Maria Ignez Mantovani Franco (ICOM – suplente)

29. Antonio Carlos Pinto Vieira (ABM – titular)

30. Rita de Cássia Lopes França (ABM - suplente)



Mobilização e diálogo na área museológica

Fórum Nacional de Museus

O Fórum Nacional de Museus é um evento bienal, de abrangência e mobilização nacional, com o objetivo de refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus (PNM) e para o Sistema Brasileiro de Museus (SBM). A estruturação do fórum visa conduzir os participantes ao debate e à compreensão da necessidade de criação de estratégias, ações e articulação de outros saberes para o enfrentamento dos desafios enfrentados pelo setor. Ao longo de suas quatro edições, a programação do fórum incluiu conferências, plenárias, minicursos, oficinas, comunicações coordenadas e apresentações orais, além de diversas programações paralelas.

O 1º Fórum Nacional de Museus, realizado em dezembro de 2004, em Salvador, foi fruto do movimento produzido a partir dos encontros realizados para a construção da Política Nacional de Museus. Cerca de 450 pessoas participaram daquela edição, que teve como tema “A imaginação museal: os caminhos da democracia” e contou com a presença de Mário Moutinho, vice-reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa; Manoel Bairrão Oleiro, diretor do Instituto Português de Museus; Clara Camacho, coordenadora da Rede Portuguesa de Museus e Georgina de Carli, presidente do Instituto Latino Americano de Museus. O fórum também acolheu o 1º Encontro Nacional de Estudantes de Museologia (ENEMU) e, com isso, possibilitou o intercâmbio entre profissionais e estudantes.

O 2º fórum, realizado em Ouro Preto, em 2006, adotou o tema “O futuro se constrói hoje” e contribuiu para a

apresentação e o desenvolvimento de novas experiências museais. Participaram dessa edição 1.100 pessoas. O fórum contou com extensa programação, incluindo o 2º ENEMU, o 1º Encontro dos Professores Universitários do Campo da Museologia e a 1ª Reunião Ordinária da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (Abremc), confirmando sua vocação de centro para integração de variados atores do cenário museológico. Alissandra Cummins, Presidente do ICOM, e George Yúdice, diretor dos Estudos Latino-Americanos e Caribenhos da Universidade de Nova York, proferiram conferências sobre políticas públicas de cultura e seus desafios no século XXI.

A reabertura do Museu da Inconfidência após um longo período de obras de revitalização foi um dos pontos altos do 2º fórum, já que a modernização de infraestruturas é um dos eixos programáticos da Política Nacional de Museus. Com a presença do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, demais autoridades e convidados, o museu foi entregue à população apresentando uma proposta expositiva totalmente reformulada, além de novos espaços para exibição de acervo e pesquisa.

O 3º fórum, realizado em Florianópolis, em 2008,

com o tema “Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento”, foi fundamental para a afirmação da centralidade da museologia social no âmbito da Política Nacional de Museus e contou com a participação de 1.500 pessoas.

O tema do 3º fórum foi adotado por todos os países da Ibero-américa como lema orientador das comemorações em 2008 do Ano Ibero-americano de Museus e do dia 18 de maio - dia internacional dos museus. Paralelamente à programação principal, foram realizados o 3º Encontro Nacional de Estudantes de Museologia (ENEMU); o 3º Encontro de Professores Universitários do Campo da Museologia; o 2º Encontro Ibero-americano de Museus, que reuniu representantes da área museológica dos vinte países da Ibero-américa; a reunião preparatória para o 1º Seminário sobre Museus-casa e Memoriais de Presidentes da República; e a assembleia anual do ICOM Brasil.

O Distrito Federal sediou, de 12 a 17 de julho de 2010, o 4º Fórum Nacional de Museus. O temário definido para o fórum foi concebido tendo por escopo:

I. Mobilizar a comunidade museológica do Brasil;





II. Propor estratégias para o fortalecimento do setor museológico como centro dinâmico de desenvolvimento;

III. Promover o debate entre profissionais de museus, gestores culturais, estudantes e interessados no tema;

IV. Propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de museus e memórias e estimular as transversalidades culturais;

V. Aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;

VI. Debater e aprofundar diretrizes aprovadas na II CNC, relativas aos museus;

VII. Elaborar e aprovar as diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus; e

VIII. Eleger os novos membros do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, que, simultaneamente, passarão a compor o Colegiado Setorial de Museus e Memória junto ao Conselho Nacional de Políticas Culturais.

A 4ª edição do fórum congregou 1.922 participan-

tes, vindos de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal. Foi integrado por representantes da área museológica, da sociedade civil, do poder público e das assembleias setoriais, estaduais e distrital que o antecederam, propiciando um cenário de significativa mobilização de diferentes atores. Também participaram do evento representantes da Áustria, Cuba, França, Holanda, México e Portugal.

As cinco miniplenárias - Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Cultura, Cidade e Cidadania; Cultura e Desenvolvimento Sustentável; Cultura e Economia Criativa; e Gestão e Institucionalidade da Cultura - realizadas no fórum, debateram as propostas integrantes do Plano Nacional Setorial de Museus. A coordenação dos trabalhos nas plenárias ficou por conta do Ibram, com o apoio de facilitadores e estudantes da Universidade de Brasília.

Para votar as diretrizes, os participantes receberam um caderno de sistematização de propostas, contendo 87 diretrizes divididas em cinco eixos e oriundas das assembleias realizadas em 24 estados e do comitê gestor do Sistema Brasileiro de Museus. Respeitando um teto

de 15 diretrizes para cada eixo, cada miniplenária delibrou sobre as propostas que poderiam ser apresentadas na plenária final e assim eleitas como prioridades.

O relatório do 4º fórum apresentou uma inovação em relação aos relatórios anteriores, elaborados para documentar o 1º, 2º e 3º fóruns. Enquanto aqueles tiveram sua importância no registro histórico das características e dos elementos fundamentais obtidos a partir de reflexão, avaliação e diretrizes para a construção da Política Nacional de Museus, a ser observada de forma conexa para o fortalecimento do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), o relatório do 4º fórum, por sua vez, apresenta um cunho eminentemente pragmático. Este relatório se ateve ao registro das discussões e dos trabalhos para o alcance dos objetivos aprovados em regimento. Discorre sobre um processo em construção, no momento em que pontua o aprendizado pretérito e os obstáculos que se antepõem à construção e ao reconhecimento da importância do segmento museal, e aponta os rumos para desenvolver etapas futuras, notadamente na forma da Política Nacional de Museus, definida para os próximos dez anos. Esse foco na construção coletiva de políticas futu-

ras, na forma do Plano Setorial, foi o grande diferencial do 4º fórum em relação às edições anteriores.

É importante mencionar que uma das ações no sentido de estimular a criação de redes temáticas de museus, desde a primeira edição do fórum, foi a organização de grupos de trabalho para traçar diagnósticos e apresentar sugestões de políticas públicas. A divisão se deu da seguinte forma:

1. Museus de arte;
2. Museus de história;
3. Museus militares;
4. Museus universitários e de ciências;
5. Museus etnográficos e arqueológicos;
6. Museus comunitários e ecomuseus; e
7. Museus da imagem e do som e de novas tecnologias.

Tal divisão também se manteve ao longo das quatro edições, fomentando a continuidade do debate, e contribuindo para a construção dos eixos setoriais do plano setorial durante a 4ª edição do fórum, que incluiu, também o tema Arquivos e Bibliotecas de Museus.



plano nacional setorial de **m**USEUS

Uma agenda para os próximos dez anos de política museal

O Plano Nacional Setorial de Museus

O Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) é parte de um processo de construção coletiva de políticas culturais, mediado pelo Ministério da Cultura, que dá voz e espaço de participação para os atores sociais mais interessados no desenvolvimento de tais ações: profissionais do campo museal, acadêmicos de museologia, membros de associações de amigos de museus, pesquisadores, ou seja, a própria comunidade museológica como um todo.

Nesse sentido, o PNSM não é uma iniciativa isolada, mas parte de um conjunto mais amplo de ações de política cultural, ancoradas no Plano Nacional de Cultura (PNC) e na duas Conferências Nacional de Cultura (2005 e 2010), todas realizações de caráter participativo e democrático por excelência.

Assim, embora o PNSM esteja se materializando no ano de 2010 enquanto documento público norteador das demandas e prioridades do setor museal, sua origem se dá ainda no ano de 2003, no início da construção do PNC, quando o setor museal passou a se engajar na construção de eixos programáticos para o campo museal, que passaram a compor a Política Nacional de Museus e guiar as ações do setor como um todo.

Na I Conferência Nacional de Cultura, em 2005, foram incluídas diretrizes específicas para o setor museal ao caderno Plano Nacional de Cultura – Diretrizes Gerais, e entre elas, a própria criação do Ibram. Uma nova versão do

caderno foi lançada em 2008, após um ciclo de debates composto de vários seminários estaduais e um fórum virtual. Com a consolidação dessas sugestões, partiu-se para a realização da II Conferência Nacional de Cultura, com o objetivo de realizar avanços no PNC e ajustar suas metas.

Em fevereiro de 2010, foi realizada a Pré-Conferência Setorial de Memória e Museus, com o objetivo de se conceber um plano de atuação voltado para o setor museal. Além de elaborar estratégias para a II Conferência Nacional de Cultura, essa Pré-Conferência também elegeu dois delegados de cada região brasileira para representação na II CNC. Para elaborar essas estratégias, os representantes estaduais se dividiram em grupos de trabalho de acordo com os eixos definidos para a II CNC e formularam estratégias. O texto final, com a eleição de uma estratégia para cada eixo, foi debatido por todos os delegados durante a plenária geral.

Nesse sentido, esse encontro permitiu que se avançasse na concepção de um plano de atuação para a área, com a participação de todo o setor museológico, de forma descentralizada, levando em conta a participação de diversas áreas do Brasil. Assembleias estaduais de mobilização e preparação para a Pré-Conferência Setorial de Museus e Memórias foram realizadas em 20 unidades federativas: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Distrito Federal. Ao todo se inscreveram, por meio eletrônico e com antecedência, 498 participantes para a Pré-Conferência Setorial. Tudo isso indica a disposição política e a mobilização do setor.

As estratégias propostas para a II CNC em relação a cada eixo estruturante do Plano Nacional de Cultura foram:

- **Eixo 1 – Produção simbólica e diversidade cultural**
Estratégia: assegurar o registro e a valorização da

memória dos diferentes grupos sociais, fortalecendo e garantindo a manutenção dos museus, espaços e centros culturais, com ênfase em comunidades menos favorecidas.

- **Eixo 2 – Cultura, cidade e cidadania**

Estratégia: ampliar, qualificar e melhorar o investimento nos quadros de profissionais da ação educativa e do serviço sociocultural dos museus e demais espaços de memória.

- **Eixo 3 – Cultura e desenvolvimento sustentável**

Estratégia: promover políticas públicas que garantam a gestão museal e o acesso a mecanismos de fomento e financiamento direcionados para a diversidade e o patrimônio cultural, os direitos humanos e a cidadania, integrando a economia, a museologia, a educação, a arte, o turismo e a ciência e tecnologia, visando ao desenvolvimento local e regional, bem como à sustentabilidade cultural e ambiental.

- **Eixo 4 – Cultura e economia criativa**

Estratégia: fomentar a relação museu-comunidade, considerando a função social dos museus, produzindo novas perspectivas de geração de renda pautadas em produtos e serviços, que aproveitem potencialidades, saberes e fazeres, nesse sentido criando o Fundo Setorial de Museus em âmbito Federal, Estadual, Municipal e Distrital voltado para entidades governamentais e não governamentais, a fim de garantir a sustentabilidade de seus planos museológicos, plurianuais e destacando a manutenção dessas instituições.

- **Eixo 5 – Gestão e institucionalidade da cultura**

Estratégia: garantir a continuidade da Política Nacional de Museus e a implantação do Estatuto de Museus, respeitando a diversidade regional, com a ampliação dos investimentos na área.

Conforme mencionado anteriormente, a 4ª edição

do Fórum Nacional de Museus, que teve lugar em Brasília, em julho de 2010, representa a culminância do processo de construção da Política Nacional de Museus. O PNSM propõe caminhar paralelamente ao próprio Plano Nacional de Cultura, aprovado no dia 08/11/2010 pelo Senado Federal, e que terá duração de 10 anos. Assim como o Plano Nacional de Cultura, o Plano Nacional Setorial de Museus também prevê revisões e atualizações periódicas, de forma a aperfeiçoar suas diretrizes e metas.

Durante o 4º Fórum Nacional de Museus, o processo de construção do PNSM chegou ao seu momento mais importante. Foram realizados minifóruns setoriais, miniplenárias nacionais e a plenária nacional de museus, completando a estrutura de debates que elegeram as propostas prioritárias para fazer parte do PNSM. Tais propostas dizem respeito, por exemplo, a:

- Formação e qualificação dos profissionais que atuam no campo museal;
- Identificação, registro e pesquisa de produção simbólica e da diversidade cultural no espaço museológico;
- Valorização de ações representativas da diversidade cultural brasileira;
- Fomento da relação museu-comunidade;
- Estabelecimento do espaço do museu como mecanismo dinâmico de referência cultural para as cidades;
- Acessibilidade universal dos museus;
- Reconhecimento dos museus como ferramentas de educação, conscientização, e ações transversais de desenvolvimento cultural, social, econômico, regional e local;
- Desenvolvimento de planos e práticas de sustentabilidade cultural, social e ambiental;
- Fundos setoriais de museus;
- Política de editais;
- Fortalecimento da parceria dos setores de museus e turismo;
- Fortalecimento da Política Nacional de Museus;
- Planos museológicos;
- Estruturação e consolidação do corpo técnico dos

museus;

- Desenvolvimento de planos e práticas de sustentabilidade econômica.

Tal conjunto de demandas traduz a agenda política do setor museal e oferece claras perspectivas para seu futuro. Além disso, o PNSM também apresenta propostas relativas a nove temas transversais, que refletem especificidades das lógicas de funcionamento dos museus: gestão museal; preservação, aquisição e democratização de acervos; formação e capacitação; educação e ação social; modernização e segurança; economia dos museus; acessibilidade e sustentabilidade ambiental; comunicação e exposição; pesquisa e inovação.

Durante o 4º Fórum, a discussão sobre as propostas do PNSM estruturou-se em dois enfoques, um estruturante e outro setorial. O enfoque estruturante tinha como fio condutor os cinco eixos da II Conferência Nacional de Cultura. O enfoque setorial propunha uma dinâmica que tivesse como alinhamento as especificidades de cada setor dos museus, relacionados aos temas transversais citados acima.

O Regimento Interno do 4º FNM não apenas definiu as instâncias deliberativas para proposição das contribuições, mas também estabeleceu o formato com base no qual as contribuições seriam apresentadas.

Instâncias Deliberativas e Propostas

Regimento Interno do 4º FNM:

Prévias (instâncias deliberativas)

Plenárias Estaduais

Comitê Gestor do SBM

4º FNM (instâncias deliberativas)

Minifóruns Setoriais

Miniplenárias

Plenária Nacional



Eixos estruturantes e setoriais

Regimento Interno do 4º FNM:

Eixos estruturantes – II CNC

- I. Produção simbólica e diversidade cultural
- II. Cultura, cidade e cidadania
- III. Cultura e desenvolvimento sustentável
- IV. Cultura e economia criativa
- V. Gestão e institucionalidade da cultura

Eixos setoriais

- I. Museus de arte
- II. Museus de história
- III. Museus de culturas militares
- IV. Museus de ciência e tecnologia
- V. Museus etnográficos*
- VI. Museus arqueológicos*
- VII. Museus comunitários e ecomuseus
- VIII. Museus da imagem e do som e de novas tecnologias
- IX. Arquivos e bibliotecas de museus

Temas transversais

- a. Gestão museal
- b. Preservação, aquisição e democratização de acervos
- c. Formação e capacitação
- d. Educação e ação social
- e. Modernização e segurança
- f. Economia dos museus
- g. Acessibilidade e sustentabilidade ambiental
- h. Comunicação e exposições
- i. Pesquisa e inovação

* Esses dois eixos constituíam, de acordo com o Regimento Interno do 4º FNM, um único eixo setorial: Museus Etnográficos e Arqueológicos. A separação em dois eixos de discussão se deu no início dos trabalhos desse minifórum setorial por deliberação do próprio grupo.



Propostas (formato das contribuições)

Diretriz

↳ Estratégias

↳ Ações

↳ Metas

O resultado das plenárias estaduais realizadas subsidiou o trabalho das miniplenárias e também dos minifóruns setoriais. Cada plenária estadual poderia eleger

cinco propostas, uma para cada eixo estruturante da II CNC. As propostas oriundas dos Estados e as propostas do Comitê Gestor do SBM, foram consolidadas no Caderno de Sistematização de Propostas, instrumento de trabalho para as discussões no âmbito do 4º FNM. Os participantes, reunidos inicialmente nos minifóruns setoriais e, na sequência, nas miniplenárias, deliberaram sobre suas propostas para o PNSM. Já nas miniplenárias foram elaboradas e aprovadas propostas para cada eixo estruturante.

Para tanto, foram desenvolvidas metodologias de trabalho específicas para cada uma dessas instâncias deliberativas.

Metodologia dos minifóruns:

Divididos em nove minifóruns setoriais, os participantes debateram, durante dois dias, propostas de diretrizes relativas aos nove temas transversais.

De acordo com a metodologia adotada, cada minifórum setorial se dividiu em subgrupos, em acordo com os temas transversais que seriam discutidos nos respectivos dias de trabalho.

Fase I - Processo de elaboração:

Os integrantes se reuniram em subgrupos, círculo externo, elaborando diretrizes por tema transversal e escolhendo seus relatores para apresentação das diretrizes na fase seguinte.

Fase II - Processo de seleção:

Os relatores de cada subgrupo reuniram-se em um círculo interno, para apresentação das diretrizes e seleção de uma diretriz por tema transversal, bem como para a mediação do dissenso, quando necessário.

Fase III - Processo de detalhamento das diretrizes:

Os integrantes retomaram suas atividades nos subgrupos, círculo externo, e complementaram as propos-

tas com o detalhamento das estratégias, ações e metas para cada diretriz aprovada na fase II.

Fase IV - Processo de apresentação e validação das propostas:

Em uma plenária, foram definidas as 9 propostas de cada minifórum setorial, uma para cada tema transversal.

Metodologia das miniplenárias:

Divididos em cinco miniplenárias, os participantes debruçaram-se, durante um dia, sobre as propostas oriundas das plenárias estaduais e apresentadas no Caderno de Sistematização de Propostas que foi distribuído a todos os inscritos no referido evento.

A coordenação dos trabalhos nas plenárias ficou por conta da equipe composta de diretores e de técnicos de diferentes áreas do Ibram, com o apoio de facilitadores e estudantes de museologia da Universidade de Brasília. De acordo com a metodologia adotada, cada miniplenária submeteu as diretrizes dos respectivos eixos estruturantes à apreciação dos participantes, podendo ser aprovadas com ou sem ressalvas, ou reprovadas.

Ao final, os participantes de cada miniplenária elegeram, por meio de votação, até 15 diretrizes a serem apresentadas na plenária nacional, bem como o(s) relator(es) para a apresentação e defesa dessas diretrizes na referida plenária nacional.

Plenária nacional:

Na plenária nacional, foram feitas as apresentações e defesas do conjunto das diretrizes de cada miniplenária, seguida de votação das cinco diretrizes prioritárias.

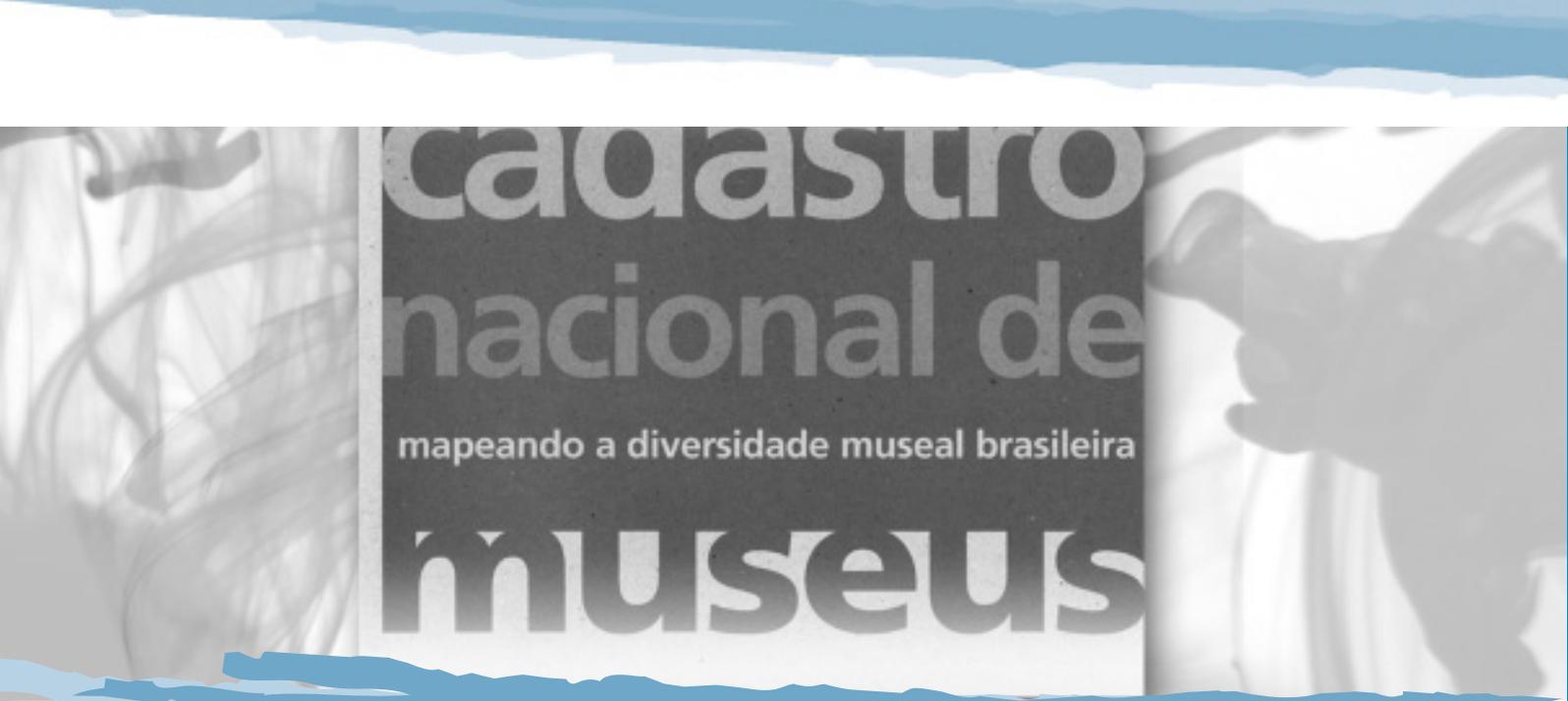
Após a realização do 4º Fórum Nacional de Museus, a comissão organizadora do evento criou um grupo de trabalho para a sistematização do Plano Nacional Setorial de Museus, que abrangeu a revisão das diretrizes com

suas respectivas estratégias, ações e metas, resultado das discussões realizadas nas plenárias estaduais e nas plenárias e minifóruns realizados durante o evento.

Com base no art. 16 do Regimento Interno do 4º FNM, coube ao grupo de trabalho realizar proposições ao texto com vistas a possibilitar maior coerência e clareza à sua leitura. A revisão das propostas teve por princípios respeitar ao máximo a redação original e, nos casos em que foi necessária alguma proposição, utilizar-se de elementos do texto para sua composição.

Assim, tendo como princípio o caráter participativo na elaboração das diretrizes do PNSM, o documento ficou disponível no site do Instituto Brasileiro de Museus, para consulta pública, durante o período de 3 a 13 de novembro. Esta etapa finalizou o processo e solidificou a participação da comunidade museológica na sua construção

O PNSM, como parte integrante do PNC, organiza, estrutura e viabiliza as políticas públicas voltadas ao setor museal no País. Nesse sentido, representa um marco de regulação de longo prazo para as políticas públicas para o setor de museus; ao mesmo tempo em que deverá adequar-se a uma estrutura de planejamento nos moldes do Plano Plurianual - PPA, devendo contemplar e indicar ações (projetos ou atividades), com metas e estimativas orçamentárias. Nesses termos, pode-se dizer que o PNSM já representa por si só um avanço em seu processo de consolidação como modelo de planejamento setorial.



Cadastro nacional de mapeando a diversidade museal brasileira museus

Um olhar cartográfico sobre os museus brasileiros

Concebido como um instrumento dinâmico para o conhecimento, a gestão e a integração do universo museal brasileiro, o Cadastro Nacional de Museus (CNM) entrou em atividade em março de 2006 e destina-se a sistematizar e tornar públicas informações sobre os museus do Brasil.

O projeto, idealizado à época pelo Departamento de Museus e Centro Culturais do IPHAN, tem empregado uma diversidade de meios para identificar e colher informações sobre os museus do Brasil. Entre elas, a pesquisa de campo e virtual, a aplicação de questionários e a análise da clipagem diária de matérias veiculadas pela mídia. Pela primeira vez no Brasil, foram contratados profissionais com a missão específica de mapear e cadastrar os museus brasileiros, sejam eles presenciais ou virtuais, abertos, fechados ou em implantação.

A expectativa inicial de que a implantação da ferramenta tornasse possível disponibilizar dados atualizados periodicamente em base unificada e de amplitude nacional, favorecendo o desenvolvimento de cadastros municipais e estaduais, vem sendo alcançada pelo CNM, agora aos cuidados do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Dois convênios já foram assinados em 2010, com os estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Outras três parcerias - com Bahia, Minas Gerais e São Paulo - estão em tramitação.

O Relatório de Gestão 2003-2006 já deixava clara a importância que a iniciativa ganhou dentro da Política Nacional de Museus. Naquela edição, o Cadastro Nacional de Museus já era citado como uma das ferramentas estratégicas

de gestão e configuração do campo museológico brasileiro. A publicação destacava que no ano de 2006 o Brasil possuía 2.208 unidades museológicas.

Em seu quinto ano de atuação, o Cadastro Nacional de Museus se consolida como a principal ferramenta para o conhecimento do universo museológico brasileiro. Implantar e manter atualizado o CNM são algumas das atribuições legais do Ibram, que conta agora com um quadro ampliado de profissionais voltados para o cumprimento desta tarefa.

O trabalho realizado até aqui revela que os números apresentados no último Relatório de Gestão já cresceram de forma considerável: até o fechamento desta publicação, eram contabilizados no Brasil 3.025 museus. O CNM aponta ainda um salto na média de visitantes por museu – de 20.765 em 2001 para 27.171 em 2009 – e mostra que mais de 20% dos municípios brasileiros já contam com pelo menos uma unidade museológica. Em conjunto, os museus brasileiros geram hoje 22.497 empregos diretos e acolhem cerca de 70 milhões de bens preservados.

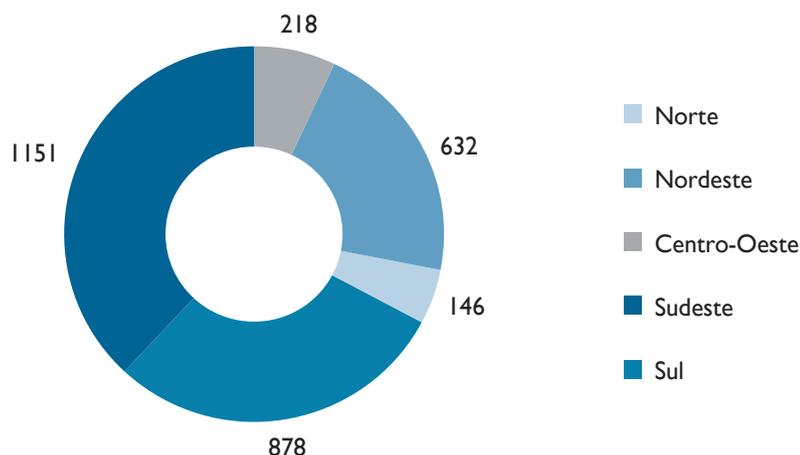
O cadastramento dos museus junto ao Cadastro

Nacional de Museus e a consequente atualização anual dos dados de público e orçamento são ações voluntárias que, por consequência, geram uma variação do número de respostas quanto ao quantitativo de visitantes e o valor total de investimento nas instituições museológicas. Desta forma, visando não gerar distorções, adotamos a média de público e orçamento em detrimento dos quantitativos totais.

O Cadastro Nacional de Museus chega a 2010, desta forma, com um mapeamento ampliado sobre a diversidade museal brasileira, oferecendo subsídios consistentes para um diagnóstico do setor museológico e o planejamento de políticas públicas, assim como para o desenvolvimento de uma diversidade de linhas de pesquisa relacionadas ao setor. Um acúmulo de conhecimento que o Ibram agora torna público com o lançamento, este ano, de duas publicações de caráter informativo e analítico sobre os dados reunidos.

A primeira delas, o Guia Nacional de Museus, representa uma contribuição do Ibram a uma tradição brasileira de produção de guias neste campo – o primeiro deles

Museus brasileiros distribuídos por região



Fonte: Cadastro Nacional de Museus 10/09/2010.

foi lançado em 1953 e o mais recente em 2000. Além de dados institucionais, a publicação vai oferecer a visitantes, gestores e pesquisadores informações sobre acervo, acesso ao público e caracterização física de todos os museus já mapeados pelo Ibram em território nacional.

O segundo lançamento, intitulado *Museus em Números*, vai trazer uma produção estatística e analítica a respeito dos dados levantados pelo Cadastro Nacional de Museus, buscando compreender as particularidades regionais e outros fatores determinantes para a atual configuração do mapa museológico brasileiro. A ideia é que a publicação seja periódica, com edições trienais, e sirva

de referência para a produção de conhecimento e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o setor.

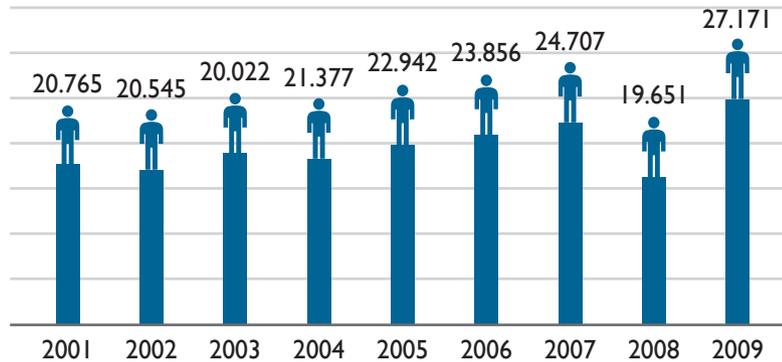
Outro avanço que merece registro é a mudança na base de dados utilizada pelo CNM, também prevista para 2010. Desenvolvida em *software* livre e com interface mais amigável, a nova base vai flexibilizar a elaboração e aplicação dos questionários, facilitar o compartilhamento de informações e tornar mais seguro o armazenamento e processamento das informações recebidas. Vai permitir também que os próprios museus passem a alimentar o principal sistema de informação do Ibram.

Museus mapeados por unidades federativas



Fonte: Cadastro Nacional de Museus 10/09/2010.

Público médio dos museus



Fonte: Cadastro Nacional de Museus 10/09/2010.

Observatório de Museus

Criado em 2003, o Observatório de Museus é fruto de uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE). A iniciativa tem como principal objetivo contribuir para a produção de conhecimento sobre o campo museal e estimular o debate e a reflexão sobre o papel dos museus na sociedade.

Existem hoje no Brasil 3.025 museus mapeados, a um ritmo estimado de 50 novos museus por ano. Prover a sociedade, os profissionais do campo museal, os formuladores de políticas públicas e os gestores com informações e análises sobre estes museus é um dos desafios do observatório.

Pela necessidade de institucionalizar e fortalecer o Observatório de Museus, as entidades funda-

doras optaram pela cooperação interinstitucional, firmando um Acordo de Cooperação que tomou por base as ações prioritárias acordadas na II Conferência Nacional de Cultura, realizada em março de 2010.

A partir do Acordo de Cooperação, que encontra-se em tramitação entre as entidades, o Observatório de Museus deverá ser ampliado: está prevista a entrada de instituições de outras esferas governamentais e de outras regiões do país.

Pioneiro no Brasil, o Observatório de Museus terá abrangência nacional e buscará incluir como atores, além dos museólogos de formação e acadêmicos preocupados com a museologia, artistas, produtores, gestores, conselheiros e ativistas da cultura. Manterá ainda interlocução internacional com o Observatório Ibero-americano de Museus.



Formando e transformando

Programa de Formação e Capacitação em Museologia

A necessidade de implementação de programas de capacitação de profissionais envolvidos direta e indiretamente com atividades no campo da museologia foi identificada desde o início dos debates para a definição das diretrizes da Política Nacional de Museus. Um eixo específico chamado Formação e Capacitação de Recursos Humanos foi incluído na Política Nacional de Museus e, já no segundo semestre de 2003, foi criado o Programa de Capacitação e Formação em Museologia, sob a coordenação direta do então Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu), hoje Ibram.

O crescimento e a valorização da formação em museologia é resultado de mobilização da classe museológica brasileira na defesa de uma política mais abrangente para que o fosso entre pequenas comunidades, pequenos museus e as unidades polo seja reduzido. Um dos objetivos é colocar o patrimônio preservado a serviço da inclusão social e que esses novos museólogos venham a ser agentes não só no sentido de preservar, mas de olhar a sociedade como parte efetiva e atuante desse processo.

Os fóruns, criados para discutir a criação de novos cursos, foram fundamentais para a troca de experiência, para conhecimento da realidade das diferentes regiões e para influenciar jovens a seguir na carreira. Os cursos de museologia trouxeram renovação, ideias novas e outras inquietações, o que é salutar para o desenvolvimento da área no Brasil.

O Ibram também teve papel relevante no sentido de estimular a criação de cursos, junto ao MEC e junto às rei-

torias. As instituições procuraram consultores, muitas vezes indicados pelo instituto, para realização dos projetos. A partir de 2004, foram construídas parcerias com as universidades federais para a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação em museologia. Desde então, foram implantados 12 cursos de graduação e atualmente são oferecidas 755 vagas em instituições de ensino superior no país.

A UniRio criou ainda o Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (mestrado). Em 2010, os primeiros museólogos doutorados no Brasil estarão se formando, resultado de uma parceria com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (veja quadro).

Além dos cursos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pioneiros no Brasil, há uma distribuição pelas seguintes instituições: Centro Universitário Barri- ga Verde (Unibave -SC), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL - RS), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB - BA), Universidade Federal de Sergipe (UFS

- SE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFR- GS - RS), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP - MG), Universidade de Brasília (UnB - DF), Universida- de Federal de Pernambuco (UFPE - PE), Universidade Federal de Goiás (UFG - GO), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC - SC) e Universidade Federal do Pará (UFPA - PA).

Para 2011, há a expectativa de que mais dois cursos sejam criados, o primeiro no estado de São Paulo, na cidade de Monte Aprazível (SP), a poucos minutos de São José do Rio Preto (SP) e cidade polo da região. O curso ainda está em processo de implantação na Faculdade e Colégio Dom Bosco (Faeca), instituição com 67 anos de experiência em educação e que está em entre as dez melhores da área segundo avaliação Ministério da Edu- cação (MEC) em 2008. O projeto político-pedagógico do curso já foi aprovado e o próximo passo é a avaliação da faculdade por uma comissão do MEC para autorizar o funcionamento do curso. O outro curso é na Univer- sidade Federal de Santa Maria (UFSM – RS).



CURSOS DE MUSEOLOGIA EM FUNCIONAMENTO NO BRASIL

Instituição	Ano de Implantação
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio)	1932
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1970
Centro Universitário Barriga Verde (Unibave)	2004
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	2006
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	2006
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (URFB)	2006
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	2008
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2008
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2008
Universidade Federal do Pará (UFPA)	2009
Universidade de Brasília (UNB)	2009
Universidade Federal de Goiás (UFG)	2010
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2010
Em fase de implantação	
Faculdade Dom Bosco de Monte Aprazível (SP)	
Universidade de Santa Maria (RS)	
Pós-graduação	
UniRio – Museologia e Patrimônio – mestrado (2006)	
1ª Turma Especial de doutorado em Museologia – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (2007 – 2010)	

Fonte: DPMUS

Doutor *honoris causa* pela Universidade Lusófona

Em 16 de abril de 2008, Gilberto Gil recebeu da Universidade Lusófona, em Lisboa, o título de doutor *honoris causa* em museologia. “Os museus são casas vivas, casas de cultura, casas onde se pode sonhar”, explicou Gil, ao receber o diploma. A cerimônia foi presidida

por Mário Moutinho, reitor da universidade, e por Manuel Damásio, administrador do Grupo Lusófona, tendo como representante do DEMU/IPHAN o professor doutor Mario Chagas.

Gil fez questão de sublinhar a sintonia entre Portugal e o Brasil e que “a língua portuguesa é um notável patrimônio mundial da humanidade que estabelece pontes e une os países lusófonos.”

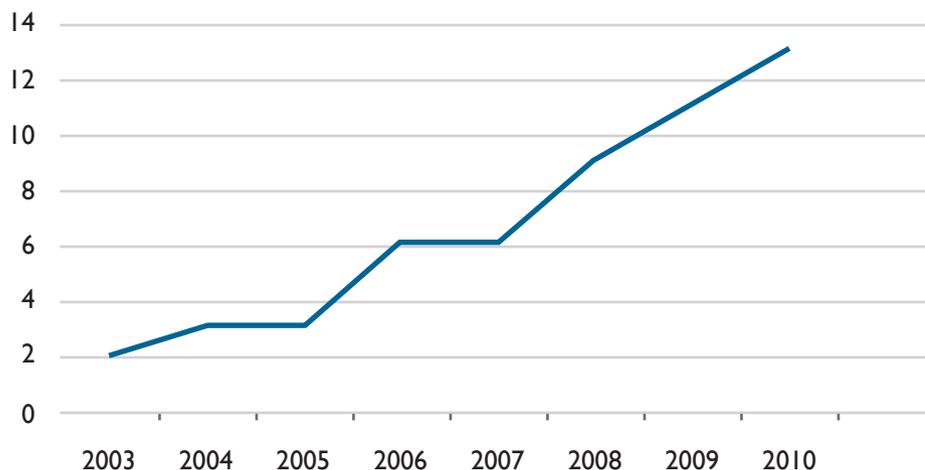
Implantação do programa

Antes de se expandir para todos os estados, o Programa de Formação e Capacitação em Museologia teve um projeto-piloto realizado em Salvador, em 2003. O piloto foi desenvolvido com patrocínio do MinC/DEMU/IPHAN e através de uma parceria entre a pró-reitoria de extensão, o Museu de Arte Sacra e o curso de museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Recebeu, também, apoio da Divisão de Museus do Ipac, da Fundação Gregório de Mattos, da Associação de Museólogos da Bahia, da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Regional de Museologia e de vários museus de Salvador.

O desenvolvimento de projetos foi guiado por quatro linhas temáticas: perfil dos museus baianos, formação e capacitação, aplicação de processos museológicos e editoração. A comissão trabalhou de forma articulada com a pró-reitoria de extensão e com o curso de museologia da UFBA, realizando encontros com técnicos e diretores dos diversos museus e núcleos de memória da universidade. O objetivo é a construção conjunta de uma política museológica para a instituição.

Foram então identificados aspectos importantes a serem aprimorados: prioridade nos cursos, treinamentos e capacitação individual; mobilização dos profissionais, dos órgãos de classe e dos estudantes na capital e no interior do estado; interação do curso de museologia com os museus, com as comunidades nas quais es-

Cursos de Museologia



Fonte: DPMUS

tão inseridos e com os profissionais; reformulação dos currículos; ampliação do campo de trabalho para o museólogo e criação de oportunidades de estágio para estudantes de museologia e de áreas afins.

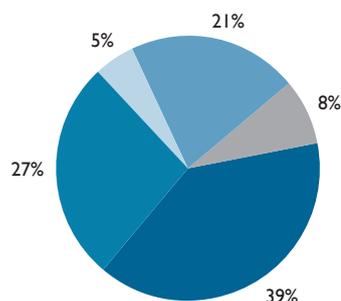
Abrangência nacional

O Programa de Formação e Capacitação em Museologia hoje atende a 27 unidades federativas brasileiras e, pode-se dizer, com sucesso. De 2003 a 2010, foram realizadas 540 oficinas, quatro fóruns nacionais, além dos fóruns regionais. Ao todo foram capacitadas 29.958 pessoas em todo o país e oferecidos 14 tipos de oficinas relacionadas à área museológica.

A partir da análise das atividades desenvolvidas e registradas no quadro anterior, constata-se que o projeto de aplicação das ações da Política Nacional de Museus conseguiu alcançar os objetivos propostos, ampliando, inclusive, suas metas e ações para além do planejado inicialmente.

Cursos por região

■ Norte ■ Nordeste ■ Centro-Oeste ■ Sudeste ■ Sul



Fonte: DPMUS

A atuação conjunta de profissionais de diferentes áreas e contextos, estagiários e membros de diversas comunidades possibilitou o desenvolvimento de habilidades comunicativas por meio de uma prática educativa integrada, participativa e permanente, criando verdadeiras comunidades de aprendizagem.



Oficinas oferecidas de 2003 a 2010

I. MUSEU, MEMÓRIA E CIDADANIA

Ementa: Conceitos de museu e museologia. Museus: do templo ao fórum. A trajetória dos museus no Brasil: do século XVII ao XX. Os museus no mundo contemporâneo. A museodiversidade e a imaginação museal. Museus: lugares de memória, de esquecimento, de poder e resistência. Museu, desenvolvimento e cidadania: a dimensão sociocultural, política e econômica dos museus. A Política Nacional de Museus.

2. PLANO MUSEOLÓGICO: IMPLANTAÇÃO, GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS MUSEUS

Ementa: Conceitos de museu e museologia. Conceitos de projeto, programa e plano museológico. O plano como trabalho coletivo: importância, vantagens e limites. Metodologia para elaboração e implantação do plano museológico. Identificação da missão institucional: finalidades, valores, metas e funções. Identificação de públicos e

parceiros. Critérios para avaliação do plano museológico. O diálogo entre o plano museológico e a Política Nacional de Museus. Legislação e documentos institucionais: ata de fundação, decreto de criação, estatuto e regimento interno. Códigos de ética do Conselho Internacional de Museus e do Conselho Federal de Museologia.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS E FOMENTO PARA A ÁREA MUSEOLÓGICA.

Ementa: Museu: dinâmica conceitual. Definição de museus adotada pela Política Nacional de Museus. Funções dos museus: preservação, investigação e comunicação. Projeto e fomento: conceitos básicos. O passo a passo para a elaboração de projetos. A importância do planejamento e da metodologia. A política de editais: exemplos práticos. Fontes de financiamento e captação de recursos. O papel das Associações de Amigos e de Apoio aos Museus.

4. AÇÃO EDUCATIVA EM MUSEUS.

Ementa: Teoria e prática da ação educativa em museus. Museus, educação e patrimônio: desafios contemporâneos. Antecedentes históricos da relação entre

educação e museu. Ações educativas nos museus e correntes pedagógicas. Programas museus e escolas, museus e professores, museus e comunidades. Os museus e o ensino das artes, dos ofícios e das ciências. Museu, educação e cidadania: o compromisso social.

5. CONSERVAÇÃO DE ACERVOS.

Ementa: Os museus e suas funções. Conceitos de preservação, conservação e restauração. Breve histórico da preservação de bens culturais. Fatores de degradação: ação humana, condições ambientais, ataques biológicos e reações químicas. Documentação e conservação preventiva: elaboração de diagnóstico e plano de conservação. Procedimentos técnicos e rotinas de acondicionamento, manuseio, embalagem e transporte. Política de conservação de acervos.

6. GESTÃO E DOCUMENTAÇÃO DE ACERVOS.

Ementa: Museu, museologia e museografia. A importância da documentação museográfica. Documentação e pesquisa nos museus. Processamento técnico, preservação e gestão da informação. A construção de bases de dados. Sistemas informatizados disponíveis no Brasil para tratamento de informações. Inventário e ca-



talogação. A construção de redes de informação. Política de documentação: da aquisição ao descarte.

7. TREINAMENTO DE EQUIPES ADMINISTRATIVAS E DE APOIO.

Ementa: Museu: dinâmica do conceito. Diferentes tipologias de museus. Definição de museus adotada pela Política Nacional de Museus. Funções básicas dos museus: preservação, investigação e comunicação. Organogramas e funcionamento. O papel das equipes administrativas e de apoio. A imagem do museu e suas equipes. O caráter público dos museus. Serviços, usuários, beneficiários e bom atendimento. Cuidados básicos com os bens culturais. A importância do público e do trabalho comunitário. Qualidade do museu e qualidade dos serviços. Política de qualificação profissional.

8. EXPOGRAFIA.

Ementa: Conceitos de museu, museologia e museografia. O que é expografia. Exposição e comunicação museal. Tipologias de exposição. Exposições de curta, média e longa duração. A linguagem das exposições nos museus. Elementos e recursos expográficos: espaço, suportes, forma, cor, som, luz, texturas, imagens, textos e

outros. Técnicas e materiais apropriados para exposição. O discurso expográfico. Exposição e conservação. As exposições e seus diferentes públicos. Diferentes processos de documentação e divulgação da exposição. Pesquisa e avaliação: usuários e beneficiários, resultados alcançados e impacto social das exposições.

9. ARQUITETURA EM MUSEUS.

Ementa: Conceitos de arquitetura e de museu. Arquitetura e conservação de acervos. A relação entre as funções dos museus (preservação, investigação e comunicação) e a arquitetura. Edifícios adaptados e edifícios construídos especialmente para museus – exemplos. A relação entre as funções dos museus e a preservação dos edifícios históricos que os abrigam. Parâmetros básicos para conservação e acréscimos em edifícios e sítios de valor cultural. Componentes das edificações: sistemas construtivos, estruturas, instalações, equipamentos, parâmetros de segurança, acessibilidade e conforto ambiental. Organização espacial: fluxos, usos e serviços. Normatização vigente.

10. IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE MUSEUS.

Ementa: Histórico da criação do Sistema Nacional de Museus (1986). Política Nacional de Museus: histórico, elaboração, legislação. Criação do Sistema Brasileiro de Museus: criação, formação do comitê gestor, legislação, funções e atuações. Histórico da criação de Sistema Estadual de Museus: exemplo SEM do Rio Grande do Sul: antecedentes, legislação, decreto de criação, formação do SEM/RS, ações e atuações. Orientações jurídicas e encaminhamentos. Exemplos de organização do setor museológico em Portugal e Espanha.

11. MUSEUS E TURISMO.

Ementa: Definição de turismo como fenômeno econômico, espacial e social. Composição do produto turístico. Mercado turístico. Turismo cultural: práticas europeias x práticas latino-americanas. Literatura de referência. Cidades, cidadãos, turismo e lazer. Políticas públicas de cultura e turismo. Museus como destino de lazer e de turismo. Pesquisas de perfil de visitantes e de níveis da satisfação. Estudos de casos.



12. SEGURANÇA EM MUSEUS.

Ementa: Conceitos de segurança: patrimonial, empresarial e mecânica. Ações preventivas: roubo, furtos, incêndio e vandalismo. Diagnósticos e mapeamento das áreas de risco dos museus. Treinamento e sensibilização dos funcionários. Prevenção e combate a incêndio. Monitoramento eletrônico. Controle de acesso de público às áreas restritas. Segurança nas áreas expositivas e nas reservas técnicas. A documentação como segurança: inventário, catalogação e registro fotográfico. Housekeeping. Laboratório: plano de segurança.

13. ESTUDO DE PÚBLICO.

Ementa: Conceitos de museu e museologia; metodologias para pesquisas de público em museus; procedimentos para implantação de questionários; implantação do Observatório de Museus e Centros Culturais; tratamento e análise de dados.

14. MUSEUS E NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO.

Ementa: Conceitos de museu e museologia; breve histórico da internet; criação e gerenciamento de listas de discussão; visão geral sobre blogs, sistemas de redes sociais na Internet (orkut), tecnologias streaming, estações de rádio na Internet (e-Radio); envio de e-mails para muitos destinatários (mass-mailing); criação e hospedagem de sites; linguagens comuns e programas de edição HTML (WYSIWYG); sistemas de gerenciamento de conteúdo (CMS); criação de domínios de Internet (DNS); criação e gerenciamento de fóruns (PHP).

Estudos e pesquisas

De modo gradual e perseverante, o Ibram vem cuidando de implantar e consolidar um setor de pesquisas com linhas específicas de investigação e em franco diálogo com instituições que têm trajetórias reconhecidas e bem assentadas no domínio da investigação científica. O programa de pesquisas do Ibram vem sendo fortalecido com as parcerias firmadas com a Fundação Osvaldo Cruz, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, a Associação Brasileira de Antropologia, a Associação Brasileira de museologia, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Instituto Português de Museus e Conservação, além do Ministério da Cultura da Espanha.

Os projetos em desenvolvimento estão em sintonia com as seguintes linhas de pesquisa:

I. HISTÓRIA DOS MUSEUS NO BRASIL

Inclui pesquisas de caráter geral que têm o objetivo de desenhar um mapa cronológico das instituições museológicas do Brasil e pesquisas específicas sobre a presença dos museus na obra de viajantes do século XIX e sobre o desenvolvimento de práticas museológicas no país entre 1946 e 1964.

Resultados:

- FERREIRA, Maria de Simone. Da viagem aos museus e seus relatos: Imagens do Brasil na narrativa de Carl Von Koseritz, 2009. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

- Publicação em 2009, pelo programa editorial do Ibram/MinC, do livro de CHAGAS, Mario. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, 2003. Tese de doutorado.

2. MUSEUS, GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

Ancora estudos sobre os sistemas municipais, estaduais e federais de museus, que examinam as relações entre as instituições, a gestão e as políticas culturais. A ênfase destes trabalhos recai sobre os seguintes períodos históricos: transferência da família real portuguesa para o Brasil (1808-1822), 2º Reinado (governo de D. Pedro II, entre 1840 e 1889), Era Vargas (1930-1954), Regime Militar (1964-1985), criação e atuação do Ministério da Cultura (1985-2002) e Política Nacional de Museus (2003-2010).

Resultado:

- Artigos publicados em diversos periódicos, principalmente sobre a Política Nacional de Museus

3. IMAGINAÇÃO MUSEAL: MAPAS, IMAGENS E NÚMEROS DOS MUSEUS NO BRASIL

Envolve pesquisas orientadas para a compreensão das relações entre o pensamento social brasileiro e os museus, para o conhecimento do público que frequenta e do que não frequenta os museus, para o cadastramento dos museus do Brasil e para o conhecimento da imagem dos museus em públicos específicos (jovens estudantes, terceira idade, donas de casa, professores, comerciantes etc).

Resultados:

- Publicação em 2010, pelo programa editorial do Ibram/MinC, do livro Economia de Museus. Organizado por José do Nascimento Junior, a obra contém oito artigos de pesquisadores que tratam de economia e sustentabilidade dos museus, reunindo relatos sobre as experiências e soluções encontradas em países como Estados Unidos, Espanha, Argentina e Colômbia.

- Pesquisa “Museus e público jovem: percepções e receptividades”. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram),

e estudantes de museologia e pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) - com a colaboração da pesquisadora Denise Studart do Museu da Vida (MV/COC/Fiocruz) -, iniciaram uma série de investigações sobre o lugar dos museus no imaginário social, com estudantes do 6º ao 9º ano de escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro (2006-2007).

4. MUSEUS, MEMÓRIAS E CIDADES

Reúne pesquisas sobre as relações entre os museus, lugares de memória e esquecimento, e os espaços urbanos, com ênfase nas cidades históricas. Abriga também estudos sobre o mapeamento das adaptações, reformas e alterações feitas nos prédios dos museus do Ibram, com especial atenção para as questões de acessibilidade e democratização do uso dos equipamentos culturais.

Resultado:

- STORINO, Cláudia. O museu e a cidade-patrimônio de Paraty: o lugar de memória do lugar de memória, 2008. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UniRio.

5. MUSEUS, PATRIMÔNIOS E COLEÇÕES CIENTÍFICAS

Inclui pesquisas orientadas para o estudo de coleções científicas (incluindo as produzidas no campo das ciências sociais e humanas) e estudos sobre o pensamento científico no Brasil e sua relação com questões de memória e patrimônio.

Resultado:

- RANGEL, Márcio. Um entomólogo chamado Costa Lima: a consolidação de um saber e a construção de um patrimônio científico, 2006. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Ciência da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz.



Fomentando a memória

Fomentar a área museológica criando mecanismos de apoio financeiro para os museus brasileiros é uma das diretrizes da Política Nacional de Museus, que prevê o estabelecimento de parcerias entre o poder público e o privado com vistas à promoção e à valorização do patrimônio cultural musealizado. Além disso, a PNM prevê que a distribuição dos recursos públicos seja feita de forma democrática, garantido a todas as instituições igualdade de condições de acesso aos meios de financiamento.

Os avanços são perceptíveis no aumento dos recursos orçamentários do Ministério da Cultura e da captação de recursos oriundos de incentivo fiscal, via Lei Rouanet, voltados para o apoio a projetos de museus entre 2003 a 2010. Os resultados dos investimentos na área também se comprovam com o impacto para as instituições e para a comunidade nos projetos apoiados pelos editais de financiamento criados após a instituição do PNM, em maio de 2003.

Investimento em Museus

Para que o Ministério da Cultura pudesse cumprir seu papel de fomentar o setor cultural brasileiro foi criado o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei nº 8.313/91. O Pronac prevê, basicamente, duas formas de apoio: o Fundo Nacional de Cultura (FNC) e o Incentivo Fiscal.

Dentro do Fundo Nacional de Cultura, a principal fonte de recursos para o setor museológico é o Programa Museu, Memória e Cidadania. Esse programa, anteriormente voltado apenas para os museus federais, foi formulado a partir de 2003, de modo a possibilitar o apoio a instituições públicas ou privadas, bem como o desenvolvimento das ações da Política Nacional de Museus. O programa tem sido fundamental sobretudo para os museus do Ibram, garantindo-lhes o aporte necessário para a manutenção física dos prédios e acervos, a vigilância, a limpeza, o desenvolvimento de projetos e atividades voltados para a comunidade e o público estudantil, entre outras ações necessárias para o funcionamento cotidiano dos museus, para o bom atendimento ao público e para a prestação de serviços ao cidadão.

Os quadros a seguir mostram o reflexo da Política Nacional de Museus no aumento de investimentos empreendidos pelo Sistema MinC na área museológica após

a implantação da PNM. Os valores referem-se a recursos oriundos do Fundo Nacional de Cultura, do Programa Monumenta (programa voltado para sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados patrimônio nacional) e de incentivos fiscais.

Enquanto em 2001 e 2002 o investimento total anual ficou na casa dos R\$ 20 milhões, entre 2003 e 2004, o investimento total anual superou a casa dos R\$ 40 milhões e, em 2005 e 2006, superou a casa dos 90 milhões. Nos anos 2007 a 2009, os investimentos superaram 200% dos recursos destinados a museus, comparados aos valores de 2003, com investimentos próximos a R\$ 120 milhões.

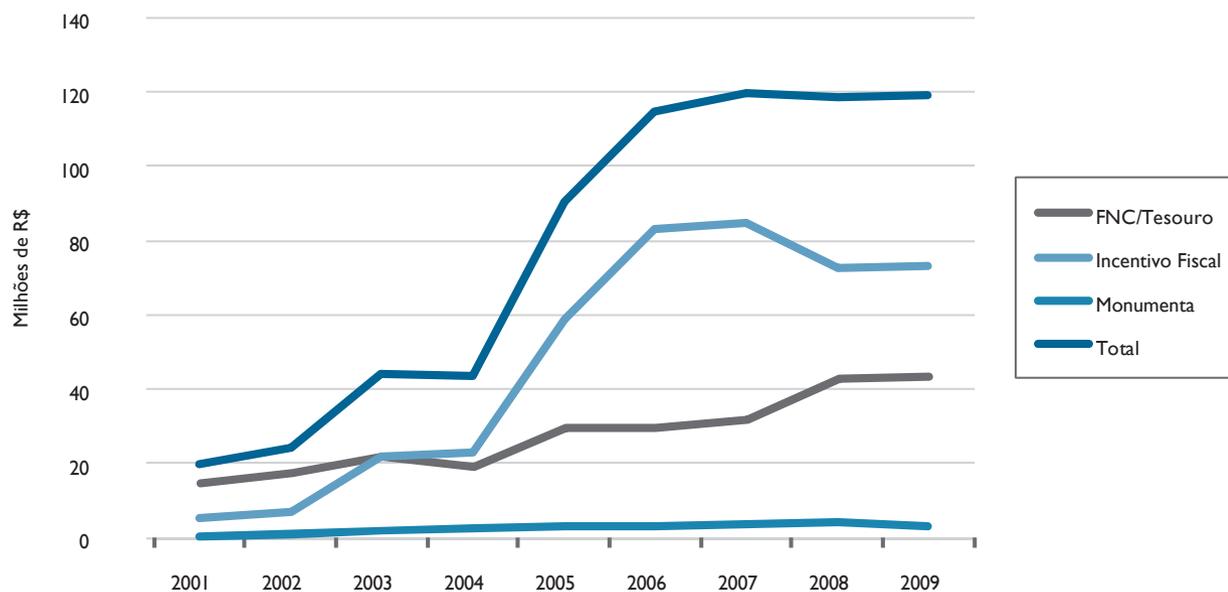
Os investimentos, especificamente os decorrentes do Incentivo Fiscal, demonstraram um aumento significativo. Em relação ao Incentivo Fiscal, o recurso, que em 2003 era pouco superior a R\$ 20 milhões, em 2009, superava a casa de R\$ 70 milhões, o que representou um aumento de 250%. Em 2009 o valor já superava a casa de R\$ 70 milhões, o que representa um aumento de 250% entre os períodos citados. Esses dados demonstram que as ações empreendidas pela PNM conseguiram mostrar às empresas a importância da área museológica, o que aponta para uma nova postura de Estado na preservação e na promoção do patrimônio cultural.

Investimento em Museus - Sistema MinC

Ano	FNC/Tesouro	Monumenta	Incentivo Fiscal	Total (R\$)
2001	14.594.159,00	0,00	5.449.653,57	20.043.812,57
2002	17.373.248,00	80.580,50	7.029.603,17	24.483.431,67
2003	21.828.327,00	1.291.556,88	21.561.104,43	44.680.988,31
2004	19.285.105,00	1.691.434,22	22.840.465,13	43.817.004,35
2005	29.529.927,00	2.506.963,40	58.791.261,33	90.828.151,73
2006	29.446.127,00	2.519.891,94	82.898.497,96	114.864.516,90
2007	31.945.860,00	3.312.249,42	84.579.146,37	119.837.255,79
2008	42.927.833,00	3.545.178,35	72.594.550,54	119.067.561,89
2009	43.236.132,35	2.622.723,74	73.355.216,03	119.214.072,12

Fonte: Siafi, Salic e Monumenta

Investimento em Museus - Sistema MINC



Fonte: Siafi, Salic e Monumenta

Investimento em Museus pelo Incentivo Fiscal (Lei 8.313/91)

Ano	Projetos com captação	Total Captado (R\$)
2001	25	5.449.653,57
2002	27	7.029.603,17
2003	37	21.561.104,43
2004	34	22.840.645,13
2005	89	58.791.261,33
2006	142	82.898.497,96
2007	132	84.579.146,37
2008	146	72.594.550,54
2009	142	73.355.216,03
TOTAL	744	429.099.678,53

Fonte: Salic

Editais e Prêmios do Ibram

Entre os principais avanços e conquistas do setor museológico no Brasil está a adoção de uma nova forma de aplicação de recursos, através da implantação de editais. A seleção de projetos por meio de editais conferiu um caráter democrático ao processo de aplicação de recursos públicos, inclusive quanto à sua descentralização por todas as regiões do país.

A participação nos editais é aberta a todos os museus do território nacional, que podem pleitear recursos através da apresentação e projetos. Esses projetos representam prioridades estabelecidas localmente, mostrando anseios e precariedades das instituições participantes.

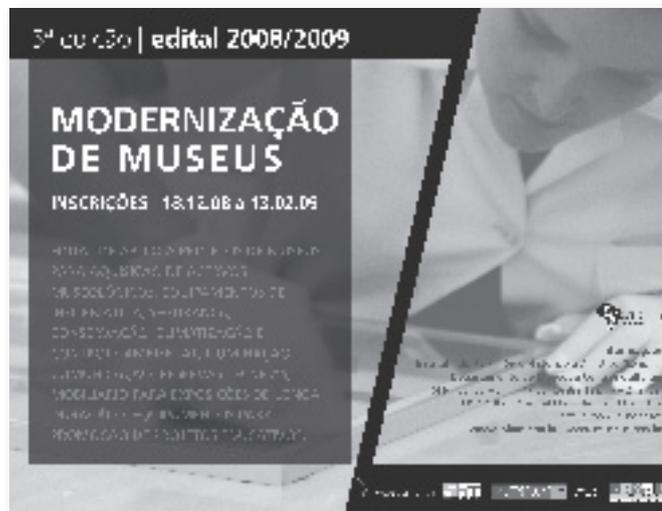
Os editais produziram impactos em regiões distantes dos grandes centros culturais, que, até então, não haviam sido valorizadas. Foi capaz de interiorizar os investimentos, conferindo aos centros de memórias e cultura espalhados pelo Brasil importância e responsabilidade na aplicação dos recursos com que foram contemplados.

A partir de iniciativa direta do Ibram foram criados os seguintes editais:

Edital Modernização de Museus

O programa Modernização de Museus objetiva oferecer aporte financeiro a unidades museológicas para sua modernização, mediante apoio à aquisição de mobiliário, acervos, equipamentos, material permanente, serviços e adequação de espaços museais. Podem participar do programa projetos de pessoas jurídicas de direito público e privado sem fins lucrativos que solicitem apoio financeiro entre R\$100.000,00 e R\$200.000,00, incluindo a contrapartida.

A primeira edição foi em 2004, no valor de R\$ 1 milhão. Para atender a projetos de dimensões variadas, os repasses foram distribuídos em três faixas de valor:



R\$ 20 mil, até R\$ 40 mil e até R\$ 80 mil. Ao todo foram apresentados 193 projetos, oriundos de instituições museológicas de todas as regiões do país. No total, foram selecionados 35 projetos, 25 de museus públicos e 10 de museus privados.

A segunda edição do edital Modernização de Museus recebeu projetos de 264 instituições de todas as regiões do país. Foram selecionados 10 projetos para serem apoiados ainda em 2005 e 38 projetos foram financiados em 2006, totalizando R\$ 1.994.516,20. Os projetos selecionados, além de atenderem às exigências do edital e aos critérios de qualidade técnica e de clareza conceitual, foram avaliados por comissão de especialistas pela contribuição que poderiam proporcionar à instituição e à região onde estão inseridos, de forma a contemplar todas as regiões do país.

Na edição de 2007, o valor executado foi de R\$1.870.323,00 e 37 dos 329 projetos inscritos foram selecionados. Em 2008, houve um aumento considerado de recursos, totalizando R\$2.333.155,08. Nesta edição, foram inscritos 332 projetos e 38 foram selecionados. O edital Modernização de Museus de 2009 contemplou 19 projetos, de 347 inscritos, e o valor executado foi de R\$2.482.927,13.



Casatela: arte e memória nas ruas da favela

O Museu de Favela (MUF), organização não governamental criada pelos moradores do complexo Cantagalo-Pavão e Pavãozinho, no Rio de Janeiro, foi uma das instituições que tiveram seus projetos selecionados pelo edital Modernização de Museus em 2009. Os recursos (R\$ 122 mil) destinados pelo Ibram ao MUF possibilitaram a execução do Projeto Casatela, que tem espalhado arte pelas ruas dos morros.

As histórias que a comunidade tem para contar agora estampam muros e paredes, como um museu a céu aberto. São 20 telas pintadas em fachadas de casas, que formam um percurso de mais de dois quilômetros costurado por dez placas indicativas, também artísticas. Os autores são grafiteiros da comunidade.

O grafiteiro Carlos Esquivel Gomes da Silva, o Acme (um dos autores das telas), conta que moradores que nunca haviam se imaginado capazes de fazer um objeto de arte foram se “descobrimo artistas” ao longo do projeto, como um ferreiro, que elaborou os dois portais construídos ao pé do morro para entradas do roteiro. “Todo mundo sempre teve curiosidade de entrar na favela, mas tinha medo, pela imagem que construíram daqui. A gente quer contar outra história: a cultura de verdade, a origem do samba, do quilombo, a migração de gente de todo o país para o Rio”, diz Acme.

Da definição do trajeto à sensibilização dos donos das casas, do resgate das lembranças à preparação das superfícies para a pintura, o trabalho que resultou no Casatela foi compartilhado por moradores do complexo, que hoje caminham entre memórias coloridas: a chegada de nordestinos e mineiros à região, a origem do nome de cada lugar, a presença do Exército, as rodas de samba na bica d’água, a instalação da luz elétrica.

A ideia é que essas histórias revividas atraiam olhares para o morro, movimentem o turismo e o comércio local, incentivem a produção artística e apontem para o futuro. A previsão era iniciar as visitas guiadas em dezembro de 2010. Para a engenheira Márcia Cristina de Souza e Silva, diretora-executiva do Museu de Favela, a favela tem muito a mostrar: “Estamos no melhor lugar do mundo. Queremos ser um monumento vivo dessa cidade.”

Criado em 2008, o MUF se consolidou pela articulação de lideranças atuantes no trabalho social do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que então erguia o elevador que hoje liga as comunidades do Cantagalo/Pavão-Pavãozinho à estação de metrô General Osório, em Ipanema. Atualmente, promove atividades culturais, artísticas, esportivas e ambientais e integra o projeto Pontos de Memória, do Ibram. A proposta é apoiar a criação de museus comunitários, para reconstrução e proteção da memória coletiva de comunidades a partir de valores, histórias e origens de seus moradores.

Quadro 1 – Edital Modernização de Museus (2004) – Projetos Selecionados

Instituição beneficiada	Nome do projeto	Valor aprovado	Cidade/UF
Museu Sacaca	Revitalização dos instrumentos de comunicação	40.000,00	Macapá/AP
Museu de Arte da Bahia	Complementação e enriquecimento do acervo	22.400,00	Salvador/BA
Instituto Feminino da Bahia	Modernização do Museu Henriqueta Catharino	45.589,89	Salvador/BA
Museu Antropológico	Equipamentos de comunicação para a exposição de longa duração	20.100,00	Goiânia/GO
Museu de Colonização de Nova Veneza	Aquisição de equipamentos para modernização	16.712,00	Nova Veneza/GO
Museu do Oratório	Quiosques multimídia para o museu	24.180,00	Belo Horizonte/MG
Museu Histórico Abílio Barreto	Climatização das reservas técnicas	40.000,00	Belo Horizonte/MG
Museu Casa de João Pinheiro e Israel Pinheiro	Modernização do museu	30.460,00	Belo Horizonte/MG
Museu Histórico de Pará de Minas	Informatização e segurança do museu	32.188,00	Pará de Minas/MG
Rede de Museus de Uberlândia	Museus: patrimônios em interlocução	80.000,00	Uberlândia/MG
Museu de Arqueologia, Etnografia, Paleontologia e Espeleografia de Cáceres	Reserva técnica de arqueologia e etnografia	80.000,00	Cáceres/MT
Museu de Arte e Cultura Popular	Modernização e revitalização do museu	22.400,00	Cuiabá/MT
Museu Paraense Emílio Goeldi	Aquisição de mobiliário para reserva técnica	35.100,00	Belém/PA
Museu da Cultura Popular	Plano de revitalização do Museu da Cultura Popular	31.999,00	João Pessoa/PB
Casa de Cultura José Condé	Memória de José Condé	10.436,80	Caruaru/PE
Casa Museu Mestre Vitalino	Memória do Mestre Vitalino	6.292,00	Caruaru/PE
Museu da Fábrica de Caroá	Memória de Caroá	10.101,60	Caruaru/PE
Museu do Homem do Nordeste	Estruturação e reserva técnica do museu	80.000,00	Recife/PE
Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães	Informatização do museu	12.676,36	Recife/PE
Museu do Piauí	Modernização do museu	29.153,78	Teresina/PI
Museu de Arte da UFPR	Segurança para o museu	7.105,60	Curitiba/PR

Museu Histórico de Londrina	Revitalização do museu	19.844,49	Londrina/PR
Solar Grandejean de Montigny – Centro Cultural da PUC/RJ	Equipamentos de segurança	15.125,00	Rio de Janeiro/RJ
Museu de História e Artes do Rio de Janeiro	Reestruturação e modernização da reserva técnica	31.591,49	Rio de Janeiro/RJ
Espaço Cultural da Marinha	Informatização dos projetos de ação educativa	14.597,56	Rio de Janeiro/RJ
Museu de Arte Popular Brasileira Casa do Pontal	Modernização e aparelhamento dos setores de restauração	35.600,00	Rio de Janeiro/RJ
Museu do Primeiro Reinado	Identificação e difusão do acervo do museu	11.900,00	Rio de Janeiro/RJ
Museu Antropológico Diretor Pestana	Dinamização das atividades culturais do museu	20.000,00	Ijuí/RS
Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli	Modernização/informatização do MARGS	63.382,40	Porto Alegre/RS
Museu de Venâncio Aires	Qualificação tecnológica e museográfica	15.936,38	Venâncio Aires/RS
Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado	Aquisição de equipamentos de segurança	34.695,65	Caçador/SC
Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	Ampliação e qualificação da produção	18.512,00	Joinville/SC
Museu de Arqueologia de Xingó	Instalação do laboratório de geoprocessamento	20.000,00	Canindé de São Francisco/SE
Museu Carlos Gomes	Equipamentos para o museu	5.920,00	Campinas/SP
Museu de Paleontologia de Monte Alto	Equipamento para escavação paleontológica	16.000,00	Monte Alto/SP

Fonte: DEMU/IPHAN

Quadro 2 – Edital Modernização de Museus (2005/2006) – Projetos Selecionados

Instituição beneficiada	Nome do projeto	Valor aprovado	Cidade/UF
Museus do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Acre	Modernizando espaços de memória: Museu da Borracha, Memorial dos Autonomistas e Casa dos Povos da Floresta	100.000,00	Rio Branco/AC
Museu Théo Brandão	Modernização do Museu Théo Brandão	33.200,00	Maceió/AL
Museu Graciliano Ramos	Modernização da Casa Museu Graciliano Ramos	19.686,00	Palmeira dos Índios/AL
Centro de Estudos e Pesquisas do Amapá	Reserva técnica do Centro de Estudos e Pesquisas do Amapá da UFAP	60.360,00	Macapá/AP

Museu de Arte da Bahia	Iluminação das salas de exposições temporárias do Museu de Arte da Bahia	53.000,00	Salvador/BA
Memorial da Cultura Cearense	Aquisição de mobiliário para a reserva técnica do Memorial da Cultura Cearense	79.900,00	Fortaleza/CE
Museu da Imagem e do Som de Goiás	Projeto de aquisição e instalação de aparelhos de controle ambiental e climatização no MIS de Goiás	45.762,00	Goiânia/GO
Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão	Aquisição e enriquecimento de acervo	25.000,00	São Luís/MA
Museu Histórico Abílio Barreto	Aparelhamento da biblioteca do Museu Histórico Abílio Barreto para preservação e desenvolvimento do acervo bibliográfico	38.841,45	Belo Horizonte/MG
Museu Mineiro	Modernização do Museu Mineiro	75.975,00	Belo Horizonte/MG
Rede Museus e Espaços de Ciências da UFMG (Centro de Referência e Cartografia Histórica, Centro de Memória da Engenharia, Centro de Memória da Medicina, Museu de História Natural e Jardim Botânico, Museu de Ciências Morfológicas, Observatório Astronômico Frei Rosário, Estação Ecológica e Laboratório de História e Educação em Saúde)	Modernização dos espaços museais da Rede Museus e Espaços de Ciências da UFMG	57.700,00	Belo Horizonte/MG
Museu Casa de Guimarães Rosa	Modernização do Museu Casa de Guimarães Rosa - cinquentenário de Grande Sertão: Veredas	58.588,00	Cordisburgo/MG
Museu Mariano Procópio	Implantação e modernização da Fundação Museu Mariano Procópio	27.457,00	Juiz de Fora/MG
Museu de Ciência e Técnica	Mobiliário/equipamentos para a reserva técnica do Museu de Ciência e Técnica	64.740,00	Ouro Preto/MG
Museu da Cidade de Patos de Minas	Implantação da reserva técnica do Museu da Cidade de Patos de Minas	14.920,00	Patos de Minas/MG
Museu Histórico de Mato Grosso	Adequar para revitalizar - um direito do cidadão	62.657,59	Cuiabá/MT
Museu do Marajó	A escola vai ao Museu do Marajó: estreitando o diálogo entre educação e cultura	52.260,00	Cachoeira do Arari/PA
Museu de Arte Assis Chateaubriand	Recuperação da atividade de comunicação do Museu de Arte Assis Chateaubriand	75.169,00	Campina Grande/PB
Museu José Lins do Rego	Melhoria das condições ambientais e modernização administrativa do Museu José Lins do Rego	21.352,2	João Pessoa/PB
Museu Regional do Cariri	Modernização do Museu Regional do Cariri	13.000,00	Serra Branca/PB

Museu do Homem do Nordeste	Estruturação da reserva técnica do MHN - etapa 2	93.516,00	Recife/PE
Museu do Trem do Piauí	Museu do Trem do Piauí no trilho da modernização	52.216,00	Parnaíba/PI
Museu de Arte Sacra de Oeiras/PI	Modernização do Museu de Arte Sacra	42.094,31	Oeiras/PI
Museu do Homem Americano	Atualização da exposição permanente do Museu do Homem Americano	72.000,00	São Raimundo Nonato/PI
Museu de Arqueologia e Etnologia	Sala de exposição educativa do MAE no centro histórico da UFPR em Curitiba	38.400,00	Curitiba/PR
Museu Casa de Santos Dumont	Projeto de implementação de exposição de longa duração e de reserva técnica no Centro Cultural 14 Bis	46.550,00	Petrópolis/RJ
Serviço de Documentação da Marinha	Informatização dos projetos museológicos e de ação educativa do SDM	30.132,00	Rio de Janeiro/RJ
Memorial Monsenhor Expedito	Memorial Monsenhor Expedito: melhoria da infraestrutura	9.788,00	São Paulo do Pontegi/RN
Memorial Câmara Cascudo	Memorial Câmara Cascudo: melhoria de infraestrutura	21.824,00	Natal/RN
Museu de Arte Sacra	Museu de Arte Sacra: melhoria de infraestrutura	35.168,00	Natal/RN
Museu de Cultura Popular	Museu de Cultura Popular: melhoria de infraestrutura	26.076,00	Natal/RN
Museu Café Filho	Museu Café Filho: melhoria da infraestrutura	40.060,00	Natal/RN
Museu Câmara Cascudo	Modernização da reserva técnica e oficina de conservação do Museu Câmara Cascudo	28.091,13	Natal/RN
Museu Rondon	Modernização do Museu Rondon	32.913,60	Ariquemes/RO
Museu Municipal de Bom Jesus	Aquisição de equipamentos e mobiliários para o Museu Municipal de Bom Jesus	20.760,00	Bom Jesus/RS
Museu Antropológico Diretor Pestana	Mobiliário a reserva técnica do Museu Antropológico Diretor Pestana	73.347,00	Ijuí/RS
Museu Municipal Dácio Thobias Busanello	Modernização e melhoria de equipamentos do museu municipal	16.233,60	Novo Machado/RS
Museu Julio de Castilhos	Ampliação do mobiliário da reserva técnica do Museu Julio de Castilhos	35.557,10	Porto Alegre/RS
Museu Getúlio Vargas	Modernização e readequação do Museu Getúlio Vargas	12.750,00	São Borja/RS
Museu Municipal Cônego Hugo	Modernização do Museu Municipal Cônego Hugo	13.889,00	São Francisco de Assis/RS
Centro Cultural Fernando Ferrari	Vivificação do Centro Cultural Fernando Ferrari	40.000,00	São Pedro do Sul/RS
Museu Histórico e Pedagógico de Penápolis	Modernização do Museu Histórico e Pedagógico de Penápolis	16.328,00	Penápolis/SP

Complexo dos Museus Municipais de Ribeirão Preto (Museu Histórico e de Ordem Geral Plínio Travasso dos Santos e Museu do Café Francisco Schimt)	Projeto de modernização da reserva técnica do Complexo dos Museus Municipais de Ribeirão Preto	62.404,7	Ribeirão Preto/SP
Museu da Pessoa	Museu Aberto - espaço de exposições e consultas de histórias de vida	25.176,52	São Paulo/SP
Museu da Universidade Federal de Santa Catarina	Projeto sistema de climatização, segurança e armazenamento do acervo do Museu Universitário	65.700,00	Florianópolis/SC
Museu Histórico de Pinhalzinho	Modernização do Museu Histórico de Pinhalzinho	20.000,00	Pinhalzinho/SC
Memorial da Bandeira	Memorial da Bandeira: modernizar e socializar informações	34.373,00	Aracaju/SE
Museu Histórico do Tocantins	Segurança e informatização do Museu Histórico do Tocantins	9.600,00	Palmas/TO

Fonte: DEMU/IPHAN

Quadro 3 – Edital Modernização de Museus (2007) – Projetos Selecionados

Instituição beneficiada	Nome do projeto	Valor aprovado	Cidade/UF
Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore	Por um museu renovado	32.080,00	Maceió/AL
Museu do Homem do Norte	Equipar a sala de ação educativa e a biblioteca do Museu do Homem do Norte	49.053,00	Manaus/AM
Centro de Pesquisas Museológicas Museu Sacaca	Reformulação da casa de exposições	99.152,00	Macapá/AP
Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira	Edição de livros no MAC	35.385,60	Feira de Santana/BA
Museu de Paleontologia da Universidade Regional de Cariri (URCA)	Segurança e comunicação das ações educativas no Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri (URCA)	58.894,00	Crato/CE
Museu Histórico Jacinto de Sousa	Aquisição de equipamentos para o incremento da ação educativa do Museu Histórico Jacinto de Sousa	17.681,64	Quixadá/CE
Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás	Informatização e ambientação sonora da exposição Lavras e Louvres	63.400,00	Goiânia/GO
Memorial Cristo Rei	Modernização do Memorial Cristo Rei	28.392,00	São Luís/MA

MUSAI - Museu Antropológico de Ituiutaba	Otimização das atividades administrativas, educativas e de conservação preventiva do Museu Antropológico	57.474,00	Ituiutaba/MG
Museu Municipal “Centro Cultural Manduri”	Projeto de modernização do Museu Municipal “Centro Cultural Manduri”	13.005,00	Minduri/MG
Museu da Imagem e do Som de MS	Plano de instalação e modernização do Museu da Imagem e do Som (MIS) no Memorial da Cultura	50.900,00	Campo Grande/MS
Museu das Culturas Dom Bosco	Implantação da climatização no Museu das Culturas Dom Bosco	83.695,00	Campo Grande/MS
Museu da Imagem e do Som de Cuiabá - MISC Lázaro Papazian Chau	Modernização do Museu da Imagem e do Som de Cuiabá	65.409,80	Cuiabá/MT
Museu de Arte Sacra do Pará - MAS	Modernização do setor de conservação, documentação e pesquisa do SIM/SECULT	24.941,60	Belém/PA
Museu Casa de José Américo	Plano para concluir a instalação do Museu Casa de José Américo	48.870,00	João Pessoa/PB
Museu da Cidade do Recife	Salvaguarda do acervo do Museu da Cidade do Recife	34.800,00	Recife/PE
Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães - MAMAM	Acessibilidade do Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães - instalação de elevador	94.570,00	Recife/PE
Museu da Casa da Cultura de Teresina	Renovar: revitalizando o museu da Casa da Cultura de Teresina	72.641,85	Teresina/PI
Museu Histórico de Cambé	Museus, ontem, hoje e amanhã	60.407,99	Cambé/PR
Casa João Turin	Otimização da Casa João Turin	11.616,00	Curitiba/PR
Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss”	Implantação do setor de ação cultural e educativa no Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss”	96.450,00	Londrina/PR
Museu da Maré	Modernização do Museu da Maré	92.757,00	Rio de Janeiro/RJ
Museu do Primeiro Reinado, Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro, Museu Carmen Miranda, Museu Antonio Parreiras, Casa de Oliveira Vianna	Aquisição de equipamentos e de mobiliários para as salas de projetos educativos dos museus estaduais do Rio de Janeiro e de Niterói	66.197,96	Rio de Janeiro/RJ
Museu Cultural de Major Sales	Modernização do Museu Cultural de Major Sales	35.385,60	Major Sales/RN

Museu de Paleontologia e Geologia da UFERSA	Climatização do Museu de Paleontologia Vingt-Um Rosado	22.800,00	Mossoró/RN
Museu Integrado de Roraima	Estratégias museais de conservação e ampliação das coleções do MIRR	95.095,00	Boa Vista/RR
Ecomuseu - Casa do Leite	Modernização do Ecomuseu Casa do Leite	17.541,96	Cachoeirinha/RS
Museu Público Municipal do Imigrante	Equipamentos e mobiliários destinados à promoção de projetos educacionais	15.090,00	Jacutinga/RS
Museu Arqueológico de São Luiz Gonzaga	Modernização do Museu Arqueológico de São Luiz Gonzaga	11.712,00	São Luiz Gonzaga/RS
Museu Municipal Senador Pinheiro Machado	Modernização do Museu Municipal Senador Pinheiro Machado	8.288,00	São Luiz Gonzaga/RS
Fundação Cultural de Blumenau, Museu de Arte de Blumenau e Museu da Família Colonial	Modernização do Complexo Museológico da Fundação Cultural de Blumenau	54.880,00	Blumenau/SC
Museu da Casa da Cultura Pe. Bernardo Junkes, Museu Arqueológico Igreja N. S. Navegantes, Museu Sacro e Espaço Cultural Capela de St. Antônio	Adequação do Espaço destinado à reserva técnica	43.086,30	Içara/SC
Museu Raimundo Fernandes da Fonseca	Mudar é preciso	27.495,00	Boquim/SE
Museu de Santo André Dr. Octaviano Gaiarsa	Modernização do circuito museológico da Vila de Paranapiacaba	59.394,42	Santo André/SP
Museu de Arte Moderna de São Paulo	Adaptação e ampliação da reserva técnica MAM	79.980,00	São Paulo/SP
Museu de Zoologia José Hidasi	Reestruturação do Museu de Zoologia José Hidasi para revitalização do acervo	81.600,00	Palmas/TO
Casa de Memória Pe. Josimo	Casa de Memória Pe. Josimo	60.200,00	Wanderlândia/TO

Quadro 4 – Edital Modernização de Museus (2008) – Projetos Selecionados

Instituição beneficiada	Nome do projeto	Valor aprovado	Cidade/UF
Museu da Borracha	Modernização do museu	80.302,15	Rio Branco/AC
Instituto Chico Mendes	Implantação de reserva técnica e estruturação da sala do acervo Chico Mendes	23.031,36	Xapuri/AC
Memorial Coruripense	Modernização do Memorial Coruripense	64.300,80	Coruripe/AL
Casa do Penedo	Modernização da Casa do Penedo	85.729,62	Penedo/AL
Museu Amazônico	Modernização e ampliação dos equipamentos para guarda e preservação do acervo do Museu Amazônico e para atendimento ao público	99.083,00	Manaus/AM
Museu do Homem do Norte	Aquisição de mobiliário para reserva técnica do Museu do Homem do Norte	86.490,00	Manaus/AM
Centro de Pesquisas Museológicas - Museu Sacaca	Modernizando com novas tecnologias o Planetário Maywaka	94.176,00	Macapá/AP
Museu Joaquim Caetano da Silva	O Museu Joaquim Caetano da Silva na era digital	97.104,00	Macapá/AP
Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia	Reestruturação e modernizaã dos espaços expositivos do Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia	58.500,00	Salvador/BA
Museu Eugênio Teixeira Leal	Informatizar para educar	18.483,20	Salvador/BA
Museu de Arte da UFCE	Sala da cultura popular do MAUC	67.958,00	Fortaleza/CE
Museu do Ceará	Segurança eletrônica para o Museu do Ceará	18.235,00	Fortaleza/CE
Museu Vivo da Memória Candanga	Modernizar para preservar - implementação de melhoria no sistema de segurança do Museu Vivo da Memória Candanga	90.000,00	Brasília/DF
Museu de Geociências da UnB	Modernização do museu	99.705,00	Brasília/DF
Museu Ferroviário de Pires do Rio, Museu de Arte Contemporânea, Museu Pedro Ludovico, Museu da Imagem e do Som de Goiás, Museu Goiano Zoroastro Artiaga,	A modernização dos museus estaduais goianos	89.029,53	Goiânia/GO
Museu Mariano Procópio	Modernização do museu - equipamentos de segurança	84.710,40	Juiz de Fora/MG
Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas	Modernização do arquivo e biblioteca do museu	13.560,00	Poços de Caldas/MG

Rede de Museus da UFU	Museus - patrimônio em interlocução II	49.131,00	Uberlândia/MG
Museu das Culturas Dom Bosco	Climatização do salão de exposição temporária e reserva técnica	70.596,60	Campo Grande/MS
Museu de Arqueologia da UFMS	Implantação do sistema de climatização	57.270,00	Campo Grande/MS
Museu da UFPA	Atualização da reserva técnica de artes visuais do Museu da UFPA	99.400,00	Belém/PA
Casa do Artista Popular	Do barro à era digital	31.564,00	João Pessoa/PB
Museu Histórico de São Caetano	Modernizando o antigo	39.907,00	São Caetano/PE
Centro Cultural Odilon Nunes	Modernização do centro	34.695,60	Amarante/PI
Museu Histórico de Londrina "Pe. Carlos Weiss"	Implantação do setor de ação cultural e educativa	100.000,00	Londrina/PR
Museu de Imagens do Inconsciente	Ampliação do atendimento ao público e implantação de sistemas de segurança	41.650,00	Rio de Janeiro/RJ
Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza	Montagem da reserva técnica do acervo dos museus da fundação	48.096,18	Natal/RN
Museu Antropológico de Osório	Revitalização do Museu Antropológico de Osório	45.357,00	Osório/RS
Museu Histórico Regional	Modernização do Museu Histórico Regional	90.000,00	Passo Fundo/RS
Museu da Baronesa	Memória, cultura e inclusão social: conhecendo o museu através da educação	15.510,00	Pelotas/RS
Núcleo de Memória da FURG	Modernizando o Nume: interagindo com a história da comunidade	98.000,00	Porto Alegre/RS
Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense - MUESC	Melhoria nas condições das exposições temporárias e permanentes mediante aquisição de móveis expositores do Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense	47.052,00	Criciúma/SC
Museu Histórico de Jaraguá do Sul	Protegendo o patrimônio	28.875,14	Jaraguá do Sul/SC
Museu da Música	Modernização e dinamização do museu	100.000,00	Timbó/SC
Museu do Homem Sergipano	Modernização do museu	74.352,12	Aracaju/SE
Instituto Pau Brasil de História Natural	Incremento da coleção paleontológica do Instituto Pau Brasil de História Natural	46.200,00	Arujá/SP
Museu Histórico e Pedagógico de Garça	Digitalização de acervo iconográfico	21.162,90	Garça/SP
Memorial Coluna Prestes	Modernização do Memorial	23.937,48	Palmas/TO

Fonte: DEMU/IPHAN

Quadro 5 – Edital Modernização de Museus (2009) – Projetos Selecionados*

Instituição beneficiada	Nome do projeto	Valor aprovado	Cidade/UF
Museus do IPAC	Educação digital - museus e comunidades em conexão	175.470,00	Salvador/BA
Museu Municipal de Cachoeira do Sul	Museu Municipal de Cachoeira do Sul: qualificação e interatividade social	169.776,60	Cachoeira do Sul/RS
Museu do Homem Sergipano	Modernização do Museu do Homem Sergipano	103.587,00	Aracaju/SE
Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense	Aquisição de equipamentos para disponibilizar os acervos do Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense na rede mundial de computadores	100.618,00	Criciúma/SC
Instituto Cultural Inhotim	Conservação do acervo de arte contemporânea de Inhotim	165.712,39	Belo Horizonte/MG
Museu a Céu Aberto da Tartaruga Marinha	Projeto para modernização do Museu a Céu Aberto da Tartaruga Marinha	105.600,00	Mata de São João/BA
Museu do Brejo Paraibano (UFPB) / Museu Regional de Areia (Paróquia da Conceição) / Museu Casa de Pedro Américo (Prefeitura Municipal de Areia)	Areia e seus Museus	178.240,00	Areia/PB
Sistema Integrado de Museus e Memoriais - SIM	Modernização do laboratório educativo SIM: interação, museu e comunidade	145.487,70	Belém/PA
Museu da Imagem e do Som de Mato Grosso do Sul	Adequação das áreas de salvaguarda do acervo e implantação da sala de projeção do Museu da Imagem e do Som de Mato Grosso do Sul	194.241,00	Campo Grande/MS
Museu Fortaleza de São José de Macapá	Museu Fortaleza de São José de Macapá: estruturar para melhor desenvolver	115.693,20	Macapá/AP

* Resultado anterior à habilitação / convênio

Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral - UFSC	Otimização dos espaços museológicos: sistema de armazenamento e adequação dos gabinetes de trabalho	149.147,10	Florianópolis/SC
Museu Exploratório de Ciências	Mobiliário para exposições permanentes e temporárias do Museu Exploratório de Ciências da Unicamp	105.520,00	Campinas/SP
Museu de Arte de Belém - MABE	Equipamentos para exposição de longa duração no salão verde do MABE	105.872,00	Belém/PA
Museu de Arte Popular - MAP	MAP, espaço de afirmação identitária: ampliação do acervo de referência, novas estruturas expositivas, intensificação em difundir a arte popular	120.000,00	Diadema/SP
Museu Professor Cícero Pinto Nascimento	Modernização do Museu Professor Cícero Pinto Nascimento	105.562,00	Boa Viagem/CE
Associação Ferroviária Vale do Rio Doce - Museu Vale	Reserva técnica, preservação e memória: da estrada de ferro Vitória a Minas	115.000,00	Vila Velha/ES
Memorial Natal	Natal, história e memória	102.977,00	Natal/RN
Museu Histórico e de Artes de Ibiporã - "Espaço de Memória"	Modernização do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã	101.720,14	Ibiporã/PR
Museu de Favela - MUF	Apoio à estruturação do Museu de Favela (MUF) , em Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, RJ	122.703,00	Rio de Janeiro/RJ



Edital Mais Museus

A expressão “Mais Museus” foi utilizada pela primeira vez em 2005 para designar um desejo de investir em um plano de consistência para os museus. Ainda não existia o Programa Mais Museus, que viria a ser lançado e consolidado dois anos depois.

Atualmente, do total de 5.564 municípios existentes no Brasil, somente cerca de 20 % possuem museus. Há muito que fazer no sentido de democratizar o acesso aos museus já existentes, bem como democratizar a

própria ferramenta museu, compreendida como uma tecnologia social de dimensão cultural. É nesse sentido que se pode afirmar a importância de um trabalho a favor do direito à memória, à criação, ao patrimônio e ao museu.

O Programa Mais Museus, no entanto, não se esgota em uma perspectiva quantitativa, e muito menos na prática de editais como estratégia exclusiva para o desenvolvimento do setor museológico. Como um agente de fomento e de inspiração, o Programa Mais Museus

tem contribuído para o surgimento de museus municipais, a partir de iniciativas locais, independentemente de editais. Além disso, faz parte dos objetivos do Programa fornecer apoio especializado, bem como orientar e acompanhar a criação de museus no Brasil.

A expressão “Mais Museus” contém as ideias de melhoria das instituições e dos processos museais, de maior articulação e intercâmbio institucional, de ampliação e democratização do acesso do público e de aprimoramento dos sistemas de informação.

O edital Mais Museus beneficia cidades com até 50 mil habitantes e que não possuam instituição museológica. O apoio consiste na aquisição de equipamentos e mobiliários; elaboração de projetos para execução de obras e serviços; instalação e montagem de exposições; restauração de imóveis; elaboração de projetos museológicos ou museográficos e benfeitoria em imóveis.

Os projetos podem ser elaborados por pessoas jurídicas de direito público e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, excetuando-se aquelas vinculadas à estrutura do Ministério da Cultura – MinC, interessadas em obter apoio financeiro para implantação de museus.

A primeira edição do Mais Museus foi em 2007/2008 no valor de R\$1.597.955,09. No total, 386 projetos se inscreveram e 24 foram selecionados. No Edital de 2009, o valor executado foi de R\$1.890.068,99; 262 projetos foram inscritos e 13 selecionados. Os valores relativos a 2010, que somam R\$1.194.703,00; ainda não foram executados e correspondem aos 8 projetos selecionados, de um total de 219 projetos.



O Museu dos Povos Indígenas Yny Heto - Casa do Povo Yny

A Ilha do Bananal, localizada no estado de Tocantins, é a maior ilha fluvial do mundo, com cerca de vinte mil quilômetros quadrados de extensão. Ela é cercada pelos rios Araguaia e Javaés e abriga, ao norte, o Parque Nacional do Araguaia e, ao sul, duas reservas indígenas: Karajás e Javaés. Só em reservas indígenas, totalizam-se 2 milhões de hectares protegidos, onde uma população de 10 mil indígenas preserva suas tradições, seus costumes e crenças.

Os Karajá e Javaé somam cerca de três mil índios. São pescadores, comerciantes (pescado e artesanato), agricultores e servidores públicos. São considerados os povos da cerâmica e arte plumária, extremamente exuberantes, com diversos adornos de caráter estético/religioso, manufaturados com o emprego de material florístico diverso (palhas, cascas, sementes, etc.) e plumas de inúmeras aves, dentre as quais, cabeça seca (*Mycteria americana*), jaburu (*Jabiru mycteria*), colhereiro (*Ajaia ajaia*),



pato do mato (*Cairina moschata*), arara caniné (*Ara arauama*), arara vermelha (*Ara macao*) e papagaio (*Amazônia amazônica*).

Ressalta-se entre os Karajá e Javaé o grafismo das pinturas corporais, diversificado em formas e associações simbólicas. Entre as principais associações das pinturas corporais utilizadas pelos integrantes desses dois povos podemos citar aquelas usadas pelos meninos adolescentes durante o ritual de passagem (*Hetohoky*) e também a dança dos Aruanãs, que se trata de atividades místicas e alimentares, onde são realizadas danças, cânticos, brincadeiras e refeições especiais.

O Museu dos Povos Indígenas *Yny Heto* – Casa do Povo Iny, inaugurado no mês de setembro de 2010, é um marco para os índios da região da Ilha do Bananal. O museu foi contemplado em 1º lugar pelo Edital Mais Museus de 2008, que é uma iniciativa do Ibram e é o reconhecimento da importância da preservação e valorização da história e cultura dos povos Karajá e Javaé.

O Museu dos Povos Indígenas foi possível devido às parcerias formadas entre município, estado, União e o apoio da Conjaba - Conselho das Organizações Indígenas do Povo Javaé da Ilha do Bananal – para concretização do projeto.

O prédio do museu, situado no centro histórico do município, foi reformado e instalado no período de agosto de 2009 a agosto de 2010. Os investimentos foram de R\$ 99.550

sendo R\$ 87.490 do edital Mais Museus e R\$ 12.060 como contrapartida do governo do estado do Tocantins.

O museu está aberto à visitação pública e desenvolve programas educativos e de pesquisa. Para gestão, conservação e manutenção da casa, a Fundação Cultural do Tocantins e a prefeitura de Formoso celebraram um termo de cooperação com vigência até o dia 31 de dezembro de 2012, com possibilidade de prorrogação.

O Ibram se comprometeu a acompanhar as atividades do museu e fazer com que ele se torne uma porta de entrada para a Ilha do Bananal. Adornado com pinturas tradicionais do povo Iny, o museu conta com acervo de 43 peças produzidas pelos próprios artesãos Javaé e Karajá. Destacam-se peças em cerâmica, roupas usadas em rituais e uma canoa. A casa dispõe de espaço para exibição de vídeos sobre a cultura e a língua dos povos Iny, bem como de material sobre a história e os aspectos culturais do município. Conta ainda com uma loja para venda de produtos artesanais.

Quadro 7 – Edital Mais Museus (2008) – Projetos Selecionados

Instituição beneficiada	Nome do projeto	Valor aprovado	Cidade/UF
Museu Municipal da Cana de Açúcar	Museu Municipal da Cana de Açúcar	100.000,00	Teotônio Vilela/AL
Museu da memória de São Gabriel	Museu da memória de São Gabriel	40.641,00	São Gabriel/BA
Museu da Cidade de Parambu	Museu da Cidade de Parambu	65.016,00	Parambu/CE
Museu da Memória de Alto Paraíso de Goiás	Museu da Memória de Alto Paraíso de Goiás	93.314,00	Alto Paraíso de Goiás/GO
Museu Maxakali	Museu Maxakali	42.968,20	Machacalis/MG
Museu Municipal de Pains	Implantação do museu	99.869,63	Pains/MG
Museu Histórico de Santana do Manhuaçu	Implantação do museu	17.621,00	Santana do Manhuaçu/MG
Museu de Santana dos Montes	Implantação do museu	77.150,00	Santana dos Montes/MG
Museu Municipal de Caarapó	Caarapó: identidade e cidadania	54.643,00	Caarapó/MS
Museu da Usina de Itaicy	Implantação do museu	80.000,00	Santo Antonio de Leverger/MT
Museu da Cidade	Museu da Cidade	27.274,00	Bananeiras/PB
Museu de Rochas e Fósseis de Pedra Lavrada	Museu de Rochas e Fósseis de Pedra Lavrada	68.250,00	Pedra Lavrada/PB
Museu do Homem do Curimataú Paraibano	Implantação do museu	98.875,90	Cuité/PB
Museu Raimundo Gil da Silva	Resgate cultural de um povo	50.693,50	Monsenhor Gil/PI
Museu Matelândia	Museu Matelândia - projeto mais museus	72.997,35	Matelândia/PR
Museu Municipal Estação da Memória	Museu Municipal Estação da Memória	100.000,00	Quatis/RJ
Museu Histórico de Guimarães	Museu Histórico de Guimarães	93.163,00	Guimarães/RN
Museu Municipal de Sobradinho	Implantação do museu municipal	27.951,97	Sobradinho/RS
Museu Coleção de Memórias	Implantação do museu	20.090,00	Agronômica/SC
Museu da Colonização	Museu da Colonização	52.681,21	Palma Sola/SC
Museu Realidade Sertaneja	Museu Realidade Sertaneja	45.050,00	Porto da Folha/SE
Memorial de Cajuru	Memorial de Cajuru	97.000,00	Cajuru/SP
Museu dos Povos Indígenas da Ilha do Bananal	YNY HETO - Museu dos Povos Indígenas da Ilha do Bananal: Javaé e Karajá	87.490,23	Formoso do Araguaia/TO
Museu Histórico e Etnográfico de Tocantinópolis	Museu Histórico e Etnográfico de Tocantinópolis	70.904,19	Tocantinópolis/TO

Fonte: DEMU/IPHAN

Quadro 8 – Edital Mais Museus (2009) – Projetos Selecionados*

Instituição beneficiada	Nome do projeto	Valor aprovado	Cidade/UF
Instituto de Preservação e Divulgação da Cultura Jaraguense	História mais que viva	199.700,00	Jaraguá/GO
Museu Ferreira da Ponte	Tradição e Cultura para Frecheirinha	160.999,10	Frecheirinha/CE
Museu Nísia Floresta	Museu Nísia Floresta	125.035,00	Natal/RN
Museu da Renda Renascença	Implantação do Museu da Renda Renascença	183.900,00	Poçoão/PE
Museu no Balanço das Águas / Coleção Karandash	O Museu no Balanço das Águas / Coleção Karandash	133.057,08	Maceió/AL
Museu da Cidade de Mazagão	Implantação do Museu da Cidade de Mazagão	180.050,00	Mazagão/AP
Museu dos Cocais de Esperantina	Museu dos cocais	133.860,00	Esperantina/PI
Memorial do Município de Pompéia	Memorial do Município de Pompéia	181.134,89	Pompéia/SP
Museu Sagarana	Museu Sagarana	167.325,00	Itaguara/MG
Museu Histórico e Pedagógico de Santa Cruz do Rio Pardo	Museu Histórico e Pedagógico de Santa Cruz do Rio Pardo	142.320,00	Santa Cruz do Rio Pardo/SP
Museu Alzira Teoci Garofalo	Museu Alzira Teoci Garofalo	118.665,00	Boa Esperança/PR
Museu de História e Memória Miguel Menz	Criação do museu público: Museu de História e Memória Miguel Menz	164.023,00	Harmonia/RS
Museu Histórico de Tijucas ou Museu Histórico Tijucas	Criação do Museu Histórico de Tijucas	163.950,00	Tijucas/SC

Fonte: DDFEM

* Resultado anterior à habilitação / convênio



Quadro 9 – Edital Mais Museus (2010) – Projetos Selecionados

Instituição beneficiada	Nome do projeto	Valor aprovado	Cidade/UF
Ecomuseu de Marliéria	Ecomuseu de Marliéria	183.400,00	Marliéria/MG
Museu Forte de Santo Inácio	Museu Forte de Santo Inácio	191.320,00	Tamandaré/PE
Museu Público Municipal de São Gabriel do Oeste - MS	Implantação do Museu Público Municipal de São Gabriel do Oeste	119.868,48	São Gabriel do Oeste/ MS
Museu dos Tropeiros do Sertão	Museu dos Tropeiros do Sertão	158.825,53	Santarém/PB
Museu da Cultura Musical Padre Pio	Museu da Cultura Musical Padre Pio	129.850,00	Jucás/CE
Museu Histórico Cultural de Delfim Moreira	Implantação do Museu Histórico Cultural de Delfim Moreira	161.280,00	Delfim Moreira/MG
Museu Municipal de Arroio do Meio	Museu Municipal de Arroio do Meio	126.000,00	Arroio do Meio/RS
Museu Massaranduba	Museu Massaranduba	124.159,58	Massaranduba/SC

Fonte: DDFEM

Qualificação de Museus para o Turismo

O Programa de Qualificação de Museus para o Turismo, implantado por meio do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), tem como diretriz aumentar a atratividade dos museus frente ao público em geral, integrando-os ao circuito turístico cultural de modo a fortalecer essa modalidade de turismo no país.

Trata-se do resultado de um esforço maior de integração interministerial entre os Ministérios do Turismo e da Cultura no sentido de atender as demandas relativas ao desenvolvimento e à consolidação de regiões turísticas e do segmento de turismo cultural.

O programa, nesse sentido, representa um passo fundamental para consolidação dessa estratégia conjunta de promover o segmento do turismo cultural brasileiro, uma vez que os museus apresentam uma série de características que potencializam o efeito da inclusão do tema da cultura sobre o turismo. Isso porque os museus:

- > são espaços de excelência de representação da diversidade cultural de um povo e/ou localidade;
- > são espaços sociais que trabalham com o poder da memória em diálogo com a sociedade e com a difusão do conhecimento e a promoção da reflexão;
- > despertam o interesse do turista sobre a diversidade cultural;
- > transformam o turista de expectador e testemunha dos acontecimentos, fatos, curiosidades que compuseram e compõem a história;
- > sensibilizam o turista para o respeito ao patrimônio cultural bem como para a noção de pertencimento da comunidade ao espaço onde ela está inserida; e, finalmente;
- > aproximam o turista da comunidade.

Reconhece-se, portanto, o potencial dos museus como forte atrativo turístico; aos gestores públicos e pri-

vados, fica o desafio de transformar esse potencial em realidade. Os representantes do Ministério do Turismo e do Ibram visando enfrentar este importante desafio, lançaram em agosto de 2008, o Programa de Qualificação de Museus para o Turismo:

Objetivo

Estruturar os museus localizados nos municípios relacionados aos destinos indutores do desenvolvimento regional, definidos pelo Plano Nacional de Turismo 2007-2010, com foco nas cidades-sede da Copa 2014, de forma a torná-los um atrativo aos visitantes e valorizados como equipamento cultural pela comunidade local.

Objetivos Específicos

- Ampliar o número de visitantes dos museus, observada a capacidade de visitação.
- Apoiar a renovação ou inovação das técnicas expositivas utilizadas pelos museus.
- Disponibilizar oficinas de capacitação para os profissionais dos museus e guias de turismo na área de hospitalidade ao turista.
- Disseminar a importância dos museus como espaços de excelência da troca de experiência e da observação da cultura local – história, tradições e avanços tecnológicos, entre outros.
- Incrementar o potencial turístico dos museus por meio da consultoria nas áreas de museologia e museografia, visando preservar a identidade, sua missão e o melhor desempenho na comunidade em que se encontra inserido.
- Promover o diálogo entre os profissionais dos museus e do turismo para que, de forma conjunta, possam gerir as respectivas atividades, sem provocar qualquer impacto negativo sobre o patrimônio ou à comunidade.

- Integrar os museus aos roteiros de Turismo Cultural, contribuindo para fortalecer esse segmento no país.
- Apoiar na elaboração e produção do material de divulgação dos museus contemplados nos destinos indutores a serem trabalhados pelo programa.

Público-Alvo

Profissionais de turismo, museus e turistas.

Quatro projetos fazem parte do programa. São eles:

Projeto 1: Qualificação dos museus

Objetivo: dotar os museus de infraestrutura adequada para o melhor atendimento ao turista.

Em 2008, foram aplicados recursos no valor de R\$ 1.737.886,30. Os recursos do MTur descentralizados para o IPHAN vieram da conta do Programa 1166 - Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão e da Ação IOV00000 - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística.

Projeto 2: Qualificação dos gestores e profissionais dos museus

Objetivo: oferecer capacitação que permita aos profissionais dos museus terem uma maior proximidade com o tema do turismo e, ao mesmo tempo, desenvolver e implantar estratégias de gestão direcionadas ao setor.

Projeto 3: Guia de atendimento ao turista

Objetivo: oferecer aos profissionais das áreas de museus e turismo um material de orientação que os ajude a pensar e gerenciar o espaço museológico para receber o turista com qualidade.

Projeto 4: Divulgação dos Museus Brasileiros

Objetivo: divulgar o potencial dos museus brasileiros.

O recurso gasto nessa ação não foi descentralizado para o Ibram, sendo assim, sua aplicação foi feita diretamente pelo MTur.

↳ Produção e distribuição de mapa de bolso dos museus, inicialmente, para as cidades de São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador.

Execução em 2008

Instituição beneficiada	Cidade/UF	Valores do Projeto (R\$)
Museu Oceanográfico	Rio Grande/RS	265.000,00
Museu de Arte Sacra da UFBA	Salvador/BA	219.054,33
Museu das Artes do Divino	Pirenópolis/GO	103.835,67
Museu da Inconfidência	Ouro Preto/MG	306.384,43
Museu Nacional de Belas Artes	Rio de Janeiro/RJ	457.610,22
Museu Histórico Nacional	Rio de Janeiro/RJ	202.331,98
Museu da República	Rio de Janeiro/RJ	161.219,51
Museu Castro Maya	Rio de Janeiro/RJ	22.450,16
TOTAIS:		1.737.886,30

Fonte: DDFEM



Prêmios do Ibram

Edital Prêmio Mário Pedrosa

Em sua terceira edição no ano de 2010, o Prêmio Mário Pedrosa – Museu, Memória e Mídia, promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus, tem como finalidade premiar trabalhos jornalísticos publicados na mídia impressa em todo o país que abordem temas relacionados aos museus no Brasil. O prêmio surgiu em 2008, durante o Ano Ibero-americano de Museus, como parte de uma discussão sobre o importante papel dos museus na defesa e promoção das identidades, da memória e do patrimônio cultural.

O Prêmio Mário Pedrosa incentiva a produção de artigos e matérias jornalísticas que tratem da importância da memória e sua efetividade na consolidação dos valores da cidadania. O objetivo é também dar expressão ao trabalho realizado pelos museus na comunidade e sua influência e impacto social na vida dos indivíduos.

Os três primeiros lugares são premiados em dinheiro. Além disso, os veículos que publicam as matérias vencedoras recebem diploma de menção honrosa por sua contribuição à memória nacional. Os vencedores são escolhidos por uma Comissão Especial de Seleção – formada por profissionais do campo museal e da comunicação. São avaliados os seguintes requisitos:

- a. Redação e estruturação;
- b. Pesquisa e documentação;
- c. Profundidade da abordagem, multiplicidade de fontes;
- d. Enfoque e fidelidade ao tema;
- e. Caráter inovador ao tratar sobre o tema ;
- f. Construção da narrativa jornalística, produção das reportagens, ritmo, entre outros aspectos julgados relevantes para a execução de uma boa reportagem.

Vencedores 2008 – tema “Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento”

1º lugar – “Museu de todos”, Maria Olívia Medeiros Mindêlo, Jornal do Commercio, Recife (PE)

2º lugar – “A Casa é de todos”, Jacqueline Silva Batista, Empresa Editora O Jornal Ltda, Maceió (AL)

3º lugar – “Memorial resgata história da mulher no agreste de Alagoas”, Davi Barbosa Neto Salsa, Jornal Tribuna Independente, Arapiraca (AL)

Menção Honrosa – “Uma casa, tantas histórias”, Bianca Zanella Ribeiro, Jornal Diário Popular, Pelotas (RS)

Vencedores 2009 – tema “Museus e turismo”

1º lugar – “Só pedindo socorro”, Suzana de Souza Lima Velasco, O Globo, Rio de Janeiro, RJ

2º lugar – “Memória apagada”, Maria Teresa Costa, Correio Popular, Campinas, SP

3º lugar – “Um museu voltado para o fundo do mar”,

Joice dos Santos Bacelo, Diário Popular, Pelotas, RS

Menção Honrosa – “Uma coleção de licores”, Danúbia Otobelli, O Florense, Flores da Cunha, RS

Vencedores 2010 – tema “Museus para a harmonia social”

1º lugar – “Visita ao Museu: Recursos de acessibilidade possibilitam visitas que unem lazer e cultura”, Gumerindo Rocha Dorea Filho, Revista Incluir, São Paulo, SP;

2º lugar – “Museus para a harmonia social”, Alexandre Acampora, A Notícia, Gurupi, TO;

3º lugar – “Preservar é preciso”, Danúbia Otobelli, O Florense, Flores da Cunha, RS.

Prêmio Darcy Ribeiro

Em 2007, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC) lançou o Prêmio Darcy Ribeiro. O edital destina-se a incentivar e premiar práticas relacionadas a ações educativas em museus brasileiros. A iniciativa faz parte das ações empreendidas pelo Ministério da Cultura no âmbito da Política Nacional de Museus.

Podem concorrer ao prêmio instituições museais públicas municipais, estaduais e federais, desde que não vinculadas à estrutura do Ministério da Cultura; órgãos ou entidades públicas aos quais os museus estão vinculados; instituições museais de direito privado sem fins lucrativos. O prêmio para o primeiro colocado é de R\$15 mil, para o segundo, R\$10 mil e o terceiro, R\$8 mil.

Resultados do Prêmio Darcy Ribeiro (2008)

Clas.	Proponente	Museu	Título do Projeto	Cidade/UF
1º	Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte	Museu Histórico Abílio Barreto	Onde mora a minha história	Belo Horizonte/MG
2º	Fundação de Arte de Niterói	Museu de Arte Contemporânea de Niterói	O MAC como abrigo de experiências poéticas	Niterói/RJ
3º	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá	Museu Sacaca	Aprendendo no museu	Macapá/AP
3º	Museu Histórico Municipal Dona Ernestina	Museu Histórico Municipal Dona Ernestina	Mala histórica - museu itinerante história e aprendizagem	Ernestina/RS

Fonte: DDFEM

Menções Honrosas

Proponente	Museu	Título do Projeto	Cidade/UF
Associação de Amigos da Pinacoteca do Estado	Pinacoteca do Estado de São Paulo	Programa de inclusão sociocultural do núcleo de ação educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo	Belo Horizonte/MG
Instituto Cultural Inhotim	Instituto Cultural Inhotim	Laboratório Inhotim, Brumadinho	Brumadinho/MG
Associação de Amigos do Museu do Ceará	Museu do Ceará	Boneca Dorinha: teatro e história no Museu Ceará	Fortaleza/CE

Fundação Joaquim Nabuco	Museu do Homem do Nordeste	Programa de formação do jovem artesão	Recife/PE
Museu de Microbiologia do Instituto Butantan	Museu de Microbiologia do Instituto Butantan	Museu de Microbiologia: ações educativas aproximando diferenças	São Paulo/SP
Prefeitura Municipal de Contagem	Casa de Cultura Nair Mendes Moreira - Museu Histórico de Contagem	Programa de educação patrimonial por dentro da história	Contagem/MG
Fundação Dorina Nowill para Cegos	Centro de Memória Dorina Nowill	Programa de formação continuada - acessibilidade em museus	São Paulo/SP
Universidade Federal do Paraná	Museu de Arte da UFPR	A arte de sentir a arte	Curitiba/PR
Museu Wolfgang Weege - Parque Malwee	Museu Wolfgang Weege - Parque Malwee	Um olhar aproximado... revisitando os museus	Jaraguá do Su/SC
Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	Museu Casa do Pontal	Programa educacional e social do Museu Casa do Pontal	Rio de Janeiro/RJ
Parque Newton Freire Maia	Parque Newton Freire Maia	Programa PCGC: pequenos cientistas - grandes cidadãos	Pinhais/PR
Fundação Universidade de Passo Fundo	Museu Zoobotânico Augusto Ruschi	Trilha perceptiva	Passo Fundo/RS
Centro de Estudos da Cultura Popular	Museu do Folclore de São José dos Campos	Programa museu vivo	São José dos Campos/SP
Fundação Educacional de Criciúma - Universidade do Extremo Sul Catarinense	Museu Histórico do Extremo Sul Catarinense	Bicho que educa	Criciúma/SC
Fundação Hassis	Museu Hassis	Plásticas na escola	Florianópolis/SC
Associação dos Amigos do Serviço do Patrimônio Histórico e Cultural	Museu Histórico Nice Antonieta Shüler	Cultura em movimento	Montenegro/RS
Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	Museu da Energia	Escolas públicas no Museu da Energia (Itu-Rio Claro)	Itu/Rio Claro/SP
Prefeitura Municipal de Santa Maria da Boa Vista	Museu Coripós	Arte dentro do museu: descoberta de novos tempos	Santa Maria da Boa Vista/PE
Instituto Ricardo Brennand	Instituto Ricardo Brennand	Projeto peça a peça: formação continuada de públicos espontâneos em museus	Recife/PE
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	Memorial Pontes de Miranda	A escola vai ao museu	Maceió/AL

Resultados do Prêmio Darcy Ribeiro (2009)

Clas.	Proponente	Museu	Título do Projeto	Cidade/UF	Valor do prêmio
1º	Museu de Arte Moderna de São Paulo	Museu de Arte Moderna de São Paulo	Aprender para ensinar	São Paulo/SP	15.000,00
2º	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá	Centro de Pesquisas Museológicas - Museu Sacaca	Nas trilhas do conhecimento - comunidades e cientistas protegem juntos a biodiversidade do Amapá	Macapá/AP	10.000,00
3º	Fundação Oswaldo Cruz	Museu da Vida	Curso de formação de monitores para museus e centros de ciência	Rio de Janeiro/RJ	8.000,00

Fonte: DDFEM

Menções Honrosas

Proponente	Museu	Título do Projeto	Cidade/UF
Universidade Federal de Goiás / FUNAPE	Museu Antropológico da UFGO	Interlocução entre o Museu Antropológico e professores Terena: assessoria didático pedagógica e co-autoria na elaboração de produtos para uso didático	Goiânia/GO
Instituto Ricardo Brennand	Instituto Ricardo Brennand	Museu / escola compartilhando conhecimentos	Jaboatão dos Guararapes/PE
Sociedade dos Amigos do Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães	Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães	É brincando que se aprende	Recife/PE
Museu Paraense Emílio Goeldi	Museu Paraense Emílio Goeldi	Clube de pesquisador mirim	Belém/PA
Museu da Imagem e do Som de Campinas	Museu da Imagem e do Som de Campinas	Pedagogia da imagem	Campinas/SP

Fonte: DDFEM

Projetos Selecionados para Publicação

Proponente	Museu	Título do Projeto	Cidade/UF
Ministério da Ciência e Tecnologia	Museu de Astronomia e Ciências Afins	Inclusão social via itinerância reversa: uma ação para ampliar o público do MAST	Rio de Janeiro/RJ
Instituto Telemar / Oi Futuro	Museu das Telecomunicações / Oi Futuro	Programa de encontros continuados	Rio de Janeiro/RJ
Instituto Chico Mendes	Centro de Memória Chico Mendes	Chiquinho de letra e vídeo	Xapuri/AC

Fundepes	Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore	Todos os sentidos: arte e inclusão	Maceió/AL
Universidade de São Paulo	Museu Paulista da USP	Programas educativos do Museu Paulista: kit de sensibilização e experiências de inclusão	São Paulo/SP
Museu Municipal Pedro Palmeiro	Museu Municipal Pedro Palmeiro	Baú do tempo	Santiago/RS
Núcleo de Cultura de Venâncio Aires	Núcleo de Cultura de Venâncio Aires	Educação patrimonial e a preservação do patrimônio histórico e cultural da Vila de Santo Amaro	Venâncio Aires/RS
Museu do Círio	Museu do Círio	Projeto Acorda	Belém/PA
Secretaria de Estado e Cultura / Superintendência Popular Domingos Vieira Filho	Casa do Maranhão / Casa de Nhozinho / Casa da Festa	Projeto sabença: museu-escola	Paço do Lumiar/MA
Prefeitura Municipal de Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho	Exposições temáticas: educação patrimonial, história, cultura e arte	Pinhalzinho/SC
Associação de Amigos do Museu Casa Guimarães Rosa	Museu Casa Guimarães Rosa	Grupo de contadores de histórias Miguilim - formação e atuação no Museu Casa Guimarães Rosa	Cordisburgo/MG
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul	Museu da Imagem e do Som de Mato Grosso do Sul	Preservar a memória, educar para o futuro	Campo Grande/MS
Tiro de Guerra de Batatais	Centro de Documentação Histórica do Brasil Pesquisa da 2ª Guerra Mundial de 1939 a 1945	Um novo contato com a Itália	Batatais/SP
Instituto Sangari	Instituto Sangari	Ação educativa da exposição itinerante Einstein – São Paulo	São Paulo/SP
Fundação Energia e Saneamento	Museu da Energia Usina-Parque de Corumbataí	Museu Dinâmico de Energia Elétrica	Rio Claro/SP

Fonte: DDFEM

Resultados do Prêmio Darcy Ribeiro (2010)

Clas.	Proponente	Museu	Título do Projeto	Cidade/UF
1º	Prefeitura Municipal de Panambi	Museu e Arquivo Histórico de Panambi	1ª Gincana do Museu e Arquivo Histórico de Panambi	Panambi/RS
2º	Instituto Cultural Inhotim	Instituto Inhotim	Laboratório Inhotim	Brumadinho/MG
3º	Associação Pinacoteca do Estado de São Paulo	Pinacoteca do Estado de São Paulo	Galeria tátil de esculturas do acervo da Pinacoteca do Estado de SP / programa educativo para públicos especiais	São Paulo/SP

Fonte: DDFEM

Menções Honrosas

Proponente	Museu	Título do Projeto	Cidade/UF
Museu Paraense Emílio Goeldi	Museu Paraense Emílio Goeldi / MCT	O Museu Goeldi leva educação em ciência à comunidade	Belém/PA

Fonte: DDFEM

Selecionados para publicação

Proponente	Museu	Título do Projeto	Cidade/UF
Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá	Centro de Pesquisas Museológicas - Museu Sacaca	Projeto Apoena	Macapá/AP
Santa Casa de Misericórdia da Bahia	Museu da Misericórdia	Construção da memória - programa de educação patrimonial para policiais na cidade do Salvador-BA	Salvador/BA
Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage	Museu Ferroviário de Juiz de Fora	O Homem que amava o trem	Juiz de Fora/MG
Museu do Índio	Museu do Índio	O lugar onde moro - topônimos indígenas e seus significados	Uberlândia/MG
Fundação Gilberto Freyre	Casa Museu Magdalena e Gilberto Freyre	Projeto feras em férias	Recife/PE
Universidade Federal do Paraná	Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR	Kit didático - caixinhas do MAE	Curitiba/PR
Centro de Etno Conhecimento Sócio Ambiental e Cultural Cauieré	Instituto Tamoio dos Povos Originários	Museu Vivo da Cultura Indígena	Tomás Coelho/RJ
Fundação de Arte de Niterói	Museu de Arte Contemporânea de Niterói	MAC-Fórum	Niterói/RJ
Memorial Municipal Getúlio Vargas	Memorial Municipal Getúlio Vargas	Museu de aplicação: programa de prática de ensino aplicada ao espaço museológico	Rio de Janeiro/RJ
Museu Municipal Dr. José Olavo Machado	Museu Municipal Dr. José Olavo Machado	Projeto educação patrimonial Jornadas de Arqueologia Missioneira	Santo Ângelo/RS
Fundação Cultural de Joinville	Estação da Memória	Encontros com a memória	Joinville/SC
Fundação Dorina Nowill para Cegos	Centro de Memória Dorina Nouwill	Formação de público - pessoas com deficiência visual em espaços de cultura	São Paulo/SP

Fonte: DDFEM



A mala do tempo

No interior do Rio Grande do Sul, a 256 km de Porto Alegre, um pequeno município de pouco mais de três mil habitantes resgata sua memória dentro de uma mala. Em Ernestina, o Museu Municipal ultrapassou barreiras e viaja pelas escolas levando, em uma mala antiga, os objetos que contam a história da cidade. O projeto Mala Histórica – Museu Itinerante: História e Aprendizagem conquistou, em 2008, o terceiro lugar no Prêmio Darcy Ribeiro, iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/Minc) que incentiva as práticas relacionadas a ações educativas em museus brasileiros, sobretudo aquelas consideradas inovadoras e que apresentam impacto sociocultural.

Situada no Planalto Médio gaúcho, Ernestina concentra seu eixo econômico na agropecuária, com a cultura da soja e leite, e no turismo. A maior parte da população é de origem alemã e italiana. Com o objetivo de resgatar e preservar a história e cultura do município, em 2000, foi

inaugurado o Museu Municipal Dona Ernestina. O MDE possui acervo de aproximadamente 600 peças, formado por objetos religiosos, utensílios domésticos e de decoração, instrumentos de trabalho agrícola e acervo de fotos.

A necessidade de tornar as ações educativas e culturais mais efetivas somada à dificuldade de locomoção das escolas da zona rural fez com que, em 2006, o Museu Municipal Dona Ernestina se lançasse em um projeto inusitado. Em uma mala dos anos 70 foram reunidos dez objetos pertencentes ao acervo, relacionados à chegada dos primeiros habitantes a Ernestina. A “mala histórica” seria apresentada às crianças com o objetivo de resgatar a história da cidade e levar para a sala de aula parte do Museu Dona Ernestina. Mas como viabilizar um museu itinerante que chegasse à zona rural da cidade?

A dificuldade foi superada quando um veículo Fusca, ano 72, entrou em cena, conforme conta a diretora do Museu Municipal Dona Ernestina e idealizadora do

projeto, Ângela Maria da Silva de Oliveira: “Nosso grande desafio era o transporte, já que queríamos atingir as escolas da zona rural. Uma colega disponibilizou seu Fusca cor creme, ano 72, para as visitas. O carro ganhou um letreiro com a sigla do museu, acompanhado da frase “somos todos universais”.

As visitas começaram a ser frequentes e o museu itinerante chegou a lugares onde antes as crianças jamais haviam tido contato com as peças representativas de seu patrimônio histórico e cultural. A iniciativa ampliou a visão de mundo das crianças e incentivou a busca pelo conhecimento da história e da cultura de Ernestina. “A valorização dos nossos antepassados acontece por meio do contato com os objetos de maneira concreta, fortalecendo a sensibilidade e a imaginação de cada um. O museu ganha mais vida e deixa de ser estático com a magia que invade o ambiente no momento em que as crianças tocam os objetos antes desconhecidos”, conclui Ângela.

O projeto obteve êxito, o que possibilitou sua continuidade até os dias de hoje. Mais de 800 estudantes já

receberam a visita do museu itinerante. Com a valorização do museu, o número de visitantes da comunidade local e de cidades vizinhas aumentou. Ernestina também ganhou, pois o turismo, fonte de renda da cidade, também cresceu. O museu itinerante incentivou, ainda, a doação de objetos para o acervo do museu, fato explicado pelo envolvimento por parte dos alunos, dos professores e da comunidade.

Segundo a direção do museu, o próximo passo será a criação de um museu virtual, “informatizando” a mala com o uso de um computador. Tudo para facilitar o deslocamento e o acesso às informações. O projeto quer chegar também às crianças com dificuldade de aprendizagem.

O projeto Mala Histórica – Museu Itinerante: História e Aprendizagem ilustra o atual empenho dos museus no desenvolvimento de seu papel social. As ações socioeducativas aproximam as crianças do conhecimento e transformam o museu, antes estático, em um espaço de intervenção e construção de identidade, onde cada um carrega sua própria história em sua própria bagagem.





“Do in” museológico em movimento

Pontos de Memória

Para atender os diferentes grupos sociais do Brasil que não tiveram a oportunidade de narrar e expor suas próprias histórias, memórias e patrimônios nos museus, o Ibram, em parceria com o Programa Mais Cultura e Cultura Viva, do Ministério da Cultura, Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça, e com a Organização dos Estados Ibero-americanos- OEI, vem apoiando ações de memória em comunidades populares das cinco regiões do país, por meio do programa Pontos de Memória.

Os Pontos de Memória têm por concepção reconstruir a memória social e coletiva de comunidades, a partir do cidadão, de suas origens, suas histórias e seus valores. Com a iniciativa pautada no protagonismo comunitário e na metodologia de trabalho participativa e dialógica, o programa vem trabalhando com a memória de forma viva e dinâmica, como ferramenta de transformação social.

No momento estão em processo de consolidação 12 Pontos de Memória, situados em comunidades populares nas seguintes cidades: Belém - PA (Comunidade de Terra Firme); Belo Horizonte – MG (Comunidade do Taquaril); Brasília – DF (Comunidade da Estrutural); Curitiba – PR (Comunidade do Sítio Cercado); Fortaleza – CE (Comuni-



dade Grande Bom Jardim); Maceió (Comunidade do Jacintinho); Porto Alegre - RS (Comunidade da Lomba do Pinheiro); Recife - PE (Comunidade do Coque); Rio de Janeiro - RJ (Comunidades do Pavão-Pavaozinho-Cantagalo); São Paulo - SP (Comunidade da Brasilândia); Salvador - BA (Comunidade do Beiru) e Vitória - ES (Comunidade do São Pedro).

Além dessas, o Ibram também vem apoiando, por meio de oficinas de capacitação e visitas técnicas, iniciativas de memória local, tais como o Ecomuseu da Amazônia, em Belém - PA, o Museu Sankofa, da Rocinha, e Vila do Horto, no Rio de Janeiro, e o Museu Vivo de São

Bento, em Duque de Caxias - RJ.

Para o desenvolvimento dos Pontos de Memória, foram realizadas, de junho de 2009 a outubro de 2010, cerca de cinquenta atividades com a participação do Ibram, distribuídas em:

- Visitas de sensibilização nas comunidades;
- Seminários ampliados de mobilização nas comunidades para a apresentação do programa e para a eleição de instâncias deliberativas;
- Oficinas de Capacitação Museu, Memória e Cidadania, que propiciou debates e embasamento teórico so-

bre Memória e Museologia Social;

- Visitas técnicas para acompanhamento do desenvolvimento do projeto; e
- Encontros de integração dos pontos.

Até o final de 2010, as instâncias deliberativas vão elaborar o plano de ação para a realização do inventário participativo, que culminará em um produto de difusão, tais como exposição, site, documentário, aquisição de acervo etc.

ENCONTROS DE INTEGRAÇÃO

O Ibram vem promovendo encontros de integração entre os Pontos de Memória e representantes de comunidades populares, movimentos sociais e instituições que trabalham com a Museologia Social, com o objetivo de promover a conexão e a troca de experiências e, sobretudo, fortalecer e potencializar essas iniciativas a se constituírem em rede. Para isso, foram realizadas as seguintes atividades:

1º Encontro Teia da Memória

Em dezembro de 2009, representantes dessas comunidades e mais 10 outros grupos comunitários, num total de mais de 200 pessoas, reuniram-se em Salvador (BA) para a realização da Teia da Memória, que consistiu na apresentação de projetos, intercâmbios, debates metodológicos, construção de agendas e de estratégias para o fortalecimento e consolidação dos Pontos de Memória.



Representantes dos Pontos de Memória na Plenária do Encontro 1ª Teia da Memória em Salvador/BA.

2º Encontro Teia da Memória

Em março de 2010, os Pontos de Memória foram convidados a participar da Teia das Ações 2001 – tambores digitais, que reuniu em Fortaleza mais 2500 representantes de Pontos de Cultura. O encontro, além de ter sido um espaço para debater o andamento do projeto, marcou a integração dos Pontos de Memória ao Programa Cultura Viva.



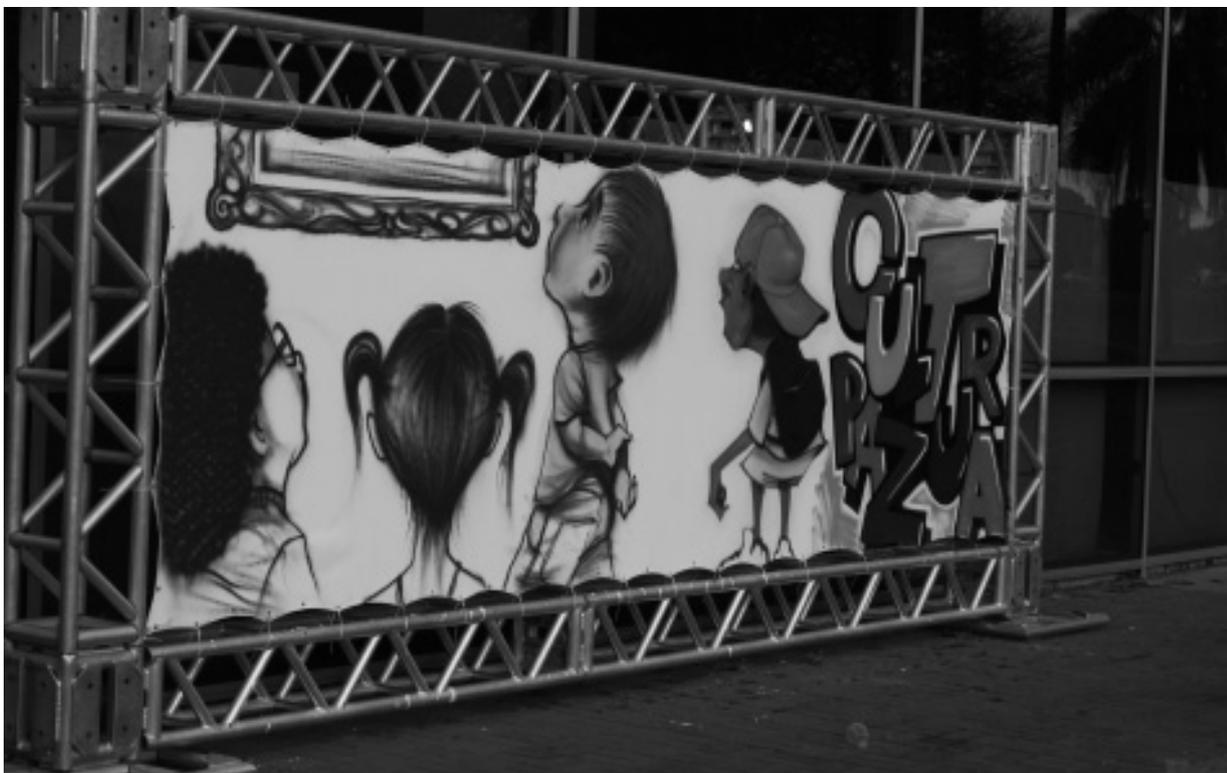
Representantes dos Pontos de Memória na Teia das Ações, em Fortaleza/CE.

4º Fórum Nacional de Museus

De 13 a 17 de julho de 2010, 20 representantes de Pontos de Memória participaram do 4º Fórum Nacional de Museus. O tema do evento - Direito à Memória, Direito a Museus, veio diretamente ao encontro da proposta do programa. Na ocasião, as lideranças comunitárias participaram ativamente da programação, debatendo e definindo diretrizes para o Plano Nacional Setorial de Museus e apresentando trabalhos e experiências relacionados à memória.

Memória em Movimento

“Viver e não ter a vergonha de ser feliz”. Em clima contagiante de alegria, o Museu Cortejo, com cerca de 80 pessoas, percorreu o Fórum Nacional de Museus após a abertura da mostra fotográfica “Memória em



“Direito à memória” no grafite na entrada do 4º Fórum Nacional de Museus.

Movimento” - que retratou e uniu em Brasília as comunidades onde estão sendo desenvolvidos os Pontos de Memória. Em círculos, a exposição, disposta em móveis interativos, movimentava-se remetendo ao exercício de lembrar e à importância da memória “estar em movimento” para transformar e recriar o presente.

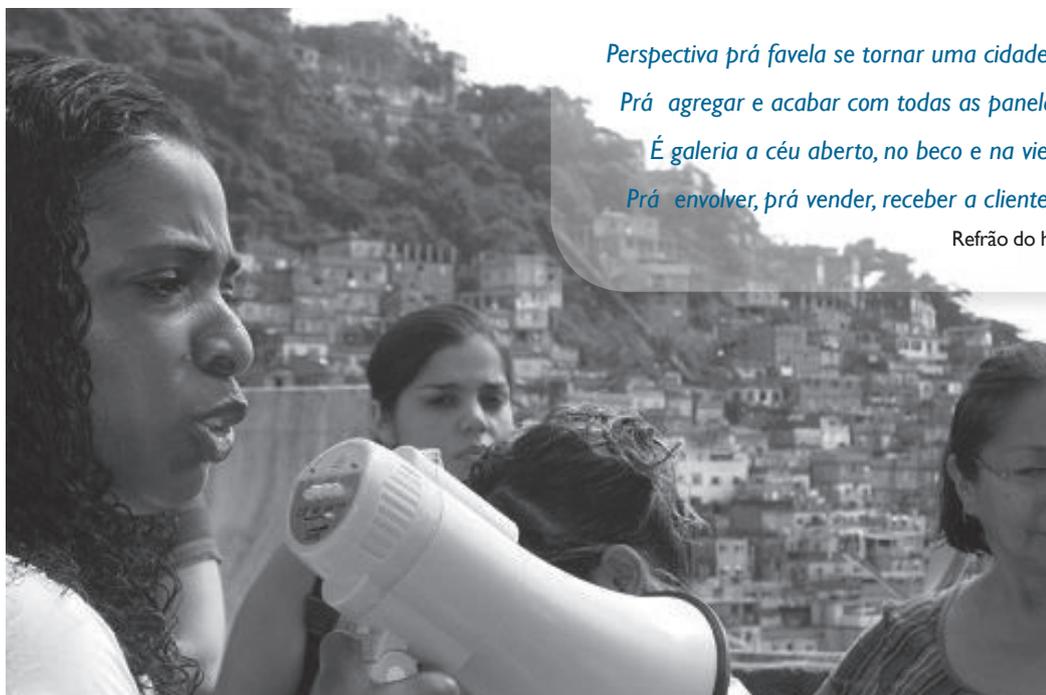
Para celebrar a ligação das comunidades com a terra – a luta pela moradia, questão que perpassa a história e memória de todas as comunidades, os representantes dos pontos apresentaram porções de terra por eles trazidas, e, num ritual de celebração, misturaram-nas até se tornarem uma só. Marcando essa união, o poeta e diretor do Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC), Mario Chagas, gritou “terra brasilis”, guiando então o Museu Cortejo pelo Fórum.



Ritual “Terra Brasilis” une os representantes e as terras dos Pontos de Memória.

3º Encontro Teia da Memória

A 3ª Teia foi realizada de 15 a 18 de dezembro de 2010, no Museu da Maré, no Rio de Janeiro. Na ocasião, foi anunciado o lançamento do Edital Pontos de Memória que irá apoiar 45 iniciativas populares focadas nos processos de musealização e nos trabalhos da memória.



*Perspectiva prá favela se tornar uma cidadela, MUF
Prá agregar e acabar com todas as panelas, MUF
É galeria a céu aberto, no beco e na viela, MUF
Prá envolver, prá vender, receber a clientela, MUF*

Refrão do hino MUF



Fotos do "2º Visitão" ao território museal do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, promovido pelo MUF.

“Sempre sonhei com uma construção histórica que minha comunidade pudesse participar. E agora, por meio do Ibram, temos essa oportunidade.”

Norma Ribeiro
do Ponto de Memória do Beiru (Salvador – BA)



Chá de Museu promovido pelo Museu Sankofá, na Rocinha (Rio de Janeiro – RJ).

“Com apoio do Ibram, hoje a Brasilândia tem a oportunidade de ter um equipamento público, construído com a participação da comunidade, para mostrar toda sua pluralidade.”

Leandro Batista
membro do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Brasilândia (São Paulo – SP).



Sidney Silva, vice-presidente do MUF, na exposição “Memória em Movimento”.

“Somos vistos pela população do Distrito Federal como uma nódoa, um problema a ser resolvido. Acredito que nosso Ponto de Memória, com toda nossa história de luta, nos ajudará a transformar o presente e principalmente o futuro”.

Caroline Soares
do Ponto de Memória da Estrutural (Brasília – DF)

“Esta nova forma de museologia no Brasil, apresentada pelo Ibram, que inclui a cultura da periferia, é muito interessante, porque nas favelas tem muita arte para se mostrar.”

Sidney Silva
vice-presidente do MUF (Pavão-Pavãozinho e Cantagalo)



Trocas e interação com a sociedade

Eventos do calendário museológico



Semana dos Museus

O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Cultura, em parceria com o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM), a Associação Brasileira de Museologia, o Conselho Federal de Museologia e demais instituições museológicas brasileiras, comemorou, em 18 de maio de 2003, o Dia Internacional de Museus.

O sucesso da iniciativa, graças à grande mobilização de instituições em todo país, acabou por produzir o desejo de institucionalização e ampliação do evento, o que ocorreu em 2004, através de decreto presidencial de 31 de maio. Além de instituir a Semana de Museus, sob a coordenação do Ministério da Cultura, o mesmo decreto instituiu também o Dia Nacional do Museólogo (18 de dezembro), como reconhecimento e valorização desta categoria profissional. Desde então, a Semana de Museus passou a ser o evento mais importante da agenda muse-

ológica brasileira, com um número crescente de participantes e atividades a cada ano.

A partir do tema adotado pelo ICOM, o Ministério da Cultura, por meio da ação direta do antigo DEMU/IPHAN, agora Ibram, convocou instituições e profissionais para compor uma agenda única, divulgada em todo o território nacional, tendo as unidades participantes como pontos de concentração e disseminação de informações. Cartazes, folders e chamadas na imprensa, entre outras formas de divulgação, foram utilizados. Para se ter uma idéia do crescimento da iniciativa, em 2003 foram organizados cerca de 270 eventos, ao passo que em 2010 este número subiu para mais de 1.700 em todos os estados brasileiros.

A Semana de Museus é sempre realizada no dia 18 de maio, Dia Internacional de Museus, e a cada ano, um tema é proposto para as atividades. É um projeto inte-

grado de abrangência nacional que desde a primeira edição, em 2003, até a oitava edição, em 2010, reuniu mais de 9 mil eventos entre exposições, palestras, mostras, shows, cursos, visitas guiadas, etc.

O conjunto de eventos realizados nessas oito edições mostra o avanço da imaginação museal brasileira, a mobilização da área, o enraizamento e a capilaridade da Política Nacional de Museus, que adquiriu características de movimento cultural.

A SEMANA EM NÚMEROS

- ▶ Em 2003, o tema proposto foi “Museus e amigos”. Participaram da SNM **57** instituições com **270** eventos.
- ▶ Na edição de 2004, **161** instituições organizaram **350** eventos com o tema “Museus e patrimônio imaterial.”
- ▶ “Museus: pontes entre culturas” foi o tema da 3ª SNM em 2005, quando **284** instituições promoveram **800** eventos.
- ▶ Em 2006, **1.220** eventos foram realizados sob o tema “Museus e público jovem” por **429** instituições.
- ▶ Na edição de 2007, com o tema “Museus e patrimônio universal”, **452** instituições realizaram **1.379** eventos.
- ▶ “Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento” foi o tema da 6ª SMN, em 2008. Nesta edição, participaram **448** instituições com **1.435** eventos.
- ▶ Em 2009, o tema foi “Museus e turismo”. **614** instituições inscreveram **2.019** eventos.
- ▶ E com o tema “Museus para harmonia social”, a 8ª SMN, em 2010, teve a participação de **588** instituições com **1.763** eventos.

Fonte: DDFEM



Primavera dos Museus

A Primavera de Museus é realizada desde 2007 e tem como objetivo propor novas conectividades, diálogos, trocas e interações com a sociedade. Desde a 1ª edição, a primavera reuniu mais de 3 mil eventos em âmbito nacional relacionados à área museológica. Mostras, visitas guiadas, mesas redondas, ações educativas e exibição de filmes são alguns dos eventos realizados durante a primavera.

A cada edição, um tema de discussão é proposto para os participantes. “Meio ambiente, memória e vida” foi o tema em 2007, que teve a participação de 300 instituições, com 874 eventos. Em 2008, 234 instituições reuniram 580 eventos sob o tema “Museus e o diálogo intercultural.” A discussão em 2009 foi “Museus e direitos humanos” e contou com 790 eventos promovidos por 324 instituições. E em 2010, “Museus e redes sociais” foi o tema para 764 eventos de 276 instituições em todo o país.

2006 - Ano Nacional dos Museus

Por meio da lei no 11.328/06, 2006 foi instituído como o Ano Nacional dos Museus, o que ampliou ainda mais a visibilidade dos museus em todo o país. A repercussão na mídia impressa e eletrônica foi grande, com destaque para as campanhas de divulgação e valorização dos museus no rádio e na televisão. A Política Nacional de Museus recebeu atenção de um público ainda maior, confirmando a centralidade do museu nas estratégias do MinC.

A abertura das comemorações do Ano Nacional de Museus ocorreu em 17 de março de 2006, no Museu Lassar Segall, em São Paulo. Durante o evento, que contou com a presença do então ministro da Cultura, Gilberto Gil, foi apresentada a programação anual de atividades promovidas pelo antigo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, hoje Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), composta de fóruns, seminários, encontros e lançamentos de publicações voltadas para a área museológica.

Na solenidade também foi apresentada a marca do Ano Nacional dos Museus. A marca foi escolhida por um concurso promovido pelo DEMU/IPHAN, que recebeu mais de 240 propostas. Elas foram avaliadas por uma comissão formada por representantes das áreas de design, comunicação e museologia.

A instituição de 2006 como Ano Nacional dos Museus foi um ato de reconhecimento do papel desses lugares de memória nos processos de inclusão social e valorização do patrimônio cultural. Além de ser um gesto simbólico da maior importância, o Ano Nacional dos Museus constituiu-se em ação de efetiva valorização dos museus e profissionais que neles atuam.

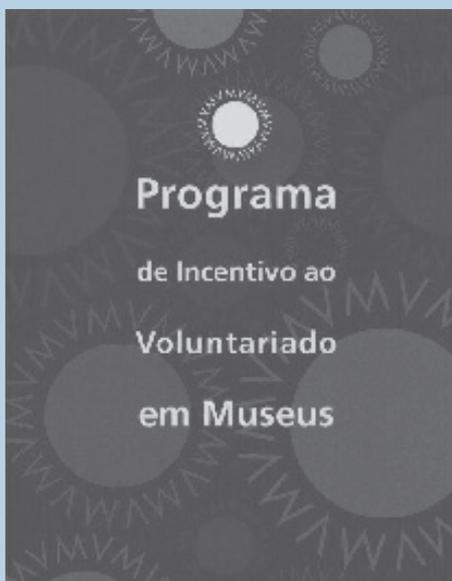
2008 – Ano Ibero-americano dos Museus

Em um marco histórico para os museus e para a museologia ibero-americana, os chefes de Estado e de governo reunidos na XVII Cúpula Ibero-americana, em novembro de 2007, designaram 2008 como o Ano Ibero-americano de Museus, como uma das estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas culturais que contribuam para o exercício da cidadania e ao sentido de pertencimento.

Reunindo mais de 10 mil museus e um extraordinário conjunto de bens tangíveis e intangíveis, atendendo mais de 100 milhões de visitantes por ano e gerando mais de 100 mil empregos diretos, o universo dos museus ibero-americanos está em expansão e o seu diferencial reside no compromisso com a educação, na valorização da função social dos museus e no reconhecimento de que eles são tecnologias e ferramentas que precisam ser democratizadas e utilizadas a favor da dignidade humana e do desenvolvimento social.

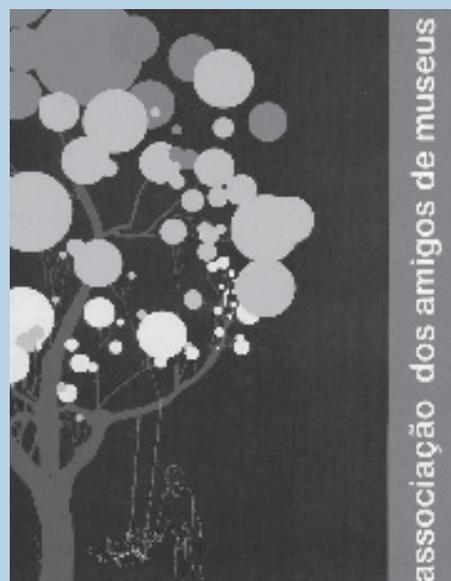
O tema escolhido para o Ano Ibero-americano de Museus, “Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento”, foi um desafio à discussão e ao entendimento do importante papel dos museus na defesa e promoção das identidades, da memória e do patrimônio cultural, aceito pelos museus Ibero-americanos.

A Agenda do Ano Ibero-americano de Museus 2008 contou com cerca de 900 eventos, abrangendo uma diversidade de instituições e localidades da Ibero-américa. O caráter dos eventos também foi bem diversificado, com abrangências locais, nacionais e/ou internacionais, tendo a preocupação de levantar variadas questões acerca dos museus como agentes de mudança social e desenvolvimento.



Programa de Incentivo ao Voluntariado em Museus

O Programa de Incentivo ao Voluntariado em Museus foi proposto em 2008 pelo antigo DEMU, com o objetivo de implantar e desenvolver o programa de voluntariado de idosos em museus brasileiros como uma oportunidade de incentivar hábitos saudáveis e o envelhecimento ativo. Como estratégia do programa, foi criada a Oficina de Gestão de Programa de Voluntariado em Museus que orienta e prepara os museus interessados em receber voluntários de maneira estruturada.



Associação de Amigos do Museu

A Associação de Amigos do Museu é um novo tipo de relação estabelecida entre o museu e seu público. É uma entidade sem fins lucrativos que contribui para apoiar e estender as ações dos museus junto às comunidades locais. Ela contribui para o incremento das coleções, para a melhoria de suas estruturas e para o desenvolvimento de suas relações com outras organizações, além de poder ajudar a captar recursos para o museu e ser parceira no desenvolvimento de ações, atividades e projetos.



Semeando Informações

Publicações

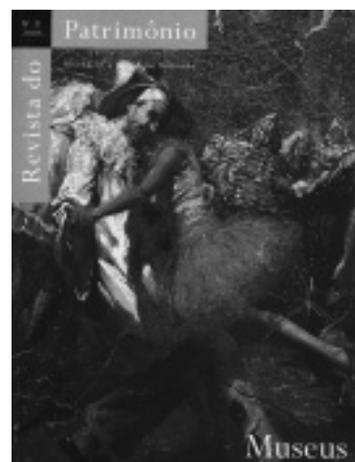


RELATÓRIO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM MUSEOLOGIA

O objetivo do Programa de Formação e Capacitação em Museologia é contribuir para a revitalização de museus, atendendo à demanda para o aprimoramento dos recursos humanos. O relatório, organizado pela comissão do programa constituída por representantes de entidades ligadas à museologia da Bahia e apoiado pelo DEMU/IPHAN, é composto por quatro linhas temáticas para o desenvolvimento de projetos: perfil dos museus baianos, editoração, aplicação de processos museológicos e formação e capacitação. O relatório de gestão apresenta os resultados obtidos pelo programa no estado entre 2003 e 2005.

REVISTA DO PATRIMÔNIO “MUSEUS – ANTROPOFAGIA DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO”

Com o título “Museus – Antropofagia da Memória e do Patrimônio”, a Revista do Patrimônio nº 31 traz artigos inéditos sobre a transformação das linguagens museográficas, a musealização de sítios arqueológicos, o papel social dos museus e sua dimensão enquanto espaços de representação social, além de questões sobre gestão e desenvolvimento de ações educativas. Completam a edição documentos e ensaios de pensadores da área, como os Andrade (Rodrigo Melo Franco, Mario e Oswald), Paul Valéry, Theodor W. Adorno e Walter Benjamin, oferecendo uma densa e poética interpretação da natureza simbólica do espaço museológico.

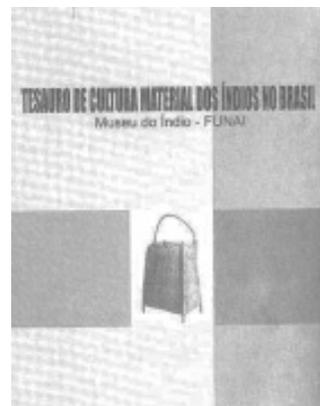


1º BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DE MUSEUS

O Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC) é um projeto elaborado em parceria entre o DEMU/IPHAN e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Trata-se de um programa de pesquisa e serviços sobre museus e instituições afins que propõe a criação de um sistema em rede de produção, reunião e compartilhamento de dados e conhecimentos diversos sobre museus em sua relação com a sociedade. O 1º Boletim do OMCC apresenta os principais resultados obtidos na pesquisa Perfil-Opinião, realizada em 11 museus do Rio de Janeiro. O resultado desse projeto piloto é fundamental para professores, pesquisadores, estudantes e gestores culturais que atuam no campo dos museus e da museologia, bem como no trabalho com políticas públicas de cultura.

TESAURO DE CULTURA MATERIAL DOS ÍNDIOS NO BRASIL

Produzido em parceria entre o Museu do Índio da Funai (RJ) e o DEMU/IPHAN, o Tesouro tem o objetivo de estabelecer uma terminologia padrão representativa do material produzido pelas sociedades indígenas e visa à indexação dos artefatos existentes no acervo etnológico e à unificação da linguagem informacional para facilitar o processo de comunicação entre os diferentes acervos. O Tesouro serve, ainda, para o diálogo entre instituições com acervos etnográficos e, principalmente, possibilita aos povos indígenas o resgate de referências sobre seu patrimônio cultural.



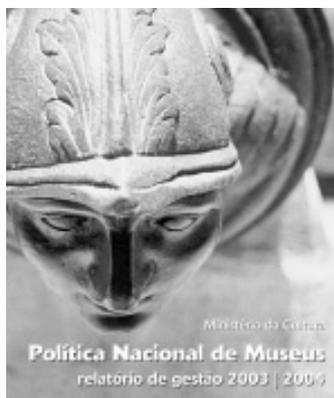
CADERNO DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS

Publicado em parceria com a Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais, o Caderno de Diretrizes Museológicas é composto de duas partes. A primeira traz quatro artigos com temas referentes a museus (noções conceituais, apontamentos históricos sobre a instituição, documentação museológica, objetos museais, prevenção e conservação em museus). A segunda parte é integrada por modelo de lei de criação de museus, pelo estatuto de associação de amigos de museus e por um glossário de termos básicos e frequentes em museus.

CADERNO “POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS – MEMÓRIA E CIDADANIA”

Documento-base da Política Nacional de Museus, o caderno apresenta os objetivos, os princípios orientadores, as diretrizes e os eixos programáticos da política. O documento foi construído a várias mãos, de forma democrática, por meio de amplo debate com a comunidade museológica. Sua elaboração envolveu secretarias de cultura, ministérios afins à área museológica, universidades, profissionais e personalidades do meio museológico. O caderno também traz o texto sobre as propostas para encaminhamento do Programa de Formação e Capacitação em Museologia, primeiro eixo da PNM colocado em prática.



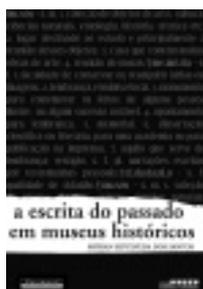
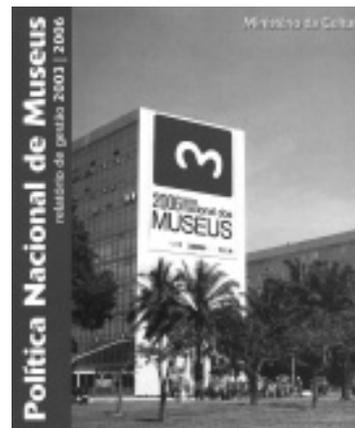


RELATÓRIO DE DOIS ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

O relatório de gestão dos dois anos da Política Nacional de Museus (PNM) apresenta os avanços ocorridos no setor museológico após a implementação da PNM, entre 2003 e 2004. Entre os assuntos abordados estão o Sistema Brasileiro de Museus, o projeto de criação do Instituto Brasileiro de Museus, os balanços e as perspectivas, os investimentos, as ações de formação e capacitação em museologia e as parcerias realizadas.

RELATÓRIO DE QUATRO ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

Este relatório trata da Política Nacional de Museus entre os anos de 2003 e 2006. Entre os assuntos abordados estão o Sistema Brasileiro de Museus, o Cadastro Nacional de Museus, O Observatório de Museus e Centros Culturais, os eventos relacionados a Semana e Ano Nacional dos Museus, o Fórum Nacional de Museus, as políticas de fomento do setor, os Programas de Formação e Capacitação em Museologia e os projetos, estudos e pesquisas realizadas na área. Também foi apresentado um histórico e um relatório de ações de todos os museus vinculados ao DEMU/IPHAN.



COLEÇÃO MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA

Criada pelo DEMU/IPHAN, a coleção visa à publicação de dissertações, teses, ensaios e pesquisa que tratem de questões museológicas e das relações entre museus e sociedade. O primeiro número é o livro **A escrita do passado em museus históricos**, de Myrian Sepúlveda dos Santos.

O número 2 da coleção é **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**, de José Reginaldo Santos Gonçalves. Os textos reunidos no livro focalizam temas diversos e interligados, tais como: teorias antropológicas e objetos materiais, museus etnográficos e visibilidade, museus e experiência urbana, entre outros.

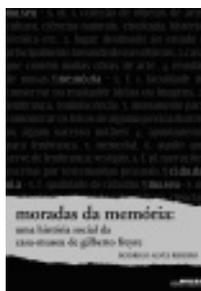
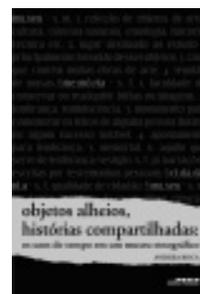


O número 3 é a coletânea **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**, organizada por Regina Abreu, Mario de Souza Chagas e Myrian Sepúlveda dos Santos. São narrativas que valorizam trocas, intercâmbios, interconexões e interrelações entre pesquisadores, professores, estudantes e interessados na matéria.



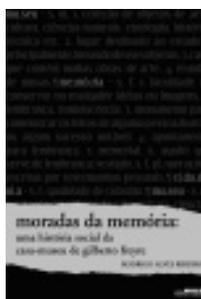
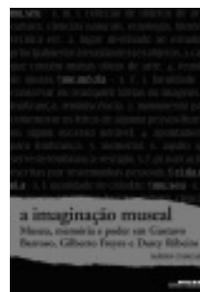
O quarto número é o livro **Encontros museológicos – Reflexões sobre a Museologia, a educação e o museu**. São textos reunidos de Maria Célia Teixeira Moura Santos, escritos entre 1999 e 2006, apresentados em seminários, encontros e outros eventos. Tratam de temas museológicos contemporâneos.

O quinto livro da coleção é **Objetos alheios, histórias compartilhadas: os usos do tempo em um museu etnográfico**, de Andrea Roca. A autora toma como ponto de partida a trajetória do Museu Etnográfico Juan Bautista Ambrosetti, instituição que desempenhou relevante papel no nascimento da antropologia como disciplina científica na Argentina.



O sexto livro é **Moradas da memória: uma história social da casa museu de Gilberto Freyre**, do pesquisador Rodrigo Alves Ribeiro. Nesse estudo, o autor explicita as relações existentes entre a casa de Gilberto Freyre e a sua obra literária.

O número 7 é **Imaginação museal – museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**, de Mario Chagas. A obra traz um olhar singular sobre três dos intelectuais mais importantes do pensamento social brasileiro: como pensaram a preservação do patrimônio cultural, qual o significado dos museus para eles e como definiram os bens culturais.



O número 8 é a coletânea **Economia de museus**, organizada pelo presidente do Ibram, José do Nascimento Junior. São artigos que abordam a questão da economia e da sustentabilidade dos museus, com relatos sobre experiências e soluções encontradas em outros países.

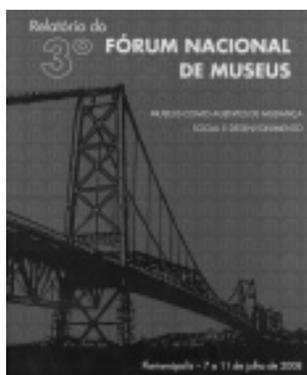


RELATÓRIO DO 1º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS

O relatório registrou os principais resultados do 1º Fórum Nacional de Museus, realizado em Salvador/BA, de 13 a 17 de dezembro de 2004. A publicação traz os textos das palestras, das conferências, das moções, das recomendações, dos resultados de grupos de trabalho e dos relatórios dos observadores, bem como o documento final do 1º Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia (Enemu), realizado paralelamente ao fórum.

RELATÓRIO DO 2º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS

O 2º Fórum Nacional de Museus foi realizado em Ouro Preto/MG, de 22 a 26 de agosto de 2006, com o tema “O futuro se constrói hoje”.



RELATÓRIO DO 3º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS

Com o tema “Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento”, o 3º FNM foi realizado de 7 a 11 de julho, no Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

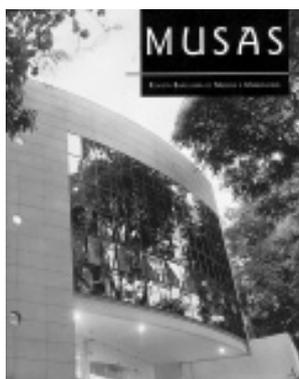
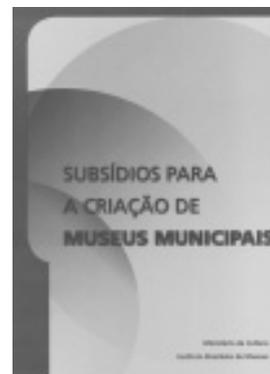
RELATÓRIO DO 4º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS

O evento realizou-se em Brasília, de 12 a 17 de julho de 2010. O presente relatório inovou a metodologia de registro em relação às edições anteriores do Fórum Nacional de Museus. A relatoria do 1º, 2º e 3º FNM focou no registro histórico das características e dos elementos fundamentais obtidos a partir de reflexão, avaliação e diretrizes para a construção da Política Nacional de Museus, a ser observada de forma conexa para o fortalecimento do Sistema Brasileiro de Museus. O relatório do 4º Fórum, por sua vez, possui cunho eminentemente pragmático, atendo-se ao registro das discussões e dos trabalhos para o alcance dos objetivos aprovados em regimento.



SUBSÍDIOS PARA A CRIAÇÃO DE MUSEUS MUNICIPAIS

De autoria de José do Nascimento Junior e Mario Chagas, a publicação visa à disseminação e à divulgação de informações para o desenvolvimento de novos processos museais e para a criação de museus com foco municipal, sejam eles públicos, privados ou mistos.

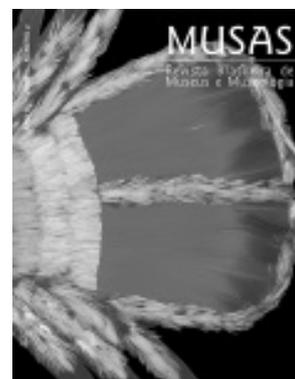


REVISTA MUSAS N° 1

A revista Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia é um periódico especializado produzido, coordenado e organizado pelo Ibram com o objetivo de estimular intercâmbios e disseminar informações especializadas no setor, abrindo caminhos e diálogos entre profissionais, técnicos, estudantes e pesquisadores. O primeiro número traz artigos sobre sistema de museus, públicos, memória, museus de arte e etnográficos. Traz também, sob a forma de dossiê, a importante contribuição dos brasileiros afiliados ao Comitê Internacional para Ação Educativa e Cultura (Ceca) do Conselho Internacional de Museus. O projeto editorial de Musas prevê, a cada edição, a visita a um museu brasileiro. Nesse número, a instituição visitada é o Museu Histórico Abílio Barreto, de Belo Horizonte. Há também a seção “Muselânea”, cujo objetivo é coletar, reunir e apresentar notícias, informes, relatos e experiências.

REVISTA MUSAS N° 2

A revista Musas n° 2 apresenta artigos de 26 autores, que tratam de turismo, de lazer e de prazer nos museus; das relações sociais e de gênero nas instituições museológicas; das ações afirmativas de caráter museológico num museu universitário; das ações educativas e das pesquisas de públicos; dos projetos de acessibilidade e de inclusão social; das políticas públicas e de cultura e dos sistemas de museus, entre outros temas. Como novidade, esta edição traz um sugestivo ensaio fotográfico sobre o público jovem em museus e um poema sobre museu. Na seção Museu Visitado, a revista apresenta um registro sobre o Museu Paraense Emílio Goeldi, instituição centenária situada em Belém do Pará.



REVISTA MUSAS N° 3

Nessa edição, a revista Musas apresenta 23 textos, que ressaltam os direitos à memória, ao patrimônio e ao museu como direito de todos. Por isso mesmo, traz na seção “Museu Visitado” o Museu da Maré, inaugurado em maio de 2006, no maior complexo de favelas do estado do Rio de Janeiro. Participam da edição 29 autores, sendo um português. Destaca-se um conjunto de artigos que tratam de questões pertinentes ao mundo da arte. Há também artigos voltados para o campo da filosofia, da ciência e da tecnologia. Na seção “Muselânea”, há resenhas, ensaios, notícias, notas, breves reflexões, crítica de exposições e contos.



REVISTA MUSAS N° 4

A revista Musas n° 4 traz entrevistas especiais com três artistas contemporâneos: Gilberto Gil, Cildo Meireles e Jorge Figueira. A edição conta ainda com artigos de Pierre Nora e de Peter Van Mensch. O presidente do Ibram/MinC, José do Nascimento Junior, assina artigo que trata do tema proposto pelo Conselho Internacional de Museus para o ano de 2008: “Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento”. No conjunto, a quarta edição da revista conta com 16 artigos, de 23 autores, incluindo os entrevistadores. O museu visitado é o Museu Iberê Camargo, de Porto Alegre-RS.

IBERMUSEUS

N° 1 - Panoramas museológicos da Ibero-américa

N° 2 – Reflexões e comunicações

Esses dois volumes de memórias do I Encontro Ibero-americano de Museus, realizado de 26 a 28 de junho de 2007, em Salvador-BA, oferecem aos leitores material capaz de inspirar novas práticas e reflexões a respeito do universo dos museus ibero-americanos. Os textos, em português e espanhol, foram organizados por José do Nascimento Junior e Mario Chagas.



DOSSIÊ MISSÕES

Trata-se de uma obra em três volumes do Museu das Missões, instituição vinculada ao Ibram/MinC. As publicações são resultado de uma pesquisa iniciada em 1998 pelo prof. Dr. Jean Baptista (PUCRS) sobre a história das missões indígena-jesuíticas no Rio Grande do Sul, em diferentes épocas. Os três volumes são: O temporal, O eterno e As ruínas. A pesquisa serviu de base para o Projeto de Requalificação do Museu das Missões.



BOLETIM ELETRÔNICO

Para divulgar ações e eventos de forma ágil, o Ibram/MinC dispõe de um boletim eletrônico, enviado por e-mail e disponível no portal do instituto. Finalizado todas as quintas-feiras, o boletim existe há sete anos, com grande aceitação e procura da comunidade museológica. Este ano, o boletim foi reformulado graficamente e passou a se chamar “e-museus”. Além de notícias sobre o Ibram e seus museus, são divulgados eventos, oficinas e cursos de museus brasileiros. Para receber o boletim, basta enviar solicitação para o e-mail ascom@museus.gov.br.



A Política Nacional de Museus e sua perspectiva internacional

No âmbito internacional, a Política Nacional de Museus pode ser traduzida em várias vertentes, tanto por meio da celebração de acordos internacionais que visem à consecução de ações específicas para o desenvolvimento da área da museologia – como, por exemplo, a realização de intercâmbio de profissionais e de cursos e oficinas para capacitação –, quanto na participação de representantes do Ibram em fóruns e seminários internacionais, para divulgação da experiência brasileira na implementação de políticas públicas para a área de museus.

A experiência do Ibram em ações de valorização e preservação do patrimônio museal no Brasil tem servido de referência a outros países, que veem nas ações dos projetos de cooperação bilateral instrumentos para o resgate da cultura e da identidade nacional. Destaca-se o diálogo mantido pelo Ibram com instituições de outros países em desenvolvimento, em especial com países da América Latina, da ibero-américa e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP, para a realização de atividades de cooperação horizontal.



Angola

Com a criação da Direção Nacional de Museus de Angola, em julho de 2009, e do Instituto Brasileiro de Museus/Ibram, em janeiro de 2009, fez emergir, entre os dois países, um contexto favorável à troca de experiência na área de museus. A institucionalização do Ibram, pelo Ministério da Cultura do Brasil, é um reconhecimento da importância estratégica das políticas públicas adotadas no setor de museus. Da mesma forma, Angola mostrou a importância que o setor de museus possui com a criação da Direção Nacional de Museus, a qual tem como missão implementar e fomentar a política cultural dos museus angolanos.

Dentro desta perspectiva, o governo de Angola tem buscado o apoio do Brasil para o desenvolvimento de projetos comuns na área de museus, especialmente no que diz respeito ao conhecimento de realidades institucionais e profissionais. Dentre as ações projetadas conjuntamente está a criação de um curso de formação profissional na área da museologia em Angola, a ser elaborado a partir das necessidades apontadas pelo Ministério da Cultura de Angola, cujos conteúdos serão indicados por especialistas brasileiros. Este desejo foi plasmado na assinatura, em 2008, do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para a Implementação do projeto Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola, que prevê a capacitação de profissionais angolanos em gestão museológica.



Argentina

Há, em vigor com a Argentina, o Programa Executivo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para os anos 2009-2011, que

estabelece como prioritárias, dentre outras, ações referentes à preservação e salvaguarda de bens culturais e à cooperação entre os países na área de museus. Por meio deste acordo, os países se comprometem a encorajar a cooperação na área de museus, ao facilitar a troca de informações e experiências entre instituições públicas e museus localizados nos territórios de ambos os países e ao estimular projetos de pesquisa conjuntos e sua difusão. Foram, também, estabelecidos como prioritários o estímulo a programas de estágio voltados à capacitação de profissionais e técnicos nas diversas áreas do setor museológico e o desenvolvimento de ações conjuntas no âmbito do Programa Ibermuseus, promovendo a educação e formação de profissionais em técnicas de gestão, e estabelecendo mecanismos para a expansão e divulgação da capacidade educativa dos museus. Como consequência da atuação e experiência do Ibram em ações de promoção do setor museológico no Brasil, foi proposto que a equipe técnica brasileira apresente à Argentina a metodologia utilizada para cadastro de museus, com o intuito de estabelecer um projeto de mapeamento conjunto dos museus de ambos os países.



Cabo Verde

O Ministério da Cultura do Brasil e o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura de Cabo Verde firmaram, em junho de 2010, um Programa de Cooperação para o Desenvolvimento de Ações Conjuntas no Âmbito da Cultura. Este programa reconhece a necessidade de promover a cooperação entre os dois países no campo museal e visa estimular, nos próximos dois anos, a cooperação entre museus de ambos os países e o intercâmbio de informações e experiências relativas à conservação de acervos e políticas para a gestão e organização do setor museológico, capacitação e qualificação de recursos humanos para museus.



Chile

O Programa Ibermuseus realizou, no dia 5 de outubro, em Santiago de Chile, a primeira reunião preparatória

do Programa de Apoio ao Patrimônio Museológico em Situação de Risco ou Emergência, a qual contou com a participação de especialistas da Argentina, Brasil, Chile, El Salvador e México. O objetivo da reunião foi dar início à formulação de um programa voltado a esse tema, o qual incluirá, entre as principais ações, a criação de uma rede de contatos para a gestão de riscos na comunidade ibero-americana, um fundo documental, um sistema de assistência técnica para a prevenção e atuação em situação de emergência e capacitação técnica na área. Em longo prazo, prevê-se a formação de um fundo de assistência e sustentabilidade.



Cuba

Foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil, por meio do Ibram, e Cuba, por meio do Centro

Provincial de Patrimônio Cultural de Granma (CPPC), em fevereiro de 2010. O acordo prevê a realização de diversas atividades para fomentação da área da museologia, como intercâmbio de profissionais cubanos para capacitação em áreas específicas, estágios de estudantes brasileiros em museus de Cuba, apoio ao desenvolvimento de cursos de pós-graduação e apresentação de exposições de obras de artistas cubanos no Brasil.

Dentro da perspectiva do intercâmbio de profissionais cubanos para capacitação em áreas específicas da museologia, o CPPC elegeu duas áreas prioritárias para adquirir conhecimento a partir da experiência e atuação do Ibram: conservação e processo de criação de Pontos de Memória, sendo, este último, uma das conquistas da

Política Nacional de Museus.

“(…) elegimos los Puntos de Memorias por el impacto que observé que han tenido en ustedes. Aquí llamamos intervención comunitaria o participación social, pero necesito que mis expertos tomen algunas referencias. Me gustaría (conocer el proceso) en los iniciales y también los más avanzados. Creo que el Ibram puede referenciar este modelo a Iberoamérica.” Lic. Lourdes Carbonell, diretora do Centro Provincial de Patrimônio Cultural de Granma.

Ainda, em setembro de 2009, os governos de Brasil e Cuba firmaram um Protocolo de Intenções para o Desenvolvimento de Ações Conjuntas no Âmbito da Cultura, que prevê o estímulo à cooperação entre museus nas áreas de gestão, capacitação de recursos humanos e difusão de manifestações culturais.



Equador

Nos dias 30 de setembro e 1º de outubro de 2010 foi realizado em Quito, Equador, o Encontro Nacional

2010 – Políticas de Museus, com o objetivo de promover um espaço de diálogo no âmbito da gestão de políticas culturais de museus, com profissionais especialistas em museus nacionais e internacionais. O evento serviu de plataforma para a reflexão, análise e para a criação de novas propostas sobre as normativas para a criação da Rede e Sistemas de Museus no Equador.

Dentre os participantes internacionais, esteve presente Simone Flores, coordenadora do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, que apresentou palestra sobre a experiência da implantação brasileira do Sistema Nacional de Museus, uma das premissas da Política Nacional de Museus. A experiência do Brasil tem se tornando uma referência para os países da América Latina.

No âmbito da cooperação técnica, foi estabelecido

em 2010 o Protocolo de Intenções para o Desenvolvimento de Ações Conjuntas no âmbito da Cultura. Na área de museus, foi ressaltada a disposição do Brasil em compartilhar a experiência conquistada na área da conservação de acervos e de políticas para a gestão do setor museológico, incluindo a formação e a capacitação na área museográfica, objetivos a serem atingidos por meio de intercâmbio de informações e experiências, capacitação e qualificação de recursos humanos para museus, bem como por meio do incentivo à difusão e intercâmbio de manifestações culturais. Os países se comprometeram, ademais, a desenvolver ações conjuntas no âmbito do programa Ibermuseus e a implementar museus comunitários e Pontos de Memória, como estímulo ao resgate e à preservação da identidade cultural.



Espanha

A cooperação Brasil-Espanha no campo museológico foi palco de ações de grande relevância, tanto no aspecto

bilateral quanto em tratativas no âmbito da Organização dos Estados Iberoamericanos – OEI, em que a Espanha contribuiu decisivamente para a realização das Cúpulas Ibero-americanas de Museus e para o estabelecimento do Programa Ibermuseus.

No I Encontro Ibero-americano de Museus, realizado em Salvador, em junho de 2007, representantes do campo da museologia acordaram a criação do Programa Ibermuseus e o lançamento do Ano Ibero-americano de Museus em 2008. Juntamente com os demais países membros da OEI, Brasil e Espanha firmaram uma proveitosa parceria, que culminou com o estabelecimento da unidade técnica do Programa Ibermuseus em Brasília.

No plano bilateral, destaca-se a realização das Jornadas Brasil-Espanha, em 2004, 2006 e 2009, eventos organizados em parceria com o Ministério da Cultura da

Espanha, que estreitaram os laços de cooperação entre profissionais dos dois países, ampliando o intercâmbio e a promoção de atividades conjuntas.

A I Jornada Brasil-Espanha, realizada em Niterói, em novembro de 2004, teve como tema “Museus no mundo contemporâneo”, e foi uma das primeiras atividades de intercâmbio promovidas no âmbito da Política Nacional de Museus. Em abril de 2006, com o tema “Museus brasileiros e museus espanhóis: novas perspectivas no planejamento”, as jornadas foram realizadas em Madri, Espanha. A terceira edição das jornadas, realizada em dezembro de 2009, no Rio de Janeiro, abordou o tema “O plano museológico: instrumento de planejamento”. Estes eventos contribuíram para ampliar a difusão das políticas brasileiras entre parceiros internacionais e abriram novas oportunidades de intercâmbio aos museus brasileiros.



Haiti

Foi realizada, entre 29 de agosto e 04 de setembro de 2010, missão oficial do governo brasileiro ao Haiti,

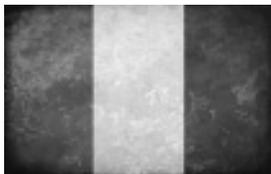
composta por representantes do Ibram e da Agência Brasileira de Cooperação/ABC, para consolidação de um projeto de restauração do Museu Nacional de Arte Haitiana do Colégio de Saint-Pierre, instituição que abriga uma das mais importantes coleções de arte haitiana no país, e de capacitação de recursos humanos do quadro institucional do museu, especialmente em temas relacionados à gestão de museus e à conservação e restauração de obras de arte.



Israel

Em 2008, Brasil e Israel firmaram um Programa Executivo de Cooperação

Cultural, o qual prevê a promoção de contatos entre museus, galerias de arte e instituições similares de ambos os países, incluindo intercâmbio de especialistas, curadores, material, mostras e informações.



Itália

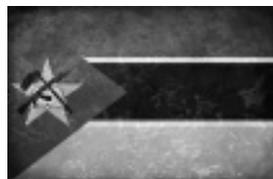
Com base em negociações em torno do Acordo de Cooperação Cultural firmado entre Brasil e Itália, em 1997, foi acordado o estabelecimento de um Programa Executivo de Cooperação Cultural para o período 2010-2013. Como principais aspectos deste programa, está o interesse dos dois governos em estreitar a cooperação técnica e o intercâmbio no setor do patrimônio cultural, permitindo a troca de experiências em preservação, salvaguarda, identificação, proteção, promoção e fomento do patrimônio cultural.

Entre as atividades previstas estão a promoção de atividades de cooperação entre instituições públicas e privadas, o intercâmbio de informações sobre políticas nacionais de museus e a colaboração para a capacitação profissional e o aprimoramento da gestão do patrimônio cultural.



México

Os governos de Brasil e México estabeleceram, em 2007, um Programa Executivo de Cooperação Cultural, focado na promoção da diversidade cultural, salvaguarda do patrimônio intangível e promoção do intercâmbio em diversos campos culturais. Nesse contexto, manifestaram seu interesse em promover o intercâmbio no campo museológico, nas áreas de catalogação, acervos e gestão de patrimônio material e imaterial.



Moçambique

Com base no Programa Executivo de Cooperação Cultural, firmado por ambos os governos em 2007, Brasil e Moçambique buscarão a realização de diversas atividades de intercâmbio, entre elas a realização de exposições coletivas e individuais, a troca de informações e publicações especializadas na área da museologia e a realização de eventos conjuntos.



Namíbia

Brasil e Namíbia firmaram, em 2003, Memorando de Entendimento para o Intercâmbio Técnico, Científico e Cultural que contempla, entre outros temas, a promoção de atividades conjuntas no campo museológico.



Países Baixos

Por meio do Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo do Patrimônio Cultural Comum, firmado em abril de 2008, Brasil e Países Baixos buscarão promover a cooperação no campo museológico, incluindo a capacitação de profissionais e o intercâmbio de conhecimentos, nas áreas de patrimônio material e imaterial.



Panamá

O Programa Executivo de Convênio Cultural, firmado entre Brasil e Panamá em 2007, tem como objetivo es-

timular a cooperação no setor do patrimônio cultural, favorecendo o intercâmbio de informações e experiências relativas às operações voltadas para a preservação de bens culturais, gestão e organização do setor museológico, além de ações que tratem da dimensão imaterial do patrimônio cultural.



Paraguai

Em fevereiro de 2010, o Ministério da Cultura do Brasil e a Secretaria Nacional de Cultura do Paraguai, jun-

tamente com a Itaipu Binacional, firmaram um Protocolo de Cooperação para investimentos no setor cultural na região da bacia do rio Paraná. O acordo visa à implementação de ações de inclusão sociocultural, valorização da diversidade e do patrimônio cultural.

Foi firmado ainda com o Paraguai um Projeto de Capacitação em Museologia, entre o Ministério da Cultura, o IPHAN (Departamento de Museus e Centros Culturais) e a Secretaria Nacional de Cultura do Paraguai, em junho de 2007, no qual foram desenvolvidas diversas atividades relativas a capacitação em museologia, tais como: seminário para apresentação do processo de implantação da Política Nacional de Museus e do Sistema Brasileiro de Museus no Brasil; envio de especialistas brasileiros para capacitação de profissionais de museus, com a realização de diversas oficinas relacionadas ao setor, como Oficina de Implementação de Sistema Brasileiro de Museus, de Plano Museológico, de Ação Educativa em Museus, de Conservação de Acervos, de Gestão e Documentação de Acervos e de Expografia; e estágios de técnicos paraguaios em museus brasileiros em diversas áreas da museologia: conservação, restauração, documentação e ação educativa.

O seminário sobre a experiência brasileira na implantação da Política Nacional de Museus, intitulado Jornada

Museológica Brasil-Paraguai, foi realizado entre os dias 15 e 19 de outubro de 2007, no Museu Nacional de Belas Artes, em Assunção, e teve como finalidade debater temas de interesse para a execução de políticas para a área museológica no Paraguai. Foi feita uma apresentação da Política Nacional de Museus do Brasil, na qual foram relatados a experiência de construção e implementação da política pública para os museus brasileiros, os resultados obtidos e as perspectivas para o futuro.

As oficinas, realizadas entre 29 de outubro e 14 de dezembro de 2007, na Embaixada do Brasil em Assunção, possibilitaram que os profissionais de museus do Paraguai conhecessem alguns dos fundamentos da museologia e museografia, sendo que tais conhecimentos servirão de base para a elaboração de planos museológicos das instituições museais no Paraguai.



Portugal

Por meio de Termo de Cooperação Técnica, celebrado pelo Ministério da Cultura do Brasil e o Ministério da Cultura de Portugal, por meio do Instituto Português de Museus, o Brasil enviou, com o apoio e experiência do Instituto Português de Museus, esforços para implantação do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram e do Sistema Brasileiro de Museus.

Tais objetivos foram alcançados, fundamentalmente, com ações de integração entre a Rede Portuguesa de Museus e o Sistema Brasileiro de Museus, por meio da permuta de expertise com conhecimento técnico qualificado nas atividades museológicas, a fim de auxiliar na implantação do Instituto Brasileiro de Museus; no assessoramento nas áreas de restauro e de prevenção de acervos museológicos e de documentação de patrimônio museológico; no suporte técnico na área da conservação preventiva de patrimônio museológico; no assessoramento

para elaboração de plano de gestão museológica e museografia; no intercâmbio de exposições entre museus; e por meio da realização de cursos de formação na área de gestão de museus. A experiência portuguesa de gestão da área da museologia, com o estabelecimento do Instituto Português de Museus, foi importante para nortear as ações para a implantação do Instituto Brasileiro de Museus e do Sistema Brasileiro de Museus.



Uruguai

O Uruguai buscou parceria com o Ibram para desenvolver ações conjuntas que promovam o fortalecimento de museus e de outras instituições vinculadas à preservação do patrimônio cultural e natural de ambos os países, estimulando, ao mesmo tempo, a conservação, a educação e as pesquisas nessas instituições, bem como o acesso democrático da população.

Tal parceria se institucionalizará com a assinatura do Acordo de Cooperação entre o Ibram e a Direção Nacional de Cultura do Ministério da Cultura do Uruguai, órgão responsável pela administração do projeto de criação e coordenação de um Sistema Nacional de Museus do Uruguai. O acordo encontra-se em tramitação em ambas as instituições, com previsão de ser assinado em breve.



Vietnã

Promulgado pelo decreto 5.659/2006, o Acordo de Cooperação Cultural entre Brasil e Vietnã busca promover, entre outras atividades, o intercâmbio entre seus museus, a fim de incentivar a difusão e o intercâmbio de suas manifestações culturais. Ainda, propõe o incentivo a atividades de in-

tercâmbio de experiências e de cooperação em matéria de restauração, proteção e conservação do patrimônio.



Programa Ibermuseus

O programa Ibermuseus é uma iniciativa de cooperação e integração dos países da Ibero-américa para o fomento e a articulação de políticas públicas para a área de museus e da museologia. Teve sua origem no I Encontro Ibero-Americano de Museus, celebrado em 2007, na cidade de Salvador, Bahia. A Declaração da Cidade de Salvador, assinada pelos 22 países da Ibero-américa, estabeleceu a necessidade de se criar o programa como um espaço para o diálogo e o intercâmbio nos distintos âmbitos de atuação dos museus, que buscasse reforçar a relação entre as instituições públicas e privadas, entre os profissionais do setor museológico ibero-americano, além de promover a proteção e a gestão do patrimônio, o intercâmbio de experiências e do conhecimento produzido na área.

Em outubro de 2008, durante a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de San Salvador, o Ibermuseus foi aprovado, com a filiação de 10 países: Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Espanha, México, Portugal, República Dominicana e Uruguai. As atividades do programa se dirigem, porém, a todos os 22 países da região ibero-americana.

O Conselho Intergovernamental, formado pelos representantes das 10 nações que contribuem financeiramente para a manutenção das atividades, estabelece as decisões a respeito do direcionamento e das linhas ge-

rais de ação do programa. O Brasil está na presidência do Conselho.

O programa, vinculado à Secretaria Geral Ibero-americana, conta com o apoio técnico e administrativo da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, e do Instituto Brasileiro de Museus – Ministério da Cultura, e com o apoio financeiro da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Entre os projetos-chave do programa estão o Observatório e o Cadastro Ibero-Americano de Museus, cujo objetivo é sistematizar, em uma base de dados comum, informações gerais a respeito de todos os museus da Ibero-américa. Deste modo, qualquer pessoa poderá acessar todos os indicadores a respeito dos cerca de dez mil museus da região, que apoiarão a formulação de políticas públicas de museus da área ibero-americana.

No âmbito audiovisual, o Ibermuseum, em parceria com a Televisão Educativa Ibero-americana, está produzindo uma série denominada Museus da Ibero-américa. Serão 22 episódios de 3 minutos a respeito de um museu de cada país. O primeiro programa se encontra em processo de pré-produção e tratará do museu Colégio Casa de São Gregório, em Valladolid, na Espanha.

Deste modo, o programa trabalha para a criação e o fortalecimento de uma Rede Ibero-americana de Museus, pensada para articular e contribuir com os museus ibero-americanos, reconhecendo o papel estratégico dessas instituições. Seu diferencial se encontra no compromisso com as práticas educativas, na valorização da função social dos museus e no reconhecimento de que eles necessitam ser democratizados e utilizados em favor da dignidade humana e do desenvolvimento social.

No fim de maio de 2010, foi realizado o IV Encontro Ibero-Americano de Museus, com o título “A Institucionalização de políticas públicas para a área de museus nos países da América Latina”. Participaram do encontro representantes dos países membros, que, ao final, assi-

naram a Declaração de Toledo, que reforça o comprometimento do programa com a museologia social e com os princípios da Declaração de Salvador, além de lançar novas diretrizes para o programa.

Durante a cerimônia de encerramento do IV Encontro e de abertura do I Encontro Europa – Ibero-américa sobre Políticas Públicas de Museus, realizada no museu da América, em Madrid, foi anunciado o resultado do Prêmio Educação e Museus. A primeira iniciativa deste tipo, implementada pelo Programa, foi um sucesso, contando com 96 projetos inscritos, vindos de 16 diferentes países da Ibero-américa.

Além disso, o programa tem diversas linhas de ação, como a de Patrimônio em Situação de Risco, que inicia seus trabalhos em outubro, quando da realização do seminário “Patrimônio Post-Terremoto”, no Chile; o programa de Formação e Capacitação, que visa fornecer bolsas de estudo e estágio nos órgãos de museus da Ibero-américa, entre outras. Atualmente estão abertas as inscrições para a convocatória de curadoria Conversaciones, cujo objetivo é financiar a pesquisa e o desenvolvimento de projetos expositivos.



BRASIL ICOM RIO 2013

O Conselho Internacional de Museus (ICOM), criado em 1946, é uma organização internacional que representa museus e profissionais da área museológica em 137 países. Sediado no edifício da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em Paris, o ICOM é composto hoje por mais de 30 mil membros, que debatem e propõem soluções para a preservação, a conservação e o compartilhamento do patrimônio cultural em todo o mundo.

A cada três anos, o ICOM organiza uma Conferência Geral, que reúne a comunidade museológica internacional em torno de um tema relevante. Em 2010, a Conferência Geral do ICOM foi realizada em Xangai, China, reunindo aproximadamente 1500 profissionais e especialistas. O Ibram, os museus federais que o integram e demais museus e organizações do campo museal brasileiro estiveram representados nesta edição, que teve como tema “Museus para a harmonia social”.

Como um dos principais resultados da parceria es-

tabelecida entre Ibram e ICOM, a realização da próxima Conferência Geral do ICOM, em 2013, no Rio de Janeiro. A candidatura brasileira, apresentada pelo DEMU em 2007, teve

como concorrentes as cidades de Moscou e Milão, mas o apoio do Governo Federal e demais esferas de governo e a mobilização brasileira em torno da realização do evento garantiram a apresentação da proposta vitoriosa. Durante reunião do Comitê Consultivo do ICOM em Paris, em junho de 2009, a candidatura carioca foi aprovada com 53% dos votos. O Brasil sediará a Conferência Geral do ICOM pela primeira vez, e a eleição do Rio de Janeiro aponta para o bom momento vivido pelo campo museológico brasileiro. Além disso, o Ibram compartilha com seus parceiros a conquista de trazer novamente a conferência para a América Latina, após um intervalo de 24 anos, desde a Conferência Geral de 1986, sediada em Buenos Aires.





Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento de Museus e Centros Culturais
SBN - Q. 02 - Ed. Central Brasília - 2º Andar
70040-904 - Brasília-DF
e-mail: demu@iphan.gov.br

Ofício nº 233/DEMU/IPHAN

Brasília, 17 de Agosto de 2007.

Exma. Sra.
Ms. Alissandra Cummins
President of the International Council of Museums

Ref.: ICOM General Conference

Dear President,

The National Museums Policy, launched in May, 2003 by Brazil's Ministry of Culture, is inserted in the National Culture System and affirms itself as a public culture policy with increasing capillarity and ever-expanding transversality. Museal diversity is in tune with the cultural diversity of Brazilian people.

The Ministry of Culture, through the Museums and Cultural Centers Department of the National Historic and Artistic Heritage Institute, has been steadily exercising a museal imagination capable of contributing for the re-significance of the country's museums and for the preservation and fruition of cultural heritage, but above all, capable of democratizing the production and the use of museal technology.

At this moment of consolidation and development of the museal area in all of Latin America, Brazil's Ministry of Culture, fully supported by the Federal Government and by the Brazilian museal field as a whole, would like to propose Brazil for the realization of the forthcoming 23rd ICOM General Conference, to be held in 2013.

Since the last General Conference held in Latin America took place in Buenos Aires, in 1986, this event would surely be welcome as a very important contribution for the continent's museal field, and would also celebrate the revitalization of Brazilian Museums and of the country's cultural heritage.

Sincerely yours,

JOSÉ DO NASCIMENTO JÚNIOR
DIRECTOR OF THE MUSEUM AND CULTURAL CENTERS DEPARTMENT



Musealogando com a diversidade: os museus do Ibram e suas ações

O Instituto Brasileiro de Museus é responsável pela administração direta de 29 museus. Um amplo esforço de revitalização de todas estas instituições tem sido feito ao longo dos últimos oito anos, com ações estratégicas, voltadas para a melhoria de infraestrutura física, aquisição de acervos, formação de funcionários, segurança, equipamentos, e ampliação de reservas técnicas.

Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Nesse sentido, o Ibram incentiva as unidades museológicas a desenvolverem projetos que enfatizam não apenas o aspecto cultural, mas também o social e o educacional, além das ações administrativas, que vêm contribuindo para o bom desempenho dos projetos realizados.

Podemos traçar o perfil de cada museu a partir de suas principais atividades. Segue o relatório das ações das instituições ligadas ao Ibram até 2010.



Museu da Abolição – Recife (PE)

Criado em 1957, o Museu da Abolição – Centro de Referência da Cultura Afro-Brasileira - está localizado no sobrado que foi sede do engenho Madalena e residência do conselheiro abolicionista João Alfredo. O museu foi oficialmente inaugurado em 1983, com a exposição “O processo abolicionista através dos textos oficiais”. Fechado em 1990, foi reaberto em 1996, no Dia do Patrimônio Cultural. O acervo dispõe de peças do cotidiano de senhores e escravos, desde objetos ligados ao sincretismo religioso até aqueles utilizados no tráfico negreiro.

Em janeiro de 2007, o MAB apresentou à sociedade o Plano Museológico do Museu da Abolição, produto dos debates e reflexões estimulados pela equipe técnica do museu e formulados pelo Grupo de Trabalho/MAB, integrado por representantes de diversas instituições culturais e religiosas, técnicos de museus, professores e cidadãos.

Entre março e novembro de 2008, o museu iniciou um processo participativo pioneiro no Brasil visando à elaboração de nova proposta para sua exposição de longa duração. Em 2008, foi realizada a exposição campanha “O que a abolição não aboliu”. Na ocasião, houve a coleta de opiniões do público visitante, somando mais de 1.500 sugestões, deixadas em cartões, que deram origem

ao Projeto de Elaboração Participativa da Exposição de Longa Duração do MAB.

Em 2010, após uma grande mobilização iniciada há cinco anos, finalmente, o Museu conquista todo o Sobrado Grande da Madalena. O MAB ocupava 187,30m² (16,82%), do total de uma área construída de 1.113 m². Hoje, todo o sobrado é dedicado às atividades do museu, incluindo a área externa que possui amplo jardim com teatro de arena, camarins, banheiros e estacionamento.

A exposição “Mwangole”, em 2009, foi destaque, ampliando o reconhecimento das culturas de matriz africana, valorizando e difundindo a estética e a beleza do povo angolano. A iniciativa teve apoio do Ministério da Cultura de Angola, através do Museu Nacional da Escravidão em Luanda.

Museu de Arte Religiosa e Tradicional - Cabo Frio (RJ)

O Antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos sedia o museu, que oferece uma exposição permanente de arte sacra dos séculos XVII e XVIII e peças de mobiliário. O prédio, datado de 1686, foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1957 e, em 1968, passou à guarda do IPHAN. Em 1982, foi reaberto ao público, com a inauguração do museu.

Entre 2003 e 2006, realizaram-se 24 exposições temporárias e duas de longa duração, além da exibição permanente do acervo. A partir de parceria com a prefeitura da cidade e outras instituições, foram montadas exposições que promoviam o patrimônio arquitetônico e natural da cidade, dando prosseguimento às comemorações dos 500 anos da presença de Américo Vespúcio na região. Ações de cunho educativo tiveram destaque, como visitas monitoradas, palestras e cursos para professores e profissionais das áreas de turismo e cultura.

Em 2006, foram adquiridos equipamentos de informática, multimídia e mobiliário adequado ao novo projeto



museográfico. Obras de conservação no antigo convento e implantação do sistema de combate a incêndio foram feitas em 2008. No ano seguinte, o museu executou projetos elétrico e luminotécnico, para atender as necessidades de carga de energia necessária à implantação de novos equipamentos. Parte significativa dos acervos artístico e bibliográfico foi recentemente restaurada, incluindo dois livros *Missales Romanum*, datados de 1864. Foram lançados também postais para divulgação do acervo da casa.

Em 2010, a equipe do museu foi qualificada com a chegada de cinco novos servidores concursados. A instituição atua no Projeto Jovens do Futuro, desenvolvido pela Prefeitura de Cabo Frio, que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. No projeto, busca-se valorizar a cultura local e propiciar maior conhecimento da identidade cultural, além de facilitar o acesso dos jovens às manifestações da cidade. O museu ofereceu palestras sobre a história e a cultura da região e uma intensa programação, envolvendo artistas locais, de outras cidades e estados brasileiros, e do exterior.

Cursos e palestras sobre patrimônio cultural, apresentações de danças populares e teatro, concertos, lançamentos de livros e recitais de poesia integram a programação permanente do museu, assim como projeções de filmes e projetos educativos. O Núcleo de Biblioteca especializada e Arquivo Histórico Regional atende a estudantes dos três níveis e pesquisadores de diversas áreas.

Destaca-se ainda a participação do MART no Conselho de Patrimônio Cultural do município.

Museu de Arte Sacra da Boa Morte - Cidade de Goiás (GO)

Sediado na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (1762-1779), o Museu de Arte Sacra da Boa Morte é uma instituição museológica pertencente à Diocese de Goiás e mantida e administrada pelo Ibram. Inaugurado em 1969, o museu tem um acervo de 923 peças que inclui objetos litúrgicos, prataria e obras do escultor e pintor goiano José Joaquim da Veiga Valle (século XIX). A instituição é responsável ainda pela guarda, manutenção e abertura ao público dos acervos em exposição na Igreja da Abadia e na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, tam-



bém pertencentes à Diocese de Goiás.

Entre os anos de 2003 a 2010, o museu implementou diversas ações de promoção e apoio cultural, como atendimento a pesquisadores, montagem de exposições temporárias e recebimento de visitantes de várias partes do país e do mundo, além de seminários e cursos, oferecidos aos seus servidores e aos moradores locais.

O museu é uma das instituições organizadoras e local de concentração e saída da Procissão do Fogaréu, maior evento turístico e de manifestação cultural da Cidade de Goiás, que é realizado todos os anos durante a Semana Santa.

Museu de Arte Sacra de Paraty – Paraty (RJ)

O Museu de Arte Sacra de Paraty, instalado na Igreja de Santa Rita, tem como objetivos a pesquisa, o estudo e a divulgação do seu acervo, testemunho histórico guardado por sucessivas gerações de paratyenses. As peças são provenientes das irmandades religiosas e de três Igrejas de Paraty: Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Dores, além dos Passos da Paixão e capelas da zona rural. O museu procura atingir, através da dinâmica museológica, a comunidade local, que está redescobrando e valorizando sua memória cultural.

A unidade passou pela descupinização geral do monumento, que se encontrava ameaçado. Os retábulos de estilo rococó, as estruturas do telhado da nave, da cape-

la-mor, das varandas e do consistório estavam em risco de perda total. A recuperação está em fase de finalização.

Paraty possui seis Passos da Paixão, exemplares do século XVIII, semelhantes aos que existiam no Rio de Janeiro, conforme a iconografia ainda existente. Um dos Passos da Paixão está localizado na igreja de Santa Rita, sede do Museu de Arte Sacra de Paraty e o restante na Rua do Comércio e Dona Geralda. Os trabalhos de restauro empreendidos pelo Ibram permitiram o tratamento de cinco exemplares, com talha policromada e dourada. Dois deles tiveram seus fragmentos e quartelões encontrados entre os objetos do museu e recolocados nos seus locais de origem.

A maior parte do acervo museológico recebeu tratamento de restauro. A coleção de castiçais, crucifixos, banquetas, ânforas, atril, imagens, arandelas para iluminação, cruz de guião e ex-votos, teve suas feições originais resgatadas, possibilitando seu uso em cerimônias litúrgicas e exposições.

Foi realizado também o tratamento do acervo documental com a restauração de uma série de gravuras,



registros de santos e livros das irmandades religiosas de Paraty. Estão em andamento as obras de conclusão do telhado, pisos, paredes, banheiro, instalações elétricas, hidráulicas e contra descargas atmosféricas.

O Museu de Arte Sacra de Paraty pleiteia ainda a liberação do anexo no prédio da antiga cadeia para suporte das atividades e propostas do plano museológico.

Durante a Semana Nacional de Museus, em uma prestação de contas à comunidade de Paraty e visitantes, foram realizadas duas exposições intituladas: “Passos da paixão e objetos litúrgicos – 1ª etapa” e “Objetos litúrgicos e acessórios das imagens devocionais de Paraty”. Fato importante nestes trabalhos é a participação de membros da comunidade no processo de restauração, que foi iniciada na Igreja do Rosário, em Paraty e, atualmente, é realizada em conjunto com técnicos do Rio de Janeiro.

Museu das Bandeiras - Cidade de Goiás (GO)

Preservar, pesquisar e comunicar a memória nacional relativa à ocupação bandeirante na região Centro-Oeste do Brasil é parte da missão do Museu das Bandeiras (Muban). Criado em 1949, o museu teve como núcleo inicial do acervo o arquivo documental da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional (Fazenda Pública). Esse conjunto de documentos representa uma das fontes de informação mais importantes sobre a administração pública da região Centro-Oeste durante o período colonial, imperial e republicano. Atualmente, o acervo é composto por 573 peças, incluindo objetos de arte sacra, mobiliário, vestuário, armamentos e utensílios domésticos.

O Museu das Bandeiras ocupa a antiga Casa de Câmara e Cadeia da

Província de Goyaz, prédio cuja construção foi finalizada em 1766, seguindo projeto da Coroa portuguesa. A parte inferior abrigava a cadeia pública e no pavimento superior funcionava a Casa de Câmara, até a transferência da capital para Goiânia, em 1937. Em 1949, o prédio foi doado à União pelo governo do estado de Goiás. Dois anos depois, a construção seria tombada pelo antigo Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), por ser um dos mais representativos exemplares da arquitetura civil portuguesa no Brasil.

Ao longo de sua história, a casa passou por uma série de intervenções físicas. A maior delas ocorreu entre julho de 2004 e outubro de 2006, período no qual o museu esteve fechado à visitação pública para realização de uma reforma, feita pelo Programa Monumenta. O trabalho possibilitou a requalificação de espaços internos (banheiros, pátio e prédio anexo) e a implantação de rampas de acesso e elevador, que conferiram acessibilidade ao prédio.

Após a reforma, em novembro de 2006, o museu reabriu as portas, elegendo como prioridade a realização de atividades artísticas e culturais para buscar a reaproximação com grupos comunitários da cidade, com os quais desenvolve diversas ações de cunho sócio-edu-



cativo. Exemplos dessa atuação foram: a exposição “Túnel do tempo”, realizada pelo Greenpeace; a celebração anual do Mês da Consciência Negra e a retomada das oficinas de confecção de papel artesanal em fibra de bananeiras (antiga tradição do museu), além das atividades realizadas durante as Semanas Nacionais de Museus e Primaveras de Museus.

Em 2008, a prioridade no Museu das Bandeiras foi a organização administrativa e museológica, que deu início ao trabalho de documentação e culminou com a reformulação da exposição de longa duração, realizada com o objetivo de melhor refletir sua missão institucional.

Em 2009 e 2010, as ações educativas foram o principal enfoque da programação do Muban, com destaque para o projeto Constituição 1988: a voz e a letra do cidadão, realizado em parceria com o Museu da República (RJ). O projeto teve participação de internos e internas da Unidade Prisional de Goiás e ofereceu uma exposição temporária e outra itinerante, uma mostra de filmes, debates e seminários.

Museu de Biologia Prof. Mello Leitão - Santa Teresa (ES)

O Museu de Biologia Professor Mello Leitão (MBML) foi fundado em 1949, pelo naturalista capixaba Augusto Ruschi. O nome da instituição é uma homenagem a Cândido Firmino de Mello Leitão, professor e amigo de Ruschi. O museu faz pesquisas biológicas, coleta material zoológico e botânico, desenvolve ações de educação ambiental e atua na preservação da memória de seu criador. O MBML controla duas estações biológicas na cidade de Santa Teresa (Santa Lúcia e Caixa d'Água) e reúne em seu acervo científico mais de 65 mil itens que atraem pesquisadores de todo o mundo.

Uma das prioridades do museu nos últimos anos tem sido a revitalização das unidades. Em 2003, as principais



atividades foram a modernização de equipamentos, a adequação dos espaços físicos do setor de zoologia e do pavilhão de botânica, a qualificação de servidores, a ampliação do acervo bibliográfico e a manutenção das coleções biológicas (com tratamento técnico e conservação), além da realização de pesquisas e da ampliação do herbário. Em 2004, a estação biológica Santa Lúcia recebeu conservação, e os servidores foram capacitados em cursos e eventos técnico-científicos. Trinta e dois projetos de pesquisa de diferentes instituições foram apoiados. A celebração do 55º aniversário da fundação do museu contou com exposição fotográfica sobre Augusto Ruschi.

No ano seguinte, deu-se continuidade à conservação predial e à modernização do mobiliário e dos equipamentos de informática. A conservação das coleções científicas e a disseminação de informações foram algumas das ações desenvolvidas em 2006. Também houve a recuperação da fachada do auditório, a reforma do acesso ao pavilhão de ornitologia e a adequação do sistema de tratamento de esgoto. O projeto Diversidade Florística em Florestas Montanas e Submontanas no Estado do Espírito Santo resultou em grande contribuição para o crescimento do herbário. Em 2007, o museu efetuou a reforma do ofidário e a recuperação do viveirão.

Nos últimos três anos, várias obras de reforma, recuperação e melhoria da infraestrutura foram realizadas. Entre elas, reforma de viveiros, instalação de sistema de segurança eletrônica na portaria e nas salas de exposição

e implantação de sistema de economia de água tratada. Foram adquiridos equipamentos de áudio, de vídeo, de foto, aparelhos de medição, materiais hospitalares e mobiliário em geral. Pequenas intervenções melhoraram o acesso a portadores de necessidades especiais. Além disso, foram apoiadas atividades de pesquisa, difusão científica e educação ambiental com a ampliação das ações na área educativa, aprimoramento do *site* do museu e a consolidação da instituição como polo de educação ambiental no estado.

O museu, que faz parte do projeto Biodiversidade da Mata Atlântica do Espírito Santo, esteve presente em cinco edições da Feira do Verde de Vitória, o maior evento educativo ambiental do estado. Como reconhecimento ao trabalho de proteção da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e conhecimento científico, recebeu o Prêmio Muriqui 2003, concedido pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA).

Na área de difusão e divulgação, o MBML publica o Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão, veículo que publica trabalhos científicos realizados pelo museu e por pesquisadores de outras instituições. O boletim é publicado desde 1949 e atualmente é distribuído para mais de 500 instituições do Brasil e de mais de 60 países. De 2003 a 2010, foram editados doze números da publicação. Em relação às ações educativas, foram realizados, entre outros, os projetos Educação Ambiental: uma Forma de Sobreviver, Cinema BR (com sessões para estudantes, grupos especiais e comunidade em geral) e Escola Viva II, que ofereceu à comunidade visitas monitoradas à estação biológica Santa Lúcia.

O projeto Gestão da Informação sobre a Biodiversidade no Estado do Espírito Santo (coleções do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão), desenvolvido com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes), entre 2005 e 2009, resultou em importantes investimentos em infraestrutura, equipamentos e recursos humanos, permitindo melhorar o nível de organização

e disponibilização dos dados na internet e que as coleções continuassem disponíveis, propiciando mais de 200 contatos nacionais e internacionais para identificação de material por intermédio de visita à coleção ou envio de amostras para estudo.

Desde 2003, o acervo do museu cresceu 94%, passando de 33.501 para 65.090 exemplares. As coleções de peixes, anfíbios, répteis, aves, mamíferos e plantas servem de base para importantes pesquisas e são acessadas pela comunidade científica por intermédio de vários institutos nacionais e estrangeiros, além de cursos de pós-graduação do Brasil.

Museu Casa da Hera - Vassouras (RJ)

A Casa da Hera foi erguida na primeira metade do século XIX para a família de Joaquim José Teixeira Leite, grande fazendeiro e comissário de café. Sua filha mais nova e herdeira, Eufrásia Teixeira Leite, faleceu em 1930, deixando a maior parte de seus bens – incluindo a propriedade, conhecida como Chácara da Hera – como herança para entidades filantrópicas. Uma das cláusulas do testamento de Eufrásia pedia que a casa fosse conservada “com tudo que nela existisse no mesmo estado de conservação, não podendo ocupar ou permitir que fosse ocupada por outros”.



Além de mobiliário, quadros e objetos de uso doméstico originais, o acervo inclui uma vasta biblioteca e uma importante coleção de trajes de origem francesa. A biblioteca possui 890 livros e três mil periódicos do século XIX. Há, ainda, um piano Henri Herz, raro exemplar do século XIX.

Em 2003, o museu realizou as pesquisas “História do século XIX” e “História do Segundo Reinado”, e foram implementados os projetos de conservação do mobiliário, da biblioteca e do imóvel. O projeto Música no Museu complementou a reintegração da sala de música, enquanto o Música pelos Visitantes permitiu que os frequentadores tocassem e ouvissem música no piano restaurado.

Nos anos seguintes, o museu deu continuidade ao atendimento especial às escolas. Também realizou a conservação do mobiliário e dos instrumentos de precisão e adquiriu expositores para indumentária feminina. Neste ano, a equipe do museu foi estruturada, com a chegada de seis servidores concursados.

Museu Casa Histórica de Alcântara – Alcântara (MA)

O Museu Casa Histórica de Alcântara teve sua abertura ao público em novembro de 2004, resultado de uma proposta de 1986 do então Departamento de Museus/IPHAN. O sobrado nº 7 da Praça da Matriz, onde se encontra o museu, foi desapropriado juntamente com seu acervo por força do Decreto 93.656 de 1986 com o propósito de instalar o Museu Casa Histórica de Alcântara. Desde 1986 até 2009, o Museu esteve sob a responsabilidade do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 2009, com o surgimento do Ibram, o Museu de Alcântara passa a ser gerido pelo novo órgão.

Apesar de sua recente criação, o Museu Casa Histórica de Alcântara tem por missão remontar aos tempos do Brasil Imperial através de sua arquitetura colonial e



de seu acervo, expondo a opulência dos hábitos e costumes do século XIX da aristocracia rural da cidade de Alcântara, Maranhão. As 958 peças e obras do museu pertenceram a famílias que residiram na casa. Mobiliário, indumentárias, acessórios, louças, iconografias, cerâmicas e azulejos do acervo têm o objetivo de retratar a história doméstica do Brasil Monárquico para os alunos da educação básica, a comunidade em geral e os visitantes externos.

Desde seu surgimento, o museu funciona como uma instituição pública de referência cultural para a comunidade de Alcântara. O museu investe em ações socioeducativas e promove eventos de valorização da comunidade local propostos pela própria instituição ou pela sociedade civil organizada. Como foco das atividades do Museu Casa Histórica de Alcântara já estiveram diversos artistas maranhenses, comunidades quilombolas, o MABE – Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara, dentre outros representantes e participantes da cultura nacional.

Em 2006, o Museu Casa Histórica de Alcântara fechou durante o mês de agosto para a realização de obras de manutenção. Em fevereiro de 2007, já com a visitação pública retomada, a instituição promoveu o lançamento do livro intitulado Museu Casa Histórica de Alcântara e do Mapa ilustrado de Alcântara, obras expoentes para a difusão da cultura alcantareense.

Museu Casa da Princesa – Pilar de Goiás (GO)

Inaugurado em 1981, o Museu Casa da Princesa funciona na casa setecentista, antiga moradia senhorial do século XVIII localizada no centro histórico da cidade. Sua missão institucional é preservar, pesquisar e comunicar a memória nacional relativa ao ciclo do ouro em Goiás, enfatizando a importância histórica de Pilar de Goiás neste processo e a riqueza arquitetônica do imóvel onde está localizado. O imóvel foi tombado em 1954 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O acervo de cerca de mil peças é formado por documentos históricos, fotografias e objetos (especialmente mobiliário e utensílios domésticos utilizados nos casarões de fazendas) que mostram formas do viver goiano dos séculos XVIII ao XX. Também fazem parte instrumentos de tortura da época colonial, como palmatórias e carretilha de forca, objetos sacros, tear, carros de boi, um conjunto completo de engenho e utensílios de mineração. Em 1951, o imóvel foi adquirido pelo IPHAN, por meio de doação.

O museu vem passando por um processo de requalificação técnica que culminou na aprovação, em 2010, de uma verba de R\$ 500 mil do Ibram. Os recursos estão sendo usados na reforma e readaptação dos espaços físicos do imóvel e na aquisição de equipamentos, com investimentos nos programas de Modernização da



Infraestrutura, de Documentação e Informatização do Acervo Museológico e de Reestruturação da Exposição de Longa Duração.

Museu Casa de Benjamin Constant - Rio de Janeiro (RJ)

O museu foi residência de Benjamin Constant, figura de destaque na fundação da República brasileira. Adquirido pelo patrimônio público em 1891, logo após o falecimento de Benjamin Constant, o museu está localizado em uma área verde de 10,5 mil metros quadrados no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. O museu possui uma exposição permanente composta de objetos, obras de arte e mobiliário que recriam o modo de vida do final do século XIX e início do século XX, época em que viveu Benjamin Constant.

A organização de seu acervo tem sido realizada com o apoio da Associação de Amigos do Museu Casa de Benjamin Constant. Nesse sentido, destacam-se a digitalização do inventário e do acervo fotográfico, a organização física do arquivo e a restauração do acervo da exposição permanente em 2004. Em 2007, foi finalizada a restauração do acervo de pinturas do museu, e, em 2008 e 2009, ocorreu a restauração de peças do acervo museológico referentes ao mobiliário e à iluminação. Ainda nesse período, foram realizadas ações de conservação e restauração de títulos bibliográficos da Coleção Benjamin Constant, datados do século XIX; foi executada a 2ª fase do inventário do acervo museológico, iniciado em 2006, com correção, atualização e formatação do banco de dados com cerca de 1.000 itens, além da execução da 1ª etapa do Projeto de Reprodução Fotográfica do Acervo Museológico para complementação de ficha de catalogação e criação de banco de imagens, ambos finalizados em 2010.

O programa de desenvolvimento arquitetônico do



museu compreendeu ações de revisão e adequação de diversas estruturas do mesmo no período de 2003 a 2010, dentre elas melhorias das condições de trabalho dos funcionários e equipe terceirizada, bem como dos equipamentos de atendimento aos visitantes. As condições de segurança também foram melhoradas com a aquisição e instalação de sistema de detecção de fumaça e de sensores de presença na casa principal em 2005, instalação de sistema de circuito fechado de televisão em 2008, o qual foi ampliado em 2009.

No ano de 2007, foi elaborado projeto arquitetônico para a construção de novo prédio anexo ao museu, com Reserva Técnica, Centro de Documentação, Salão de Exposições, Setor Técnico/Administrativo, Auditório e Cafeteria.

O Museu Casa de Benjamin Constant também vem desenvolvendo diversas ações de difusão e promoção. Em 2007, foi publicado o catálogo do museu com uma tiragem de 1.500 exemplares, lançado no evento comemorativo de 25 anos do museu. Em 2008, como parte do programa educativo cultural do museu, foi implantado o projeto Quem Nunca foi ao Museu Não Sabe o que Perdeu de visitas teatralizadas à exposição de longa duração contando a história da casa e a trajetória profissional de Benjamin Constant, que passou a ser realizado mensalmente nos anos de 2009 e 2010.

Museus Castro Maya - Chácara do Céu e Museu do Açude - Rio de Janeiro (RJ)

O Museu Chácara do Céu, em Santa Teresa, e o Museu do Açude, na Floresta da Tijuca, são o legado do empresário e colecionador Raymundo Ottoni de Castro Maya, que, em 1962, criou uma fundação para preservar e dinamizar seu patrimônio artístico e doou a ela suas coleções e suas duas residências, transformadas em museus.

O acervo, formado por peças de mobiliário luso-brasileiro, prataria, cristais, tapetes, coleção de arte oriental, objetos de arte popular, pinturas, desenhos e gravuras de artistas como Matisse, Picasso, Modigliani, Portinari, Di Cavalcanti, Pancetti, Iberê Camargo e Antonio Bandeira. O museu foi incorporado ao IPHAN e, posteriormente, ao Ibram.

De 2003 a 2010, os museus passaram por reestruturações. Na Chácara do Céu, foi elaborado o projeto executivo básico para a construção do anexo de apoio técnico e novo acesso do museu. O programa de requalificação da exposição de longa duração implantou um conjunto de ações para recuperar e modernizar espaços expositivos, sistemas expositores e sinalização. Em relação à preservação do acervo, investiu-se na adoção de medidas de conservação preventiva e restauração



das obras, no processamento técnico do arquivo histórico e do acervo museológico, no projeto de automação do acervo, com a implantação do banco de dados, e instalação de um laboratório de conservação de obras sobre papel.

No Museu do Açude, a reestruturação museológica procurou oferecer ao público uma leitura mais dinâmica e atraente do patrimônio. Em 2004, a instituição recebeu o Prêmio Estácio de Sá pela excelência do projeto Espaço de Instalações Permanentes do Museu do Açude.

Em 2007, foi implantado projeto para aperfeiçoar a segurança de ambos os museus. Investiu-se também na restauração de obras e de itens dos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico.

No campo da difusão, constata-se a consolidação de projetos contínuos, como Os Amigos da Gravura e Encontros de Colecionadores, na Chácara do Céu; e o Espaço de Instalações Permanentes, no Museu do Açude.

Citam-se ainda as iniciativas relacionadas a exposições temporárias itinerantes e a publicações dos volumes que detalham aspectos diferenciados da atividade de Castro Maya, além da criação do website dos Museus Castro Maya e da produção do curta-metragem O Olhar de Castro Maya, realizado a partir de imagens em 16mm registradas pelo próprio Castro Maya entre 1930 e 1950, com direção de Silvio Tandler e trilha sonora de Guinga. A realização do filme teve apoio da Cinemateca Brasileira.

Os projetos Paixão de Ler, Profissionalizando o Futuro, Arte-educando e Escola-Museu-Escola foram alguns dos destaques entre as ações educativas. Ainda nesse campo, pode-se mencionar a edição de materiais educativos para alunos e para professores, visitas e disponibilização de transporte para escolas da rede pública, e exposições especialmente concebidas para o público jovem.



Museu do Diamante – Diamantina (MG)

Instalado em um modelo de referência da arquitetura civil do século XVIII, o Museu do Diamante funciona na casa onde viveu o inconfidente padre Rolim. Em 1950, o imóvel foi tombado e tornou-se museu.

O Museu do Diamante classifica e conserva elementos característicos de jazidas, formações e espécies de diamantes brasileiros, abordando também seu desenvolvimento e sua influência na economia do país. O diversificado acervo conta com pinturas, esculturas, desenhos, cédulas, moedas, estampas, instrumentos musicais, indumentária, mobiliário e utensílios domésticos e de iluminação. O contexto social minerador é explorado por meio de ferramentas de mineração, armaria e instrumentos de tortura de escravos. O museu possui acervo fotográfico com imagens de personalidades, ruas, casas e monumentos da cidade, além de registros da mineração e do garimpo na região.

Em 2005, o acervo bibliográfico foi inventariado e os títulos reorganizados, reunindo 12 mil exemplares. No mesmo ano, o Encontro do Patrimônio em Diamantina reuniu comunidade e representantes do setor em âmbito municipal, estadual e federal para discussões sobre ações de educação patrimonial.

Dentre as ações educativas destacaram-se diversas oficinas: de desenho, xilografia, cerâmica, história da arte,

fotografia, dança, maquete, jardinagem e pintura em madeira. Para o público infantil, foram realizadas sessões de cinema e visitas ao museu. O projeto Minha Cidade: Eu Te Conheço? levou as crianças às ruas de Diamantina para observarem a arquitetura e a arte da cidade.

A cultura popular da região também foi contemplada com projetos, como o Mapeando Saberes – Cerrado Magia e Medicina, que apresentou manifestações ligadas aos saberes e fazeres da medicina popular com chás, benzeduras e simpatias. A oficina O Artesão das Palavras despertou o olhar da população para o cotidiano local com cantigas de roda, parlendas, trocadilhos e falares.

Dentre as exposições, destacaram-se a mostra fotográfica de Assis Horta, em 2008; a exposição do pintor Luiz Cinza, em 2010 e a Exposição Itinerante de Artes móveis e tecnologia, durante o Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais.

Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty – Paraty (RJ)

Construído no Morro da Vila Velha ou Ponta da Defesa, o Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty está intimamente ligado ao surgimento do primitivo núcleo de povoamento de Paraty. O forte foi construído em 1793 e, com o declínio econômico de Paraty, ficou em ruínas até 1822, quando foi reconstruído e recebeu o nome atual em homenagem à D. Pedro I, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil.

Atualmente, o forte apresenta-se como construção singela, guardando as proporções do casario do Bairro Histórico, ainda com o seu interior autêntico, preservando três áreas distintas: a Casa do Comandante, com as salas de visitas e jantar, escritório, quarto e cozinha; a ala do Quartel da Tropa ao centro, com as enxovias e o Quartel dos Inferiores, onde residiam os Cabos e Sargentos na outra extremidade.

Em 1836, o forte passou por novas obras para maior



comodidade da guarnição, inicialmente de Milícia e depois do Exército, sendo seu último Comandante o Marechal do Exército, José de Almeida Barreto.

Das realizações ocorridas no museu por meio do Ibram, destaca-se a descupinização geral de todo o monumento: no prédio principal do complexo defensivo, na Casa da Pólvora e na Guarita no caminho de acesso ao Forte. Neste monumento, o telhado foi totalmente restaurado e foram realizadas a drenagem e a iluminação do caminho de acesso.

Também foram realizadas obras para adaptação do banheiro existente na Casa do Comandante para portadores de necessidades especiais, o que irá servir de apoio às propostas de requalificação das exposições, inclusive nesta área da construção, local que permite melhor acesso para quem chega na Praça D'Armas. A obra atende também ao grande número de turistas brasileiros e estrangeiros que frequentam anualmente o local. Esta proposta de acessibilidade terá também como área de abrangência a Casa da Pólvora e a instalação de carros elétricos, espécie utilizado em campos de golfe, para transporte de idosos e deficientes, do portão de entrada até a Praça D'Armas.

Os banheiros da administração também foram concluídos. O café foi projetado para o terrapleno e a Casa da Pólvora teve sua cozinha adaptada com a recuperação de um antigo fogão à lenha para servir o café tradicional de Paraty, acompanhado de suas iguarias típicas.

Estão em andamento as obras de restauração de telhado, pisos, paredes, forros, projeto luminotécnico e ambientação da Casa do Comandante. A parte elétrica e de logística contra descargas atmosféricas já foram executados pelo Ibram.

Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

Fundado em 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência, o Museu Histórico Nacional é um dos maiores museus do país e ocupa um conjunto arquitetônico de grande relevância histórica para a cidade do Rio de Janeiro. O acervo, de mais de 270 mil itens, é composto por pinturas, esculturas, armaria, viaturas, porcelanas, prataria e pela maior coleção de moedas antigas da América Latina. O museu também mantém uma biblioteca especializada em história do Brasil, com obras raras e um arquivo histórico, com documentos manuscritos e iconográficos.

Desde 2003, o MHN vem passando por um intenso processo de restauração e modernização. O trabalho teve como diretrizes recuperar a arquitetura original e a infraestrutura deteriorada pelo tempo, além de ampliar espaços destinados ao público e aprimorar os serviços oferecidos aos visitantes.

A primeira fase das obras foi iniciada em dezembro de 2003 com a recuperação de uma área de 1,5 mil metros quadrados que estava completamente sem uso há mais de trinta anos. Duas amplas galerias – uma no térreo e outra no segundo pavimento – viabilizaram o acesso ao circuito de exposição de longa duração, com a instalação de escadas rolantes e de elevador para portadores

de necessidades especiais.

Em 2004, com apoio da Vitae Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social e do Fundo Nacional da Cultura do MinC, o espaço físico do Arquivo Institucional do Museu foi recuperado. Com patrocínio da Associação dos Amigos do MHN (AAMHN), o Beco dos Tambores e o Pátio dos Canhões receberam rampas de acesso ao hall do elevador e uma plataforma móvel para integrar a exposição “Farmácia Homeopática Teixeira Novaes” a outra galeria em nível superior.

Em novembro de 2004, teve início a segunda fase de obras, a partir da assinatura de contrato entre o museu, a AAMHN e a Caixa Econômica Federal. Com a retirada de uma laje, resgatou-se a arquitetura original de 1922, devolvendo ao público um belíssimo pátio interno interligando os pátios da Minerva e dos Canhões. A laje havia sido construída em 1940 para abrigar um canteiro de experiências agrícolas e gerava insalubridade, comprometendo a integridade do acervo. Com uma área de 2 mil metros quadrados, o novo pátio recebeu o nome de

Gustavo Barroso, numa homenagem ao fundador e primeiro diretor do Museu Histórico Nacional. A empresa privada Holcim Brasil e o BNDES patrocinaram a recuperação de mil metros de galerias, voltadas para o novo pátio, que passaram a abrigar a coleção de veículos terrestres do museu.

A terceira fase de obras, realizada também em 2005 com recursos do Ministério da Cultura e do BNDES, ampliou o auditório do MHN, dobrando a capacidade de cem para duzentos lugares, o que vem possibilitando atender a um maior número de interessados nos cursos e seminários promovidos. Essa etapa incluiu, também, a recuperação do Pátio dos Canhões, que contou com o apoio do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e do Instituto Benjamin Constant, que refez todas as legendas em braille.

Paralelamente à realização das obras, iniciou-se em 2006 o Projeto de Revitalização do Circuito de Exposição de Longa Duração, com o objetivo de transferir para o segundo andar as exposições, apresentadas de forma



cronológica (da pré-história brasileira ao atual período republicano) e com utilização de peças contemporâneas e recursos multimídia. Já dentro dessa proposta, galerias do segundo andar foram recuperadas para a montagem das primeiras exposições do novo circuito, que contaram com o apoio do BNDES e da Caixa Econômica Federal.

Em 2007, a Associação dos Amigos do MHN patrocinou a abertura da loja do museu e a instalação de plataforma móvel para integrar o Hall dos Arcazes ao Pátio dos Canhões e ao palco do auditório. Em 2009, foi aberta mais uma galeria do novo circuito de exposição de longa duração, com recursos orçamentários. Em 2010, mais duas galerias dessa exposição foram abertas ao público, patrocinadas pelo BNDES.

Com recursos do BNDES, as demais galerias de exposição do segundo andar foram dotadas da infraestrutura necessária às exposições de longa duração e com o apoio da PSA Peugeot Citroen e recursos do Ibram, estão sendo montadas nessas galerias o último módulo de Portugueses no Mundo, que incluirá até a declaração da Independência do Brasil pelo Imperador D. Pedro I, e as exposições “A Construção da Nação” (relativa ao período imperial) e “Cidadania em Construção” (do período republicano até a atualidade). A partir de 22 de novembro de 2010 estarão abertas ao público. Galerias ao redor do Pátio dos Canhões foram totalmente restauradas, com apoio do BNDES, e são dedicadas à montagem de exposições temporárias, nacionais e internacionais, concluindo o projeto macro de abrigar no térreo os serviços destinados ao conforto do público.

Veja algumas das principais exposições realizadas no museu entre 2003 e 2010:

- “Pergaminhos do Mar Morto - Um Legado para a Humanidade” (2004)
- “Artes Tradicionais de Portugal” (2005)
- “Caminhos de Santiago - Arte no período Românico em Castela e Leão” (2006)

- “Darwin: descubra o homem e a teoria revolucionária que mudou o mundo” (2008)
- “Um Novo Mundo, um Novo Império: a Corte Portuguesa no Brasil” (2008)
- “O corpo humano: real e fascinante” (2008 - 2009)
- “Tesouros do Louvre: esculturas de Houdon” (2009)
- “Einstein” (2010)
- “Pioneiros e Empreendedores – a saga do desenvolvimento no Brasil” (2010)

Além de promover seminários, palestras e mesas-redondas, o MHN ofereceu mais de 50 cursos nestes anos, com 1,5 mil participantes. A divisão educativa da instituição, que promove eventos e projetos dirigidos a alunos e professores da educação básica, atendeu cerca de 70 escolas públicas apenas em 2009. O setor social ampliou sua ação levando exposições do MHN aos presídios e carceragens do Estado do Rio de Janeiro.

Museu Imperial - Petrópolis (RJ)

O Palácio Imperial de Petrópolis, hoje Museu Imperial, foi a residência de verão de D. Pedro II e cenário dos melhores momentos da vida do monarca, como ele mesmo registrou em correspondências. A construção do palácio, iniciada em 1845 por determinação do jovem imperador, deu origem à cidade de Petrópolis. O prédio foi transformado em Museu Imperial em 1940 e, em 1943, abriu as portas ao público.

Seu acervo, que tem como foco o Segundo Reinado, abrange móveis, adornos, objetos do cotidiano, esculturas, joias, prataria e outros itens. Os pontos de destaque são as coroas, o cetro, os trajes majestáticos e a pena de ouro com a qual a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, além das obras de iconografia. A biblioteca do museu possui cerca de 55 mil títulos de História do Brasil



e uma coleção de obras raras com aproximadamente 8 mil itens. O Arquivo Histórico reúne uma coleção com cerca de 250 mil documentos originais, principalmente do século XIX, e um conjunto de fotografias que recupera parte da história visual do Brasil, do estado do Rio de Janeiro e da cidade de Petrópolis.

Além de guardar, preservar, estudar e divulgar o acervo, o museu desenvolve trabalho pedagógico com a meta de levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento crítico, apropriação consciente e valorização de sua herança. Todos os projetos são gratuitos para escolas públicas e privadas.

Caixa das Descobertas (atividade que possibilita a exploração e a experimentação de objetos culturais desde a sua origem até os dias atuais) e Os Jardins do Museu Imperial (visita temática em que os alunos conhecem a variedade de espécimes vegetais presentes nos jardins, além da fauna, das fontes e das estátuas) são alguns dos projetos educativos realizados. No Projeto Petrópolis, outra atração, o público conhece fatos da construção

do palácio, de seu estilo arquitetônico, da vida social e cultural no Brasil do século XIX e da presença da família imperial em sua residência de verão. Em “Um Verão no Palácio Imperial” e “D. Ratão”, o teatro de fantoches é o meio utilizado para narrar às crianças aspectos da infância das princesas Isabel e Leopoldina no palácio.

Outra atração é o Projeto Som e Luz Petrópolis, que usa efeitos especiais de iluminação e sonorização para reviver alguns dos momentos mais importantes do Segundo Reinado no Brasil. Na fachada do palácio iluminado, é possível ver, através das janelas, as silhuetas de D. Pedro II e convidados, enquanto são exibidas cenas de um filme com os principais fatos históricos sob a ótica de D. Pedro II e família. Entre agosto de 2002 e setembro de 2010, o projeto recebeu 203.215 espectadores, ao longo de 1.495 apresentações. Somente em 2010, foram 19.256 espectadores.

Há ainda as visitas orientadas, realizadas por monitores, e a atividade interativa Um Sarau Imperial, que proporciona ao público a vivência de um evento social

comum no século XIX. Em dramatização, a princesa Isabel recebe convidados para uma reunião social. Além de atores, uma cantora lírica e um pianista participam da dramatização. Desde fevereiro de 2010, quando foi inserido ao Tour da Experiência do Ministério do Turismo, o projeto contou com 37 apresentações e um público de 1.918 pessoas.

Para promover a disseminação e democratização do acesso à informação e ao conhecimento, o museu deu início à digitalização do acervo e disponibilização na internet, por meio de uma base de dados. O projeto encontra-se em sua primeira fase, com três coleções digitalizadas, mas pretende disponibilizar uma nova coleção a cada quatro meses.

Em outubro de 2010, o Museu Imperial recebeu a nomeação para o Registro Nacional do Comitê do Programa Memória do Mundo, concedida pela UNESCO, em virtude do “Conjunto documental referente às viagens do imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo”. A homenagem reconhece o trabalho do Arquivo Histórico do MI como fundamental para a construção e difusão de conhecimento.

De 2003 a 2010, o museu promoveu diversas exposições significativas. Em 2003 e 2004, a série de exposições de arte contemporânea realizadas pelo Programa de Artes Visuais – Museu Imperial/Funarte foi destaque. Em 2008, o museu marcou os 200 anos da chegada de dom João VI e da corte portuguesa ao Brasil com o projeto “O Império de João, um conjunto de eventos que incluiu exposições como Travessias – relatos trágico-marítimos da passagem do Atlântico pela corte portuguesa e outros navegantes (1807-1808)” e “Sonhos: os projetos e feitos de um príncipe clemente e inteligente, que queria ficar no Brasil para sempre”. No período, o MI lançou uma série de publicações sobre o museu e sobre Petrópolis, cadernos técnicos, guias, DVD e catálogos de exposições.



Museu da Inconfidência – Ouro Preto (MG)

Localizado na antiga Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto, o museu foi inaugurado em 1944 para preservar, pesquisar e divulgar objetos e documentos relacionados à Inconfidência Mineira. O núcleo inicial do acervo teve origem em três fontes principais: o Museu Arquidiocesano de Mariana, o Museu Vicente Racioppi e o IPHAN. A partir daí, foi se ampliando por meio de compras e doações. Hoje são mais de 64 mil itens, entre objetos (4,2 mil) e itens arquivísticos e de biblioteca (cerca de 60 mil).

Entre as ações realizadas pelo museu nos últimos oito anos, merece destaque a modernização da exposição de longa duração que, desde a época da inauguração, não havia sido modernizada. Em 2005 deu-se início, então, à reformulação da exposição. O projeto museológico e museográfico de linguagem avançada promoveu maior interação do espectador com o acervo, possibilitando nova abordagem da vida social, política e artística das Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. O projeto recebeu recursos do Ministério da Cultura, da Caixa Econômica Federal, Petrobras, Acesita, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, Vitae Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social e ajuda financeira particular do banqueiro Aloysio Faria. A exposição atual, que valori-

za as raízes da Inconfidência através da evocação de Vila Rica, trouxe consistência para o acervo, que agora pode ser visto como um conjunto articulado de testemunhos culturais do período. Ao projeto de modernização somaram-se a implantação de três quiosques multimídia e a disponibilização de audioguias em três idiomas (português, inglês e espanhol).

Nos últimos anos, o acervo arquivístico recebeu tratamentos de preservação e conservação, melhorando as condições de acondicionamento e organização, bem como a qualidade do trabalho técnico e da pesquisa. Também foram restaurados e conservados os acervos bibliográfico e museológico. Em 2006, a reserva técnica, que acondiciona cerca de 60% do acervo museológico do Museu da Inconfidência, foi reformulada e ampliada. O espaço recebeu novo sistema de iluminação, aparelhamento para controle ambiental e mobiliário adequado, o que proporcionou aumento da capacidade de armazenamento e maior proteção às coleções.

O 65º aniversário da instituição, em agosto de 2009, foi marcado pela celebração de três importantes conquistas: o novo sistema de iluminação externa do museu, um cineclub e um novo espaço destinado à loja e ao café. Os projetos de iluminação, da loja e do café completam a terceira e última etapa das obras de modernização do museu. O cineclub, que tem entrada gratuita, tem como objetivo reunir e ampliar grupos interessados na discussão da cultura cinematográfica. As sessões, que projetam clássicos do cinema brasileiro e estrangeiro, contam com um explicador e coordenador de debates.

Além das exposições de longa duração e das temporárias, o museu realiza ainda atividades de pesquisa, educação, difusão do acervo e promoção cultural. São mantidos, por exemplo, os projetos pedagógicos permanentes (Ludomuseu, Girassol e Inconfidências), que oferecem visitas monitoradas à exposição permanente, e são promovidas diversas oficinas abertas ao público. A instituição mantém ainda um setor de musicologia, que

tem realizado, entre outras ações, a catalogação e a microfilmagem do acervo de manuscritos musicais, a catalogação dos manuscritos das corporações de bandas de música de Ouro Preto, a transcrição de obras inéditas de compositores brasileiros do período colonial (acompanhadas de textos críticos) e pesquisas sobre a atividade musical em Minas Gerais.

Museu Lasar Segall – São Paulo (SP)

Sediado na antiga casa e ateliê de Lasar Segall, em São Paulo, o museu expõe obras do artista plástico e atua também como centro de atividades culturais, com visitas monitoradas, cursos, seminários e projeção de filmes. Abriga, ainda, uma ampla biblioteca especializada em artes e fotografia.

O museu foi idealizado pela viúva de Lasar, Jenny Klabin Segall, e criado em 1967 por seus filhos, Maurício Segall e Oscar Klabin Segall. Em 1985, foi incorporado à Fundação Nacional Pró-Memória, que hoje integra o Ibram como unidade especial. Doado pela família Segall ao MinC, o acervo do museu é formado por 3 mil pinturas, gravuras, desenhos e esculturas, abrangendo a parcela mais representativa da obra do artista lituano naturalizado brasileiro. Há ainda móveis desenhados por Segall, documentos e fotografias.

Em 2003, o museu efetuou a documentação do acervo museológico, com a criação da base de dados sobre as obras do artista, e implementou visitas monitoradas para alunos do ensino básico e o projeto Arte em família - Sábados no Museu Lasar Segall, além do seminário internacional “Construindo políticas educacionais” e a avaliação da exposição de longa duração “Lasar Segall: construção e poética de uma obra”. No ano seguinte, foi feita a manutenção dos setores de criação literária, gravura e fotografia. O site do museu ganhou nova versão, com design mais arrojado, visando agilizar o acesso e me-



lhorar a comunicação. Foram algumas das ações educativas o intercâmbio de eventos museológicos, o projeto Museu-Escola (com a contratação de educadores), o ciclo de leituras dramáticas e a oficina de criação literária foram algumas das ações educativas.

O ano de 2005 foi marcado pela elaboração do Plano Diretor 2005-2010, execução de obras de infraestrutura, instalação de porta automática na sala de exposições temporárias e manutenção da exposição de longa duração. Também foram adquiridos equipamentos de informática e de mobiliário. O museu investiu ainda na capacitação de professores e na reprodução de itens do acervo.

A concretização de programas e projetos de infraestrutura alinhados à missão, à visão, aos valores e ao escopo, definidos no plano diretor, guiaram as ações do museu em 2006. Uma delas foi a efetivação do programa de segurança, com a contratação de 12 postos de trabalho terceirizados para as funções de vigilância, portaria e recepção. O ano de 2007 foi marcado pela comemoração dos 40 anos de criação do museu e pelo cinquentenário da morte de Segall, e o orçamento anual cresceu em 60%. Iniciou-se o projeto de transferência da Biblioteca Jenny Klabin Segall para a Funarte.

Nos anos seguintes, o museu deu continuidade a todos os programas de cursos, oficinas, ações educativas, exposições temporárias e de Segall, pesquisas, sistemati-

zação e atualização em torno dos acervos, conservação e restauro de obras. Exposições itinerantes, estudos e publicações sobre Segall também foram realizados.

Este ano de 2010 marcou a passagem definitiva do museu como unidade do Ibram, que recebeu da família Segall a quarta e última doação do acervo, composta de arquivos com 8 mil documentos, 5,3 mil fotografias, 501 objetos (pincéis, tintas, instrumentos de gravura, paletas e indumentária), 171 matrizes de gravuras, 12 peças de mobiliário criado por Segall e mais oito obras. Outra doação importante é o imóvel da Rua Berta, 111, pertencente a Maurício Segall e hoje utilizado para exposições temporárias e dependências administrativas. A casa, cedida em regime de comodato por tempo indeterminado, será doada em caráter definitivo ao Ibram.

Museu das Missões - São Miguel das Missões (RS)

Projetado em 1940, pelo arquiteto Lucio Costa, o Museu das Missões está situado junto ao Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, considerado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. O museu reúne a maior coleção pública de imagens sacras e fragmentos missionários do Mercosul, expondo uma rica coleção da arte barroca elaborada pelos índios guarani nas reduções jesuíticas. O museu tem como missão pesquisar, documentar e divulgar a experiência histórica missionária.

Em 2004, deu-se início ao projeto de requalificação da exposição de longa duração, com o objetivo de promover a renovação discursiva e a melhoria das condições de exposição e guarda do acervo. Placas de sinalização foram implantadas nas estruturas externas, facilitando a interpretação do sítio arqueológico.

Em 2005, foram restaurados os telhados do Pavilhão Lucio Costa e da sacristia. O escritório recebeu mobiliário novo e equipamentos. Foram também adquiridos termohigrógrafos (medidores de umidade e temperatu-

ra) e um desumidificador para a futura reserva técnica, dando início ao plano de melhoria das condições de conservação da coleção de esculturas de madeira policromada. O acervo museológico foi informatizado, e uma pesquisa histórica foi contratada para subsidiar o projeto de requalificação do museu. A pesquisa sobre a documentação jesuítica e as obras de viajantes do século XIX resultou na elaboração da publicação Dossiês Históricos do Museu das Missões.

Em 2006, iniciou-se a segunda etapa do projeto museográfico. O módulo História e Memória, localizado na Casa do Zelador, foi instalado, e efetuou-se a implanta-

ção da reserva técnica do museu. O ano marcou o início do estudo das coleções escultóricas, ligado ao programa de cooperação técnica estabelecido entre o IPHAN e o Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico. Em junho, o seminário “Fronteiras do Brasil: patrimônio, memória e território das Missões” debateu os rumos dos estudos sobre as Missões e patrimônio cultural.

No ano seguinte, o museu prosseguiu na implantação do projeto de requalificação, aliado a melhorias na rede elétrica, aquisição de equipamentos e pequenas reformas. A promoção de ações educativas patrimoniais junto à Secretaria de Educação e de Turismo e Cultura do Município de São Miguel das Missões foi retomada, com a realização de seminários e oficinas.

O Programa de Capacitação para os Guias Turísticos da Região Missioneira foi iniciado em 2008, com o objetivo de instrumentalizar os guias turísticos para o trabalho com o patrimônio cultural das Missões Jesuítico-Guarani. Também foram promovidos módulos das Oficinas de Educação Ambiental, voltadas para a preservação das espécies nativas do Sítio Arqueológico, e as exposições temporárias “Santo Isidro de Madrid”, “Santo Isidro Lavrador” e “Cerâmica Guarani”.

Em 2009, foi implantado o sistema de segurança do Museu, com alarmes e câmeras monitorados 24 horas e interligados à rede mundial de computadores. Como ações integrantes da terceira etapa do projeto de requalificação, foram contratados projetos de expografia, luminotécnico e de comunicação visual para a montagem da nova exposição de longa duração do Pavilhão Lucio Costa. Também foi instalada a nova iluminação externa do Museu.

Neste ano, o Museu das Missões completa 70 anos. Para marcar a data, serão lançadas as publicações Dossiês Históricos do Museu das Missões.



Museu Nacional de Belas Artes - Rio de Janeiro (RJ)

O acervo do primeiro museu de artes do país teve origem no conjunto de obras trazido por D. João VI de Portugal, em 1808, e ampliado pela coleção de pinturas adquiridas por Joaquim Lebreton, chefe da Missão Artística Francesa que chegou ao Brasil em 1816. Ao longo do século XIX e início do século XX, esse núcleo original foi enriquecido com importantes incorporações. Em 1908, a magnífica coleção foi transferida para o recém-inaugurado prédio da Escola Nacional de Belas Artes. Anos depois, em 1937, um decreto de Getúlio Vargas fundou o Museu Nacional de Belas Artes e então o endereço da Avenida Rio Branco, 199, passou a abrigar as duas instituições: o MNBA e a ENBA.

O acervo conta atualmente com mais de 60 mil peças, entre obras de pintura, escultura, desenho e gravura brasileira e estrangeira dos séculos anteriores até a contemporaneidade, além de reunir um segmento significativo de arte decorativa, mobiliário, gliptíca, medalhística, arte popular, documentos e um conjunto de peças de arte africana. O MNBA é a instituição do Brasil que possui a maior e mais importante coleção de arte brasileira do século XIX.

Desde 2004, o MNBA vem passando por amplas reformas e melhorias. Como resultado de um convênio firmado entre o MinC e o IPHAN, naquele ano foram iniciadas as obras de recuperação do edifício centenário, cujo estado de conservação era extremamente precário. As fachadas principal e laterais e as cúpulas norte e sul foram restauradas; as coberturas foram recuperadas e impermeabilizadas. Os sistemas elétrico, de águas pluviais e de segurança receberam melhorias, e equipamentos de informática foram adquiridos. Os laboratórios de restauração de pintura e arte sobre papel foram ampliados e reformados. As melhorias incluíram o sistema de segurança, com a instalação de câmeras e outros

dispositivos nas fachadas externas e reforço nas dependências internas.

Paralelamente, contando com recursos da Fundação Vitae e do MinC, o museu deu início à ampliação e modernização da reserva técnica, que recebeu sistema de climatização e novos equipamentos e mobiliário. O MinC financiou a revisão do inventário, o processamento técnico do acervo e a aquisição de material para a reserva técnica. Em 2005, o museu foi contemplado com o patrocínio, pela Fundação Vitae, do projeto Transformação Tecnológica da Base de Dados do MNBA, cuja implementação permitiu o atendimento a diversas instituições culturais que se interessaram pelo programa Donato (um gerenciador de banco de dados de acervos museológicos que fornece informações e realiza análises para checar a compatibilidade da ficha catalográfica com a tipologia de acervo de cada instituição solicitante).

Os investimentos na requalificação do museu permitiram a reabertura, em 2006, da Galeria Brasileira de Arte Moderna e Contemporânea, que estivera fechada por mais de seis anos. O espaço de 2 mil metros quadrados hoje oferece ao público um rico painel da arte nacional desde os primeiros anos do século XX até a contemporaneidade, com moderna linguagem museológica. O acervo vem sendo ampliado com aquisições e doações.

Entre as próximas etapas, estão previstas a reabertura da casa de chá do museu e a restauração da cúpula central. Além disso, a Galeria do Século XIX será reaberta ao público, depois de uma grande restauração.

Apesar de todas as reformas, as atividades educativas e expositivas não sofreram interrupções. Foram realizadas diversas exposições temporárias e oficinas, seminários e cursos, em parceria com universidades e outras instituições. Para fortalecer a relação direta com artistas contemporâneos, foi criado o projeto Arte em Diálogo, que tem por finalidade reunir o público para participar de palestras proferidas por artistas contemporâneos que doaram obras ao MNBA. Nestes eventos, os ar-



tistas falam sobre seu processo criativo, as interfaces de sua obra com mestres de hoje e do passado, a especificidade de sua obra e trajetória dela ao longo do tempo. Essas ações se refletiram no grande número e na qualidade das doações que a instituição vem recebendo de artistas e colecionadores.

Das ações planejadas pela área de educação do museu, destacam-se os Diálogos com o Público e as Oficinas do Patrimônio Cultural, cursos de atualização para professores centrados na discussão das práticas pedagógicas desenvolvidas em museus de arte.

Museu do Ouro / Casa de Borba Gato – Sabará (MG)

Instalado na antiga Casa de Intendência e Fundação do Ouro da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, o Museu do Ouro foi criado em 1945 e ofi-

cialmente inaugurado no dia 16 de maio de 1946. A instituição ocupa uma área total de 1.456 m², sendo 714 m² de área edificada. O acervo totaliza 749 objetos, constituídos de mobiliário, armaria, porcelanas, imaginária religiosa e objetos ligados a prática da mineração (séculos XVIII e XIX).

O Museu do Ouro possui ainda um arquivo histórico e uma biblioteca, localizados na Casa de Borba Gato, edificação do século XVIII. A Biblioteca possui 4.972 títulos registrados, entre os quais se encontram obras referentes à formação do Estado de Minas Gerais e do Brasil, arquitetura, história da arte, incluindo valiosa coleção de obras raras com edições que datam do século XVIII.

Entre 2006 e 2008, o Museu do Ouro realizou projeto de revitalização que possibilitou a criação de novas salas temáticas, reformas, confecção e pintura de suportes expositores; reparos e reativação da iluminação; e confecção de textos e etiquetas, além de aquisição de mobiliário e equipamentos. Os eventos culturais realizados



pelo museu também tiveram destaque, entre eles, a Oficina de Técnicas de Artesanato com Agulhas, realizada na segunda metade do ano de 2006, que resgatou as técnicas regionais de bordado com agulhas, tais como: renda turca, richilieu, bainha aberta e marafunda.

Museu Regional de Caeté – Caeté (MG)

O Museu Regional de Caeté está instalado em uma casa construída em fins do século XVIII, adquirida pela União e transformada em museu na década de 1950. O acervo é composto por mobiliário e objetos de época, além de peças de arte popular e de arte sacra de cunho popular.

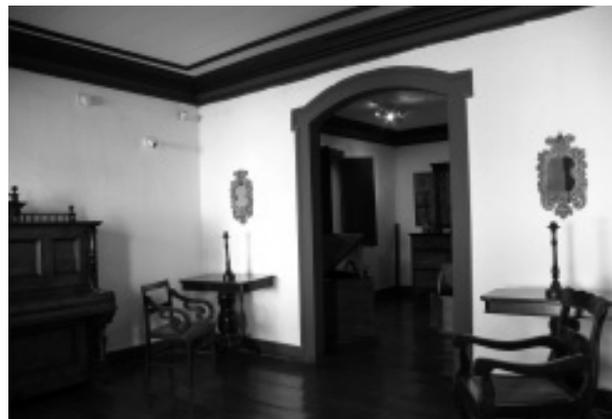
O museu também atua na preservação da riqueza cultural, dos saberes e fazeres do povo de Caeté e seus distritos. Em suas dependências e também nas comunidades, a instituição realiza oficinas sobre conhecimentos e resgate de técnicas artesanais tradicionais na região, possibilitando a formação de multiplicadores e geração de renda aos alunos participantes. Exemplos dessa atuação foram o curso de artesanato Cruz de São Bartolomeu e as oficinas de bainha aberta, tradição centenária que estava se perdendo.

Em 2005, foi iniciado o inventário e o registro fotográfico de todo acervo. O projeto teve apoio do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos

Difusos do Ministério da Justiça.

No ano seguinte, foram iniciadas parcerias com associações, ONGs, entidades filantrópicas, Prefeitura Municipal de Caeté, paróquias, rede municipal e estadual de ensino, Pró-Jovem, Rede Cidadã.

No ano seguinte, o museu contratou mais um posto de vigilância diurno e investiu em projeto de iluminação para exposição permanente. Foi iniciado o Projeto Museu Vivo, com oficinas nos distritos, e o museu passou a oferecer visitas noturnas para estudantes jovens e adultos, além de sessões de cinema do projeto Cine Museum.



Foi contratada uma empresa para elaborar material de divulgação do acervo e museológico.

Em 2009, foi implementado o Plano Museológico, que, entre outros itens, definiu a necessidade de pessoal para a qualificação do serviço prestado pelo museu. Em 2010, dois servidores concursados passaram a integrar a equipe.

Neste ano, a programação cultural foi intensificada, com a promoção de exposições temporárias, continuidade das oficinas, apresentações musicais eruditas e populares, palestras, visitas guiadas e o empréstimo de acervo para outras instituições.



Museu Regional Casa dos Ottoni - Serro (MG)

O Museu Regional Casa dos Ottoni ocupa uma construção do século XVIII, na cidade do Serro. Sua origem histórica está ligada aos Ottoni, descendentes de um ramo da família do bandeirante paulista Fernão Dias Paes Leme. Criado em 1949, o museu abriga acervo formado, principalmente, por imagens de arte católica (como as imagens de roca que saíam na Procissão de Cinzas e as que pertenceram à demolida igreja de Nossa Senhora da Purificação).

Em 2003, o museu passou por um processo de modernização, com obras de conservação das estruturas arquitetônicas e a melhoria das instalações. No ano seguinte, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo passou por obras de restauração e teve seu acervo transferido para as instalações do museu. As peças foram higienizadas e acondicionadas e continuam sob a guarda do museu.

No segundo semestre de 2008, foi apresentado o projeto de jardinagem e plantio de gramado na área museológica do Museu Regional Casa dos Ottoni. A iniciativa teve como objetivo conservar sua área verde, que inclui amplo jardim e o Bosque dos Ottoni, além de aperfeiçoar o seu espaço de visitação.

Em 2009, teve destaque a oficina de capacitação “Conservação de Acervos”, com o objetivo de promo-

ver ações de formação de pessoal para atuar nos museus e em projetos museológicos. Os funcionários foram beneficiados e a iniciativa contribuiu para a melhoria dos serviços prestados pela instituição à sociedade. Ainda em 2009, foi realizado projeto de conservação preventiva do acervo, visando à promoção e conservação das peças que integram o conjunto de fragmentos da Igreja da Purificação.

Dentre as atividades, o museu promoveu palestras sobre: educação patrimonial, turismo e meio ambiente, além de diversas oficinas e visitas guiadas à noite.



Museu Regional de São João Del-Rei – São João Del Rei (MG)

O Museu Regional de São João del-Rei é a antiga casa do Comendador João Antonio da Silva Mourão, homem de prestígio na época do Segundo Império. O prédio, um dos mais sofisticados do período, está voltado para a principal entrada da cidade, foi tombado em 1946 e aberto à visitação, já como museu, em 1958. Seu acervo foi constituído, em sua maior parte, de peças de mobiliário, objetos de arte sacra e imaginária oitocentista procedentes de várias cidades de Minas.

Com a valorização do campo museal, a unidade teve seu quadro funcional e suas atividades gradativamente

ampliadas. Em 2008 e 2009, o museu ofereceu as oficinas “Museu, memória e cidadania” e “Ação Educativa em Museus” como parte do projeto de interação com a comunidade local.

Além disso, foram realizadas melhorias no local, como a revisão das instalações elétricas; elaboração de plano contra incêndio; pintura interna do prédio; criação da biblioteca, do auditório e da reserva técnica; e ainda a revisão da museografia da exposição de longa duração com criação de painéis informativos e disposição de objetos, restauração sistemática do acervo e a elaboração de um Plano Museológico.

Museu da República – Rio de Janeiro (RJ)

O Museu da República ocupa o antigo Palácio Nova Friburgo, construído no período imperial. Na República, recebeu o nome de Palácio do Catete, o qual, durante 63 anos, foi o coração do Poder Executivo no Brasil. O museu foi inaugurado em 15 de novembro de 1960, após a transferência da capital para Brasília. O Palácio Nova Friburgo foi construído entre 1858 e 1867 pelo comerciante e fazendeiro de café Antônio Clemente Pinto, Barão de Nova Friburgo e consagrou-se como um monumento de grande importância histórica, arquitetônica e artística.

Erguido no Rio de Janeiro, então Capital Imperial, tornou-se símbolo do poder econômico da elite cafeicultora escravocrata do Brasil oitocentista. Sua concepção em estilo eclético é resultado do trabalho de artistas estrangeiros de renome, como o arquiteto Gustav Waehnelde e os pintores Emil Bauch, Gastão Tassini e Mario Bragaldi.

De 2007 a 2010, o Museu da República passou por várias obras de infraestrutura, como a manutenção de reparos no gradil do jardim localizado na Praia do Flamengo, projeto e execução de nova rede de esgoto, obra para reforma da distribuição hidráulica da rede que abastece os prédios da administração do Museu, levantamento da

rede elétrica, projeto de recuperação da pavimentação, drenagem e hidrossanitária do jardim, serviço de obras na cobertura da reserva técnica, elaboração de projeto de iluminação para a exposição “A Res Publica Brasileira”, serviços de engenharia e adequação de espaço do arquivo histórico.

O acervo e reserva técnica também sofreram modificações. Em 2007, foi iniciada a recuperação parcial do banco de dados do museu, que havia sido desativado, e se constitui em importante instrumento de trabalho na área dos acervos. Houve também a restauração de objetos do acervo. No total, foram restauradas 118 peças.

Em 2008, iniciou-se a execução do projeto Reestruturação Física do Arquivo Histórico do Museu da República, selecionado através de edital público do BNDES. Com isso, foram realizadas a troca do mobiliário de guarda, e a higienização e o acondicionamento básico do acervo.

Em 2009, o museu recebeu titulação pelo Programa Memória do Mundo, da UNESCO pelo acervo do Arquivo de Canudos, sob a guarda do Arquivo Histórico do Museu da República. Trata-se de uma coleção que reúne fotos de Flávio de Barros, fotógrafo baiano que foi contratado pelo exército brasileiro em 1897 para registrar sua quarta e última expedição ao Arraial de Canudos, que são as únicas conhecidas sobre a guerra de Canudos.

Ainda em 2009, houve o restauro de vários objetos do acervo, entre eles o quadro “República”, de autoria de Décio Villares; o estudo do quadro “A Proclamação da República” da autoria de Henrique Bernardelli; móveis do Gabinete do Presidente Prudente de Moraes; a cadeira utilizada pelo constituinte Prudente de Moraes durante os trabalhos para a Carta de 1891; a primeira bandeira brasileira.

Projetos Realizados

O Museu da República inaugurou em 2007 o Espaço Atualização no Palácio, no qual o público visitante tem acesso ao jornal do dia, ao noticiário televisivo, ao

site www.republicaonline e a textos sobre o museu. Um espaço onde o visitante descansa e se atualiza sobre os acontecimentos republicanos.

Em 2008, foi inaugurado o projeto Constituição de 1988: A Voz e a Letra do Cidadão/Cidadania em Debate, que consistiu em exposições sobre a Carta Magna, ciclo de debates sobre o tema, seminário, publicações e o projeto educativo Todos Juntos: unidos pela autonomia e cidadania no espaço da República, desenvolvido com todos os alunos do CIEP Tancredo Neves, vizinho ao Museu, e com a ONG Ser Cidadão, que trabalha em conjunto com o Museu. No dia 15 de novembro de 2009, foi aberta a exposição com os trabalhos realizados pelos alunos durante o projeto.

Em parceria com o Museu Casa de Benjamin Constant, foi criado o Circuito Sítios Históricos da República, cujo objetivo é apresentar o tema da implementação do regime republicano no Brasil, por meio de visita orientada aos locais históricos, monumentos alusivos ao período e museus que sejam os detentores de acervos sobre este assunto.

Também foi lançado o Termo de Compromisso de

Turismo Republicano assinado entre o Museu Casa de Benjamin Constant e Museu da República, que prevê a continuidade e o aperfeiçoamento das capacitações com o trade de turismo, assim como o planejamento e a execução de projetos em conjunto com os parceiros e atores da cadeia de turismo receptivo carioca.

No mesmo ano, foi aprovado projeto no âmbito do Ministério do Turismo que visa à continuidade das capacitações, abordando também os operadores de turismo receptivo e os cursos de formação técnica de guia de turismo. Em 2009 e 2010, foi implantado, com o apoio do Ministério do Turismo, o audioguia.

Atividades Educativas

O Museu da República vem realizando várias atividades educativas como o encontro mensal de professores da rede pública e privada de ensino visando prepará-los para a visita ao museu com grupos de alunos, cursos de iniciação profissional (Jardinagem, Bijuteria, Encadernação e Artes Gráficas, num total de 120 alunos) dirigido a jovens de 16 a 19 anos de idade, de instituições sociais e comunidades de baixa renda. Em 2009 e 2010, foram



realizadas oficinas, além de outras atividades dirigidas à comunidade.

Palácio Rio Negro

O Palácio Rio Negro localiza-se na cidade de Petrópolis e foi residência oficial de verão de presidentes da República como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, entre outros. Atualmente é administrado pelo Museu da República. O local passou por obras de instalações hidráulicas e elétricas, melhoria das instalações administrativa e técnica de apoio. Em 2010, reabriu ao público em setembro, durante a Primavera dos Museus, com a exposição Caricaturas de Rian, exposição itinerante do Museu Histórico Nacional.

Museu Socioambiental de Itaipu – Niterói (RJ)

Criado em 1977, o Museu de Arqueologia de Itaipu está sediado nos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, instituição fundada no começo do século XVIII. O imóvel foi tombado e recuperado pelo IPHAN, em 1955.

O acervo do museu é composto por artefatos produzidos pelos povos que viveram no litoral fluminense, antes de 1500. A Coleção Hildo de Mello Ribeiro, constituída por artefatos líticos e ósseos, concreções, matéria corante, ocre, restos ósseos humanos e remanescentes de fauna (aves, peixes e mamíferos), reúne 966 peças. Seis blocos testemunhos do Sambaqui de Cambainhas, sob guarda do museu, compõem outra coleção. As visitas, mediadas ou não, são gratuitas.

Entre as ações realizadas pelo museu, destaca-se a forte atuação em educação patrimonial e ambiental, oferecida especialmente às crianças e adolescentes e moradores das comunidades da região. Um exemplo é o projeto Caniço e Samburá, que leva um acervo itinerante de dados sobre arqueologia, patrimônio cultural e



cultura indígena da região a escolas de Niterói. Abordar a problemática da conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais da região a partir dos conhecimentos e costumes da comunidade pesqueira local é o objetivo do projeto Diagnóstico da Saúde Lagunar e dos Recursos Pesqueiros de Itaipu, que envolve estudantes da educação básica. Outra ação é o projeto (Re)Conhecendo o Meio Ambiente, que, em visitas mediadas, busca despertar nos estudantes o interesse pelos patrimônios histórico, arqueológico e natural do entorno. Aulas práticas de ecologia e oficinas sobre temas de preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural também integram a programação.

Nos últimos anos, o museu realizou melhorias na infraestrutura. Em 2003, o prédio da administração recebeu impermeabilização e a parte elétrica foi recuperada. Em 2006, o espaço da recepção passou por reestruturação e uma área para projeções e apresentações foi construída, e a exposição “Arqueologia em maquetes” teve reestruturação. Escolas públicas e particulares participaram de oficinas monitoradas de simulação de escavação em sítios arqueológicos para mostrar o trabalho de arqueólogos aos estudantes.

Entre 2007 e 2009, foram adquiridos equipamentos de conservação, mobiliário e suportes expositivos. As instalações elétricas e o sistema de abastecimento de água passaram por revisão, e a capela, os portões e uma

canoas centenárias do acervo foram restauradas. A exposição permanente “Aspectos da Pré-História do Rio de Janeiro na faixa litorânea compreendida entre Niterói e Cabo Frio” foi sonorizada e a exposição de longa duração ganhou novo projeto luminotécnico. Retornou ao museu a coleção do Sítio Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, composta por 178 fragmentos (cerâmicos, líticos e vítreos), que se encontrava na 6ª Superintendência Regional do IPHAN.

Neste ano, foi inaugurada a exposição de longa duração “Percurso do tempo – Revelando Itaipu”, após a conclusão das obras de restauração e modernização da capela do prédio histórico onde o museu está instalado. A exposição aborda questões referentes às tradições locais como a pesca, sítios arqueológicos e ecossistemas da região, além do histórico do prédio e da constituição do museu. Com participação da comunidade de Niterói e de instituições relacionadas ao setor museológico, foi escolhido um novo nome para o MAI, que passou a se chamar Museu Socioambiental de Itaipu. A mudança de nome reflete a ampliação das atividades desenvolvidas pela unidade. A nova denominação contempla uma relação mais ampla entre homem e ambiente, com ênfase no desenvolvimento da comunidade em que está inserido.

Museu Solar Monjardim – Vitória(ES)

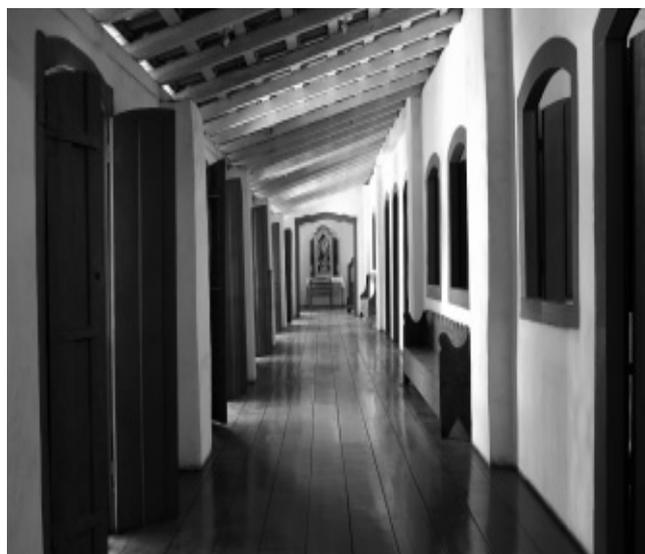
O museu capixaba foi criado em junho de 1939, no Quartel da Polícia Militar, com acervo multidisciplinar e eclético. Em 1952, foi transferido para a residência dos herdeiros do Barão de Monjardim e, em 1966, recebeu acervo do Museu de Arte Religiosa. Na década de 1980, a instituição foi requalificada e renomeada pela então Fundação Pró-Memória e passou a se chamar Museu Solar Monjardim. Em setembro de 2010, houve uma reorganização das reservas técnicas e a realização de um novo e completo inventário do acervo.

Em 2006, o Museu Solar Monjardim passou por obras de paisagismo do entorno, equipamentos culturais (anfiteatro, tenda multiuso, áreas para descanso, com bancos e mesas) e reforma da edícula que comporta os sanitários públicos.

Dentre os projetos e eventos realizados no museu no período em questão, destaca-se a capacitação contínua do público interno com seminários, aulas temáticas, treinamentos de monitoria, treinamentos de condução de deficientes e de recepção de turistas. O Museu Solar Monjardim também dá apoio técnico a museus municipais e particulares. Entre 2007 e 2009, o museu realizou atividades como a “Gincana MSM”, “Acessibilidade na Ordem do Dia” e eventos multiculturais com a comunidade.

Museu Victor Meirelles – Florianópolis (SC)

A casa natal do pintor Victor Meirelles, um típico sobrado luso-brasileiro construído entre o final do século XVIII e o início do XIX, sedia o museu que leva o nome do pintor. O imóvel foi adquirido pela União em 1946 e tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1950. Desde 1952, abriga o museu que preserva



a memória de um dos mais importantes artistas brasileiros do século XIX.

Desde 2003, o museu foi ampliado e desenvolveu ações de conservação, documentação e pesquisa, além de exposições, apresentações, lançamentos, palestras e oficinas. No mesmo período, o museu realizou a primeira edição do projeto Agenda Cultural, contando com patrocínio via lei de incentivo fiscal. A iniciativa vem sendo realizada anualmente até hoje e contribui para formação e ampliação do público do museu. A exposição de longa duração “Victor Meirelles: pinturas e estudos, retratos e fatos” passou por requalificação, com a elaboração de projetos museográfico e luminotécnico. Investiu-se em visitas guiadas, e o Estudo para Primeira Missa no Brasil foi integrado ao acervo.

Em 2005, foram elaborados os projetos executivo e complementares do projeto Revitalização e Ampliação do Museu Victor Meirelles, para integrar o edifício adjacente ao museu à casa histórica, formando uma única unidade museológica. Além da requalificação do espaço expográfico do museu com a exposição de longa duração “Victor Meirelles – Construção”, foram realizadas ações de documentação, inventário, conservação, informatização e aquisição de acervo. A conservação preventiva do acervo e a organização da biblioteca foram algumas das ações realizadas em 2006. O projeto Voluntários no Museu Victor Meirelles ofereceu a estudantes de artes a oportunidade de atuar na ação educativa e cultural, contribuindo para sua



formação acadêmica. Em 2007, mais uma obra foi doada ao museu – um desenho do artista italiano Tomaso Minardi, professor de Victor Meirelles.

Em 2008, foi iniciada a primeira fase do Projeto Victor Meirelles - Memória e Documentação, que tem como objetivo a pesquisa e catalogação de todas as obras do

artista, tanto no Brasil como no exterior, em coleções públicas e particulares. O trabalho, que teve patrocínio da Petrobras, através da Lei Federal de Incentivo à Cultura, é a primeira iniciativa do gênero dedicada ao pintor. As informações pesquisadas são disponibilizadas em um Banco de Dados e Imagens (BDI) sobre o artista, importante instrumento de pesquisa online disponível para consulta pública.

No ano de 2009, o acervo foi ampliado com a doação de cinco obras de alunos de Victor Meirelles que frequentaram a Academia Imperial de Belas Artes. No mesmo ano, ocorreu o lançamento do livro Victor Meirelles - Novas Leituras. O livro marcou o encerramento da primeira etapa do Projeto Victor Meirelles, que, até aquele ano, já havia catalogado um número expressivo de obras e documentos escritos, totalizando cerca de 1.200 registros.

Além da preservação e divulgação da obra de Meirelles, o museu atua fortemente na promoção e difusão cultural. A instituição busca estabelecer pontes com a comunidade, promovendo o debate por meio de cursos, palestras, oficinas, ciclos de estudo e colóquios. Também investe em ações educativas, procurando aproximar o público do museu – especialmente os grupos escolares, visando sua formação. São exemplos dessa atuação os projetos O museu vai à escola/A escola vai ao museu e Vivendo Victor Meirelles. A produção artística é estimulada com a realização de quatro exposições temporárias por ano, selecionadas por meio de edital.

Museu Villa-Lobos - Rio de Janeiro (RJ)

Instalado em um casarão tombado do século XIX, o Museu Villa-Lobos reúne objetos e documentos referentes à vida e à obra do compositor e maestro Heitor Villa-Lobos. O acervo é formado por mais de 53 mil itens, entre partituras (manuscritas e impressas), cor-

respondências, recortes de jornais, discos, filmes, livros, condecorações, instrumentos musicais e objetos de uso pessoal.

O museu foi fundado em 1960 com o intuito de difundir a obra do maestro. Com essa diretriz, diversos programas, projetos e eventos são realizados. O Festival Villa-Lobos, por exemplo, acontece anualmente desde 1961 e tornou-se um dos eventos de maior tradição no cenário musical brasileiro. Patrocinado por empresas como BNDES e Petrobras, entre outras, apresenta concertos no próprio museu e em outros locais. O projeto Villa-Lobinhos, por sua vez, oferece cursos de música para jovens de comunidades de baixa renda. A iniciativa foi precedida pelo projeto Dona Marta e sucedida, em 2007, pelo projeto Villa-Lobos e As Crianças, que continua ativo.

Entre 2006 e 2010, foram realizados importantes investimentos em infraestrutura. Entre eles, aquisição de mobiliário e reforma estrutural da biblioteca, modernização dos equipamentos de informática, obras no edifício para ampliação dos banheiros, construção de sala para o setor educativo e melhoria da acessibilidade. A pintura da fachada é o próximo trabalho previsto.

Em relação ao acervo, destacam-se a organização e digitalização da coleção de 58 mil páginas de partituras e a higienização de outras 22.349 páginas, além da microfilmagem, digitalização e documentação eletrônica de 38,5 mil itens da hemeroteca referente à trajetória artística de Heitor Villa-Lobos, entre 1917 e 1986. O museu fez ainda a digitalização da correspondência e do acervo fotográfico (2.366 fotos) e a restauração, higienização e documentação da coleção de objetos pessoais e de gravuras, esculturas, desenhos e pinturas. Em 2010, o inventário completo do acervo foi atualizado.

O ano de 2009 marcou o cinquentenário de morte do compositor e foi celebrado por vários eventos, exposições e concertos, com destaque para o 47º Festival, em parceria com a Sala Cecília Meireles. Uma exposição

itinerante, organizada pelo museu, foi exibida no Brasil e no exterior. A vida e a obra do mestre também foram tema de exposição realizada no Arquivo Nacional.

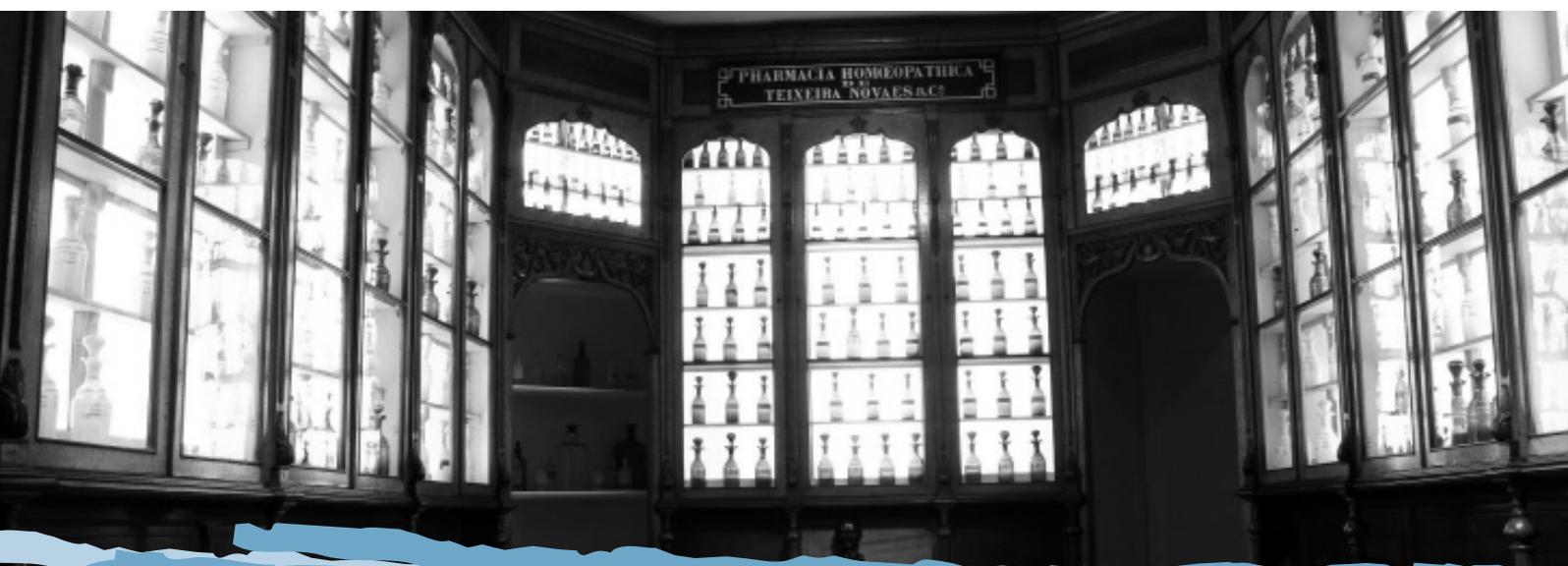
Buscando a difusão das idéias de Villa-Lobos sobre educação musical, as ações educativas do museu incluíram mini-concertos didáticos para alunos de escolas da rede pública e privada do Estado do Rio de Janeiro, oficinas de interpretação da obra de Villa-Lobos e o 4º e o 5º con-

ursos para jovens instrumentistas, além de participação em eventos da Semana dos Museus, Primavera nos Museus e na programação infantil dos Festivais Villa-Lobos.

Neste ano, o Museu Villa-Lobos celebra o cinquentenário de sua fundação com uma série de concertos em sua sede e com o 48º festival, que oferece mais de 60 atrações espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro.







Abrindo portas e janelas – o dever do Ibram

O trabalho realizado até o presente momento no Ibram tem aberto inúmeras novas possibilidades de atuação para a instituição, inclusive em parceria com outras entidades. O grande norteador da Política Nacional de Museus para a próxima década é, como afirmado anteriormente, o Plano Nacional Setorial de Museus, uma construção democrática e coletiva que será responsável por pautar as ações e o escopo de atuação da instituição junto à sociedade. Neste segmento, apresentamos alguns outros projetos, já em andamento, que se propõem guiar os passos da instituição no futuro próximo.

Reestruturação do Ibram



A proposta de reestruturação do Instituto Brasileiro de Museus vem corroborar com o seu propósito de assegurar a

preservação do patrimônio museológico, democratizar o acesso aos bens culturais e normatizar a área museológica, inovando no enfrentamento das questões relacionadas aos museus. O quadro pessoal do Ibram conta com aproximadamente 450 servidores, número relativamente deficitário em relação à proporção dos resultados almejados, demanda minimizada pela realização, no dia 21/03/2010, de seu primeiro concurso público, para o provimento de 294 cargos. Também deve ser considerado que a atuação do Ibram atinge a esfera nacional e mantém sob sua colaboração 28 museus que se encarregam de promover a produção de exposições, de publicações e de conhecimentos, além de projetos de educação, e de valorização de suas comunidades. Assim, a adequação das áreas e seus respectivos cargos é que viabilizará a efetiva instalação e o pleno funcionamento do novo instituto e suas unidades museológicas, uma vez que a estrutura aprovada pelo Decreto 6.845 não condiz com a realidade da relação entre os cargos de Diretoria e Assessoramento e suas atribuições e competências. A implementação dessa proposição importará em ganhos bastante significativos para toda a sociedade brasileira.

Fundo Nacional de Desenvolvimento de Museus

O projeto de lei 95/2008 que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Museus, de autoria da senadora por Santa Catarina, Ideli Salvatti, está em tramitação no Congresso Nacional. A criação do FNDM é de grande importância para o setor, uma vez que o Fundo tem

por objetivo apoiar projetos na área de museus que visem à criação, construção, restauração e modernização de prédios, sítios e monumentos; à criação, aquisição e manutenção de acervos; à formação e valorização de profissionais; à melhoria da gestão; ao desenvolvimento de programas educativos, à comunicação e difusão da atividade de guarda, conservação e exibição dos acervos e bens deles integrantes. A justificativa da senadora para a constituição de fundo específico é que há necessidade de se angariarem ainda mais recursos para o financiamento da Política Nacional de Museus. Uma vez criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus (FNDM), haverá uma previsibilidade maior dos recursos, assim como uma maior flexibilidade na sua aplicação, uma palavra-chave para se poder lidar com tamanha diversidade de museus.

Legado Cultural

O Brasil será sede da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas, em 2016, dois eventos de importância mundial. E o Ibram tomou para si a iniciativa de apresentar uma agenda de investimentos para o segmento museal com foco nas cidades-sedes dessas duas competições. A proposta tem como objetivo sensibilizar os agentes públicos e privados sobre a oportunidade de se construir um legado cultural a partir da realização de megaeventos esportivos; e, ao mesmo tempo, implantar o referido modelo de gestão, com o foco no setor museal. A expectativa é que esta seja a oportunidade para que os atores locais que lidam com o tema da cultura, e principalmente com o segmento dos museus, mobilizem-se para promover a modernização desse segmento, tendo em vista a perspectiva do aumento do fluxo de visitantes no período de realização dos eventos.

Atualmente existem no Brasil, de acordo com o Cadastro Nacional de Museus /Ibram, 3.025 museus, com

um acervo diversificado, e que, no período de 2001 a 2008, foram visitados por mais de 136 milhões de pessoas. As cidades que serão as sedes dos jogos da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016 representam 24,22% do total desses museus (654 museus), e 64,43% do total de visitantes (87.632.544 visitantes no mesmo período). Trata-se, portanto, de um setor cultural que contempla uma infraestrutura instalada com capacidade para atrair a atenção e o interesse de turistas. Ademais, vale destacar que os museus podem ser considerados como “portas de entrada” ao turista para conhecer a diversidade cultural local. Nesse sentido, o investimento no segmento dos museus pode refletir de forma muito positiva a inclusão do tema da cultura na dinâmica turística.

Unimuseus

Este projeto de criação de uma universidade corporativa voltada especificamente para o campo dos museus é originário do programa de formação e capacitação em museologia, que existe desde 2003. A Unimuseus tem como princípio o fortalecimento do campo museal, oferecendo formação em áreas que não são contempladas nos cursos já existentes. Assim, longe de se colocar como uma concorrente com os cursos de museologia já existentes, ela propõe um novo foco: cursos de curta duração, de extensão, aperfeiçoamento e especialização, muitos deles focados na área técnica. Na área de especialização, serão propostas cinco áreas temáticas, com implementação gradual: Educação e Museus; Gestão e Economia de Museus; Pesquisa Museológica; Política Nacional de Museus, e Documentação/ Informação. Para contemplar o maior escopo de interessados possível, e em todas as regiões do Brasil, os cursos estão sendo planejados nas modalidades presencial, semi-presencial e à distância. Neste momento, está sendo realizado um convênio com uma instituição pública de ensino superior para a certificação do projeto.

Censo Museológico

O Censo Museológico é uma nova metodologia a ser realizada no âmbito do Cadastro Nacional de Museus. Durante a implantação do cadastro, verificou-se que as instituições que haviam sido visitadas e orientadas presencialmente no preenchimento do questionário forneceram um quadro informativo mais completo. Assim, pretende-se a realização de um Censo Museológico que dê conta de todo o panorama museológico brasileiro. Nos museus já cadastrados, seria realizada uma checagem e verificação de informações. Nos museus somente mapeados, o cadastramento seria realizado, de forma a se ter a inclusão de 100% dos museus brasileiros no Cadastro. Esse panorama completo do campo museológico brasileiro, com suas debilidades e vantagens, já estava com sua realização prevista pelo próprio Estatuto de Museus. A metodologia do Censo, com o uso de assistentes de pesquisa, contratados temporariamente para estes serviços, tornará mais eficaz a coleta de dados, possibilitando uma melhor estruturação dos próprios Sistemas Estaduais de Museus.





Anexos

1) Decreto de 31 de maio de 2004:

Institui a Semana dos Museus e o Dia Nacional do Museólogo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso II, da Constituição, **DECRETA**:

Art. 1º Fica instituída a Semana dos Museus, a ser comemorada no mês de maio de cada ano.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Cultura a coordenação das comemorações para a Semana dos Museus, com a colaboração do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus e demais entidades nacionais vinculadas ao meio museológico brasileiro.

Art. 2º Fica instituído o Dia Nacional do Museólogo, a ser comemorado no dia 18 de dezembro de cada ano.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de maio de 2004;

183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

João Luiz Silva Ferreira

2) Decreto no 5.264, de 5 de novembro de 2004:

Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, **DECRETA**:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Museus, com a finalidade de promover:

I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

II – a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;

III – a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; e

IV – o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Cultura coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de atividades sistematizadas no âmbito das matérias e objetivos do Sistema, preservada a autonomia administrativa, as dotações orçamentárias e a gestão de pessoal próprias dos órgãos e entidades que o integrem.

Art. 2º São características das instituições museológicas, dentre outras:

I – o trabalho permanente com patrimônio cultural;

II – a disponibilização de acervos e exposições ao público, propiciando à ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira,

o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer;

III – o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e

IV – a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.

Art. 3º As instituições museológicas dos órgãos vinculados ao Ministério da Cultura passam a integrar o Sistema Brasileiro de Museus.

Parágrafo único.

Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a formalização de instrumento hábil a ser firmado com o Ministério da Cultura:

I – outras instituições museológicas vinculadas aos demais Poderes da União, bem como de âmbito estadual e municipal;

II – as instituições museológicas privadas, inclusive aquelas das quais o Poder Público participe;

III – as organizações sociais, os museus comunitários, os ecomuseus e os grupos étnicos e culturais que mantenham ou estejam desenvolvendo projetos museológicos;

IV – as escolas e as universidades oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação, que mantenham cursos relativos ao campo museológico; e

V – outras entidades organizadas vinculadas ao setor museológico.

Art. 4º Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

I – promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;

II – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradi-

cionais, de acordo com as suas especificidades;

III – divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;

IV – estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;

V – estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;

VI – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas;

VII – incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus;

VIII – contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de Museus;

IX – propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no país;

X – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;

XI – incentivar a formação, atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas; e

XII – estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Art. 5º O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

§1º O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I – dois do Ministério da Cultura;

II – um do Instituto do Patrimônio Histórico e Artísti-

co Nacional;
III – um do Ministério da Educação;
IV – um do Ministério da Defesa;
V – um do Ministério da Ciência e Tecnologia;
VI – um do Ministério do Turismo;
VII – um dos sistemas estaduais de museus;
VIII – um dos sistemas municipais de museus;
IX – um de entidade representativa dos museus privados de âmbito nacional;
X – um do Conselho Federal de Museologia;
XI – um de entidade de âmbito nacional representativa dos ecomuseus e museus comunitários;
XII – um do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus;
XIII – um da Associação Brasileira de Museologia, e
XIV – dois de instituições universitárias relacionadas à área de Museologia.

§2º O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será coordenado pelo Ministro de Estado da Cultura, ou por representante por ele designado.

§3º Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos Ministérios e entidades representados e serão designados pelo Ministro de Estado da Cultura.

§4º Poderão, ainda, ser convidados a participar das reuniões do Comitê Gestor especialistas, personalidades e representantes de órgãos e entidades dos setores público e privado, desde que os temas da pauta justifiquem o convite.

§5º Poderão ser constituídos, no âmbito do Comitê Gestor, grupos temáticos, de caráter permanente ou temporário, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos.

Art. 6º A participação nas atividades do Comitê Gestor e dos grupos temáticos será considerada função relevante, não remunerada.

Art. 7º Ao Ministério da Cultura cabe prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos de secretaria do Comitê Gestor e dos grupos temáticos.

Art. 8º Para o cumprimento de suas funções, o Comitê Gestor contará com recursos orçamentários e financeiros consignados no orçamento do Ministério da Cultura.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de novembro de 2004;
183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Gilberto Passos Gil Moreira

3) Portaria Normativa nº 1, de 5 de julho de 2006 (DOU de 11/07/2006)

Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências.

O Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente no disposto no inciso V do art. 21 do Anexo I do Decreto no 5.040, de 07 de abril de 2004, e na Portaria IPHAN nº 302, de 07 de julho de 2004, e considerando a necessidade de organização da gestão dos museus do IPHAN, capaz de propiciar o estabelecimento de maior racionalidade e eficiência do fazer museal; resolve:

Art. 1º Instituir parâmetros gerais de organização da gestão das instituições museológicas do IPHAN, compreendendo o Plano Museológico como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento.

Parágrafo único. Por seu caráter político, técnico e administrativo, o Plano Museológico é instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação do museu na sociedade.

Art. 2º O Plano Museológico trata de estabelecer a missão e os programas do museu, as suas diretrizes de funcionamento e as orientações necessárias para o desenvolvimento de projetos e atividades específicos.

Art. 3º A elaboração do Plano Museológico baseia-se em diagnóstico completo da instituição, levando em conta os pontos fortes e frágeis, as ameaças e oportunidades,

os aspectos socioculturais, políticos, técnicos, administrativos e econômicos pertinentes à atuação do museu. Parágrafo único. O diagnóstico, de caráter participativo, é parte integrante do Plano Museológico, que deve ser apresentado de forma clara e precisa, contando na sua elaboração com a atuação direta da equipe do museu, além de colaboradores externos.

Art. 4º Os projetos que compõem os programas do Plano Museológico têm como características:

- I - A exequibilidade e a adequação às especificações dos programas distintos, inclusive o cronograma de execução.
- II - A explicitação da metodologia adotada.
- III - A descrição das ações planejadas.
- IV - A indicação de um sistema de avaliação permanente.

Art. 5º O Plano Museológico adotado para os museus do IPHAN é composto pelas seguintes partes:

I - Identificação da Instituição:

- a) Definição operacional, com apresentação das características gerais da instituição, destacando sua trajetória e histórico de suas coleções e de seu território.
- b) Identificação da missão, com apresentação da missão, do campo de atuação, da função social, da missão, do campo de atuação, da função social, das metas e objetivos da instituição.

II - Programas:

- a) Programa institucional, aquele que trata do desenvolvimento e da gestão política, técnica e administrativa do museu.
- b) Programa de gestão de pessoas, aquele que apresenta as ações destinadas à valorização, capacitação e bem estar do conjunto de trabalhadores do museu, assim independentemente do tipo de contratação, como aponta um diagnóstico da situação funcional existente e das necessidades de ampliação do quadro existente, incluindo estagiários e servidores.
- c) Programa de acervos, aquele que organiza o gerencia-

mento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluindo os de origem arquivística e bibliográfica, podendo ser dividido em diferentes bibliográfica, podendo ser dividido em diferentes subprogramas, tais como: aquisição, documentação, subprogramas, tais como: aquisição, documentação, conservação e restauração.

d) Programa de exposições, aquele que trata de todos os espaços e processos de exposição do museu, sejam eles intra ou extramuros, de média ou curta duração.

e) Programa educativo e cultural, aquele que compreende os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidos pelo museu, destinados a diferentes desenvolvidos pelo museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições.

f) Programa de pesquisa, aquele que contempla o processamento e a disseminação de informações, processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucional e destacando as linhas de pesquisa institucional e de projetos voltados para estudos de público, de projetos voltados para estudos de público, de patrimônio cultural, de Museologia, da história institucional e de outros estudos.

g) Programa arquitetônico, aquele que trata da identificação, da conservação e da adequação dos espaços livres e construídos, bem como das áreas de entorno livres e construídos, bem como das áreas de entorno da instituição, contendo descrição dos espaços e instalações, além de informar sobre os aspectos de instalações, além de informar sobre os aspectos de acessibilidade, conforto ambiental, circulação, identidade visual e possibilidades de expansão.

h) Programa de segurança, aquele que trata de todos os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo, incluindo, além de sistemas, equipamentos e instalações, a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência.

i) Programa de financiamento e fomento, aquele que tra-

ta do planejamento de estratégias voltadas para captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos oriundos de diversas fontes.

j) Programa de difusão e divulgação, aquele que trata da divulgação e popularização dos projetos e atividades da instituição, além da disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional; podendo ser dividido em diferentes subprogramas, tais como: editorial, de intercâmbio institucional, de comunicação social, de comunicação visual e outros.

Parágrafo único. Na consolidação do Plano Museológico deve-se considerar o caráter transversal dos Programas.

Art. 6º O Plano Museológico, por seu caráter interdisciplinar, será elaborado de forma participativa, envolvendo o conjunto dos servidores do museu e de outras áreas do IPHAN, além de especialistas e consultores externos.

Art. 7º O Plano Museológico deverá ser avaliado permanentemente e revisado com um intervalo mínimo de 3 (três) e máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 8º A elaboração e a revisão do Plano Museológico devem estar em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Museus, instituída pelo Ministério da Cultura.

Art. 9º O Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN supervisionará a elaboração e a execução dos Planos Museológicos.

Art. 10º Os museus do IPHAN elaborarão ou adaptarão seus Planos Museológicos no prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 11º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA

4) Lei nº 11.328, de 24 de julho de 2006

Institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o ano de 2006 como **Ano Nacional dos Museus**.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006;
185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
João Luiz Silva Ferreira

5) LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009.

Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

- I – a valorização da dignidade humana;
- II – a promoção da cidadania;
- III – o cumprimento da função social;
- IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- VI – o intercâmbio institucional.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo está vinculada aos princípios basilares do Plano Nacional de Cultura e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural.

Art. 3º Conforme as características e o desenvolvimen-

to de cada museu, poderão existir filiais, seccionais e núcleos ou anexos das instituições.

Parágrafo único. Para fins de aplicação desta Lei, são definidos:

I – como filial os museus dependentes de outros quanto à sua direção e gestão, inclusive financeira, mas que possuem plano museológico autônomo;

II – como seccional a parte diferenciada de um museu que, com a finalidade de executar seu plano museológico, ocupa um imóvel independente da sede principal;

III – como núcleo ou anexo os espaços móveis ou imóveis que, por orientações museológicas específicas, fazem parte de um projeto de museu.

Art. 4º O poder público estabelecerá mecanismos de fomento e incentivo visando à sustentabilidade dos museus brasileiros.

Art. 5º Os bens culturais dos museus, em suas diversas manifestações, podem ser declarados como de interesse público, no todo ou em parte.

§ 1º Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

§ 2º Será declarado como de interesse público o acervo dos museus cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representar um valor cultural de destacada importância para a Nação, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e lingüística do País.

§ 3º (VETADO)

Art. 6º Esta Lei não se aplica às bibliotecas, aos arquivos, aos centros de documentação e às coleções visitáveis.

Parágrafo único. São consideradas coleções visitáveis os conjuntos de bens culturais conservados por uma pes-

soa física ou jurídica, que não apresentem as características previstas no art. 1º desta Lei, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente.

CAPÍTULO II DO REGIME APLICÁVEL AOS MUSEUS

Art. 7º A criação de museus por qualquer entidade é livre, independentemente do regime jurídico, nos termos estabelecidos nesta Lei.

Art. 8º A criação, a fusão e a extinção de museus serão efetivadas por meio de documento público.

§ 1º A elaboração de planos, programas e projetos museológicos, visando à criação, à fusão ou à manutenção dos museus, deve estar em consonância com a Lei no 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

§ 2º A criação, a fusão ou a extinção de museus deverá ser registrada no órgão competente do poder público.

Art. 9º Os museus poderão estimular a constituição de associações de amigos dos museus, grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e do público.

§ 1º Os museus, à medida das suas possibilidades, facultarão espaços para a instalação de estruturas associativas ou de voluntariado que tenham por fim a contribuição para o desempenho das funções e finalidades dos museus.

§ 2º Os museus poderão criar um serviço de acolhimento, formação e gestão de voluntariado, dotando-se de um regulamento específico, assegurando e estabelecendo o benefício mútuo da instituição e dos voluntários.

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. A denominação de museu estadual, regional ou distrital só pode ser utilizada por museu vinculado a Uni-

dade da Federação ou por museus a quem o Estado autorize a utilização desta denominação.

Art. 12. A denominação de museu municipal só pode ser utilizada por museu vinculado a Município ou por museus a quem o Município autorize a utilização desta denominação.

Seção I

Dos Museus Públicos

Art. 13. São considerados museus públicos as instituições museológicas vinculadas ao poder público, situadas no território nacional.

Art. 14. O poder público firmará um plano anual prévio, de modo a garantir o funcionamento dos museus públicos e permitir o cumprimento de suas finalidades.

Art. 15. Os museus públicos serão regidos por ato normativo específico.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, o museu público poderá estabelecer convênios para a sua gestão.

Art. 16. É vedada a participação direta ou indireta de pessoal técnico dos museus públicos em atividades ligadas à comercialização de bens culturais.

Parágrafo único. Atividades de avaliação para fins comerciais serão permitidas aos funcionários em serviço nos museus, nos casos de uso interno, de interesse científico, ou a pedido de órgão do Poder Público, mediante procedimento administrativo cabível.

Art. 17. Os museus manterão funcionários devidamente qualificados, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. A entidade gestora do museu público garantirá a disponibilidade de funcionários qualificados

e em número suficiente para o cumprimento de suas finalidades.

Seção II

Do Regimento e das Áreas Básicas dos Museus

Art. 18. As entidades públicas e privadas de que dependam os museus deverão definir claramente seu enquadramento orgânico e aprovar o respectivo regimento.

Art. 19. Todo museu deverá dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias, bem como ao bem-estar dos usuários e funcionários.

Art. 20. Compete à direção dos museus assegurar o seu bom funcionamento, o cumprimento do plano museológico por meio de funções especializadas, bem como planejar e coordenar a execução do plano anual de atividades.

Subseção I

Da Preservação, da Conservação, da Restauração e da Segurança

Art. 21. Os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos.

Parágrafo único. Os programas, as normas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração serão elaborados por cada museu em conformidade com a legislação vigente.

Art. 22. Aplicar-se-á o regime de responsabilidade solidária às ações de preservação, conservação ou restauração que impliquem dano irreparável ou destruição de bens culturais dos museus, sendo punível a negligência.

Art. 23. Os museus devem dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos

usuários, dos respectivos funcionários e das instalações. Parágrafo único. Cada museu deve dispor de um Programa de Segurança periodicamente testado para prevenir e neutralizar perigos.

Art. 24. É facultado aos museus estabelecer restrições à entrada de objetos e, excepcionalmente, pessoas, desde que devidamente justificadas.

Art. 25. As entidades de segurança pública poderão cooperar com os museus, por meio da definição conjunta do Programa de Segurança e da aprovação dos equipamentos de prevenção e neutralização de perigos.

Art. 26. Os museus colaborarão com as entidades de segurança pública no combate aos crimes contra a propriedade e tráfico de bens culturais.

Art. 27. O Programa e as regras de segurança de cada museu têm natureza confidencial.
Parágrafo único. (VETADO)

Subseção II

Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa

Art. 28. O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.

§ 1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.

§ 2º Os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes.

Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.

Art. 30. Os museus deverão disponibilizar oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos de Museologia e afins, nos campos disciplinares relacionados às funções museológicas e à sua vocação.

Subseção III

Da Difusão Cultural e Do Acesso aos Museus

Art. 31. As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público.

Parágrafo único. O museu regulamentará o acesso público aos bens culturais, levando em consideração as condições de conservação e segurança.

Art. 32. Os museus deverão elaborar e implementar programas de exposições adequados à sua vocação e tipologia, com a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico.

Art. 33. Os museus poderão autorizar ou produzir publicações sobre temas vinculados a seus bens culturais e peças publicitárias sobre seu acervo e suas atividades.
§ 1º Serão garantidos a qualidade, a fidelidade e os propósitos científicos e educativos do material produzido, sem prejuízo dos direitos de autor e conexos.

§ 2º Todas as réplicas e demais cópias serão assinaladas como tais, de modo a evitar que sejam confundidas com os objetos ou espécimes originais.

Art. 34. A política de gratuidade ou onerosidade do ingresso ao museu será estabelecida por ele ou pela entidade de que dependa, para diferentes públicos, conforme dispositivos abrigados pelo sistema legislativo nacional.

Art. 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente.

Art. 36. As estatísticas de visitantes dos museus serão enviadas ao órgão ou entidade competente do poder público, na forma fixada pela respectiva entidade, quando solicitadas.

Art. 37. Os museus deverão disponibilizar um livro de sugestões e reclamações disposto de forma visível na área de acolhimento dos visitantes.

Subseção IV

Dos Acervos dos Museus

Art. 38. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.

Parágrafo único. Os museus vinculados ao poder público darão publicidade aos termos de descartes a serem efetuados pela instituição, por meio de publicação no respectivo Diário Oficial.

Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

§ 1º O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.

§ 2º Os bens inventariados ou registrados gozam de pro-

teção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência.

Art. 40. Os inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais, elaborados por museus públicos e privados, são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional e devem ser conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração.

Parágrafo único. No caso de extinção dos museus, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora.

Art. 41. A proteção dos bens culturais dos museus se completa pelo inventário nacional, sem prejuízo de outras formas de proteção concorrentes.

§ 1º Entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes em cada museu, objetivando a sua identificação e proteção.

§ 2º O inventário nacional dos bens dos museus não terá implicações na propriedade, posse ou outro direito real.

§ 3º O inventário nacional dos bens culturais dos museus será coordenado pela União.

§ 4º Para efeito da integridade do inventário nacional, os museus responsabilizar-se-ão pela inserção dos dados sobre seus bens culturais.

Subseção V

Do Uso das Imagens e Reproduções dos Bens Culturais dos Museus

Art. 42. Os museus facilitarão o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos regimentos internos de cada museu.

Parágrafo único. A disponibilização de que trata este ar-

tigo será fundamentada nos princípios da conservação dos bens culturais, do interesse público, da não interferência na atividade dos museus e da garantia dos direitos de propriedade intelectual, inclusive imagem, na forma da legislação vigente.

Art. 43. Os museus garantirão a proteção dos bens culturais que constituem seus acervos, tanto em relação à qualidade das imagens e reproduções quanto à fidelidade aos sentidos educacional e de divulgação que lhes são próprios, na forma da legislação vigente.

Seção III

Do Plano Museológico

Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico.

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Art. 46. O Plano Museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I – o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II – a identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus;

III – a identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus;

IV – detalhamento dos Programas:

- a) Institucional;
- b) de Gestão de Pessoas;
- c) de Acervos;
- d) de Exposições;
- e) Educativo e Cultural;
- f) de Pesquisa;
- g) Arquitetônico-urbanístico;
- h) de Segurança;
- i) de Financiamento e Fomento;
- j) de Comunicação.

§ 1º Na consolidação do Plano Museológico, deve-se levar em conta o caráter interdisciplinar dos Programas.

§ 2º O Plano Museológico será elaborado, preferencialmente, de forma participativa, envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levadas em conta suas especificidades.

§ 3º O Plano Museológico deverá ser avaliado permanentemente e revisado pela instituição com periodicidade definida em seu regimento.

Art. 47. Os projetos componentes dos Programas do Plano Museológico caracterizar-se-ão pela exequibilidade, adequação às especificações dos distintos Programas, apresentação de cronograma de execução, a explicitação da metodologia adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente.

CAPÍTULO III

A SOCIEDADE E OS MUSEUS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 48. Em consonância com o propósito de serviço à sociedade estabelecido nesta Lei, poderão ser promovidos mecanismos de colaboração com outras entidades.

Art. 49. As atividades decorrentes dos mecanismos previstos no art. 48 desta Lei serão autorizadas e supervisionadas pela direção do museu, que poderá suspendê-las caso seu desenvolvimento entre em conflito com o funcionamento normal do museu.

Art. 50. Serão entendidas como associações de amigos de museus as sociedades civis, sem fins lucrativos, constituídas na forma da lei civil, que preencham, ao menos, os seguintes requisitos:

I – constar em seu instrumento criador, como finalidade exclusiva, o apoio, a manutenção e o incentivo às atividades dos museus a que se refiram, especialmente aquelas destinadas ao público em geral;

II – não restringir a adesão de novos membros, sejam pessoas físicas ou jurídicas;

III – ser vedada a remuneração da diretoria.

Parágrafo único. O reconhecimento da associação de amigos dos museus será realizado em ficha cadastral elaborada pelo órgão mantenedor ou entidade competente.

Art. 51. (VETADO)

Art. 52. As associações de amigos deverão tornar públicos seus balanços periodicamente.

Parágrafo único. As associações de amigos de museus deverão permitir quaisquer verificações determinadas pelos órgãos de controle competentes, prestando os esclarecimentos que lhes forem solicitados, além de serem obrigadas a remeter-lhes anualmente cópias de balanços e dos relatórios do exercício social.

Art. 53. As associações de amigos, no exercício de suas funções, submeter-se-ão à aprovação prévia e expressa da instituição a que se vinculem, dos planos, dos projetos e das ações.

Art. 54. As associações poderão reservar até dez por

cento da totalidade dos recursos por elas recebidos e gerados para a sua própria administração e manutenção, sendo o restante revertido para a instituição museológica.

Seção II

Dos Sistemas de Museus

Art. 55. O Sistema de Museus é uma rede organizada de instituições museológicas, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa à coordenação, articulação, à mediação, à qualificação e à cooperação entre os museus.

Art. 56. Os entes federados estabelecerão em lei, denominada Estatuto Estadual, Regional, Municipal ou Distrital dos Museus, normas específicas de organização, articulação e atribuições das instituições museológicas em sistemas de museus, de acordo com os princípios dispostos neste Estatuto.

§ 1º A instalação dos sistemas estaduais ou regionais, distritais e municipais de museus será feita de forma gradativa, sempre visando à qualificação dos respectivos museus.

§ 2º Os sistemas de museus têm por finalidade:

I – apoiar tecnicamente os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada;

II – promover a cooperação e a articulação entre os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada, em especial com os museus municipais;

III – contribuir para a vitalidade e o dinamismo cultural dos locais de instalação dos museus;

IV – elaborar pareceres e relatórios sobre questões relativas à Museologia no contexto de atuação a eles adstrito;

V – colaborar com o órgão ou entidade do poder público competente no tocante à apreciação das candidaturas ao Sistema Brasileiro de Museus, na promoção de programas e de atividade e no acompanhamento da respectiva execução.

Art. 57. O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

Parágrafo único. O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes de órgãos e entidades com representatividade na área da Museologia nacional.

Art. 58. O Sistema Brasileiro de Museus tem a finalidade de promover:

I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

II – a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;

III – a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos;

IV – o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema;

V – a promoção da qualidade do desempenho dos museus por meio da implementação de procedimentos de avaliação.

Art. 59. Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

I – promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;

II – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;

III – divulgar padrões e procedimentos técnico-cientí-

cos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;

IV – estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;

V – estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;

VI – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas;

VII – incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus;

VIII – contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de Museus;

IX – propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no País;

X – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;

XI – incentivar a formação, a atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas; e

XII – estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Art. 60. Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a formalização de instrumento hábil a ser firmado com o órgão competente, os museus públicos e privados, instituições educacionais relacionadas à área da Museologia e as entidades afins, na forma da legislação específica.

Art. 61. Terão prioridade, quanto ao beneficiamento por políticas especificamente desenvolvidas, os museus integrantes do Sistema Brasileiro de Museus.

Parágrafo único. Os museus em processo de adesão po-

dem ser beneficiados por políticas de qualificação específicas.

Art. 62. Os museus integrantes do Sistema Brasileiro de Museus colaboram entre si e articulam os respectivos recursos com vistas em melhorar e potencializar a prestação de serviços ao público.

Parágrafo único. A colaboração supracitada traduz-se no estabelecimento de contratos, acordos, convênios e protocolos de cooperação entre museus ou com entidades públicas ou privadas.

Art. 63. Os museus integrados ao Sistema Brasileiro de Museus gozam do direito de preferência em caso de venda judicial ou leilão de bens culturais, respeitada a legislação em vigor.

§ 1º O prazo para o exercício do direito de preferência é de quinze dias, e, em caso de concorrência entre os museus do Sistema, cabe ao Comitê Gestor determinar qual o museu a que se dará primazia.

§ 2º A preferência só poderá ser exercida se o bem cultural objeto da preferência se integrar na política de aquisições dos museus, sob pena de nulidade do ato.

CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES

Art. 64. (VETADO)

Art. 65. (VETADO)

Art. 66. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, em especial os arts. 62, 63 e 64 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação, inutilização e destruição de bens dos museus sujeitará os transgressores:

I – à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a dez e, no máximo, a mil dias-multa, agravada em casos de reincidência, conforme regulamentação específica, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, pelo Distrito Federal, pelos Territórios ou pelos Municípios;

II – à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público, pelo prazo de cinco anos;

III – à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, pelo prazo de cinco anos;

IV – ao impedimento de contratar com o poder público, pelo prazo de cinco anos;

V – à suspensão parcial de sua atividade.

§ 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o transgressor obrigado a indenizar ou reparar os danos causados aos bens musealizados e a terceiros prejudicados.

§ 2º No caso de omissão da autoridade, caberá à entidade competente, em âmbito federal, a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento.

§ 4º Verificada a reincidência, a pena de multa será agravada.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 67. Os museus adequarão suas estruturas, recursos e ordenamentos ao disposto nesta Lei no prazo de cinco anos, contados da sua publicação.

Parágrafo único. Os museus federais já em funcionamento deverão proceder à adaptação de suas atividades aos preceitos desta Lei no prazo de dois anos.

Art. 68. Resguardados a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, o governo brasileiro prestará, no que concerne ao combate do tráfico de bens culturais dos museus, a necessária cooperação a outro país, sem qualquer ônus, quando solicitado para:

I – produção de prova;

II – exame de objetos e lugares;

III – informações sobre pessoas e coisas;

IV – presença temporária de pessoa presa, cujas declarações tenham relevância para a decisão de uma causa;

V – outras formas de assistência permitidas pela legislação em vigor pelos tratados de que o Brasil seja parte.

Art. 69. Para a consecução dos fins visados nesta Lei e especialmente para a reciprocidade da cooperação internacional, deverá ser mantido sistema de comunicações apto a facilitar o intercâmbio internacional, rápido e seguro, de informações sobre bens culturais dos museus.

Art. 70. Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Brasília, 14 de janeiro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Roberto Gomes do Nascimento

6) LEI Nº 11.906, DE 20 DE JANEIRO DE 2009.

Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA JURÍDICA, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Art. 1º Fica criado o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Cultura, com sede e foro na Capital Federal, podendo estabelecer escritórios ou dependências em outras unidades da Federação.

Art. 2º Para os fins desta Lei, são consideradas:

I – as instituições museológicas: os centros culturais e de práticas sociais, colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que possuem acervos e exposições abertas ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer, tendo ainda as seguintes características básicas:

- a) a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais;
- b) o trabalho permanente com o patrimônio cultural;
- c) o desenvolvimento de programas, projetos e ações

que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e

d) o compromisso com a gestão democrática e participativa;

II – bens culturais musealizados: o conjunto de testemunhos culturais e naturais que se encontram sob a proteção de instituições museológicas; e

III – atividades museológicas: os procedimentos de seleção, aquisição, documentação, preservação, conservação, restauração, investigação, comunicação, valorização, exposição, organização e gestão de bens culturais musealizados.

Art. 3º O Ibram tem as seguintes finalidades:

I – promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos;

II – estimular a participação de instituições museológicas e centros culturais nas políticas públicas para o setor museológico e nas ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural musealizado;

III – incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro;

IV – estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de instituições museológicas;

V – promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, como fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica;

VI – contribuir para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros;

VII – promover a permanente qualificação e a valorização de recursos humanos do setor;

VIII – desenvolver processos de comunicação, educação e

ação cultural, relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local, e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro; e
IX – garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado.

Art. 4º Compete ao Ibram:

I – propor e implementar projetos, programas e ações para o setor museológico, bem como coordenar, acompanhar e avaliar as atividades deles decorrentes;

II – estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas em aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no País e promover seu desenvolvimento;

III – fiscalizar e gerir técnica e normativamente os bens culturais musealizados ou em processo de musealização;

IV – promover o fortalecimento das instituições museológicas como espaços de produção e disseminação de conhecimento e de comunicação;

V – desenvolver e apoiar programas de financiamento para o setor museológico;

VI – estimular, subsidiar e acompanhar o desenvolvimento de programas e projetos relativos a atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades;

VII – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais das instituições museológicas;

VIII – promover o inventário sistemático dos bens culturais musealizados, visando a sua difusão, proteção e preservação, por meio de mecanismos de cooperação com entidades públicas e privadas;

IX – implantar e manter atualizado cadastro nacional de museus visando à produção de conhecimentos e in-

formações sistematizadas sobre o campo museológico brasileiro;

X – promover e apoiar atividades e projetos de pesquisa sobre o patrimônio cultural musealizado, em articulação com universidades e centros de investigação científica, com vistas na sua preservação e difusão;

XI – propor medidas de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações das instituições museológicas, visando manter a integridade dos bens culturais musealizados;

XII – propor medidas que visem a impedir a evasão e a dispersão de bens culturais musealizados, bem como se pronunciar acerca de requerimentos ou solicitações de sua movimentação no Brasil ou no exterior;

XIII – desenvolver e estimular ações de circulação, intercâmbio e gestão de acervos e coleções;

XIV – estimular e apoiar os programas e projetos de qualificação profissional de equipes que atuam em instituições museológicas;

XV – coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de suas atividades sistematizadas;

XVI – promover e assegurar a divulgação no exterior do patrimônio cultural brasileiro musealizado, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores; e

XVII – exercer, em nome da União, o direito de preferência na aquisição de bens culturais móveis, prevista no art. 22 do Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937, respeitada a precedência pelo órgão federal de preservação do patrimônio histórico e artístico.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA BÁSICA, CONSTITUIÇÃO E DIREÇÃO

Art. 5º O Ibram terá a seguinte estrutura básica:

I – Departamentos;

II – Procuradoria Federal; e

III – Auditoria.

Art. 6º O Ibram será dirigido por 1 (um) Presidente e 3 (três) Diretores e disporá, em sua estrutura regimental, de 1 (um) Conselho Consultivo cuja composição e competências serão estabelecidas na regulamentação desta Lei.

Art. 7º Integram o Ibram:

- I – Museu Casa Benjamim Constant;
- II – Museu Histórico de Alcântara;
- III – Museu Casa das Princesas;
- IV – Museu da Abolição;
- V – Museu da Inconfidência;
- VI – Museu da República;
- VII – Museu das Bandeiras;
- VIII – Museu das Missões;
- IX – Museu de Arqueologia de Itaipu;
- X – Museu de Biologia Professor Mello Leitão;
- XI – Museu do Diamante;
- XII – Museu do Ouro/Casa de Borba Gato;
- XIII – Museu Forte Defensor Perpétuo;
- XIV – Museu Histórico Nacional;
- XV – Museu Imperial;
- XVI – Museu Lasar Segall;
- XVII – Museu Nacional de Belas Artes;
- XVIII – Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya;
- XIX – Museu Regional Casa dos Ottoni;
- XX – Museu Regional de Caeté;
- XXI – Museu Regional de São João Del Rey;
- XXII – Museu Solar Monjardin;
- XXIII – Museu Victor Meirelles; e
- XXIV – Museu Villa-Lobos.

Art. 8º O Instituto Brasileiro de Museus sucederá o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN nos direitos, deveres e obrigações decorrentes de convênios ou outros instrumentos firmados relativamente às seguintes unidades:

- I – Museu Casa da Hera;

- II – Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio;
- III – Museu de Arte Sacra de Paraty; e
- IV – Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

Parágrafo único. Outras instituições museológicas, a qualquer tempo e na forma da legislação vigente, poderão ser integradas ou administradas pelo Ibram.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 9º À Autarquia de que trata esta Lei serão transferidos todos os acervos, as obrigações e os direitos, bem como a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, dos recursos destinados às atividades finalísticas e administrativas da Diretoria de Museus e das Unidades Museológicas a que se refere o art. 7º desta Lei, unidades atualmente integrantes da estrutura básica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Art. 10. Constituem receitas do Ibram:

- I – as dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no Orçamento Geral da União;
- II – os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades públicas nacionais, estrangeiras e internacionais;
- III – as doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados, as receitas provenientes de empréstimos, auxílios, contribuições e dotações de fontes internas e externas;
- IV – o produto da venda de publicações, acervos, material técnico, dados e informações de emolumentos administrativos e de taxas de inscrições em concursos;
- V – a retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros;
- VI – as rendas de qualquer natureza, resultantes do exercício de atividades que sejam afetas ou da exploração de imóveis e acervos sob sua jurisdição; e
- VII – os recursos de transferência de outros órgãos da

administração pública.

Art. 11. O patrimônio do Ibram, de que trata esta Lei, constituir-se-á de:

- I – bens e direitos transferidos em decorrência do disposto no art. 8º desta Lei;
- II – doações, legados e contribuições;
- III – bens e direitos que adquirir; e
- IV – rendas de qualquer natureza derivadas de seus próprios bens e serviços.

CAPÍTULO IV DOS CARGOS EFETIVOS

Art. 12. Os servidores do Plano Especial de Cargos da Cultura, em exercício nas Unidades Museológicas previstas nos arts. 7º e 8º desta Lei e no Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, na data de publicação desta Lei, passam a compor o Quadro de Pessoal do Ibram.

§ 1º Até que seja estruturado o quadro de provimento efetivo do Ibram, fica o Ministro de Estado da Cultura autorizado a requisitar, no âmbito da administração pública federal, servidores para exercício na entidade, independentemente da ocupação de cargo em comissão ou função de confiança.

§ 2º Aos servidores requisitados na forma do § 1º deste artigo são assegurados todos os direitos e vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem, considerando-se o período de requisição para todos os efeitos da vida funcional, como efetivo exercício no cargo que ocupe no órgão ou entidade de origem.

Art. 13. Ficam criados no Ibram, sob o regime do Plano Especial de Cargos da Cultura, 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos, para provimento gradual e por autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, discriminados no Anexo desta Lei, observada

a disponibilidade orçamentária.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir, transpor e remanejar as dotações orçamentárias consignadas ao IPHAN, bem como outras dotações compatíveis com a finalidade e os objetivos inerentes ao Ibram;

II – remanejar cargos em comissão e funções gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para compor a estrutura regimental da Autarquia; e

III – atribuir a órgão ou entidade da administração pública federal, preferencialmente integrante da estrutura organizacional do Ministério da Cultura, a responsabilidade de administração de pessoal, de material, patrimonial, de serviços gerais, de orçamento e finanças e de controle interno relativas ao Ibram até que o órgão tenha seu quadro de provimento efetivo estruturado, em conformidade com o art. 52 da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003.

Art. 15. O Poder Executivo promoverá a instalação do Ibram, mediante aprovação de sua estrutura regimental, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 16. Ficam transferidos do IPHAN para o Ibram 34 (trinta e quatro) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, assim distribuídos: 31 (trinta e um) DAS-2 e 3 (três) DAS-1.

Art. 17. Ficam criados, no âmbito do Ibram, 86 (oitenta e seis) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e 59 (cinquenta e nove) Funções Gratificadas - FG, assim distribuídos: I (um) DAS-6, 17 (dezessete) DAS-4, 25 (vinte e cinco) DAS-3, 18 (dezoito) DAS-2, 25 (vinte e cinco) DAS-1, 24 (vinte e

quatro) FG-1, 16 (dezesesseis) FG-2 e 19 (dezenove) FG-3.

Art. 18. Ficam criados, no âmbito do IPHAN, 48 (quarenta e oito) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e 6 (seis) Funções Gratificadas - FG, assim distribuídos: 4 (quatro) DAS-5, 22 (vinte e dois) DAS-4, 22 (vinte e dois) DAS-3 e 6 (seis) FG-1.

Art. 19. Ficam criados, no âmbito da Fundação Cultural Palmares, 34 (trinta e quatro) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, assim distribuídos: 1 (um) DAS-4, 12 (doze) DAS-3, 17 (dezesete) DAS-2 e 4 (quatro) DAS-1.

Art. 20. Ficam criados, no âmbito do Ministério da Cultura, 182 (cento e oitenta e dois) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e 4 (quatro) Funções Gratificadas, assim distribuídos: 9 (nove) DAS-5, 20 (vinte) DAS-4, 67 (sessenta e sete) DAS-3, 79 (setenta e nove) DAS-2, 7 (sete) DAS-1, 2 (duas) FG-1 e 2 (duas) FG-2.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de janeiro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Paulo Bernardo Silva

Roberto Gomes do Nascimento

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.1.2009

ANEXO

CARGOS EFETIVOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA, CRIADOS NO QUADRO DE PESSOAL DO IBRAM

Denominação do cargo	Nível	Quantitativo
Analista 1	NS	136
Técnico em Assuntos Culturais	NS	176
Técnico em Assuntos Educacionais	NS	39
Assistente técnico 1	NS	74

7) DECRETO N° 6.845, DE 7 DE MAIO DE 2009.

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, na forma dos Anexos I e II a este Decreto.

Art. 2º Em decorrência do disposto no art. 16 da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, ficam alocados na estrutura do IBRAM, na forma do Anexo III, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS: trinta e um DAS 101.2 e três DAS 101.1.

Art. 3º Em decorrência do disposto no art. 17 da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, ficam incorporados, na forma do Anexo IV, à estrutura do IBRAM, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG: um DAS 101.6; quinze DAS 101.4; vinte e cinco DAS 101.3; dez DAS 101.2; vinte e quatro DAS 101.1; dois DAS 102.4; oito DAS 102.2; um DAS 102.1; vinte e quatro FG-1; dezesseis FG-2; e dezenove FG-3.

Art. 4º O Presidente do IBRAM fará publicar, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação deste Decreto, relação dos titulares dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assesso-

ramento Superiores - DAS a que se refere o Anexo II, indicando o número de cargos ocupados e vagos, sua denominação e respectivo nível.

Art. 5º O regimento interno do IBRAM será aprovado pelo Ministro de Estado da Cultura e publicado no Diário Oficial da União, no prazo de noventa dias contados da data de publicação deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de maio de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

João Bernardo de Azevedo Bringel

João Luiz Silva Ferreira

Este texto não substitui o publicado no DOU 8.5.2009

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, autarquia federal, criado pela Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, vinculado ao Ministério da Cultura, com sede e foro em Brasília, tem as seguintes finalidades:

I - promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos, em consonância com o Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, que institui o Sistema Brasileiro de Museus;

II - estimular a participação de instituições museológicas e centros culturais nas políticas públicas para o setor museológico e nas ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural musealizado;

III - incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro;

IV - estimular e apoiar a criação, a manutenção, o fortalecimento e o desenvolvimento de instituições museológicas, em consonância com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009;

V - promover o estudo, a pesquisa, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, como representação da expressão artística, fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica;

VI - contribuir para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros;

VII - promover a permanente qualificação e a valorização de recursos humanos do setor;

VIII - desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro;

IX - garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado; e

X - fiscalizar o patrimônio museológico e aplicar multas e penalidades previstas na legislação em vigor.

Art. 2º Compete ao IBRAM:

I - propor e implementar projetos, programas e ações para o setor museológico, bem como coordenar, acompanhar e avaliar as atividades deles decorrentes;

II - estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas em aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no país e promover seu desenvolvimento;

III - fiscalizar e gerir técnica e normativamente os bens culturais musealizados ou em processo de musealização;

IV - promover o fortalecimento das instituições museológicas como espaços de produção e disseminação de conhecimento e de comunicação;

V - desenvolver e apoiar programas de financiamento para o setor museológico;

VI - estimular, subsidiar e acompanhar o desenvolvimento de programas e projetos relativos a atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades;

VII - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais das instituições museológicas;

VIII - promover o inventário sistemático dos bens culturais musealizados, visando a sua difusão, proteção e preservação, por meio de mecanismos de cooperação com entidades públicas e privadas, em consonância com o art. 41 da Lei nº 11.904, de 2009;

IX - implantar e manter atualizado cadastro nacional de museus visando à produção de conhecimentos e informações sistematizadas sobre o campo museológico brasileiro;

X - promover e apoiar atividades e projetos de pesquisa sobre o patrimônio cultural musealizado, em articulação com universidades e centros de investigação científica, com vistas na sua preservação e difusão;

XI - propor medidas de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações das instituições museológicas, visando manter a integridade dos bens culturais musealizados;

XII - propor medidas que visem a impedir a evasão e a dispersão de bens culturais musealizados, bem como se

pronunciar acerca de requerimentos ou solicitações de sua movimentação no Brasil ou no exterior;

XIII - desenvolver e estimular ações de circulação, intercâmbio e gestão de acervos e coleções;

XIV - estimular e apoiar os programas e projetos de qualificação profissional de equipes que atuam em instituições museológicas;

XV - coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de suas atividades sistematizadas;

XVI - promover e assegurar a divulgação no exterior do patrimônio cultural brasileiro musealizado, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores; e

XVII - exercer, em nome da União, o direito de preferência na aquisição de bens culturais móveis, prevista no art. 22 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, respeitada a precedência pelo órgão federal de preservação do patrimônio histórico e artístico.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º O IBRAM tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos colegiados:

- a) Diretoria;
- b) Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico; e
- c) Comitê de Gestão;

II - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete;

III - órgãos seccionais:

- a) Procuradoria Federal;
- b) Auditoria Interna; e
- c) Departamento de Planejamento e Gestão Interna.

IV - órgãos específicos singulares:

- a) Departamento de Processos Museais;
- b) Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus; e

c) Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal; e

V - órgãos descentralizados: Unidades Museológicas.

Parágrafo único. São consideradas como Unidades Museológicas integrantes do IBRAM todas aquelas relacionadas nos arts. 7º e 8º da Lei nº 11.906, de 2009.

CAPÍTULO III DA DIREÇÃO E DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Seção I

Da Diretoria

Art. 4º O IBRAM será dirigido pela Diretoria.

Art. 5º A Diretoria será composta pelo Presidente e pelos Diretores dos Departamentos de Processos Museais, de Difusão, Fomento e Economia dos Museus e de Planejamento e Gestão Interna.

§ 1º As reuniões da Diretoria serão ordinárias e extraordinárias, estando presentes, pelo menos, o Presidente e dois membros.

§ 2º As reuniões ordinárias serão convocadas pelo Presidente e as extraordinárias pelo Presidente ou pela maioria dos membros da Diretoria, a qualquer tempo.

§ 3º A Diretoria deliberará por maioria de votos, cabendo ao Presidente, ainda, o voto de qualidade.

§ 4º O Procurador-Chefe, o Coordenador-Geral de Sistemas de Informação Museal e um representante dos funcionários, eleito diretamente pelo conjunto dos servidores participarão, sem direito a voto, das reuniões da Diretoria.

§ 5º A critério do Presidente, será facultada a participação, sem direito a voto, de representantes das Unidades Museológicas.

§ 6º Em caso de impedimento do membro titular, este será representado por seu substituto legal.

§ 7º As reuniões da Diretoria serão lavradas em atas e será dada publicidade às suas decisões.

Seção II

Do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico

Art. 6º O Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico será presidido pelo Presidente do IBRAM, que o integra como membro nato, e composto pelos seguintes membros:

I - um representante, e respectivo suplente, de cada uma das seguintes entidades, indicados pelos respectivos dirigentes:

- a) Conselho Internacional de Museus - ICOM;
- b) Associação Brasileira de Museus - ABM;
- c) Conselho Federal de Museologia - COFEM;
- d) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;
- e) Fundação Nacional de Artes - FUNARTE;
- f) Comitê Brasileiro de História da Arte - CBHA;
- g) Fundação Cultural Palmares - FCP; e
- h) Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

II - treze representantes da sociedade civil, com notório e especial conhecimento nos campos de atuação do IBRAM.

§ 1º Os membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico serão indicados pelo Presidente do IBRAM e designados pelo Ministro de Estado da Cultura, para mandato de quatro anos, permitida a recondução.

§ 2º A participação no Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, na qualidade de membro, não será remunerada, sendo considerada prestação de serviço público relevante.

Art. 7º O funcionamento do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico será regulamentado por regimento interno.

§ 1º O Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou da maioria dos membros.

§ 2º O quorum para a realização das reuniões será de, no mínimo, cinquenta por cento dos membros votantes e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, à exceção das situações que exijam quorum qualificado, de acordo com o regimento interno.

§ 3º Havendo impedimento do membro titular, este será representado por seu substituto legal, com exceção dos representantes da sociedade civil referidos no inciso II do art. 6º que não possuem substitutos.

§ 4º O Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico poderá, por intermédio do Presidente ou por decisão de seu plenário, convidar técnicos, especialistas e membros da sociedade civil para prestar informações e opinar sobre questões específicas.

§ 5º As reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico serão lavradas em atas e será dada publicidade às suas decisões.

Seção III

Do Comitê de Gestão

Art. 8º O Comitê de Gestão do IBRAM será composto pelo Presidente, pelos Diretores, pelo Coordenador-Geral de Sistemas de Informação Museal, pelo Procurador-Chefe e pelos dirigentes das Unidades Museológicas do IBRAM.

§ 1º O Comitê de Gestão reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou da maioria dos membros.

§ 2º O quorum para a realização das reuniões será de, no mínimo, cinquenta por cento dos membros votantes e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, à exceção das situações que exijam quorum qualificado, de acordo com o regimento interno.

§ 3º Havendo impedimento do membro titular, este será representado por seu substituto legal.

§ 4º O Comitê de Gestão poderá, por intermédio do Presidente ou por decisão de seu plenário, convidar técnicos, especialistas e membros da sociedade civil para prestar informações e opinar sobre questões específicas.

§ 5º As reuniões do Comitê de Gestão serão lavradas em atas e será dada publicidade às suas decisões.

CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I

Dos Órgãos Colegiados

Art. 9º À Diretoria compete:

I - estabelecer a política institucional, as diretrizes e as estratégias do IBRAM;

II - estabelecer diretrizes programáticas, relativas às atividades dos órgãos descentralizados;

III - contribuir para a ampliação, consolidação e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus, de acordo com o Decreto nº 5.264, de 2004;

IV - deliberar sobre:

a) o plano estratégico, a proposta orçamentária e o plano anual ou plurianual de ação do IBRAM;

b) as questões propostas pelo Presidente ou pelos membros da Diretoria;

c) o relatório anual e a prestação de contas;

d) a remuneração relativa a serviços, aluguéis, produtos, permissões, cessões, operações e ingressos das Unidades Museológicas do IBRAM;

e) o valor das multas estabelecidas na legislação de proteção ao patrimônio musealizado, ouvidos os órgãos competentes;

f) os Planos Museológicos das Unidades Museológicas do IBRAM;

g) o programa de formação, treinamento e capacitação

técnica dos profissionais do IBRAM;

h) o programa editorial do IBRAM; e

i) as diretrizes de comunicação para o IBRAM;

V - analisar e acompanhar o desenvolvimento das ações, planos, projetos e programas desenvolvidos pelo IBRAM, com vistas à gestão democrática e participativa e à ampliação do uso e do acesso aos bens culturais musealizados;

VI - aprovar normas, critérios e procedimentos de fiscalização e aplicação de penalidades; e

VII - aprovar o regimento interno do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico e zelar pelo cumprimento do regimento interno do IBRAM.

Art. 10. Ao Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico compete:

I - apoiar a formulação de políticas públicas para o setor museológico de maneira democrática e permanente;

II - examinar, apreciar e opinar sobre questões relacionadas à consolidação e desenvolvimento do IBRAM e ao fortalecimento do campo museal;

III - examinar, apreciar e opinar sobre a movimentação e saída do País do patrimônio cultural musealizado;

IV - examinar e opinar sobre questões relacionadas à proteção e à defesa do patrimônio cultural musealizado;

V - apreciar propostas de diretrizes, normas e procedimentos técnicos e administrativos do IBRAM, de abrangência nacional;

VI - contribuir para a ampliação, consolidação e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus, de acordo com o Decreto nº 5.264, de 2004; e

VII - opinar acerca de questões propostas por seus membros.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso III, em se tratando de bens tombados em nível federal, a autorização deverá contar, necessariamente, com a manifestação favorável do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 11. Ao Comitê de Gestão compete:

I - contribuir na elaboração e desenvolvimento do Plano Estratégico e do Plano Anual do IBRAM;

II - contribuir na elaboração e desenvolvimento dos Planos Museológicos das Unidades Museológicas do IBRAM;

III - estabelecer diretrizes e contribuir para a implantação e o desenvolvimento de políticas de valorização dos recursos humanos, de aquisição, preservação e exposição de bens culturais, de valorização e ampliação do público dos museus;

IV - contribuir para a ampliação, consolidação e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus, de acordo com o Decreto nº 5.264, de 2004; e

V - apreciar os demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico ou pelos membros do Comitê de Gestão.

Seção II

Do Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Presidente

Art. 12. Ao Gabinete compete:

I - assistir ao Presidente em sua representação política e social, bem como em sua interlocução com os Departamentos, Unidades Museológicas e com o público e instituições externas e na apreciação de assuntos políticos e administrativos;

II - incumbir-se da recepção, do preparo e despacho do expediente institucional e pessoal do Presidente, bem como do serviço de cerimonial, da elaboração de pautas, convites, atas de reunião e agendas;

III - prestar apoio técnico e administrativo à Diretoria, ao Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, ao Comitê de Gestão do IBRAM e ao Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus; e

IV - promover a publicação nos meios de comunicação apropriados dos atos oficiais assinados pelo Presidente.

Seção III

Dos Órgãos Seccionais

Art. 13. À Procuradoria Federal, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - exercer a representação judicial e extrajudicial do IBRAM;

II - exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos da estrutura do IBRAM, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e

III - promover a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do IBRAM, encaminhando-os para inscrição em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 14. À Auditoria Interna compete:

I - assessorar a Diretoria, o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico e o Comitê de Gestão no cumprimento dos objetivos institucionais;

II - acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à eficiência, eficácia e efetividade da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e dos recursos humanos do IBRAM;

III - acompanhar e fiscalizar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos; e

IV - prestar informações e acompanhar as solicitações oriundas dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 15. Ao Departamento de Planejamento e Gestão Interna compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Pessoal Civil da Administração Federal, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Serviços Gerais, de Administração Financeira e de Contabilidade Federal no âmbito do IBRAM;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos Sistemas Federais referidos no inciso I e acompanhar o cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - promover o registro, tratamento, controle e execu-

ção das operações relativas à administração orçamentária, financeira, contábil e patrimonial dos recursos geridos pelo IBRAM;

IV - operacionalizar as atividades de execução orçamentária e financeira dos recursos provenientes do Fundo Nacional da Cultura - FNC, dos mecanismos de incentivo a projetos culturais e outros fundos, recursos e instrumentos;

V - programar e acompanhar a execução do orçamento anual do IBRAM;

VI - gerir contratos e processos licitatórios para contratação e aquisição de bens e serviços;

VII - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas de gestão administrativa interna do IBRAM;

VIII - coordenar e supervisionar as ações relativas ao planejamento estratégico da tecnologia da informação e sua respectiva implementação no âmbito do IBRAM;

IX - definir padrões para a captação e transferência de informações, visando à integração operacional das bases de dados e dos sistemas desenvolvidos e implantados no âmbito do Ministério;

X - coordenar e supervisionar o desenvolvimento, manutenção e operação dos sistemas de informações do IBRAM;

XI - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas à organização e modernização administrativa, bem assim as relacionadas com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

XII - promover a articulação com os órgãos responsáveis pela coordenação central das atividades de organização e modernização administrativa e do Sistema mencionados no inciso XI, e informar o Ministério da Cultura quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

XIII - prestar apoio técnico e administrativo ao Sistema Brasileiro de Museus bem como a todos os órgãos colegiados do IBRAM;

XIV - coordenar a elaboração e a consolidação dos pla-

nos e programas anuais e plurianuais do IBRAM;

XV - supervisionar e coordenar a elaboração da proposta orçamentária e da programação financeira do IBRAM; e

XVI - formular e monitorar a implementação dos instrumentos necessários para a execução dos programas e projetos do IBRAM, estabelecendo o modelo de gestão, de financiamento e de acompanhamento da referida execução.

Seção IV

Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 16. Ao Departamento de Processos Museais compete:

I - subsidiar, propor e estabelecer políticas e diretrizes para o aprimoramento, o desenvolvimento e a atuação dos museus brasileiros, com vistas à ampliação do uso e do acesso aos bens culturais musealizados;

II - supervisionar, coordenar, elaborar e desenvolver políticas, planos e programas com vistas a contribuir para a organização, gestão, democratização e desenvolvimento de instituições e processos museais;

III - propor, promover, subsidiar e realizar estudos, pesquisas, programas e projetos sobre o campo museal, políticas públicas no âmbito dos museus, produção artística, patrimônio museológico e memória social;

IV - propor, elaborar, estabelecer e implementar políticas, diretrizes, normas e procedimentos técnicos de aquisição, movimentação, descarte, preservação, conservação, segurança, comunicação e exposição do patrimônio cultural musealizado e em processo de musealização;

V - fiscalizar os bens culturais musealizados ou em processo de musealização, visando a sua preservação e a garantia de sua função social;

VI - implementar procedimentos técnicos, analisar e fiscalizar os processos relativos à comercialização, movimentação e saída do país do patrimônio cultural musealizado ou em processo de musealização;

VII - propor, elaborar, estabelecer diretrizes e procedimentos técnicos para projetos de conservação, construção, intervenção, acessibilidade, segurança e sustentabilidade arquitetônica dos espaços museais;

VIII - propor, subsidiar, desenvolver e coordenar programas e projetos de educação que tomem os museus como referência;

IX - contribuir para o desenvolvimento de processos museais em comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades;

X - supervisionar e coordenar o programa editorial do IBRAM, em consonância com as diretrizes da Diretoria; e

XI - estimular, apoiar e subsidiar a formação e capacitação profissional no campo dos museus, e promover o intercâmbio científico, acadêmico e cultural, em sua área de atuação.

Art. 17. Ao Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus compete:

I - subsidiar, propor e estabelecer políticas, diretrizes, normas e procedimentos para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, do campo museal brasileiro;

II - propor, coordenar e desenvolver programas e projetos que viabilizem a difusão e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado ou em processo de musealização, no âmbito de atuação do IBRAM;

III - subsidiar, estimular, apoiar e desenvolver linhas de ação e de estudos sobre economia dos museus e suas interfaces com a indústria cultural;

IV - propor, elaborar e implementar políticas e programas de fomento e financiamento visando assegurar a sustentabilidade e o desenvolvimento dos museus brasileiros;

V - estimular a participação e a organização da sociedade civil no apoio e financiamento das atividades dos museus;

VI - coordenar a elaboração e a implantação de campanhas publicitárias, de publicidade institucional e de utilidade pública do IBRAM, atuando em consonância com

diretrizes estabelecidas pela Diretoria, pelo Ministério da Cultura e pela Presidência da República;

VII - propor diretrizes, coordenar e desenvolver projetos e produtos para a difusão do campo museal brasileiro e para a consolidação e desenvolvimento da imagem institucional do IBRAM;

VIII - subsidiar e coordenar a análise dos projetos de natureza museal submetidos a programas de incentivo e fomento à cultura;

IX - propor, formular e implementar estratégias de comercialização de publicações e demais produtos do IBRAM;

X - promover o intercâmbio científico, acadêmico e cultural, em sua área de atuação;

XI - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades de difusão cultural dos museus, produção artística e suas interfaces com a indústria cultural;

XII - estabelecer normas, critérios e procedimentos para a comercialização de produtos e o uso de espaços comerciais nos museus; e

XIII - desenvolver ações de adequação e qualificação dos espaços físicos destinados à comercialização de produtos e serviços dos museus do IBRAM.

Art. 18. À Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal compete:

I - propor, elaborar, estabelecer e implementar políticas, diretrizes, normas e procedimentos técnicos de documentação e gestão de informações, em sua área de atuação;

II - propor, promover, subsidiar, coordenar e realizar estudos e pesquisas sobre Sistemas e Redes de Informação;

III - propor, elaborar, divulgar e coordenar programas e projetos de processamento técnico de acervos museológicos, artísticos, arquivísticos, biblioteconômicos, arquitetônicos e naturais;

IV - promover a disseminação de conhecimentos relativos aos museus brasileiros, gerenciar e manter atualiza-

do o Cadastro Nacional de Museus, bem como todas as outras ferramentas de gestão de informações que estiverem em sua área de competência;

V - propor, elaborar, desenvolver, acompanhar e manter atualizados vocabulários técnicos específicos das áreas de atuação do IBRAM;

VI - coordenar, implantar, subsidiar e contribuir para o desenvolvimento de redes, núcleos, centros, observatórios e laboratórios especializados em sistemas e redes de informação;

VII - propor, elaborar, desenvolver e coordenar programas, projetos e ações de conservação e compartilhamento de informações sobre museus e processos museais;

VIII - estimular, apoiar e subsidiar a formação e capacitação profissional no campo dos museus, em sua área de atuação;

IX - subsidiar e apoiar o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, especialmente no que se refere à preservação documental e ao armazenamento e processamento de informações; e

X - promover o intercâmbio científico, acadêmico e cultural, em sua área de atuação.

Seção V

Dos Órgãos Descentralizados

Art. 19. Às Unidades Museológicas do IBRAM compete:

I - administrar os bens e recursos sob sua guarda e responsabilidade;

II - elaborar, desenvolver e manter atualizado seu Plano Museológico;

III - propor, desenvolver e implementar programas, projetos e ações voltados para a educação, o lazer, o desenvolvimento e a valorização das comunidades em que estão inseridos, em consonância com as diretrizes do IBRAM;

IV - propor, desenvolver e implementar programas, projetos e ações voltados para a preservação, pesquisa, comunicação e valorização do patrimônio musealizado, de

forma democrática e participativa, em consonância com as diretrizes do IBRAM;

V - promover o intercâmbio científico, acadêmico e cultural em sua área de atuação e em consonância com as diretrizes do IBRAM;

VI - garantir o acesso amplo e democrático do público às dependências do museu, aos seus programas, serviços e informações, bem como ao conhecimento ali produzido;

VII - manter permanente espírito colaborativo, de intercâmbio e de solidariedade com todas as demais unidades do IBRAM; e

VIII - desenvolver e implementar programas e projetos de formação, valorização e aprimoramento profissional para suas equipes.

Parágrafo único. Para o cumprimento de sua missão institucional, as Unidades Museológicas deverão considerar, sempre que possível, os objetivos específicos elencados no Sistema Brasileiro de Museus, conforme disposto no art. 4º do Decreto nº 5.264, de 2004.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 20. Ao Presidente incumbe:

I - representar o IBRAM;

II - planejar, supervisionar e dirigir as ações técnica e executiva e as gestões administrativa e financeira do IBRAM, adotando métodos e procedimentos que assegurem excelência, eficácia, eficiência e economia;

III - presidir a elaboração e a implementação do Plano Estratégico do IBRAM, bem como a aprovação, o acompanhamento, a execução do orçamento anual e a aplicação de recursos e pagamentos de despesas, ressalvadas as competências da Diretoria, do Comitê de Gestão e do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico;

IV - editar portarias, instruções normativas e outros atos, objetivando o melhor funcionamento do IBRAM;

V - convocar e presidir as reuniões da Diretoria, do Co-

mitê de Gestão e do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico;

VI - editar atos ad referendum, nos casos de comprovada urgência;

VII - reexaminar e decidir, em segunda e última instância, na forma do regimento, sobre questões relacionadas à proteção e à defesa dos bens culturais musealizados; e

VIII - deliberar sobre o exercício do direito de preferência de aquisição de bens culturais móveis, em consonância com o inciso XVII, art. 4º da Lei nº 11.906, de 2009. Parágrafo único. As atribuições contidas neste artigo poderão ser delegadas, à exceção dos incisos IV, VI e VII.

Art. 21. Aos Diretores e aos demais dirigentes incumbem planejar, dirigir, supervisionar, coordenar e orientar a execução e a avaliação das atividades de suas áreas de competência, bem como exercer outras atribuições que lhes forem designadas pelo Presidente.

CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 22. Constituem patrimônio do IBRAM:

I - bens e direitos transferidos em decorrência do disposto no art. 9º da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009;

II - doações, legados e contribuições;

III - bens e direitos que adquirir; e

IV - rendas de qualquer natureza derivadas de seus próprios bens e serviços.

Art. 23. Os recursos financeiros do IBRAM são provenientes de:

I - dotações orçamentárias que lhes forem consignadas no Orçamento-Geral da União;

II - recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades públicas nacionais, estrangeiras e internacionais;

III - doações, legados, subvenções e outros recursos que

lhes forem destinados, receitas provenientes de empréstimos, auxílios, contribuições e dotações de fontes internas e externas;

IV - recursos provenientes da venda de ingressos, produtos culturais, acervos, publicações, material técnico e didático, dados e informações, de emolumentos administrativos e de taxas e multas;

V - a retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros;

VI - as rendas de qualquer natureza, resultantes do exercício de atividades que sejam afetas ou da exploração de imóveis e acervos sob sua jurisdição, bem como da cessão onerosa de espaço, dos direitos de uso de imagem, e outros direitos;

VII - os recursos de transferência de outros órgãos da administração pública; e

VIII - produto da arrecadação de multas estabelecidas na legislação de proteção ao patrimônio musealizado.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. O regimento interno do IBRAM definirá o detalhamento dos órgãos integrantes de sua estrutura organizacional, as competências das respectivas unidades e as atribuições de seus dirigentes.

Art. 25. O IBRAM atuará em articulação com os órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, com Estados, Municípios, Distrito Federal e com a sociedade civil organizada, para consecução de seus objetivos finalísticos, em consonância com as diretrizes da política cultural emanadas pelo Ministério da Cultura.

8) Proposta de Emenda à Constituição nº 575/2006

(Dos senhores Paulo Delgado, Paulo Rubem Santiago, Gilmar Machado, Rogério Teófilo, Alice Portugal, Celcitta Pinheiro e outros).

Altera os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, estabelecendo condições para preservação do Patrimônio Museológico Brasileiro.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º – O artigo 215 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 215

.....

§ 4º – O Estado garantirá a preservação, a valorização e o fomento do patrimônio museológico da nação, reconhecendo os museus como unidades de valor estratégico para a diversidade cultural brasileira e para os processos identitários locais e regionais.

§ 5º – O Estado criará órgão com finalidade específica de acautelamento, preservação, fiscalização e valorização do patrimônio museológico brasileiro.

§ 6º – Com o objetivo de assegurar recursos para a formação de recursos humanos nas áreas de Museologia e afins, para o incentivo e fomento ao estabelecimento, manutenção e expansão de instituições museológicas, e para a integração dos acervos nacionais, a União constituirá fundo específico, com recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei complementar que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.

§ 7º – Os estados, municípios e o Distrito Federal poderão constituir fundo complementar ao supra disposto.

Art. 2º – O artigo 216 fica acrescido do inciso IV e dos parágrafos 7, 8, 9, 10 e do parágrafo II, com os incisos I e II.

.....

Art. 216

.....

VI – o patrimônio museológico brasileiro.

(...)

§ 7º – O Estado manterá o Sistema Brasileiro de Museus, que abrange as instituições museológicas federais, estaduais e municipais, públicas e privadas.

§ 8º – A lei estabelecerá diretrizes para o financiamento e a gestão das políticas públicas para o patrimônio museológico brasileiro.

§ 9º – A lei estabelecerá punições relativas ao tráfico ilícito de bens culturais.

§ 10º – A administração pública manterá cadastro nacional público atualizado dos acervos e instituições museológicas.

§ 11º – O Estado estabelecerá instrumentos de proteção, incentivo e fomento aos acervos museológicos e coleções.

I – Os museus privados identificados como de interesse público receberão proteção do Estado, e a eles poderão ser concedidos benefícios pelo poder público, nos termos de legislação específica.

II – Os museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares, museus universitários e outros, também receberão os benefícios relativos ao caput desse art.

Art. 3º – Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto Brasileiro de Museus

SBN, Quadra 02, Bloco N, Edifício CNC III, 16° andar
Brasília/DF

CEP: 70040-020

www.museus.gov.br



Ministério
da Cultura

